

A OPOSIÇÃO NO CONGRESSO

OS
MELHORES
DISCURSOS
DE 77



apresentação
de
Chico Pinto

A OPOSIÇÃO NO CONGRESSO

- Apresentação de Chico Pinto e Nota dos Editores** — página 3
A Democracia é um exercício, não é uma declamação — **Ulysses Guimarães** — pág. 4
Uma solução popular — **Alencar Furtado** — pág. 5
Reformas separam governo e povo — **Walter Silva** — pág. 6
O presidente é rei a curto prazo — **Tarcísio Delgado** — pág. 7
Alencar foi cassado porque disse o que não pode ser dito — **Fernando Cunha** — pág. 8
A Constituinte é o reencontro com a Democracia — **Jaison Barreto** pág. 9
Alternativa ao autoritarismo cego e impiedoso — **Álvaro Dias** — pág. 10
Que regime é este? — **Marcos Freire** — pág. 10
Trata-se da Nação reassumir sua soberania — **Freitas Nobre** — pág. 11
O povo apenas cobra o que lhe devem — **Lidovino Fanton** — pág. 12
Esta geração ainda se reunirá numa grande Constituinte — **João Gilberto** — pág. 12
Na Constituinte está a resposta — **Orestes Quêrcia** — pág. 13
Lutaremos por ela até conseguí-la — **Odacir Klein** — pág. 14
Uma Constituinte para banir os atos de exceção — **Jorge Uequet** — pág. 15
Ela nasceu do consenso nacional — **Oswaldo Lima** — pág. 16
Autêntico pacto nacional — **Antônio Pontes** — pág. 16
O Brasil jamais teve tantas oposições — **Antônio Carlos** — pág. 17
Devolver o país a todos — **Marcondes Gadelha** — pág. 17
Por uma Constituinte que reflita nossa vocação para a liberdade — **Rosa Flôres** — pág. 18
A Nação pede e clama — **Getúlio Dias** — pág. 18
Uma sociedade comprimida, sofrida e ameaçada em sua segurança pessoal — **Nóide Cerqueira** — pág. 19
Hora de fechar as portas — **Genervino Fonseca** — pág. 20
Nordeste. Milagre ou miragem? — **Jarbas Vasconcelos** — pág. 21 e 22
Cruzada pela democracia — **Jáder Barbalho** — pág. 23
Uma longa esteira de sangue e aflição — **Paes de Andrade** — pág. 24
Os algarcas medíocres e autoritários — **Walmor de Luca** — pág. 25
Terras. Um problema de todos — **Fernando Coelho** — pág. 26
Violência e desmandos em Rondônia — **Jerônimo Santana** — pág. 27
A polícia contra os posseiros — **Santilli Sobrinho** — pág. 27
O triste dia da Pátria — **João Cunha** — pág. 28
Revolvendo o passado — **José Costa** — pág. 29
Um painel trágico — **Adhemar Santillo** pág. 30
Só existem tiranos porque existem adúladores — **Mário Frota** — pág. 31
A Tribuna tornou-se um patíbulo. — **Fernando Lyra** — pág. 32
O escândalo Lutfalla — **Paulo Brossard** — pág. 33 e 34
Um modelo que serve aos poderosos — **Rui Brito** — pág. 35
Os salários abaixo dos preços — **Alceu Collares** — pág. 36
Os estudantes têm razão — **Airton Soares** — pág. 37 e 38
O acordo nuclear nos coloca inteiramente na dependência da Alemanha — **J.G. de Araújo Jorge** — pág. 39.



edição s.a.

Uma publicação da Edição S.A. Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e Redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625 - Pinheiros, São Paulo. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Sucursal Rio de Janeiro: Rua da Lapa, 180 sala 606 - telefone: 222-6493 - Sucursal de Brasília: Edifício Márcia, sala 1.007 - telefone: 23-7416. Composto e Impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros, São Paulo - Telefone: 282-2523.

Capa: Jayme Leão

Diagramação: Cid Oliveira e Hiro

Revisão: Áurea Regina Sartori, Valdir Mengardo e Carlos Alberto Calado

Serviços Especiais: Sérgio Marins e Antonio Carlos Queiroz

Coordenação: Teodomiro Braga.

2ª Edição/abril/78

Uma vanguarda heróica

Chico Pinto

A tribuna do Congresso Nacional é teoricamente livre. Deputados e senadores não submetem seus discursos à censura prévia. Têm a liberdade de dizerem o que querem, ainda que caiam fulminados no dia seguinte, sem qualquer explicação ou justificativa. Ao direito de falar livremente, não correspondem as garantias parlamentares conferidas, no chamado mundo livre, aos congressistas. Os pressupostos básicos para o pleno exercício do mandato, consubstanciados nos institutos da inviolabilidade e da imunidade parlamentar, foram abolidos no Brasil, a partir da Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/1969, outorgada pela Junta Militar que impediu a posse do vice-presidente da República, Pedro Aleixo, investindo-se de poderes absolutos.

Mesmo que as prerrogativas parlamentares tivessem sido mantidas na Constituição, encontravam-se revogadas, na prática, desde o dia 13 de dezembro de 1968. O AI-5 começara a sua revoada sobre a nação, sobrepondo-se à chamada Lei Magna e devorando as vítimas que fizera na triste e melancólica paisagem nacional.

Dir-se-à que a Constituição (art. 30, letra c) (1) e os regimentos internos das duas casas do Congresso conferem aos seus respectivos presidentes atribuições policiais, isto é, de censores, mas limitando-as, apenas, à autorização para que os discursos sejam publicados no Diário do Congresso. Esses limites nem sempre são respeitados e a censura não isenta o parlamentar, de processos ou cassações, embora o presidente da Câmara ou do Senado não seja corresponsabilizado pela autorização dada, ao menos enquanto eles forem escolhidos diretamente pelo presidente da República, para a submissão homologação dos congressistas.

A insegurança é absoluta

No atual regime, o parlamentar desconhece os limites tolerados de sua atuação. O parâmetro é o poder do presidente da República, que tudo pode e tudo faz. Ao descer da tribuna, após discurso que de agradece, pode estar cassado. A insegurança é absoluta. Isto vem se reproduzindo, monótona e absurdamente, nesses longos 15 anos, com dois pequenos intervalos, inter-alos. (No governo Castello Branco, de 9 de junho de 1964 a 27 de outubro de 65, quando se editou o AI-2, e no governo Costa e Silva de 15 de março de 1967 a 13 de dezembro de 1968, quando se tiveram maior significação. Ao reabrir-se o processo, centenas de pessoas foram cassadas.

A atuação da vanguarda parlamentar, neste período, tem sido heróica. Sem garantias. Sem armas, senão a palavra. Sem povo organizado para defendê-la. Sem, ao menos, conhecer as acusações forjadas, sua presença, no cenário político, teve, contudo, o grande mérito de arrebentar as cadeias do medo que, até há pouco tempo, comprimiavam e sufocavam a nação.

Faltam alguns discursos, neste caderno que a Edição publica. Outros aqui estão, com seus autores banidos da vida política. Entre estes, pode-se ler o competente e combativo líder Alencar Furtado. Entre os primeiros, silenciados no ano anterior e, portanto, ausentes deste Caderno, mas presentes, como exemplos, na memória dos que não se degradaram, o bravo e extraordinário deputado Lysíneas Maciel - o melhor dentre todos nós -, o gaúcho Amaury Muller, sempre preocupado com a sorte dos assalariados e a crescente desnacionalização da economia brasileira; o jovial Nadyr Rossetti, atribulado nas suas esperanças socializadoras e Marcelo Gatto, um dos poucos oriundos da classe operária, com assento no Congresso Nacional.

O ano de 1977 caracterizou-se por violentos retrocessos institucionais e admiráveis avanços populares. O MDB oscilou em meio a esse quadro novo e complexo da vida nacional. Em passado recente, era mais fácil situar-se. A cada medida repressiva do governo, correspondia um recuo das áreas populares. Agora, mudou. Todos os constrangimentos postos em prática em 1977 - e não foram poucos - equivaleram a uma maior mobilização de setores diversos da sociedade brasileira. Parece que muitos aprenderam a conviver com o medo, que a violência instintivamente provoca.

Logo no mês de março do ano passado, ao reabrir-se o Congresso, o MDB elegeu o deputado autêntico Alencar Furtado para seu líder. Parecia que o partido resolvera arrebentar as amarras que o prendiam a posições temporizadoras e imobilistas.



A mensagem presidencial que instituiu a chamada Reforma do Judiciário não acolheu qualquer das teses que o MDB, ao longo do tempo, reivindicava. Os opositoristas tentaram sensibilizar o governo para algumas delas, como seja, o restabelecimento das prerrogativas da magistratura e o retorno do habeas-corpus. Tudo inútil. Governo discricionário quer apoio, mas não faz concessões. Desconhece o processo parlamentar, e diálogo tem outra significação. Existe para impor ao adversário suas próprias decisões. Em março, o MDB fechou questão. Adotou uma extraordinária postura de resistência ao arbítrio. O governo reagiu com a violência costumeira. Decretou o recesso do Congresso. Impôs a Reforma do Judiciário e outros retrocessos denominados de "pacote de abril". Anteriormente, havia constrangido o país com a "lei silêncio", a "Lei Falcão", que impede a comunicação do candidato com os seus eleitores, dentro da filosofia dominante entre as mais categori-

zadas estrelas da República: "candidato não fala".

Restava, incólume, em meio a tantos descaminhos, um dispositivo da Lei Orgânica, que permitia a utilização do rádio e da televisão, pelos partidos, apenas duas vezes por ano. O MDB requereu. O TSF autorizou. Três deputados e um senador falaram. E nova reação violenta do governo. Cassou, diante da nação perplexa, exatamente o líder do MDB na Câmara, deputado Alencar Furtado, que imprimira uma nova linha de firmeza e unidade à liderança do seu partido. Não satisfeito, o governo foi além. Através do ato complementar nº 104, revogou o preceito da Lei dos Partidos, impondo o silêncio total.

Em setembro de 1977, o MDB realizou sua convenção. Embora mais cauteloso que antes, aprovou, por unanimidade, a tese de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que ganhasse as bases partidárias. O governo, que definiu essa convocação como uma contestação ao regime, reagiu de forma diferente das anteriores. Instalou o "diálogo petroniano". Admitiu algumas propostas mais concretas de reformas e comprometeu-se, publicamente, com elas. Esse contra-ataque governista, em moldes políticos civilizados, neutralizou a campanha desencadeada pela oposição, sem desmobilizá-la por completo. Voltará, por certo, de forma vigorosa, logo que as reformas se concretizem, frustrando as esperanças dos que aguardam a implantação de um regime democrático no país.

Imensas responsabilidades estão reservadas para as oposições, neste ano de 1978. Conquistar uma grande vitória eleitoral é a primeira delas. Impõe-se uma maior identificação com as áreas operárias, através de uma luta comum pela autonomia sindical e por liberdades plenas de organização e expressão. As "salvaguardas" que serão ditas à nação, em substituição ao AI-5, precisam ser desmascaradas. A discussão sobre criação de novos partidos deve baixar às bases. A anistia ampla, geral, irrestrita, inserida no contexto dos direitos humanos, tem que ser conquistada, a fim de que milhares de brasileiros voltem a contribuir na construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Os parlamentares que, com seus discursos, compõem este caderno, têm um importante papel a desempenhar ao lado do povo, neste ano de transcendentes decisões e de vigorosas lutas.

(1 "Não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política e social, de preconceitos de raça, de religião ou de classe, contigüarem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza.

Nota dos Editores

Este caderno destaca um dos aspectos positivos da atividade parlamentar: o poder da denúncia, o debate dos problemas nacionais, a advertência para erros e acertos em questões que interessam aos cidadãos.

Num quadro como o atual, o parlamento tem grandes limitações. Os que não as compreendem, ou se enredam nas palavras vazias, divorciadas da ação, ou desesperam-se por verem na tribuna a única forma de oposição. Mas, são estas limitações que esclarecem outros caminhos, aqueles trilhados por parlamentares que, não descuidando das atividades em Brasília, colocam seus mandatos a serviço da organização popular, somando-se concretamente aos que trabalham por uma sociedade mais livre e justa.

A busca dessa sociedade, a ação concreta das classes e camadas populares na sua construção - a luta dos operários, dos camponeses, dos estudantes, das mulheres, dos religiosos e intelectuais progressistas, é que devem engendrar os discursos. Muitos dos que aqui publicamos são resultado direto dessa preocupação. Intelectualmente, não estão na íntegra, por razões de espaço, nem foram revisados pelos autores. Mas são divulgados com um destaque não obtido nos jornais e segundo uma seleção que se destina a valorizar o trabalho de quem, como disse um deputado, quer ver a Pátria livre.



A democracia é um exercício, não é uma declamação

"O AI-5 é forte para cassar mandatos conferidos pelo povo, mas é fraco para cassar a inflação que flagela o povo"

ULYSSES GUIMARÃES

“ O fundamento desse programa é a mobilização de idéias, homens e forças representativas do Brasil para atingir o objetivo nele textualmente definido como implantação da normalidade democrática e a consequente condenação:

A) de todos os tipos de ditadura;
B) da institucionalização de regimes de exceção;

C) do continuísmo.
A nação não elege o Presidente da República, os governadores, os prefeitos das capitais e de centenas de municípios. Em cada Estado não elegerá, em 1978, um dos senadores.

Se a nação não é consultada, como poderá ser atendida?

Fechar as urnas é tapar a boca da nação. Se o povo politicamente não pode falar, como poderá anunciar o nome de seus mandatários? Como poderá clamar pela falta de pão, teto, saúde e educação?

É o voto, somente ele, que faz a colagem dos cidadãos com os homens públicos. É o imperioso fórum de exame e tombamento das aspirações populares e o catalisador ecumênico dos problemas internos e externos do país.

Tudo e todos, direta ou indiretamente, dependem do Governo. Portanto, o Governo há de depender de todos, sendo democrático, e não de alguns, porque, então, será oligárquico. Só assim os benefícios do Governo são para todos e não para minorias privilegiadas.

Democracia é participação e discordância. Ambas existem no Brasil.

A política pressupõe um horizonte de expectativa, um espectro de opções. A democracia é a técnica política em que as divergências, que fatalmente existem, são livres e responsabilmente manifestadas e negociadas.

É a função do diálogo. A intermediação do consenso, não impostos, mas negociados. A democracia exprime, não comprime. É a legitimação dos dissentimentos, das contradições, consequentemente das pressões que as tornam reivindicatórias.

Democrata é o que pensa e o que é decisivo age assim. A democracia é um exercício, não é uma declamação.

No Brasil, não há política na acepção do Direito Público, nem democracia, pois a reação oficial às divergências incômodas é a cassação de mandatos de homens públicos. O recesso compulsório com atitude das Universidades, dos escritores, dos artistas, da música, contra o Congresso que recusou homologar. Suspensão de direitos políticos contra cidadãos, líderes nacionais, juizes, advogados, professores, pesquisadores, cientistas; intervenção contra sindicatos não subservientes, censura contra imprensa, o rádio, a televisão, a música, o teatro, livros e publicações, inclusive os importados.

O Decreto-Lei número 477 contra os estudantes. A negativa do habeas-corpus contra prisões violentas, ou contra a monstruosidade de prender para investigar, em vez de investigar para depois prender.

Aposentadoria, reforma ou demissão contra funcionários públicos civis ou militares, sanções econômicas e financeiras, como cortes de créditos em bancos governamentais contra empresários que ousem criticar.

Se a Revolução quer a democracia como um fim, consoante apregoa, com sinceridade há de admitir os meios para a sua conquista e prática, sendo a admissibilidade do desacordo a síntese deles.

O homem é o metro do desenvolvimento, que se mede pela qualidade da vida que usufrui e não pela quantidade de bens que possui.

Tais proposições não podem ser inviabilizadas pela crítica ignorante ou de má fé de serem utópicas ou demagógicas.

Há muito, são realidade nos Estados Unidos da América do Norte, na França, na Alemanha Ocidental, na Suécia, no Japão e em outros países, porque coincidentemente nelas a democracia também é uma realidade.

São ricos e fortes porque são democráticos e não democráticos porque são ricos; a democracia é causa e não efeito da prosperidade e do bem-estar. Os salários são os mais altos porque os Governos e os Partidos efetivamente dependem para se eleger e permanecerem no Poder do voto dos trabalhadores.

Os povos são mais pobres na proporção em que são menos livres. Por que persistem no Brasil a consolar-se com os piores aos invés de emular-se aos melhores?

A Igreja, a imprensa independente e sua intrometida associação, os estudantes, os advogados do Brasil, pela sua ordem secular, a inteligência nacional pela voz e pelo teatro, da pintura, os líderes em atitude das Universidades, dos escritores, dos artistas, da música, dos empresários — com coragem para defender a classe e não com medo de prejudicar seus interesses, em síntese, milhares de homens, mulheres, jovens e instituições representativas do espírito e da força da Nação diariamente manifestam suas necessidades, seu descontentamento e mesmo seu desespero.

A VERDADE NÃO DESAPARECE QUANDO É ELIMINADA A OPINIÃO DOS QUE DIVERGEM

O mal que dizima e amargura a Nação tem um só diagnóstico — ausência de democracia — e só uma cura — restabelecimento da democracia.

A desordem política, e não há pior nem maior do que a carente de democracia, contamina de desordem a sociedade, a economia e o próprio Governo.

O Movimento Democrático Brasileiro é um Partido provado e sofrido. Não é um Partido frustrado, ressentido ou revanchista e rechaça soluções subversivas e de agravamento da divisão fratricida entre irmãos da mesma terra e da mesma língua.

O AI-5 é o testemunho universal dessa anormalidade democrática, o AI-5 é poder, não é Governo, pois cassa nas não governa. Enquanto o AI-5 for no Brasil o centro de gravidade do Poder, o brasileiro, a sociedade, a economia serão expelidos para a periferia do Governo.

Esse instrumento de arbítrio é o verdadeiro inimigo da Revolução e o maior responsável pelos seus desastros.

O apoio popular é substituído pelo AI-5, o amor pelo terror, com o que se impopulariza e descumpra solenes e reiterados compromissos com a ordem democrática, os Direitos do Homem e a Justiça social.

O AI-5 é forte para cassar mandatos conferidos pelo povo, mas é fraco para cassar a inflação que flagela o povo.

É forte para fechar o Congresso e usurpar-lhe a competência, a fim de editar reformas que pré-fabricarão governadores e senadores e impotente contra a invasão dos lares pelo custo de vida, deles expulsando a tranquilidade, a alegria e até a harmonia familiar. A segurança do Estado não pode ser a insegurança da Nação e a grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado. O Brasil não pode continuar entre parênteses, com intuítos excepcionais estranhos à sua História, à sua geografia, à índole de sua gente e ao sacrifício de seus libertadores.

O programa do MDB hierarquiza o primado da pessoa humana.

O homem é titular, não objeto do Estado. O homem, ao criar o Estado, quis criar o aliado e não o monstro que persiga, torture e mate seu criador ou martirize com salários desmoralizados pela carestia, galopante, com a inacessibilidade de médico e remédio ou de escola para seus filhos.

O povo é o que há de mais profundo e permanente em uma nação.

A censura é crime contra as instituições, a inteligência e a cultura de um país, pois violenta o direito do homem à informação.

A verdade não desaparece quando é eliminada a opinião dos que divergem.

No Brasil, a Oposição é censurada, pois enquanto o Governo frequenta constante e abusivamente o rádio e a televisão, ao MDB é sonegada igual oportunidade, concedendo-lhe apenas duas horas por ano no âmbito nacional e uma nos Estados e Territórios.

A Oposição é atividade estatal; subversão não é exercê-la, mas embarçá-la ou impedi-la. Como é inevitável que os Governos pratiquem erros e abusos, também é inevitável denunciá-los.

Ai dos povos que se insubordinam contra o milenar magistério do Eclesiastes: "Se Natham não levantasse o braço para acusar, o Rei David não corrigiria o erro".

A estratégia do desenvolvimento deve ser a geração de bem-estar, a criação de empregos, redistribuição e não concentração de riquezas, para que a renda dos pobres receba ponderação maior do que a renda dos ricos.

Levantar-se depois de cair, ainda coberto de pó ou sujo de lama, isso é ser homem e um partido de homens. Quem tomba e não mais se ergue, não é digno da vitória.

O Movimento Democrático Brasileiro com exiguo acesso ao rádio e à televisão, para desempenho de seu ofício institucional de criticar e fiscalizar o Governo; proibido de ser alternativa política para a nação, que não a tem, elegendo direta e livremente Presidente da República, governadores, prefeitos e senadores, erguendo-se e caminhando com lágrimas e dor pelo sacrifício de seus líderes e companheiros que tombaram, sem julgamento público e sem defesa. Acusado de comunista quando ostensiva e pacificamente combate pela reabilitação da liberdade, dos Direitos Humanos e da soberania da vontade política dos cidadãos. Esse Partido, apesar de tudo e transformando as injustiças em energias de fé e de esperança, participa da mobilização nacional de luta em busca da paz, confiança e dignidade para os brasileiros.

Urge convocar todos os patriotas, sem ódio nem discriminações, numa convivência inclusiva, e não exclusiva, para a mais nobre tarefa brasileira que será unir o Brasil, sob a égide da liberdade, do direito e da justiça social.

É a hora da grandeza, vamos vivê-la. É a hora da coragem, Deus nos abençoará para que a tenhamos.



Presidente do MDB desde 1972, Ulysses Silveira Guimarães, 61 anos, também foi um importante líder do extinto PSD. Deputado estadual de 1947 a 50, elegeu-se pela primeira vez para a Câmara Federal em 1951, reelegendo-se sucessivamente há sete legislaturas.

Uma solução popular

"A Nação, como está, não pode prosseguir. Basta. Chegou a hora do encontro nacional e o MDB oferece a solução popular da Constituinte"
ALENCAR FURTADO

Com fundamento no Programa de Ação Política do MDB, registrado no Tribunal Superior Eleitoral damos curso aos argumentos desta oração em prol da legalidade procurada.

Que a nossa fala inicial seja em homenagem aos companheiros que ficaram pelos caminhos da luta, injustiçados pelas cassações, pela suspensão de direitos, pela prisão ou pelo exílio. Todo o tributo do nosso apreço aos homens da resistência democrática, de Sérgio Magalhães a Mário Covas, de Marcos Tito a Nadir Rossetti, de Martins Rodrigues a Lisaneas Maciel. Homagem que a Oposição estende ao estadista da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Foram punidos pelo arbítrio, mas consagrados pela gratidão e pelo respeito nacional.

É abominável quando a lei se torna instrumento de alguns para atender a caprichos subalternos.

E que nas autocracias a lei existe para servir à força e a força nem sempre existe para servir à lei. Desgraçadamente acredita-se mais na força que na lei, mais no AI-5 que no Poder Judiciário. E quando transformam a Carta Magna num edito partidário, afrontam os padrões da decência jurídica de um povo.

A nação está humilhada porque não pode participar, por isso mesmo o malogro dos que a golpeiam será inexorável.

As usurpações da força violentam o direito e desservem o país.

A legalidade democrática é hoje anseio nacional para cuja construção há de ser convocado o povo brasileiro, que a legitimará. O Estado democrático é princípio fundamental inscrito no programa do MDB, que oferece ao Governo a bandeira da Constituinte como fórmula maior para um reencontro nacional.

E assim procede por defender os valores políticos e morais do povo, retratados nos princípios eternos da liberdade e da democracia, até porque não há privilégio maior que o de falar pela nação livre.

A Constituinte será a síntese da luta pela legalidade democrática e a restauração da dignidade política do país e "a democracia é a mais perfeita criação do direito público, em matéria de forma de Governo".

Cremos no homem livre porque, livre, traz o ideal democrático, porque, livre, revela a face do Criador, emprestando sentido à vida.



Advogado, 52 anos, José Alencar Furtado iniciou-se na política combatendo a ditadura Vargas. Foi um dos fundadores do extinto Partido Socialista, porém só em 1966 aceitou concorrer a algum cargo eletivo, tornando-se deputado estadual no Paraná. Chegou a Câmara em 1970, reelegendo-se em 1974 como um dos mais votados do estado. Cassado pelo AI-5 em 1977 por causa de seu discurso na apresentação do MDB pela cadeia nacional de rádio e televisão em 27 de agosto.

Sempre defendemos os direitos humanos e as liberdades democráticas, fundamentos e inspiração do nosso programa, cuja difusão estamos promovendo, por isso sofremos a incompreensão de muitos e o combate sistemático de outros, mas, em compensação, recebemos o comovido apoio da Nação brasileira.

A Oposição convive com o povo que é o motivo da sua luta e da sua vida, e a razão de ser do próprio Estado.

Maior que o povo só Deus. Por que então afrontar-lhe a majestade, retirando-lhe a liberdade e a participação?

Por ser a Oposição a voz do povo é que formamos neste país a resistência democrática. Por isso tem sentido e razão de ser a nossa presença no Parlamento. Parlamento julgado e sofrido como o povo, mutilado e punido, injustiçado e humilhado, mas, queiram ou não, ainda é a Casa representativa do povo brasileiro.

Somos homens de fé e assim acreditamos na solução pacífica e democrática para o retorno à normalidade.

Condenamos o destino que deram à legalidade, que se tornou propriedade do Poder, quando sempre foi consagrada como patrimônio da sociedade.

Que destino foi dado à democracia prometida? Baniu-se o regime liberal em nome de uma democracia social que não existe.

Torna-se insuportável mais de uma década de arbítrio. O Governo, fugindo da democracia, procura perpetuar-se no Poder, deturpando o processo revolucionário com a flagrante usurpação dos direitos do povo.

E que não se pratique a democracia apenas com a mudança de homens. Democracia é o povo no Poder.

Em verdade, a legislação excepcional esbulhou o império da legalidade, elegendo o arbítrio. O regime abastardou a lei, vulnerou a intangibilidade do Judiciário, quebrantou o Legislativo e colocou os dirigentes acima da própria Constituição, que, à sua vez, se submetete aos caprichos dos Atos Institucionais.

O habeas-corpus, cuja restauração em sua plenitude é exigida pelo programa do MDB,

é hoje invalidado, desgarantindo o cidadão que dele necessita. Mas quando o Governo proíbe o uso desse instituto confessa, ao mesmo tempo, a prática da violência e não quer ser bridado, a prática da arbitrariedade e não quer ser contido; abusando do Poder e não sendo limitado. Sofre o habeas-corpus no Brasil as mesmas restrições que sofre em Cuba.

A ausência da legalidade estimula a irresponsabilidade.

A quem ela serve, então? Seria porventura solução para os problemas brasileiros? O programa de ação econômica e social do MDB diz que não. Eis a inflação, que não para, destruindo os salários; o endividamento acelerado e gravoso; a tributação escorchante; o custo de vida martirizando; a indústria asfixiada; o comércio insolvente; o ensino em crise; a agricultura confiscada; as doenças matando. Enquanto isso ocorre, o Governo injeta bilhões nas finanças falidas, em detrimento de programas prioritários, notadamente o da agropecuária.

E prossegue impávida a ilegalidade sem povo e contra o povo semeando aflições, causando dores. Neste quadro de angústia, escutam-se o protesto do estudante oprimido, do intelectual censurado e o clamor revoltado nas Igrejas, traduzindo o descontentamento nacional.

Em verdade, as medidas de força só agravam as crises. Por temer a legalidade democrática o Governo teima em preservar os atos institucionais e por temor à liberdade se escraviza a um sistema irracional de forças que se chocam.

Hoje, menos que ontem, ainda se denunciam prisões arbitrárias, punições injustas e desaparecimento de cidadãos. O programa do MDB defende a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em prantos; filhos órfãos de pais vivos - quem sabe - mortos, talvez, órfãos do talvez e do quem sabe. Para que não haja esposas que enviúem com maridos vivos, talvez; ou mortos, quem sabe? Viúvas do quem sabe e do talvez.

As revoluções eclodem cobrindo o povo

de esperanças. Em seu curso, todavia, no fluxo e refluxo dos acontecimentos, muitas delas deformam-se, renegam-se na abjuração do ideário que as acalentou, transformando-se afinal em simples regimes de exceção.

O terror torna-se árbitro do sistema, passando o receio, a timidez e o medo a envolverem a Nação.

Foram essas distorções o descompasso entre os anseios nacionais e a realidade político-social que se seguiu ao movimento de marco de 64, levando o MDB a condenar, no seu programa, a institucionalização dos regimes de exceção e todos os tipos de ditadura.

Há uma angústia nacional. Há uma ansia de sermos. A vontade popular não pode mais ser represada, nem a liberdade ser condicionada ao Poder. Preparemo-nos, portanto, para a abertura democrática.

A Nação, como está, não pode prosseguir. Chegou a hora de nos encontrarmos. Este é o instante da legalidade e da liberdade. Façamos um esforço comum pela democracia, oferecendo aos adversários de hoje solução para o amanhã deste país. Não há quem resista aos apelos de um povo, nem quem desatenda aos clamores de uma nação. Basta. Chegou a hora do encontro nacional e o MDB oferece a solução popular da Constituinte.

Voltemos as costas para o Brasil da censura postal ou discriminatória, da repressão irracional ou desvaída, das punições sem defesa, das prisões arbitrárias, da escuta telefônica e da delação que avilta. Não, não é esta a pátria com que sonhamos.

Brasil que estreitemos ressurbra amor e compreensão, respeito e dignidade. Nele, o Estado encontra-se com a Nação, os militares com os civis, os pobres com os ricos, nele, o estudante é acolhido; o trabalhador valorizado; o sindicato, reivindicante; a imprensa, independente; e a cultura incensurada. Nele o agricultor é socorrido; o religioso respeitado e o empresário considerado e atendido. Nele, o povo é ouvido, o parlamentar inviolado e a Justiça intangível. Nele, o homem é livre e a Nação democrática.



"A vontade popular não pode mais ser represada."

Reformas separam governo e povo

"Nos permitimos lembrar que só o povo permanece e que não há regime verdadeiramente forte senão aquele que se assenta na vontade popular"

WALTER SILVA

As pretendidas reformas políticas impostas pelo Executivo à toda a Nação criaram o conhecido impacto na opinião pública. Casuísticas, elas visam a impedir o acesso do MDB ao poder, o que ocorreria fatalmente em 1978, mantidas as eleições diretas para os Governos dos Estados.

A imposição de tais reformas revela, sem dúvida, o medo do sistema às eleições populares, consciente está o Governo de seu crescente isolamento do povo, em face da elevação do custo de vida, crescente desvalorização da moeda, alto índice de inflação e tantos males que assolam a vida nacional.

Malgrado todo o requinte da reforma decretada através de uma invasão de competência legislativa, certos setores do regime ainda estão temerosos de que o feitiço se vire contra o feiticeiro e as medidas agora implantadas possam ter resultados opostos após as eleições parlamentares de 1978, mesmo com a nomeação de Senadores indiretos. Ali, dizem, o Governo tornará a mudar as regras do jogo, promovendo outra reforma constitucional que devolva ao Partido dito do Governo o poder perdido.

Por que não estabelecer desde agora, então, que o próximo Congresso a ser eleito seja constituinte e dote o País de uma nova Carta, não mais casuística, emergencial, provisória e sem grandeza, perguntamos nós?

NÃO SE EDUCA UMA JUVENTUDE COM AMEAÇAS

O Brasil, pela suas dimensões geográficas, pela sua população, pelas suas tradições históricas, pelo seu passado democrático pela índole natural de seu povo, pacífico e ordeiro, está passando da hora de liderar na América Latina um regime verdadeiramente democrático, liberal e sobretudo parlamentarista, capaz de absorver crises, superar impasses de natureza econômica e social, e mutável segundo as contingências do momento, sem fraturas ou sequer fissuras em sua estrutura de poder.

Não podemos continuar assemelhados a outros regimes latino-americanos criticados pela opinião pública mundial, comparados a sistemas ultrapassados, da Idade Média e até do Império Romano, quando a inteligência nacional já atingia níveis de conhecimentos jurídicos, políticos e científicos incompatíveis com a cultura do então mundo moderno.

Somos daqueles que entendem que a salvação nacional está no congraçamento de todos os brasileiros em torno de um objetivo ú-

nico, o do bem comum.

Não queremos uma Pátria dividida pelo ódio, pela prevenção, pelo radicalismo. Em nome da segurança nacional instaurou-se a insegurança individual - e nenhuma nação pode viver havendo medo em seus cidadãos.

O aulicismo tomou conta até de mentes bem formadas, mas que precisam sobreviver. Não se constrói uma grande pátria com base no conselho dos áulicos. Já o Padre Antônio Vieira, do alto dos púlpitos da Bahia, no século XVII, chamava a atenção de seus ouvintes para esse grande mal no seu famoso Sermão dos Roncadores.

Não se constrói um país grande e desenvolvido contra a Igreja, a grande formadora de nosso caráter nacional. E o que quer a Igreja? A efetivação, no Brasil, da mensagem dos Evangelhos - a dignificação do ser humano, leito à "imagem e semelhança de Deus".

Não se ergue um povo ordeiro e trabalhador sob a ameaça de prisões, de cassações, de censuras, de limitações às mais variadas e requintadas.

Não se educa uma juventude com instrumentos de força, de ameaça, de coação, como o Decreto-lei nº 477.

Não se distribui a renda nacional, nem se retribui com justiça o esforço da mão-debra na construção do País, com os cerca-meios impostos ao movimento sindical, especialmente a Portaria nº 40, do Ministério do Trabalho.

Não se criam líderes políticos com os artigos de arbitrio do AI-5. Uma nação sem líderes é uma nação fadada ao vazio político, perigoso para as suas instituições e para o seu futuro.

No momento em que assistimos impotentes, estarecidos e inermes, à imposição de medidas que visam a afastar o povo das decisões nacionais, em um retrocesso contrariedade e desnecessário, nós nos permitimos lembrar aos que regem os destinos de nossa Pátria que não somos eternos, que só o povo permanece e que não há regime verdadeiramente forte senão aquele que se assenta na vontade popular.

Não é sem razão que as Constituições republicanas têm assentado que "todo o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido".

Não nos move outro propósito, ao repetir esses truismos, senão o de dizer à Nação que queremos no País uma democracia, cristã, pacífica, ordeira, voltada para o trabalho, para a segurança dos cidadãos, da Pátria e sua grandeza.

Não insultamos, não provocamos, não agredimos. Estendemos sempre a mão para um acordo que uma todos os brasileiros pelos caminhos da concórdia.

Não nos move outro propósito, ao repetir esses truismos, senão devolva, na plenitude, as garantias individuais, o direito ao habeas corpus, o direito de pensar e falar livremente, como seres humanos dotados de razão e de dignidade.

Queremos uma Constituição verdadeiramente democrática, que nos devolva um Estado plenamente de Direito, com lindes precisas e demarcadas para a atuação de cada um dos Poderes da República, sem casuísticas e sem protecionismos partidários.

Há premente necessidade de uma ampla revisão política-institucional, de caráter verdadeiramente democrática, o que só pode ser alcançado e objetivado através de uma Assembleia Constituinte, eleita pelo povo, fonte verdadeira e autêntica de todo o Poder.

Ouçou o nobre Deputado Cantídio Sampaio. Cantídio Sampaio - Nobre Deputado, ouvimos, com respeito a exposição de V. Ex.ª mas, nessa discriminação de "quereres" na realidade o que quer V. Ex.ª e o que pretende talvez o seu Partido é o fim da Revolução de 1964.

Ora, toda essa exposição, toda essa tese pode ser respondida apenas com esta afirmação, afirmação que tem sido feita francamente, honestamente, publicamente, por todas as autoridades responsáveis pela Revolução: ela não foi, ela é, ela prossegue. Ela tem objetivos a realizar. Enquanto esses objetivos não forem realizados, evidentemente a nossa Revolução estará em plena prossecução. A pre-tenção do art. 182 na Constituição Federal é o atestado vivo da continuidade da Revolução de 1964. Saiba que todos esses direitos ora reclamados por V. Ex.ª existem. V. Ex.ª está falan-

do livremente da tribuna. Ainda há poucos dias, ouvimos um discurso do Líder da Oposição, terrivelmente contundente e contestatório. Falou S. Ex.ª com toda a liberdade, assim como o fazem todos os líderes do MDB. A imprensa é livre. Entretanto eminente Deputado, há alguns parâmetros que não podem ser ultrapassados - e estes, evidentemente, estão nas contestações referidas por V. Ex.ª - que não são clandestinos, são públicos, e por isso mesmo prevalecem. Mencionou V. Ex.ª o habeas corpus. Só não têm habeas corpus nesta nação aqueles que o querem negar ao povo brasileiro.

ATÉ A DITADURA VARGAS PERMITIA HABEAS CORPUS AOS PRESOS POLÍTICOS

WALTER SILVA - Nobre Deputado, V. Ex.ª se refere a habeas corpus. Há poucos dias, o Advogado Sobral Pinto lembrava em entrevista aos jornais O Estado de S. Paulo e Jornal da Tarde, que até no Estado Novo o regime ditatorial de Getúlio Vargas assegurava aos presos políticos o direito ao habeas corpus. E, quando o juiz ou o tribunal negavam provimento ao remédio heróico do habeas corpus, havia recursos para outra instância e que hoje o estado de não-democracia no País chegou a tal ponto que nem esse sagrado direito de defesa do cidadão temos mais.

Disse V. Ex.ª que há liberdade de imprensa. Há poucos instantes estávamos lendo a Tribuna da Imprensa, quase toda ela em branco, censurada. Os jornais Movimento e Opinião, também sofrem censura. O Opinião lechou há poucos dias porque não resistiu aos rigores da censura e, quanto ao Movimento tenho relação de material censurado daquele jornal.

CANTÍDIO SAMPAIO - V. Ex.ª está enganado. V. Ex.ª é muito moço. A ditadura a que V. Ex.ª se refere era uma verdadeira ditadura - sob ela V. Ex.ª não estaria ali falando, não haveria partido algum, não existiria Congresso funcionando. O atual regime não é uma ditadura, mas uma democracia, e V. Ex.ª bem o sabe. V. Ex.ª raciocina com a exceção. Refere-se a um jornal relativamente escasso na sua extensão publicitária em relação aos grandes órgãos de imprensa, como O Jornal do Brasil e O Globo.

WALTER SILVA - Mais uma razão para não haver censura.

CANTÍDIO SAMPAIO - A exceção faz a regra, nobre Deputado.

WALTER SILVA - Por que há censura sobre um jornal tão insignificante?

CANTÍDIO SAMPAIO - V. Ex.ª não pode negar que há liberdade de imprensa no País apenas porque um ou dois órgãos, de relativa importância contestatória, pela sua própria natureza, estão impedidos de funcionar livremente.

WALTER SILVA - Não há meia liberdade - ou ela é integral ou não existe.

CANTÍDIO SAMPAIO - V. Ex.ª sabe que os jornais de maior circulação, aqueles realmente lidos, são absolutamente livres.

WALTER SILVA - E por que outros são censurados? Não entendo a lógica de um sistema que libera os grandes jornais e censura os pequenos.

CANTÍDIO SAMPAIO - Isto acontece pela mesma razão por que V. Ex.ª está aqui falando e alguns de seus colegas do MDB foram cassados.

WALTER SILVA - Não está certo, Deputado, se há cassações, não há liberdade plena, não há democracia plena.

CANTÍDIO SAMPAIO V. Ex.ª não acha certo, mas sabe que esse é o regime brasileiro. É candidatou-se nessas circunstâncias, aderindo a ele assim que se tornou Deputado. Não pode agora alegar estranheza.

WALTER SILVA - Nossa estranheza é porque a Revolução veio para salvar a democracia e devolver a liberdade ameaçada dos brasileiros.

CANTÍDIO SAMPAIO A Revolução veio para salvar o Brasil da anarquia e do caos.

WALTER SILVA - Surgiu para salvar a democracia e a liberdade, e matou a democracia e a liberdade. Esta a contradição que estranhamos.

EDUARDO GALILEI Nobre Deputado Walter Silva, V. Ex.ª oferece, nesta tarde, pelo discurso que faz, uma série de conceitos e tece uma série de críticas. Quanto ao aspecto de que ser anticomunista é participar hoje de

uma indústria, nós, pelo que conhecemos e temos assistido, em política internacional, achamos ser exatamente uma técnica do Partido Comunista Internacional dizer que aqueles que a ele se opõem formam uma indústria. Ironizar e através da ironia ridicularizar toda resistência a um sistema ditatorial de partidos é o que ele pretende. Segundo V. Ex.ª, nega-se o habeas corpus. Ao contrário, ele foi suspenso, não se nega sequer o direito de defesa, com todos os princípios do contraditório existentes na Constituição Federal. Concluo este aparte com que V. Ex.ª me honrou, dizendo que o MDB, o Movimento Democrático Brasileiro, a Oposição nesta Casa, quando aqui chegou e prestou o juramento de defender a Constituição, aceitou o que ela cristaliza e consolida - o art. 182. Através dele aceitou as regras deste jogo. Este artigo consagra o Ato Institucional que V. Ex.ª combate no que diz respeito ao habeas corpus e ao poder de o Presidente legislar em matéria constitucional, com o Congresso em recessão. Pergunto a V. Ex.ª se não seria uma contradição do MDB, que jurou admitir e defender esses princípios. Não estaria o MDB contrariando, abrindo mão de uma coisa maior que se chama dignidade, ou seja, a coerência com seus princípios e seu Programa? O MDB quer, nas regras desse jogo, modificar a própria Constituição.

URGE RECONSTITUIR AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS DO PAÍS

WALTER SILVA - V. Ex.ª não se lembra de que, quando juramos a Constituição neste plenário, o fizemos com ressalva expressa e absoluta ao Ato Institucional nº 5 (Palmas.) São dois documentos absolutamente incompatíveis, dois documentos integralmente incompatíveis. O AI-5 é anticonstituição, anula qualquer Constituição. Nós fizemos ressalva expressa.

É preciso urgentemente reconstruir as instituições políticas do País.

O passo é aproveitar a renovação dos mandatos populares e determinar que, já em 1978, essa renovação se faça tendo em vista a formação de uma Assembleia que dê à Nação uma verdadeira Constituição democrática, fórmula única de superação do impasse político em que vivemos continuamente.

É urgente devolver ao País o pluripartidarismo.

É preciso dar ao eleitor brasileiro novas opções de voto.

Não podemos continuar nesse jogo de mudar tudo a cada passo para beneficiar um dos Partidos criados pela Revolução, em detrimento do outro, tal como um pai que pretere um dos filhos em favor do outro!

Não se pode marginalizar a opinião pública.

Não se pode abandonar a contribuição que muitos têm a dar, de boa-fé, de espírito desarmado, com propósito firme de colaborar na edificação nacional.

Não serão eleições indiretas que irão resolver o impasse, mas apenas protelar a solução.

A eleição indireta de Senador é uma exceção à regra e a opinião pública não assumirá.

A prática da democracia exige eleições menos espaçadas e não de 4 em 4 anos.

A Constituição deve ser um documento estável e não ficar ao sabor de maiorias absolutas para a sua emenda constante, casuística, sem expressão realmente, e na sua real significação, a vontade popular.

Somos um poder desarmado. Não há por que, portanto, nos temer. O Brasil precisa da união de todos os seus filhos para defesa dos interesses do País, sobretudo no momento em que temos o fornecimento de energia nuclear ameaçado pelo veto norte-americano; quando as nossas relações de comércio sofrem restrições as mais odiosas; quando os mecanismos de crédito internacional sofrem pressões para condicionar seus fornecimentos ao problema da defesa dos direitos humanos; quando a nossa dívida continua a crescer quando o seu serviço passa a pesar mais na nossa balança de pagamentos do que a importação de petróleo; quando a nossa moeda continua a perder valor mais do que mensalmente. Diante de tudo isto não nos é permitido entender por que manter essa divisão, esse ódio, quando todos queremos participar da solução desses mesmos problemas.



Advogado e professor, Walter da Silva, 44 anos, está na Câmara Federal desde 1971, eleito principalmente com o apoio dos trabalhadores da agricultura do município de Campos, Rio de Janeiro.



"O presidente é rei a curto prazo"

"O que não é possível, e não há imaginação criadora que invente, é um meio de legitimar o ilegítimo como se deseja fazer com o Pacote de Abril"

TARCÍSIO DELGADO

1977 integra-se no passado desta quadra da história marcada por profundas contradições, principalmente entre nós brasileiros. Este ano, que começou com os alvares de acontecimentos novos e de significativas mudanças na área de nossas instituições políticas, termina em meio a dúvidas, incertezas e perplexidades. O povo todo sem poder participar, a nação alheia, todos nós estamos aguardando o que nos será dado pelos detentores do poder. Uns com extrema na vontade e sempre crendulos. Esperam pacientes e resignados que o soberano decida. Os mais realistas e com base nos antecedentes próximos estão cheios de frustrações e amargura. Não encontram razões consistentes para acreditarem em benesses do pequeno e fechado núcleo que detém e controla o governo à mercê da vontade do povo. Na verdade, o poder de decisão está afastado do povo. Parece-nos mais hoje um rebanho dependente da vontade do seu condutor e membros de uma comunidade de seres racionais, enquanto debatemos, dialogamos, conversamos na planície como se formossemos um burburinho, um alarido estéril e sem a menor consequência, o pequeno e fechado núcleo de decisão, o único que conhece de nosso bem e do nosso mal, está sobre o pedestal, de cima do trono, a decidir, com imperturbável superioridade, a nossa sorte e do nosso destino.

Esta é a amarga realidade dos nossos dias. Fomos colocados todos, sem qualquer exceção, na vala comum dos incapazes membros de um povo despreparado, indignos de uma participação real e objetiva na escolha do seu próprio destino e no destino da pátria. Os pontos que se arvoram em levantar sua voz para uma denúncia ou uma crítica são considerados indesejáveis, impatrióticos e criadores de caso. Afinal têm a petulância de criticarem os bem intencionados donos de seus destinos e de desejarem participar.

No quadro institucional vigente é proibido participar, senão para dizer amém. Foi-se mais um ano sem qualquer progresso no setor e registrando pelo contrário marcantes retrocessos. A atividade puramente parlamentar foi paupérrima, não houve qualquer consequência objetiva dos debates no Congresso, a não ser o recesso compulsório que lhe foi imposto. O debate foi levado a pobreza total e à absoluta ineficácia pelo controle massacrante do governo sobre a atividade parlamentar.

NADA É APROVADO SEM O SINAL VERDE DO GOVERNO

A partir de abril a desilusão total. O ridículo tomou conta das atividades políticas. Sob o ângulo propriamente legislativo a situação não foi diferente. Nada de maior importância foi deliberado. A matéria mais urgente e de maior importância, que pede uma legislação atualizada e com função social, que é a nova lei do inquilinato, passou mais este ano sem votação. A bancada da Arena e do governo não deixou. É bom observar e conveniente deixar expresso que nada é aprovado neste congresso sem o sinal verde do governo. Ao invés de urgência na lei do inquilinato, que é muito mais importante e de maior interesse social, aprovou-se com toda a presteza a lei que disciplina o divórcio, de menor importância, porque o governo assim o desejou. A denúncia vazia do inquilinato continuou para infernar a vida dos inquilinos e beneficiar os proprietários, apesar do clamor das críticas e dos gritos do MDB porque a Arena não permitiu que a lei fosse votada. Esse governo não se preocupa com os pobres inquilinos, porque protege os ricos proprietários. Visa estimular a construção civil com a liberação dos aluguéis. Aluguéis livres é sinônimo de abuso dos fortes contra os fracos. Esta é a triste realidade.

Por outro lado, enquanto o governo lançava a ridícula e inexplicável campanha da pechincha para cobrir o sol com a peneira, o custo de vida subia desesperadamente.

Pobre da dona de casa, da família trabalhadora. O custo de vida nos últimos meses atingiu níveis insustentáveis. Segundo o DIEESE de São Paulo, o aumento do custo de vida nos últimos 12 meses está próximo dos 40 por cento. Alguns artigos de primeira necessidade, principalmente os alimentos básicos consumidos pelas camadas mais pobres, sofreram aumentos elevadíssimos, como o leite e derivados, 60,28%; ovos e enlatados, 46,77%; carnes em geral, mais de 40%.

Diante dessa realidade inquietante, assistimos colocações paradoxais. O ilustre deputado Luiz Vianna Neto, ainda esta semana, nesta mesma tribuna, ao analisar nossa situação econômica e a evolução da economia neste ano, considerou "auspiciosa" uma realidade que registra a inflação anual de 40% e uma dívida externa que ultrapassa a casa dos 30,5 bilhões de dólares. Nem tem jeito de calcular em cruzeiros.

E não fica nisso. O próprio ministro da Fazenda já adianta, para que ninguém se iluda, que em 1978 esta dívida chegará aos 33 bilhões de dólares, "graças ao êxito da política econômica do governo". Já não conseguimos entender mais nada.

Feita esta rápida e superficial análise da situação econômica, voltemos ao início deste pronunciamento e ao fulcro da questão. Anunciado com 90 dias de antecedência, especulado durante todo este tempo e aguardado com grande ansiedade e expectativa, ouviu-se ontem o pronunciamento do sr. presidente da República, general Ernesto Geisel. Não trouxe novidade. Ratificou o notório. Exceção a condenação a prorrogação de mandatos quando merece o nosso reconhecimento. De resto ficou na subjetividade. Pretender encontrar fórmulas mágicas que conciliem a extinção da excepcionalidade com o arbítrio é o mesmo que se deseja misturar o azeite na água. As garantias e as salvaguardas do Esqado estão na harmonia e na independência dos poderes da República, cada um exercitando sua competência, sem intromissão indebita do outro. Não há mistério. O que não é possível e não há imaginação criadora que invente, é um meio de legitimar o ilegítimo como se deseja fazer com o Pacote de Abril. Na verdade estimula-se sem qualquer comprometimento completo, o diálogo do senador Petrônio Portela. Afinal, o presidente do senado vem desempenhando um papel importante para o sistema, enquanto ocupa o espaço político com suas conversas descompromissadas. O pequeno e fechado núcleo que controla o poder sob o inflexível comando do presidente Geisel deixou há muito tempo que o futuro presidente da República seja o general João Baptista Figueiredo. Todo o debate e especulação sobre o assunto sucessório desenvolvido na

nação constitui em discussões marginais, sem qualquer significado prático. É expediente do próprio governo para distrair a nação enquanto faz a sucessão a seu modo.

O diálogo está aí agora ratificado. Mas não levará a coisa alguma. É conversa de quem está fora do núcleo decisório. Vamos ter a coragem de reconhecer a verdade. Ninguém vai eleger ninguém. A escolha já está feita. A homologação será um ato de melancólica e pavorosa rotina. Não conhece o sr. presidente. A nação não o conhece. Nossas restrições são quanto ao sistema de escolha, completamente alheio à vontade do povo. Como podemos ficar dialogando sobre a extinção dos atos e exceção se estas medidas dependem do futuro presidente e este até agora não existe oficialmente? Na "monarquia a prestações" em que se transformou nosso sistema do governo, "o presidente da República é o rei a curto prazo", conforme assinala Pontes de Miranda.

TODOS PROMETEM DEMOCRACIA, MAS NADA REALIZAM

O futuro está decidido e a história se repete mais ou menos como aconteceu com Costa e Silva. Emílio Garrastazu Médice e Ernesto Geisel. Todos prometeram redemocratização, Estao de Direito e distensão para o seu período, mas chegaram ao fim sem eliminar estas promessas do sucessor. Não temos o direito de nos enganar. Tudo não passa de uma revitalização do sistema para fomentar esperanças e criar novas expectativas no povo para o novo período. Esta é a visão que temos hoje da nossa realidade política.

De tudo o que ocorreu este ano (1977), resta como iniciativa séria, consequente, sem imediatismo ou casuismo, a decisão do MDB de promover a campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Esta não é - e o MDB sabe disso - uma campanha de frutos fáceis e imediatos. Não é tema eleitoral. É a pregação do que é certo, é a bandeira da verdade e da democracia autêntica numa realidade de democracia relativa. Numa Constituinte atingiremos a democracia e o Estado de Direito. Sem ela ficaremos em remediados subsistentes e frágeis.

Tudo passará e a Constituinte virá mais cedo ou mais tarde, para reconciliação da família brasileira e para a soberania das instituições democráticas, nascidas da vontade do povo, única origem legítima do poder estatal.



Com a cassação do ex-deputado Marcos Tito, Tarcísio Delgado tornou-se o único autêntico da bancada mineira na Câmara Federal. Com grande prestígio entre os estudantes e trabalhadores de Juiz de Fora, Tarcísio Delgado, atualmente com 43 anos, já foi deputado estadual e vereador em Juiz de Fora.



"Não conheço o futuro presidente... A nação não o conhece..."



Alencar foi cassado porque disse o que não pode ser dito

"Como falar em torturas num país que não admite a menor discussão sobre o assunto? Ou em Constituinte, palavra mágica que de repente foi tomando conta das especulações nacionais?"

FERNANDO CUNHA

O deputado Alencar Furtado foi cassado. Por que?

A indagação, sem obter resposta, há um mês é feita em todos os cantos deste País, por vinte, trinta, cinquenta milhões - ninguém sabe exatamente quantos - de brasileiros que o viram e ouviram pela televisão. Mas talvez os serviços de informação do Governo desta vez não tenham ponderado bem, e calculado exatamente a repercussão do ato. Com o recesso do Congresso, tudo cairia no vazio, pensavam. Mas esqueceram-se da opinião pública e da repercussão internacional. E dia após dia, semana após semana, a cassação de Alencar foi repercutindo, num crescendo, até encontrar a reabertura desta Casa. Capas de revistas, manifestações internacionais, seja de Portugal, aprovando à unanimidade uma nota de protesto na Assembleia Nacional daquele país, ou na Holanda, recusando recepção ao navio Custódio de Melo. Isto porque, Sr. Presidente, quem falou na televisão foi nada mais nada menos que o Líder do MDB na Câmara dos Deputados, que trazia atrás de si mais de 20 milhões de votos dados à Oposição nas eleições de 1974. E as palavras proferidas pelo Líder na televisão, uma a uma representavam o anseio contido de milhões de almas deste País, notadamente dos que não podem falar, não têm como protestar ou não conseguem ser ouvidos.

Alencar falou interpretando o pensamento nacional. Era a própria consciência nacional falando.

Por isso, sua cassação, longe de ser um ato revolucionário facilmente absorvido, foi um ato de violência que atingiu todo o povo brasileiro e que não encontra respaldo em nenhuma consciência democrática deste País.

Sim, erram nos cálculos. De repente, o povo brasileiro começou a entender que realmente tudo o que os dirigentes da Arena e os membros do Governo têm dito não possui valor nem significado algum, porque o Governo foge à realidade, teme o confronto, não aceita a crítica, porque sabe que esta é a verdadeira e para ela não há resposta. Por isso a Arena não foi à televisão responder. Responder o quê? Basta ver o que falaram aqui nesta Casa e no Senado e os seus líderes para mostrar que o único argumento que conhecem é o da bajulação a todos aqueles que estão no poder.

Evidentemente a Arena não podia ir à televisão responder ao MDB porque não tinha o que responder e a repetição dos discursos aqui feitos jogaria a última pá de cal sobre o já morto e insepulto partido do Governo.

E não deixaram mais o MDB ir à televisão. O Governo autôfago tranquilamente revogou a própria lei que fez para beneficiar a si mesmo, porque os resultados práticos estavam sendo outros, e, apenas com uma hora de televisão, contra milhares e milhares de horas usadas pelo Governo e seus seguidores, o MDB tinha conseguido abalar as estruturas frágeis do regime de exceção, e - quem sabe? - mais uns poucos programas talvez criassem a consciência nacional indispensável para exigir do Governo a volta à legalidade e o fim do regime de exceção, inteiramente voltado contra os interesses do Brasil e do povo brasileiro.

Mas, como se não bastasse a mordada colocada à boca da Oposição, como se já não bastassem todos os absurdos do pacote de abril, que quer preservar de todas as formas uma maioria para o Governo no Congresso em 1978, maioria que perderá, sem dúvida alguma a despeito do mesmo pacote de abril, o Governo tinha que ir mais além. Numa atitude de desespero, sem dúvida alguma. Tinha que cassar. E cassar o Líder.

Porque ele disse verdades que não podem ser ditas. Como falar-se em torturas, num País em que não se admite a menor discussão sobre o assunto? Como falar-se em filhos do talvez ou do quem sabe, despertando pelo Brasil a fora tantas viúvas, tantos filhos do quem sabe, ou órfãos do talvez? Não é sem razão que um contêrraneo meu, em carta à revista "Veja", expressa o sentimento de centenas, talvez de milhares, de famílias que se encontram nessa situação.

Ou será porque Alencar falou em Constituinte? Palavra mágica que, de repente, foi tomando conta de todas as especulações nacionais, passou a figurar em todas as conversações políticas como a grande saída, talvez a única, para o impasse institucional brasileiro. Como falar-se em Constituinte, se Constituinte significa união de todos os brasileiros em torno de objetivos comuns; se Constituinte significa a Pátria desarmada de pre-

conceitos e armada apenas com as forças da razão e do direito, da liberdade e da decência; se Constituinte significa antes e acima de tudo essencialmente democracia? Mas Constituinte é a queda do regime de exceção, é a volta da legalidade, é a volta do império da lei, é o retorno aos quadros institucionais, com a supremacia da Constituição.

Evidentemente que Alencar falou exatamente aquilo que o povo queria e que, consequentemente, o Governo não queria ouvir. Por isso, Alencar passou a se constituir um perigo. Um perigo sério, porque atrás daquela máscara severa cada cidadão que via a televisão sentia que estava um Líder, um novo Líder para alguns, e a confirmação do grande Líder para todos aqueles que já conheciam José Alencar Furtado, cearense do Paraná, que em seis anos de atuação nesta Casa foi parlamentar exemplar e Líder na aceção maior da palavra, credor do respeito e da admiração de todos os seus colegas.

E todo Governo de força, e que é apenas supostamente forte, detesta e teme os líderes populares. Não permite que surjam lideranças. Não permite que o povo tenha em quem depositar esperanças.

Alencar foi cassado. Com ele foi-se a esperança de milhões de brasileiros. Mas com ele também se foi o último resquício de confiança que o povo tinha no Governo. Hoje, o Governo realmente já não tem mais condições de enfrentar o povo em eleições livres. O Governo sabe agora que todos os créditos de confiança que lhe foram dados pelo povo não foram saldados e que os atos de força violentaram a consciência deste mesmo povo.

Somente eleições livres poderão permitir que novamente um Governo receba o voto de confiança do povo e lhe permita unir os brasileiros num esforço comum para salvação da Pátria.

Enquanto isso, Alencar Furtado e todos os alencares furtados deste Brasil agora estarão na lembrança de cada brasileiro, e sua voz, sua pregação cívica, seus conceitos, seu grito de liberdade e democracia estarão ecoando por todos os cantos da Pátria numa revolução de consciência que vai fazer o Brasil reencontrar-se com a democracia.



Advogado, um dos políticos mais conhecidos de Goiás, Fernando Cunha Júnior, 43 anos, está exercendo seu segundo mandato na Câmara Federal, onde é um dos mais conhecidos representantes do MDB.



Alencar Furtado e Marcos Tito: dois cassados em 77



A Constituinte é o reencontro com a democracia

A Constituinte incorporará ao grande debate nacional, de forma livre, todas as categorias que hoje não têm como se expressar

JAISON BARRETO

Assomamos hoje a esta tribuna, em nome da liderança de nosso partido, para discutir, com a Casa e a Nação, assuntos de interesse da linha partidária, que, a partir, de memorável Convenção recente, incorporou à sua ação o sentimento nacional em favor da Constituinte.

Dentro da heterogeneidade formal e ideológica dos partidos artificialmente criados pelo Ato Institucional nº 2, sobrou ao MDB o desempenho legal de tarefas ligadas à fiscalização dos atos do governo, donde medidas sociais, econômicas e políticas injustas e contrárias aos mais sentidos reclamos do povo acabaram por estender-lhe o papel de portavoz de toda a frente de oposições no Brasil. Em que pese a pressão contínua e reiterada do aparato governista contra as posições daí advindas, com repetidas exceções, o MDB se intimidou na defesa igualmente constante de pleitear melhores condições de vida para o povo.

A tese da Constituinte, por exemplo sobre a qual nos estenderemos no evoluir desta comunicação, não é propriedade da Oposição. Muito menos do Parlamento. Nasceu e ganhou força entre os juristas, os setores militares, os estudantes e os intelectuais, na busca de caminhos legais alternativos para a saída do impasse institucional em que nos encontramos. Ganhando corpo na conjuntura do processo social, viu-se o MDB na obrigação de incorporá-la emergencialmente ao contexto de suas reivindicações, como único corpo político de Oposição organizado e consentido (entre o pouco que ainda se consente), para dar-lhe curso orgânico como único instrumento institucionalizado para a formação de uma frente única pelas liberdades públicas, o ordenamento da liberdade e a volta ao estado de direito.

Há muito, o Parlamento tem sido, por suas duas representações, um instrumento insuficiente para viabilizar os anseios dos setores marginalizados, pelo atual modelo sócio-econômico. O cerceamento constante à autonomia desta Casa nada mais expressa que a impossibilidade dos interesses predominantes na formulação da política sócio-econômica resistir ao mínimo de discussão. Com os meios de comunicação censurados, como a televisão e o rádio, que atingem um amplo número de brasileiros, inclusive o contingente de analfabetos marginalizados aos bens da cultura, resta a relativa liberdade da imprensa escrita, a cujo acesso só tem oportunidade de tiragens exiguas, ao lado das quais campeia, à "larga mão", a censura integral da arte e da literatura.

Os juristas, achados pela ilegitimidade, pela desproteção e falta de norte do nosso arcabouço legal diuturnamente modificado pelo arbítrio, combatem pela retomada do "habeas corpus", pelos predicamentos da magistratura e pelo direito de defesa como decorrente da dignidade humana.

Os intelectuais, cada vez mais tolhidos, espiados e castrados em sua capacidade de criar, dão seu braço de revolta através dos mais variados manifestos, lidos ao conhecimento da Nação. Os cientistas nacionais, através de seu organismo mais representativo e que reúne as maiores autoridades nos mais variados campos do conhecimento, expressam, de modo cada vez mais claro e incisivo, o seu repúdio à falta de liberdade.

Os estudantes, parcela mais sensível e mais desgarrada de compromissos, nas escolas e nas ruas incorporam e expressam o descontentamento que grassa em todos os setores sociais.

A Igreja, que retorna às raízes do cristianismo primitivo rompendo sua aliança com a exploração, lança-se em defesa de todos os oprimidos, sendo hoje um dos principais baluartes contra o genocídio de nacionais indígenas, contra o extermínio de posseiros e pequenos proprietários compreendendo e assumindo totalmente, depois do encontro de Itaipu, que a salvação da alma não exclui a defesa da justiça social, da extinção do arbítrio.

Os empresários nacionais, por longo tempo beneficiários do atual modelo econômico, deploram hoje, por suas entidades de

classe, a desnacionalização continuada de nossa economia, a dificuldade de crédito e o submetimento do governo aos interesses multinacionais, cujos tentáculos já alcançam seus setores mais privados.

Os trabalhadores, segmento social que propiciou o grande surto de industrialização das últimas décadas com grandioso aumento da produtividade, sacrificando-se em horas extras e a redução do poder aquisitivo de seus salários para aumentar os lucros incontáveis das grandes empresas, hoje voltam a fazer ouvir suas reivindicações, que incluem a retirada dos interventores e das direções aristocráticas e a reposição da parcela salarial que lhes foi fraudulentamente retirada pela mistificação das estatísticas oficiais.

No campo, os conflitos não resolvidos se aguçam, onde as multinacionais se fazem presentes em extensões de terra que equivalem a países europeus, expulsando posseiros e a população rural para as favelas das grandes cidades, completamente despreparados cultural e psicologicamente, enquanto promovem a criminoso devastação de nossas florestas. O que se negou ao homem rural brasileiro pela procrastinação da reforma agrária e generosamente entregue ao colono alienígena.

A reforma agrária é apenas uma das promessas não cumpridas da Revolução. A dívida externa alcançou níveis próximos da insolvência, nos idos de 74, conforme reconheceram próceres do próprio governo. A questão habitacional, outra das iniciativas da Revolução, transformou-se em favor de especulação imobiliária e enriquecimento ilícito, enquanto se aumentou, tanto em números brutos, quanto percentuais, o "déficit" residencial. Com a sistemática redução do poder aquisitivo do trabalhador, transformou-se o país num vasto aglomerado de subnutridos, com a consequente sobrecarga da rede hospitalar e dos serviços assistenciais, que consomem milhões de cruzeiros numa medicina curativa que tem como maior beneficiário os proprietários de hospitais e clínicas e a indústria farmacêutica estrangeira. Sabe-se que o governo, pelo II PND, alocou recursos da ordem de 110 bilhões de cruzeiros à medicina preventiva no quinquênio 75/79, o que dá 25 bilhões de cruzeiros por ano. Enquanto isto, apenas em 1975, a pauta de importação de insumos farmacêuticos chegou a quase 6 bilhões de dólares, o que corresponde a quase 90 bilhões de cruzeiros, que ultrapassa, de muito, a dotação sanitária preventiva como fator responsável por mais da metade do endividamento externo e mais de dois terços do "déficit" da balança de pagamentos, sem contarmos os "royalties" e os lucros remetidos pela indústria farmacêutica para o exterior por meio de outra rubrica.

O QUE SE QUER É O APOIO DO MDB PARA AJUDAR A MISTIFICAR UMA FACHADA DE LEGALIDADE

A rede educacional pública, insuficiente e de má qualidade foi assaltada pela ganância e voracidade de educadores mercenários, pelo estímulo ao ensino pago, em flagrante desrespeito à Constituição que, apesar das revisões e reedições periódicas ainda mantém, talvez anacronicamente, a educação como "direito de todos e obrigação do Estado".

Ao mesmo tempo corre solta a desnacionalização crescente de tradicionais setores da economia brasileira, como as indústrias de tecido e vestuário, a indústria eletroeletrônica e o comércio de bens de primeira necessidade pelos super-mercados estrangeiros, como o Carrefour e a Sears. Os meios criminosos de apropriação, pelo capital estrangeiro, de nossas pequenas e médias empresas, como o "dumping", a cartelização, a corrupção e outras manobras mais sinistras acabam de ser denunciadas pelo pesquisador norte-americano "Newfarmer", conforme reportagem publicada, no último domin-

go, pelo *Jornal do Brasil*, como se já não bastassem as denúncias anteriores, proibidas de circular, como atentatórias ao regime, como o "affair" Kurt Mirow/Codima, que não apenas teve seu livro "A Ditadura dos Cartéis" apreendido, mas também o seu autor enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Nossa agricultura, submetida leoninamente aos interesses da exportação, está dominada, em 70% das terras, pelo latifúndio improdutivo. O minifúndio, que responde pela produção agrícola consumida internamente, mal amparado pelos programas regionais de desenvolvimento, é asfixiado pela agiotagem bancária particular, enquanto o camponês é proletariado como trabalhador eventual, sem direitos trabalhistas e sem sindicalização. São 7 milhões de brasileiros subnutridos e analfabetos os heróicos sustentadores da modernização industrial brasileira, como fornecedores de 80% dos produtos agrícolas exportáveis. Sendo o Brasil o segundo maior produtor mundial de alimentos, sua balança comercial desequilibra-se permanentemente, e jamais se reduz o seu endividamento, que é crescente.

A INSATISFAÇÃO GOTEJA POR TODOS OS POROS

É esse o pano de fundo da insatisfação política que goteja por todos os poros do sistema. É este, principalmente, o motivo da busca de diálogo proposto pelo governo. O diálogo, em termos claros e precisos, conforme as declarações do Senador Petrólio Portella, é um amplo acordo nacional, por cima das pessoas e das instituições, para a manutenção do arbítrio, tanto mais acintosos à consciência civilizada quanto mais se aproxima de uma tentativa de absorver as oposições mais conscientes, e tanto mais insincero quanto mais se permeia em interrupções para a consumação de violências, como o pacote de abril, a obstrução à reunião anual da SBPC, a repressão aos estudantes. O que se quer é o comprometimento do MDB para mistificar, no âmbito político institucionalizado, uma fachada de legalidade e de normalidade impossíveis.

A Constituinte é nossa alternativa ao diálogo, que não passa de uma ilusão política facilmente desarmável. Incorporamos a Constituinte, desde que não seja esta levada isoladamente dos direitos democráticos, principalmente a organização independente para a população, com um programa de transformações sociais que pressuponha a organização do campesinato em base a um programa de reforma agrária e a organização do proletariado com um programa de aumentos salariais, da criação de uma escala móvel de salários e de horas de trabalho e estatização das grandes multinacionais. Uma Constituinte que promova a concórdia nacional, para que fatos que levaram a dor às famílias do padre Burnier, de Wladimir Herzog, de Jorge Defensor e do estudante Brambila ou do operário Manoel Fiel Filho sejam apagados da memória nacional, como excessos constrangedores de um período sinistro de nossa história. Por tudo isto, abstraímos-nos do diálogo, para proclamar a Constituinte, que só se poderá transformar em realidade quando, além do parlamento, se incorporarem ao grande debate nacional, de forma livre e ampla, todas essas categorias que hoje não têm como se expressar.

A Constituinte precisa, portanto, de se abrir ao debate além do problema puramente institucional, que é importante, para encaminhar a transformação das estruturas econômicas atarrasadas, submetidas ao interesse externo, elitistas e desvinculadas das necessidades da grande maioria do nosso povo.

Esgotou-se a possibilidade de se iludir a população, de se inventar fantasmas e, em nome de uma suposta luta contra eles sacrificar o povo pelo fechamento da locução e o estabelecimento do arbítrio. É hora do reencontro com a democracia, por uma Constituinte eleita livre e soberanamente, com o direito de participação de todos.



Jaison Tupy Barreto, médico, 44 anos, eleito por Santa Catarina destaca-se na Câmara como um dos principais defensores da estatização da medicina.

Alternativa ao autoritarismo cego e impiedoso

"Só a Constituinte, concentrando todas as correntes de opinião, poderá definir o sistema político, econômico e social, com base na média das aspirações da nação"

ÁLVARO DIAS

Sr. Presidente-Srs. Deputados, a consciência democrática do povo brasileiro, castigada pela aplicação insistente dos instrumentos excepcionais, está a propor, através de vanguardários setores da sociedade, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, como instrumento capaz de reconstitucionalizar a Nação sobre os escombros provocados pelo arbítrio que nesses quase quatorze anos de obscurantismo político violenta as instituições democráticas.

Os atos de força descreveram nesse período a trajetória sinuosa que a política brasileira percorreu, sepultando, no seu caminho, sonhos e esperanças de um povo que deseja ser dono do seu próprio destino. Exausto diante de tantas frustrações, descrente diante de tantas promessas descumpridas, o povo brasileiro, representado pelos setores mais conscientes, empalma agora a bandeira da Constituinte como esperança de democracia.

É a grande reivindicação nacional do momento. Porventura ela surge nas alcovas do extremismo ou da subversão? Ou nasce no seio das áreas da maior insuspeição, classes empresariais, profissionais liberais, homens de ciência, religiosos militares, enfim de quase todos aqueles que resistem ao aniquilamento dos ideais democráticos provocando pelo autoritarismo cego e impiedoso?

No Brasil de hoje, apesar do ufanismo publicitário e da manipulação de dados estatísticos, o processo de expansão da economia ainda não foi capaz de contemplar extensos segmentos da população, que, impossibilitados de participar efetivamente da riqueza que eles próprios geraram e de alcançar a condições de sujeitos da dinâmica histórica, permanecem à margem do progresso econômico e das conquistas sociais.

Essa esmagadora maioria constitui a multidão anônima que, sem voz e sem direitos, está impedida de opinar, participar e decidir.

O homem do campo, sem acesso à terra ou sem a prerrogativa de mantê-la, é sistematicamente expulso para a periferia dos centros urbanos, onde à mingua de uma ocupação estável, vai engrossar os bolões de miséria que proliferam nas médias e grandes cidades brasileiras. Aluga por uns poucos vinténs

a força de trabalho, seja como subemprego, seja como "bóia fria", para sobreviver penosa e dramaticamente. No entanto, ainda ontem vivia com certa tranquilidade, modestamente talvez mas sem as dívidas e incertezas de hoje!

14 ANOS DE ESTRANGULAMENTO DA JUSTIÇA E DA DEMOCRACIA

Aos que teimam em permanecer no meio rural resta o cerco de dificuldades sempre crescentes. Não bastassem essas trágicas vicissitudes, sofre o trabalhador rural as consequências negativas de uma política miope e capenga, orientada por uma bússola desviada e alimentada por condenáveis espasmos burocráticos.

Além da falta de terra, o homem do campo enfrenta, praticamente sozinho, a ausência de mecanismos que assegurem preços mínimos compatíveis com o custo da lavoura. Os lucros das safra são avidamente abocanhados por conglomerados multinacionais ou absorvidos pelos altíssimos juros bancários. Nada lhe sobra, senão novos encargos e distantes esperanças.

Não é sem razão que os assalariados temporários ou os conhecidos "bóias frias" representam, hoje, mais de 80% da mão-de-obra empregada no campo.

Os detentores do poder, certamente, não ignoram essa dramática situação. Mas, se não a ignoram, insistem em protelar a reforma da estrutura agrária.

Nas cidades o quadro é igualmente trágico e desalentador.

Em nome do suposto combate à inflação, cuja terapêutica ainda parece indefinida, os salários dos trabalhadores foram aprisionados e mantidos sob permanente vigilância.

O achatamento salarial, como é óbvio, esvaziou o poder aquisitivo de enormes contingentes da população economicamente ativa. E o resultado aí está: um povo, outrora dono de seus destinos, vegeta tristemente em subvida, tutelado por instrumentos de força sem centros de defesa para fazer vingar

seus protestos, amordaçado pelo arbítrio e vendo suas esperanças morrendo à prestação.

Esse, em verdade, é o grande legado de quase 14 anos de estrangulamento da Justiça, de supressão de direitos, do esmagamento da liberdade e do destronamento da democracia. Esse legado destrói aquela justificativa de forma clara e inofensiva. O regime de força não mostrou competência na tarefa de promover o bem-estar do povo brasileiro. Tampouco teve força para promover a estabilidade econômica da Nação. Violentando direitos inalienáveis do ser humano, em que pese, ao longo do período, não oferece perspectivas nem mesmo de progressos materiais.

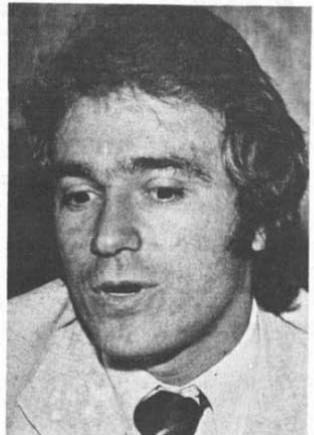
Diante disso precisamos encontrar o caminho. Difícil não será encontrá-lo se conseguirmos a união de todas as forças desejosas de servir aos interesses nacionais. A campanha pró-Constituinte deve ser um movimento de união nacional, precisa ser a marcha dos que colocam o Brasil acima de tudo. Necessita promover a união de civis e militares, das Forças Armadas, do empresariado progressista, da Igreja, da classe média, dos trabalhadores urbanos e rurais, da juventude e dos intelectuais.

SÓ A CONSTITUINTE PODERÁ DEFINIR UM NOVO REGIME

O MDB não vê a Constituinte como a fórmula mágica de resolver todos os problemas nacionais. Seria ingenuidade esperar que uma Constituinte pudesse ser a evolução definitiva, para todas as dificuldades, a extirpação de todos os males. Mas é ela o instrumento indispensável para edificar instituições estáveis, capazes de suportar as turbulências que por certo provocarão as reformas profundas que a Nação está a exigir no setor político, econômico e social. A Constituinte, antes de tudo, vai organizar politicamente a Nação, pois é preciso, primeiro definir o sistema político para nele se plantar o sistema econômico e social. Que sistema político é o nosso? Se não houver uma definição política não surgirão

perspectivas válidas para o encaminhamento de soluções para a nossa vida econômica. A indefinição política tumultua a vida econômica. Como saber para onde vamos, se não definirmos os objetivos políticos? Só o sabemos dando relevo aos rumos políticos, pois é da decisão política que se pode encontrar o caminho do processo econômico.

Só a Constituinte, concentrando todas as correntes de opinião, poderá definir o sistema político, econômico e social, com base na média dos desejos e aspirações da Nação brasileira.



Álvaro Fernandes Dias, 33 anos, ex-líder estudantil e depois professor em Londrina (Paraná), começou sua carreira política como vereador em Londrina, em 1968, elegendo-se deputado estadual em 1971 e chegando à Câmara Federal em 1974. No ano passado foi um dos vice-líderes do MDB.

Que regime é este?

"Se realmente querem é a democracia, então, o caminho é este: a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte"

MARCOS FREIRE

No Brasil destes últimos tempos, há muito que as Constituições deixaram de ser a Lei Magna. Editado a 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 sobrepuja-se a todas as leis existentes no País. Abriu-o e lê-lo é evidenciar a consagração do pleno arbítrio. Através dele suprimem-se as limitações constitucionais que devem restringir, em qualquer regime democrático, a ação do Executivo. Assim o Presidente da República sobrepuja-se a direitos sagrados do Homem e aos demais Poderes Estatais que, de fato, como que se nulificam, despejados de sua independência e soberania.

Que regime é este?

O Presidente da República pode decretar o fechamento das Casas Legislativas por tempo indeterminado, passando o Executivo a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

Que regime é este?

O Presidente da República pode decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem observar limitações legais, nomeando interventores que exercerão todas as funções e atribuições de Governadores ou Prefeitos.

Que regime é este?

O Presidente da República pode suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos

eletivos federais, estaduais e municipais, sem se permitir direito de defesa ou recurso ao Poder Judiciário.

Que regime é este?

O Presidente da República pode determinar, em referências aos atingidos por tais sanções, liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares, domicílio determinado e, até mesmo, fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

Que regime é este?

O Presidente da República pode demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade de quaisquer titulares das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade - as quais estão suspensas - assim como empregados de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares.

Que regime é este?

O Presidente da República pode, após mera investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilícitamente, no exercício de cargo ou função pública, podendo haver restituição posterior, se o interessado provar a legitimidade da sua aquisição.

Que regime é este?

O Presidente da República pode suspender a liberdade de reunião e de associação, bem como determinar a censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas, tudo isso à margem da Constituição.

Que regime é este?

Nele, está suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular, bem como encontram-se excluídos de qualquer apreciação judicial os atos praticados com base no AI-5 e seus atos complementares.

Que regime é este?

Ao longo do tempo, este regime não tem ficado apenas no papel. É só olhar na prática e ver qual desses poderes arbitrários, e as extrapolações próprias de quando se vive na exceção, já feriram fundo a dignidade nacional.

Não há mais que discutir 64, o seu antes ou o seu depois. Há que reconstruir o Brasil, a partir de 77.

Excluiu-se, estranhamente, a Nação das decisões nacionais, hoje à mercê de restritos segmentos da sociedade brasileira. Por isso mesmo, a revolução que se impõe, agora, é a do consentimento da coparticipação. O povo brasileiro, caído pelo sotrimento de tantas

experiências amargas, saberá escolher os rumos certos que ofereçam caminhos para a frente, sem se perder em remordimentos do passado.

Aberto o processo democrático, caberá às lideranças civis e militares, elaborar programas bem definidos que representem as principais correntes de pensamento político, que têm o direito de se manifestarem e atuarem, legalmente, em nosso processo desenvolvidamente. Nem se negará, por certo, instrumentos democráticos de defesa que garantam a segurança e a própria liberdade individual e coletiva.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Movimento de 64 tem se proclamado, sempre, democrático em suas intenções. O Presidente da República nega que haja divórcio entre o povo e o Governo, julgando que representa a vontade nacional. Ainda recentemente proclamou Sua Excelência que procura "cumprir a nossa obrigação fundamental de viver um regime democrático".

Ora, se assim o é, porque não devolve à Nação o poder constituinte?

Na situação a que chegamos, só há uma saída: partir-se para a grande obra de reconstitucionalização deste País.

alardeados pelos que fizeram 64. Seria repetir as Cartas outorgadas de 1824 e 1937.

Fazê-lo democraticamente - como em 1891, 1934, e 1946 - pressupõe, necessariamente, a convocação de uma Assembleia Constituinte, constituída através de uma mobilização nacional, em eleições livres, o povo escolhendo delegados com a tarefa específica de traçar os novos rumos do Brasil.

Toda Constituição deve representar um verdadeiro pacto social, estabelecido conscientemente entre governantes e governados. O que existia, anteriormente, há muito está rompido.

Não conseguirá restabelecê-lo, unilateralmente, o Presidente da República, chamando a si o exercício do Poder Constituinte. Nem tampouco alterando regras e negaceando o quorum querendo atribuir tal tarefa ao atual Congresso, mutilado em sua composição e comprovadamente despojado de sua soberania. O recesso, decretado pelo AI-5, não nos interrompeu apenas a atividade parlamentar por 15 dias. Tirou-nos as condições, enquanto vigir o arbítrio neste País, em centrais alicerçadas no ideal democrático.

prendermos sem suspeitas de coação ou de contracenarmos numa farsa burlesca, quaisquer alterações de natureza constitucional. É que o Executivo já demonstrou que não gosta e não admite ser contrariado... É não é possível esquecer que projetos governamentais, sagrados e irrecusáveis, serão sempre incompatíveis com o Poder Legislativo digno deste nome.

Necessário, pois, um jato jurídico novo que legitime a vida política deste País. E ele tem que vir do povo, asseguradas as condições para o mais amplo debate nacional e todas as garantias de liberdade e segurança individuais e coletivas, tanto para a escolha do novo órgão, como para o exercício dele próprio.

Só assim teremos Assembleia Constituinte de verdade e não de fãncaria. É que no seu, nem existir poder algum maior que o seu, nem seus poderes sofrerem limitação alguma, de direito interno, sob pena de eclipsar sua plenitude. Esses, na execução da obra constituinte, hão de ser ilimitados, condicionados, apenas, aos princípios superiores do Direito, em conformidade com nossas concepções

Devolva-se ao povo, portanto, de quem o Governo se diz intérprete, as prerrogativas constituintes que, ilegitimamente, diz vir exercendo.

É preciso não ter medo do povo, é preciso confiar no povo. Por isso mesmo, nós do MDB, estamos pedindo, no nosso programa, eleições diretas para Presidente da República, para Governador de Estado, para Prefeito das Capitais. Porque nós não tememos o povo. Eles dizem que nós somos minoria. Pois bem: nós queremos este teste definitivo. Abramos as portas das eleições diretas neste País, e vamos então deixar que a Nação se manifeste soberanamente.

Sejamos fiéis aos ideais dos que, derrubando a Monarquia, a República Velha e o estado Novo, entregaram à Nação a tarefa de reconstituir o País em bases democráticas. Esse, o grande ato legítimo pre-constitucional que poderíamos e deveríamos praticar: convocar o povo para exercer o seu poder constituinte, determinando lugar, tempo e maneira de se formar a Assembleia plena e soberana, a ser livre e especialmente escolhida para tal fim.



Um dos membros mais ativos do grupo autêntico na Câmara dos Deputados na legislatura 1971-75, Marcos Freire elegeu-se para o Senado em 1974, pelo Estado de Pernambuco, após uma campanha eleitoral que empolgou todo o Nordeste.

Trata-se de a Nação reassumir sua soberania

"A verdadeira Constituição tem sua existência inspirada no poder constituinte, que é o poder popular na escolha dos representantes, através do voto secreto, direto, universal, de que o povo e somente ele é o titular"

FREITAS NOBRE

Iniciamos nossa campanha em favor da Assembleia Nacional Constituinte, dando cumprimento à deliberação unânime da nossa Convenção Nacional. Além de vários outros argumentos justificadores da tese que a Convenção adotou por sua unanimidade há a observar preliminarmente que nas eleições de 1974 os nossos candidatos foram as emissoras de rádio e televisão pedindo ao povo que lhes desse um terço das Cadeiras no Congresso, para que pudéssemos influir no processo legislativo, apresentando emendas constitucionais ou impedindo que emendas constitucionais da Arena fossem votadas sem nossa concordância.

Disse o Presidente da República, dias depois, que esse pleito de 1974 foi um dos mais livres que o País teve. Pois o povo atendeu ao nosso apelo e nos deu, através do voto, o direito senão de aprovar as emendas, pelo menos apresentá-las, e tirou da Arena o direito que tinha de até então fazer aprovar as emendas à Constituição, indiferente à nossa discordância. Uma fraude se verificou. A vontade popular, manifestada, através do voto que atendeu ao nosso apelo e que nos deu o direito da apresentação de emendas constitucionais, retirando da Arena o seu direito de até então votar essas emendas sem nos ouvir, alterou-se profundamente, porque, a partir do "pacote de abril", quando esta Casa exerceu um legítimo direito constitucional, o direito democrático de votar "não" a uma proposição, perdeu o povo aquela capacidade de apresentar por nosso intermédio emendas à Constituição e viu fraudada a sua vontade, quando negou à Arena a possibilidade de aprovar suas emendas sem ouvir a Oposição.

O POVO VIU FRAUDADA A SUA VONTADE

E a Constituição, que mantém o direito adquirido, passou despercebida com a alteração. Embora a Justiça Eleitoral reconhecesse a validade daquele pleito, e o Presidente da República o reconhecesse com um dos mais livres, desapareceu o direito adquirido, e o povo perdeu a possibilidade de agir através dos representantes que escolheu, precisamente atendendo ao apelo que foi lançado pelo rádio e pela televisão.

Interessante observar que foi com o "pacote de abril" que o próprio Presidente Geisel provocou o debate da Constituinte, alterando as condições para a votação das emendas, permitindo que elas fossem aprovadas pela maioria simples, e alterando, na sua redação, aquela possibilidade alternativa - 1/3 da Câmara ou 1/3 do Senado - colocando,

em lugar da alternativa, do ou, a possibilidade de apenas com conjunto Câmara e Senado apresentarem as emendas. Ora, essa alteração se constituiu numa violação do direito adquirido, no reconhecimento que houve daquela eleição pelo Tribunal Eleitoral e no seu reconhecimento do Presidente da República. De outro lado, denunciou a disposição em que se encontrava o próprio Presidente da República de provocar o debate da Constituinte, o qual, embora hoje com raízes populares, teve sua primeira colocação pelo próprio Presidente da República.

ESTE CONGRESSO ESTÁ DESGASTADO E MUTILADO

De fato este, através do "pacote de abril", alterou aqueles dispositivos. Se o Governo continua tendo projetos de reforma do texto constitucional, por que não caberia também à Oposição possuí-los? Vêm aqui os projetos de modificação constitucional e se nega à Oposição o direito de apresentar as suas sugestões? Quando se lhe solicita a imaginação criadora e quando ele se revela nessa imaginação criadora, julga-se que está é alguma formulação subversiva, tirada dos subsolos procurando encontrar exatamente aquelas fórmulas capazes de conduzir a Nação ao esboço natural dos caminhos democráticos. Não estamos acui com a tese da Constituinte, como não está a Convenção, na sua unanimidade, desafiando o Governo, mas seguindo - até mesmo em certos aspectos - o seu exemplo, quando abriu o debate dessa matéria. A razão de não apresentarmos um texto completo e acabado da Constituição é pelo fato de que uma Constituinte é povo. Este é que deve preliminarmente ser ouvido. Não deve o povo receber um texto constitucional completo e acabado.

Uma Constituição precisa ter a sua efetiva participação no encontro dos novos caminhos que a sociedade irá palmar. De outro lado, bastará para nossa tranquilidade, que a Nação saiba o que pensa o MDB, que a Nação saiba que não somos subversivos, mas exatamente os que procuram a paz e a tranquilidade, aqueles que devem assegurar, através de fórmulas equilibradas, que o partido que controlar, com sua disciplina e autoridade, os caminhos firmes da redemocratização da nossa Pátria. E a tarefa de reconstituir este País não é apenas de algumas, mas tarefas e missão de todos nós.

Este Congresso está desgastado e mutilado em alguns dos seus expressivos representantes. De outro lado, para o efeito de uma manifestação de vontade constituinte, não reflete o pensamento de vários milhões de brasileiros que adquiriram a maioria eleito-

ral, que ultrapassaram os 18 anos e que correspondem a, pelo menos, cerca de 6 milhões de novos eleitores, se é certa a informação do Programa da Aliança Renovadora Nacional, quando acentua: "No Brasil, há um acréscimo anual de mais de 2 milhões de jovens que atingem a idade de 18 anos e pressionam o mercado de trabalho"... São dois milhões de jovens a mais a cada ano, nestes três últimos anos, que não se manifestaram sobre uma carta constitucional para o Brasil. Evidente que há um período normal do Congresso. Mas, para transformar este Congresso em Constituinte, estaríamos ignorando a ausência de alguns milhões de jovens que acompanham a evolução social e que precisam participar realmente do ajuste dessas transformações ao texto da Carta Maior do País.

Mas há uma pergunta no ar: para que serviria esta Constituinte? A falta de delegação popular para este Congresso obriga o nosso Partido, unido na sua Convenção, a explicar ao povo o que é Constituinte. Muitos o sabem, mas a maioria sente no momento em que percebe o problema. Aqueles que acompanham os problemas nacionais, como nós, sabem que o cerne das grandes questões da nacionalidade está na fixação filosófica, social, econômica da Carta que for adotada pelos seus representantes eleitos especialmente para esse fim. A falta de delegação para este atual Congresso retira-lhe a potência popular para a reforma constitucional. O poder de revisão da Carta é limitado: ilimitado, no entanto, é o Poder Constituinte que o povo concede aos seus representantes.

HABEAS CORPUS E ANISTIA, ASPIRAÇÕES POPULARES QUE NÃO PODEM SER IGNORADAS

As Assembleias Constituintes têm poderes que não podem ser exercidos pelas assembleias ordinárias, ainda que sob a forma de emendas constitucionais. Há, na teoria dos mandatos, aquela atribuição restrita para fins específicos. A Constituinte de 67 mudou de ano, passando para a Constituição de 69, e já com uma enorme cauda de emendas. A concomitância de duas ordens deve ter dificultado a sua permanência exclusiva: a ordem constitucional e a ordem revolucionária. O restabelecimento de habeas corpus e anistia, aspiração popular indissociável na manifestação das mais diversas seções da sociedade, não pode ser ignorado. Pedro I não pretendeu instituir a monarquia absoluta, mas constitucional, declarava-se sempre preocupadamente, como o Imperador Constitucional do Brasil. Foi por sua iniciativa que se introduziu no projeto da Constituição de 1824 o Poder Moderador, segundo a doutrina

de Benjamin Constant, o que propiciou a vigência dessa Constituição durante 65 anos. Reclamara D. Pedro I uma Constituição ditada pela razão e não pelo capricho. É verdade que ele convocara, a Constituinte e a dissolveu, mas a Constituição de 1824 é resultado dos debates da Constituinte de 1823, e mesmo assim o povo não o poupou.

Lembram-se os versos do precursor do condoreirismo, Pedro Ivo, quando perguntava, no momento em que se levantava uma estátua de granito de Pedro I, na Praça da Lampadosa, onde Tiradentes havia sido sacrificado, se aquele era o anjo do Brasil. E ele próprio respondia: "Não é não. Vergonha imensa; nesta quadra corrompida, com a fronte envilecida, sem glória e sem pudor, o Brasil, cruzando os braços dobra os joelhos contrito, ante a massa de granito do primeiro Imperador. Curvai-vos, raça de ingratos" - dizia o poeta - "nos dias de covardia festejase a tirania, fazem-se estátuas ao rei, embora tenham, da pátria, ouvido os longos gemidos, os cadafalsos erguidos e postergadas as leis".



Líder do MDB em 1977 após a cassação de Alencar Furtado, José Freitas Nobre, jornalista e professor, 57 anos, cumpre seu segundo mandato como deputado federal. Antes foi vereador, vice-prefeito e depois novamente vereador em São Paulo, primeiro pela legenda do extinto Partido Socialista Brasileiro e depois pelo MDB.

O povo apenas cobra o que lhe devem

"Com a luta por uma Assembléia Nacional Constituinte, decorridos quatorze anos de autoritarismo, o povo apenas cobra o que lhe devem"

LIDOVINO FANTON

O Movimento Democrático Brasileiro, instrumento jurídico-constitucional de ação política, decidiu, pelo seu órgão soberano, empreender, a passo médio, a grande caminhada rumo à Assembleia Nacional Constituinte.

Decisão calçada na lei e fundada nos deveres que a dignidade política impõe, será levada, por certo, ainda que ao preço dos maiores sacrifícios, ao plano da realidade concreta, eis que tem por si não só precedentes históricos sobradamente conhecidos, são, também e sobretudo, a incoercível vocação democrática do povo brasileiro e inequívocas manifestações dos mais qualificados órgãos de expressão do pensamento nacional.

Depois de 1964, suportou a Nação o peso de 4 Atos Institucionais; a seguir, em 1967, uma Constituição semi-outorgada. Pouco depois, a superveniência do Ato Institucional nº 5. Mais tarde, com o Parlamento em recesso, uma Emenda Constitucional outorgada, que revogou a Carta Política solenemente jurada e que ainda abriga o AI-5.

Novos anos de AI-5 e sete de Emenda por sete vezes emendada.

Por delegação do povo, a Oposição, amplamente vencedora no pleito de 1974, conquistou, no Congresso, mais de um terço dos seus membros, maioria para efeito de refor-

ma constitucional.

Sem embargo, essa maioria é acimada de ditadura da minoria pelo próprio Chefe de Estado.

Alterado, pela vontade unipessoal do Presidente da República, o *quorum* parlamentar para efeito de modificação do texto constitucional, neste é embutido o "pacote de abril" simplório artifício tendente a preservar, indefinidamente a à revelia do povo, o sistema de poder dominante e o partido que lhe empresta apoio e hipoteca solidariedade.

A medida, pela sua nota de, remarcado arbitrio, levantou contra si a consciência jurídica e democrática de toda a Nação, que clama, a uma só voz, pela substituição do Estado de Fato pelo Estado de Direito. Para isso, não há como negar: só existe um caminho, o da Assembleia Constituinte.

Fala-se, agora, nas esferas oficiais, em constitucionalização pelo atual Congresso, que, se tem poder instituído, limitado por essência, não tem poder constituinte.

Somente o povo é titular do poder constituinte. E chegou, então, a hora de se dizer, sem inversões vocabulares ou escamoteações verbais, se o povo, e somente ele, reúne condições para o exercício da democracia.

A Assembleia Constituinte será, indubitavelmente, o supremo testemunho da matura-

idade política do povo brasileiro para a definição de seu rumo e a determinação de seu destino.

Constitucionalização sem Constituinte significa nada mais nada menos do que a institucionalização do medo do povo. É que, nas democracias, o povo é a única magistratura do Estado.

E a função de um partido, especialmente em regime de opressão e arbitrio, não é cultivar a história, mas fazê-la. Por isso, nas atuais circunstâncias, a Constituinte deve ser a tese-mãe, a ideia força, a *perpetua voluntas* do Partido da Oposição.

A ninguém pode ser dado inquirir de ilegal a luta democrática de um partido em favor da Constituinte, o mais alto instrumento de expressão do espírito legalista de um povo.

A Constituinte é o território sagrado do povo na busca do seu destino político, que é o de viver e caminhar livre no tempo e na história.

Partamos, pois, opositoristas e democratas de todos os quadrantes da Pátria, para a luta sem tréguas e sem armistício, sem descanço e sem pausa, em prol da Assembleia Nacional Constituinte. Com ela, decorridos cerca de catorze anos de autoritarismo, o povo apenas cobrará um bem que se lhe deve.



Advogado e promotor público, o gaúcho Lidovino Antônio Fanton, 57 anos, foi deputado estadual de 1963 a 1974, quando se elegeu para a Câmara Federal.

Esta geração ainda se reunirá numa grande Constituinte

"Na sociedade nacional surge um grito angustiado por Constituinte para repor a Casa em ordem, substituir a exceção pela lei, instruir o Estado de Direito no lugar do arbitrio"

JOÃO GILBERTO

Há um pequeno grupo de pessoas, nesta Nação, que se acredita com poderes para reescrever, para alterar, num lance apenas de caneta ou de palavra, a Constituição e a História do País.

Há poucos dias, tivemos o panorama desolador: o Congresso Nacional posto em recesso, calado como de há tempos já vem a Nação em suas forças sociais básicas. Um estranho grupo de constituintes entrincheirado na bucólica paisagem da Granja do Riacho Fundo, e o resultado: com a assinatura do Sr. Chefe de Estado, Chefe de Governo e Chefe de Revolução, com base no Ato Institucional nº 5, dezenas de reformas constitucionais lutam.

Depois, muito à brasileira - pedindo perdão à História democrática desta Pátria pelo conceito que o presente lhe outorga -, com a mesma pena o Congresso é relocalado em atividade, é recondição para funcionar e, ainda, sua própria tribuna macula-se com a presença de vozes que, por medo, bajulação ou, quiçá, ideologia contra o Parlamento vêm saudar a medida do recesso, vêm cantar ódes à violência sofrida pelo próprio Poder!

E não bastasse isto, quando num dos partidos políticos e, mais do que nele - através de órgãos conceituados de diferentes setores respeitáveis -, na sociedade nacional surge um grito angustiado por Constituinte para repor a Casa em ordem, substituir a exceção pela lei, instituir novamente o Direito no lugar do arbitrio, a palavra fácil de quem tem a responsabilidade de ser Líder do Governo numa das Casas do Parlamento vai logo dizendo: "Constituinte é coisa de comunistas".

Como contariam os que assim pensam, não somente o ilustre líder arenista na Câmara, a História brasileira? Vejam um exemplo. Em 1823, nos primeiros e tormentosos tempos do Brasil independente, um grupo de comunistas e agitadores arvorou-se em Assembleia e, seguindo uma tática muito conhecida do marxismo internacional - embora à época Marx não tivesse ainda lançado o seu Manifesto - iniciou imediatamente a confecção de uma Constituição Nacional.



"Constituinte é o estuário de encontro..."

Felizmente, o Imperador Pedro I teve inspiração e democraticamente dissolveu a reunião comunista, onde se destacavam os conhecidos agitadores irmãos Andrada.

"Constituinte é coisa de comunista", diz um líder arenista e insinua outros...

A História nacional está sendo reescrita por eles...

Certamente, uma outra passagem será contada assim:

- Logo após a Proclamação da República, novamente o partido comunista viu triunfar o seu programa em prol da Constituinte e sob o olhar complacente de Deodoro da Fonseca reuniu sua assembleia de agitação e levou até o fim esse propósito antidemocrático...

E vários políticos do Governo terão de fazer "mea culpa" em relação a fatos mais recentes que a nova História do Brasil, segundo o historiador José Bonifácio e seus seguidores, contará de forma revisada:

- Reuniu-se, em 1946, mais uma Assembleia Constituinte, como se sabe fruto de pregação comunista neste País. Entre os mais notórios na época, citam-se:

Nem é preciso citar. Estará nessa relação todo o comando político que organizou a

conspiração do Movimento de 1964. E algumas das mais ilustres lideranças nacionais de ainda hoje.

É hora de se colocar seriedade no debate nacional!

É hora de se ter um mínimo de verdade para esgrimir pela imprensa ou da tribuna!

É hora de se apresentar em público, e às claras, as verdadeiras intenções!

Ora, jogar novamente o espantinho do comunismo no jogo político, para que ele tenha a eficiência que mostrou no debate das mordomias, é tentar substituir o tema em cena e desviar as atenções nacionais!

Perguntamos para quem deu o recado e para quem mandou dar o recado:

- Se Assembleia Constituinte é coisa de comunistas, digam o que é Democracia! Será que, para os senhores, Democracia é sinônimo de facismo?! Para os senhores só há Democracia quando há totalitarismo de direita!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, todo o poder emana do povo. Esta é a regra básica de uma democracia. E o poder maior, a última reserva do poder popular e, ao mesmo tempo, o fato político mais íntimo de um povo, é o poder constituinte.

Violaram a soberania popular até as entranhas; arrancaram de lá o Poder Constituinte, para fazer modificações na Carta Nacional, sem autorização popular, sem mandato nacional, sem procuração dos brasileiros!

Na solidão do Riacho Fundo, nossa Carta foi emendada e reemendada!

E agora, quando a consciência nacional se alevanta, não só através do MDB, mas de setores não comprometidos com a política bipartidária e até de algumas vozes arenistas, em busca de restaurar a plenitude da Democracia, a vontade popular fazendo-se valer, a Nação sendo consultada sobre os princípios fundamentais que devem constar da sua Carta Nacional, vêm escamotear a questão ao debate nacional, vêm fugir mais uma vez à verdade através de um simulacro, o surrado artifício da acusação de comunista que ainda vai acabar fazendo propaganda do fantasma, porque já lhe atribuem, neste País, qualquer ideia liberal, democrática ou popular.

É a falta de argumentos e a carência de apoio popular.

É a última esperança de que o terror anti-comunista se instale uma vez mais na consciência popular e mantenha o povo distraído da realidade nacional e dos perigos que aí estão!

Estamos diante de um Governo que faz questão de afirmar que tem apoio popular, embora não precisasse fazê-lo, pois se baseia num esquema de força. Porém, faz questão de afirmar esse apoio do povo, ao mesmo tempo em que loge das eleições, usando os artifícios mais deprimentes possíveis.

As recentes reformas são testemunhas disso: o Poder Nacional manipulou a Constituição, mudou as regras do jogo, apenas para evitar um resultado eleitoral favorável a um dos partidos políticos e desfavorável ao outro.

O Governo tem medo do voto, o Governo tem medo das eleições!

Que diferença, por exemplo, para De

Gaule. Governo forte, que não pode ser indicado como primoroso espelho democrático ou liberal. De Gaulle, no entanto, não deixava dúvidas sobre o apoio popular. Cada vez que tinha dúvidas, ia procurá-lo num plebiscito nacional. Sempre o recebia.

E o dia em que não o recebeu, compreendeu a voz *populi*; sua missão estava encerrada, foi para casa.

Assim não são os governantes nacionais. De De Gaulle copiaram as excepcionalidades e as aprofundaram muito; mas dele não se seguem o exemplo de conferir verdadeiramente, no plebiscito ou na eleição, o apoio que dizem ter quando recebem homenagens sensoriais, geralmente comprometidas pela dependência dos promotores ou por seus interesses em jogo.



Ex-vereador em Santa Maria (RS), João Gilberto Lucas Coelho chegou à Câmara em 1974, logo destacando-se como um dos mais atuantes deputados do MDB. Um dos líderes do grupo neo-autêntico, foi um dos que mais lutou para que o MDB incluisse a bandeira da Constituinte em seu programa.

E ainda usam uma duplicidade de rostos políticos muito cômoda; quando o resultado de uma eleição é negativo, é porque a Arena, partido encarregado de dizer que é Governo, não anda bem; quando o resultado do pleito é favorável, é a obra monumental do Governo e do sistema que o povo está aplaudindo.

Por que fogem agora das eleições? Afinal, quem tem medo não tem medo de eleição; quem foge de eleição é porque não tem povo.

Ou será que realmente o Governo não está representando mais a maioria do pensamento nacional? A História responderá.

A hora nacional chama-nos a uma grande responsabilidade.

AO MDB CABE FORMAR A FRENTE MAIS AMPLA POSSÍVEL

Não podemos, nós, políticos, voltar às tarefas costumeiras, como se tudo estivesse normal. Não deveremos ficar restritos ao trabalho parlamentar e eleitoral. Chama-nos a urgente tarefa política de dialogar com as mais diversas correntes de opinião pública, de ouvir e de falar, de pregar e de auscultar, para ir construindo uma quase unanimidade nacional que haverá de se fazer ouvir e respeitar neste País.

Todos sabemos que o essencial é a democratização das instituições nacionais.

É preciso que despertem dessa letargia e reassumam, alguns, o papel que já representaram no passado com vigor e autenticidade e, outros, as verdadeiras dimensões de uma nova geração política.

AO MDB cabe assumir o seu papel político com renovado esforço e desempenhar a missão que a História lhe reserva: formar a frente mais ampla possível que leve este País à normalização da vida política, institucional, social e econômica.

Vasco Neto - Deputado João Gilberto, o alvo é o Líder José Bonifácio. Por quê? Porque é um homem de atitudes corajosas, desabrido talvez no falar, mas coerente, sempre o mesmo. Quanto a S. Exa. ter participado da Constituinte em 1946 e hoje estar contra a convocação de uma agora não há dificuldade alguma em se defender essa posição. As circunstâncias, as perspectivas são outras; então, é possível que o que ontem se fez como

certo hoje não se possa mais tomar como correto. O Sr. José Bonifácio tem uma tradição de liberal e de lutador que devemos pelo menos respeitar, pois a sua vida é de luta em prol desta terra e desta Casa.

JOÃO GILBERTO - Diz V. Exa que o alvo do meu discurso é o Deputado José Bonifácio. Engana-se. O alvo do meu discurso é uma situação que aí está, é a distorção institucional no Brasil. O Deputado José Bonifácio é apenas um delegado do sistema.

Diz V. Exa que não queremos reconhecer ao Deputado José Bonifácio, um liberal constituinte de 1946, o direito de ser contra a convocação de uma Constituinte. Digo eu a V. Exa: o que queremos é que o Deputado José Bonifácio respeite, nos democratas do MDB, o direito de pleitear uma Constituinte agora; e não venha com a velha artimanha de dizer que isso é tática de comunista, se é agora, era em 1946, quando ele próprio pedia a Constituinte.

Diz V. Exa que há subversão. Ela aí está - é verdade e reconheço. Vejo-a em torno; o que não vejo neste País é a ordem legal, toda ela subvertida. Desde 1964, nenhum inquérito policial-militar foi instaurado para apurar subversão de direita, nenhum inquérito policial-militar apurou fatos ou investigou entidades, organizações que picam muros, como as de esquerda. Ao contrário, sei de entidades que recebem títulos de utilidade pública.

Diz V. Exa que a Arena não tem medo de eleições, tanto que ganhou as de 1976. Mas ajudou a mudar as regras para que não ocorresse, no plano em que deveriam ocorrer, as de 1978. Se não fugiram por medo, não entendo por que o fizeram.

Sr. Presidente, uns não compreendem a ideia de uma Constituinte, porque só enxergam alguns palmos adiante, e não vislumbram a possibilidade de amanhã ou daqui a uma semana ser convocada uma Constituinte...

ESTA GERAÇÃO AINDA SE REUNIRÁ NUMA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Encarnecem dela alguns, porque sabem que ela representa o ponto final para seus planos autoritários, para seus ganhos políticos sem consultas à vontade popular, para seus paraísos de excepcionalidade...

Apoiam-na, no entanto, os homens de

bem que buscam a Democracia neste País. Não é uma bandeira para um Partido levar a um pleito eleitoral. É, sim, - e aí está a sua grande dimensão - um ponto de encontro das mais diferentes forças sociais que compõem a Nação.

Sobre ela já se fizeram ouvir, antes do depósito de ser proposta pelo Líder do MDB nesta Casa, vozes as mais autorizadas na tradição jurídica do País.

Em seu favor já se manifestaram homens e respeitáveis entidades que nada têm a ver com as disputas partidárias ou eleitorais.

Propor uma Constituinte não é uma arma eleitoral, e isto é que está desconcertando os defensores da excepcionalidade. É saltar fora do limitado quadro eleitoral e dialogar bem alto com a consciência nacional, na sua maior intimidade.

Os brasileiros estão convidados a participar deste movimento por uma Constituinte. Não se exige filiação partidária. Não se pergunta por linha política, a não ser a aceitação básica da Democracia. Não se discriminam categorias sociais ou econômicas, níveis culturais ou profissões religiosas.

O movimento por uma Constituinte é de todos, é da Nação. É do jurista mais insigne da atualidade e do trabalhador anônimo, mas brasileiro e patriota.

Ao Sr. José Bonifácio e a outros restará a solidão povoada de fantasmas. Já andou insinuando que os jornalistas são comunistas; dos políticos tem dito a mesma coisa sobre muitos. Certamente amanhã estará dizendo o mesmo dos advogados porque esses apoiam a tese da Constituinte, a seu ver tipicamente comunistóide. Vai percorrendo, em sua desconfiança, uma a uma a profissões deste País. Quando chegar à profissão de militar, restará ao atual Líder do Governo nesta Casa o caminho do asilo na Uganda, certamente um dos últimos recantos do mundo com o modelo que S. Exa prega.

Não importa o silêncio que é imposto da Universidade à fábrica, do Parlamento à Nação. É preciso confiar na capacidade de articular a palavra.

Não importam as ameaças, as inseguranças, os riscos, as diliculdades. É preciso confiar na capacidade de fazer nascer o novo dia, com liberdade e justiça neste País.

Antes os historiadores que seguem o Sr. José Bonifácio: esta geração ainda se reunirá numa grande Assembléia Nacional Constituinte para que a Nação decida, soberanamente e pelos seus representantes eleitos, os melhores caminhos para realizar seu grande porvir e sua vocação de povo livre, poderoso e feliz!

Na Constituinte está a resposta

"Não concordamos com a transformação pura e simples do atual Congresso em Constituinte"

ORESTES QUÉRCIA

Em abril de 1976 pregamos nesta casa a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte eleita pelo povo brasileiro juntamente com a eleição dos governadores em 78 (eleição direta diga-se, de acordo com o que determina a lei). A repercussão foi boa. A tese foi simpática à maioria dos líderes emedebistas, objetando alguns no entanto que uma Assembléia com essas extraordinárias responsabilidades sofreria constrangimentos em razão da vigência do Ato Institucional nº 5. Tendo em vista os últimos acontecimentos políticos, as notícias angustiantes e as perspectivas nada promissoras, nos parece importante voltar ao assunto para pleitear uma Constituinte.

Antes de mais nada julgamos necessário um esclarecimento: nós falamos em uma Constituinte através de eleições livres de deputados e senadores, compreendendo o acesso dos partidos ao rádio e à televisão durante a campanha, na apresentação dos seus candidatos e no debate de suas ideias e programas. Tudo sem a mínima restrição. Nós falamos das eleições de deputados e senadores que comporiam a Constituinte e que, logo após a aprovação e promulgação da nova Constituição, integrariam o Congresso ordinário (Câmara e Senado) exatamente como ocorreu em 1946. O esclarecimento é necessário porque nós não concordamos com a transformação pura e simples do atual Congresso em Constituinte por motivos de ordem prática e de ordem doutrinária.

No primeiro caso porque uma Constituinte decide por maioria simples e no caso de se transformar o atual Congresso em Constituinte o Governo já teria a maioria simples para aprovar a Constituição que entendesse. No segundo caso porque um poder consti-

tuinte, no caso do atual Congresso, não tem o poder constituinte, que normalmente deve ser delegado expressamente pelo povo para que se possa discutir e aprovar uma Constituição. Somente através de uma eleição própria, com o objetivo explícito, o povo pode delegar poderes a um grupo de legisladores constituintes para discutir, aprovar e promulgar uma Constituição.

A CONSTITUINTE É A RESPOSTA PARA AS INDAGAÇÕES DO MOMENTO

Com relação à legítima objeção de que uma Constituinte não poderia conviver com o AI-5, em nossa proposta pretendemos que o AI-5 cesse de vigorar no dia mesmo da instalação da Assembléia Nacional Constituinte. É evidente que durante o transcorrer da campanha eleitoral, com o AI-5 em plena vigência pretendemos a reedição do mesmo clima de liberdade que cercou as eleições de 1974, com o amplo acesso dos candidatos à praça pública, ao rádio e à televisão para o debate dos grandes temas nacionais, o que possibilitaria edificar os parâmetros para a Carta Magna, de acordo com o entendimento soberano do povo.

Senhores Senadores:

Nos últimos tempos temos sido conclamados a procurar uma solução para os problemas políticos brasileiros. Temos convicção que na convocação de uma Assembléia Constituinte está a resposta para as terríveis indagações do momento. Seria buscar o ordenamento jurídico que mais convém ao de-

envolvimento do nosso País lá na origem, na essência. Seria o chamamento do meio social do nosso País para meditar e decidir sobre o futuro, através dos representantes eleitos legitimamente e com os poderes necessários para tomar a grande decisão histórica.

O povo tomará seu caminho assumindo sua própria responsabilidade. Se as eleições de 78 serão diretas ou não, se o próximo Presidente da República será eleito pelo sufrágio universal ou não, quais serão os caminhos a seguir no relacionamento com os outros povos, quais as soluções para uma justa distribuição da riqueza, como proteger o desenvolvimento nacional, a Assembléia Constituinte dirá. A Assembléia Constituinte, procuradora dos interesses do povo brasileiro, decidirá.

Com relação à condição dos brasileiros, à sua capacidade de decisão, ao seu critério de escolher o melhor caminho, não cremos que se possa colocar dúvidas a respeito. Neste século, neste momento especial, tendo à mão esses extraordinários séculos de comunicação, o povo já tem, há muito tempo, por intermédio de sua sabedoria, sensibilidade, condições totais de decidir sobre todos os assuntos que lhe compete. Pensar o contrário seria minimizar o valor da gente brasileira, além de uma demonstração de conservadorismo retrógrado.

Nas últimas décadas os brasileiros têm dado magníficas demonstrações de maturidade (...)

E têm hoje condição de eleger seus representantes para uma Assembléia Constituinte, num exercício tão necessário aos nossos anseios de liberdade.



Ex-prefeito de Campinas, Orestes Quercia chegou ao Senado Federal, por São Paulo, em 1974, como o senador mais votado do país, com quase 6 milhões de votos. Foi um dos primeiros a levantar a bandeira da Constituinte, apresentando-a em 1975 como o caminho para o país chegar à redemocratização.

Lutaremos por ela até conseguí-la

"A situação como está não poderá permanecer: a exceção não poderá ser permanente, o anseio de democracia do povo brasileiro deverá imperar"

ODACIR KLEIN

A Constituinte representará a participação dos brasileiros nas decisões nacionais e nos frutos do trabalho. É necessário convocá-la para que a situação hoje ocorrente seja modificada, pois vivemos num período em que poucos brasileiros decidem pela Nação e, em decorrência disso, não há correta distribuição das rendas e riquezas.

Indubitavelmente, a Constituinte, em representando esta possibilidade de participação nas decisões e, em consequência, na distribuição dos frutos do trabalho, interessa, à grande maioria da população, mas principalmente às camadas que hoje nada decidem, recebendo apenas algo paternalisticamente, como prato frito, e por isto, recebem inexpressiva parcela da renda nacional.

Exemplifiquemos com o trabalhador urbano.

De ninguém é desconhecido que o nosso operário não tem a mínima liberdade de participação nos debates dos assuntos que lhe digam respeito. Os reajustes salariais não resultam de acordos com os empregadores, mas sim da simples adoção dos resultados de cálculos matemáticos procedidos nos laboratórios governamentais. Os sindicatos não são, por força de lei, órgãos de reivindicação, mas simples associações para prestação de assistência ou previdência social ao sindicalizado. O trabalhador tem receio de participar de movimentos reivindicatórios, pois pode ser enquadrado como subversivo e sofrer sanções punitivas que têm suporte na legislação excepcional.

O Congresso Nacional, onde existem representantes eleitos pelos trabalhadores, não decide sobre a fixação do salário mínimo e outros assuntos de interesse da classe operária, já que a competência para legislar sobre tais matérias é do Poder Executivo, normalmente insensível às postulações transmitidas das tribunas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

COM A CONSTITUINTE OS SINDICATOS PODERÃO TER LIBERDADE

E, neste contexto, aumentou a renda nacional, aumentou a produtividade, mas diminuiu o poder aquisitivo real do trabalhador, isto é, o que o operário recebe hoje, como salário mínimo, não lhe permite a aquisição da mesma quantidade de bens que podiam ser adquiridos com o salário mínimo de dez anos passados. Tudo porque o Poder Executivo é muito forte e decide sem ouvir os sindicatos e o Poder Legislativo.

Com a convocação de uma Constituinte e dela, consequentemente, resultando uma Constituição que represente a vontade dos brasileiros, os sindicatos poderão ter liberdade de reivindicação, o Congresso Nacional poderá ter aumentada sua competência para legislar e o Poder Executivo não deverá ser o centro único das decisões nacionais. Com isto, o trabalhador, que tomamos neste pronunciamento, como exemplo, deverá receber os benefícios resultantes de sua participação nas decisões nacionais.

É preciso que a Nação entenda que a Constituinte apenas não interessa a alguns, pois omente terá benefícios para as grandes camadas da população, hoje marginalizadas do processo decisório e na participação nas rendas e riquezas.

Por isto, a grande luta, agora, de todos os brasileiros, deve ser pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

O MDB sabe das dificuldades que encontrará nesta caminhada; sabe que a tese da Constituinte não pode ser considerada transitória, mas sim uma luta permanente do partido na busca da redemocratização e da implantação do Estado de Direito, porque tem consciência de que inúmeros obstáculos terá por superar. No entanto, como tese permanente não tem tempo marcado ou determinado para extinguir-se. Somente se extinguirá esta luta pela convocação da Assembleia

Nacional Constituinte no momento em que, efetivamente, por uma ou outra forma, a mesma venha a ser convocada. E todos nós temos consciência de que um dia, neste País, terá de ser convocada uma Assembleia Nacional Constituinte, porque a situação, como está, não poderá permanecer: a exceção não poderá ser permanente, o anseio de democracia do povo brasileiro deverá imperar. Por isso, mais cedo ou mais tarde, atendendo ao reclamo emedebista, há de ser convocada a Assembleia, para então, com participação de todos os setores do pensamento nacional, serem eleitos os representantes que deverão votar para o Brasil a nova Constituição.

QUEREMOS UMA CONSTITUIÇÃO E NÃO UMA COLCHA DE RETALHOS

A Constituinte, no entanto apresenta alguns pressupostos que entendemos necessários e que deveremos defender. Sem que eles ocorram não poderá ser convocada uma Assembleia Constituinte livre, onde efetivamente todos os setores do pensamento nacional estejam representados. Para ser convocada, é necessário, inicialmente, seja revogada a legislação excepcional. Não terá sentido que se a convoque estando em vigor o Ato Institucional nº 5; não terá sentido que se convoque Assembleia desta natureza estando em vigor o Decreto-Lei nº 477 e o estudante, em consequência, impedido de participar do processo político. Não será possível se convoque uma Assembleia Nacional Constituinte sem que seja precedida de anistia ampla, de ampla liberdade de imprensa e de comunicação, sem que todas as correntes de pensamento que disputam suas vagas tenham ampla liberdade para falar à Nação. Por isso, a Constituinte é nosso objetivo permanente, não-transitório. Lutaremos por ela até conseguí-la. No entanto, não poderemos, de maneira nenhuma, deixar de lutar também para conseguir aquilo que são seus pressupostos. Enquanto lutamos pela Assembleia Nacional Constituinte, temos de lutar também pela revogação do Ato Institucional nº 5, pela revogação do Decreto-Lei nº 477, pela anistia ampla, pela possibilidade de participação da juventude no processo político. Temos de lutar por todos esses pressupostos, por liberdade de informação, para que possamos, então, no dia determinado, eleger a Assembleia que dará a este País uma Constituição e não uma colcha de retalhos, que dará a este País um novo ordenamento jurídico e constitucional. Em sendo esta uma luta permanente, continuaremos sempre lutando, embora possamos também aceitar que, para alcançar os seus pressupostos, sejam necessárias medidas específicas, tais como: revogação do AI-5 e do Decreto-Lei nº 477, anistia ampla, liberdade de imprensa, liberdade de manifestação de pensamento. Por isso, qualquer projeto, qualquer proposta de emenda constitucional que venha a esta Casa, tendo em vista, por exemplo, a revogação do Ato Institucional nº 5, anistia ampla ou qualquer outro desses pressupostos, será simpática ao partido da Oposição. São necessários, pois gradativamente iremos conseguindo as condições para que seja efetivamente convocada a Assembleia Nacional Constituinte.

Dentro desta ótica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tomamos conhecimento, hoje, pela imprensa, de que alguns arenistas preparam pedido de revogação do Ato Institucional nº 5. E a notícia nos dá conta de que juntamente com o Marechal Cordeiro de Farias alguns Deputados da Arena estão a preparar mensagem ao Presidente da República em que pedirão a revogação do Ato Institucional nº 5 e sua substituição por um organismo de efetiva defesa do Estado. Lemos a notícia, que, por um lado, nos despertou o sentimento de aplauso, e por outro a necessidade de chamar a atenção desses Deputados arenistas para um fato que julgamos importante. Os que queremos atingir os pressupostos visando à Assembleia Nacional Constituinte entendemos necessária a revogação do Ato Institucional nº 5, e não temos como deixar de aplaudir atitude, de quem quer que seja, que

objetive a revogação desse instrumento excepcional.

No entanto, Sr. Presidente, pela notícia, pretendem os nobres Deputados da bancada arenista propor a revogação do Ato Institucional nº 5 e sua substituição por instrumentos de defesa do Estado. O ideal é a revogação pura e simples do Ato Institucional, porque a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, já contém dispositivo que, no nosso entendimento garante perfeitamente a defesa de qualquer Estado.

Parece-me, assim, que devemos sugerir aos ilustres representantes da Arena, que têm condições para apresentar propostas de Emenda Constitucional — o que não temos por não dispormos do quorum exigido pelo "pacote" — que, se apresentarem proposições dessa natureza, visando a tornar sem defeito o AI-5, o façam postulando simplesmente a revogação do artigo da Constituição que assegura sua vigência, e não inventem fórmulas miraculosas como a da criação de um Conselho de Estado ou semelhante, pois já há, no corpo da Carta Magna, dispositivo que determina o julgamento daqueles a quem a Procuradoria Geral da República denunciar como subversivos ou como corruptos, pelo Supremo Tribunal Federal. Entendemos que há necessidade imperiosa de serem revogados os instrumentos de exceção. E quando vemos a disposição de alguns Deputados arenistas, no sentido de proporem a revogação desses instrumentos, vamos mais longe: nós nos permitimos sugerir que procurem coletar assinaturas para a apresentação de proposta de emenda constitucional, já que nós, da Oposição, por não termos o quorum necessário nas duas Casas do Congresso, não podemos fazê-lo. E que, buscando essas assinaturas, deixem de pensar em substituir o arbítrio por outro colegiado que também seria de exceção e de arbítrio, procurando entender que no próprio texto constitucional já há a garantia que entendem necessária, através de um dispositivo para nós até draconiano. Que não fiquem buscando apenas revogar a legislação excepcional e se somem a nós, que temos projeto de lei visando a revogar o Decreto-lei nº 477, que deverá ser trazido ao plenário, cumprindo o Regimento desta Casa, ainda no decorso do mês de outubro. Nessa ocasião, os Deputados arenistas interessados na revogação da excepcionalidade terão oportunidade de se somarem a nós. Assim estaremos preparando os pressupostos para que um dia seja efetivamente convocada uma Assembleia Nacional Constituinte, o grande objetivo da Nação brasileira e, agora, a grande luta permanente do MDB; cada momento que passa, mais e mais está provado que o povo deve ser chamado para eleger os seus representantes de acordo com as diversas correntes de pensamento para que essa Constituição seja votada. O que há hoje é insegurança, é intranquilidade, é uma Carta que não provém mais da vontade nacional, Carta cheia de remendos, que gera essa intranquilidade e essa insegurança que podem ser constatadas em qualquer setor. Há hipertrofia do Poder Executivo e, principalmente, atrofia dos Poderes Legislativo e Judiciário. O Executivo, praticamente, é imune às responsabilidades.

MAIS CEDO OU MAIS TARDE CONVOCAREMOS A CONSTITUINTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda há poucos dias, o próprio Ministro da Fazenda denunciava que, em 1973, os dados referentes ao custo de vida foram manipulados. Se houve manipulação oficial desses dados estatísticos, logicamente houve prejuízo para os trabalhadores na fixação do salário mínimo, do recolhimento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, na fixação do valor das aposentadorias. Houve, por força dessa manipulação, denunciada pelo próprio Ministro da Fazenda, prejuízo para todos os operários do País, principalmente para aqueles que recebem salário mínimo. Mas, se vivéssemos num regime de plenitude constitucional em que o Executivo não fosse um superpoder, em que os outros Poderes não estivessem atrofiados, medida como essa, de manipular dados, em prejuízo dos trabalhadores e ape-

nas no interesse de uma imagem positiva da economia nacional, iria resultar em responsabilidade criminal e talvez, Sr. Presidente, até na queda de Ministros responsáveis por atos dessa natureza. No entanto, com um Poder Executivo todopoderoso, hipertrofiado, sem possibilidade de fiscalização efetiva pelo Legislativo — com um poder que se sobrepõe ao Judiciário, que pode aplicar sanções ao Judiciário, temos de reconhecer que a impunidade ocorre e que atos como esse, que prejudicam determinado setor da economia nacional e uma classe social, são praticados impunemente, o que não poderia acontecer se estivessemos em pleno regime constitucional, se o Poder Executivo pudesse ser efetivamente fiscalizado e, principalmente, se os operários brasileiros pudessem reclamar, se os sindicatos fossem efetivamente reivindicantes e não, por força de lei, meros órgãos de assistência e previdência social. No entanto, com a Constituição que temos, há essa hipertrofia de um Poder. Em consequência, esse mesmo Poder tudo pode, até, como denunciou o próprio Ministro da Fazenda do Governo atual, repito, manipular dados estatísticos, mesmo que tal manipulação configure prejuízo para toda a Nação e, principal e preponderantemente para os assalariados brasileiros, já tão espezinhados, dentro da atual conjuntura do modelo exportador, do modelo elitista, modelo não distributivista da riqueza, que se implantou neste País. Por isso, quando dizem que não adianta defendermos a tese de convocação de Assembleia Nacional Constituinte, que isso não irá resolver o problema do operário, nem o problema sócio-econômico do País, respondemos que queremos a Assembleia Nacional Constituinte exatamente para que, com o direito de participação de todos, não se cometam esses erros e que o Poder Executivo, efetivamente fiscalizado, não continue a implantar um modelo sócio-econômico que causa prejuízos principalmente às camadas menos favorecidas da população. A Assembleia Nacional Constituinte é uma forma de resolver os problemas nacionais não só institucionais, mas, pela participação do povo, também os sócio-econômicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora aplaudindo qualquer medida que vise à aprovação dos pressupostos para a instalação de Assembleia Nacional Constituinte — como seja, a revogação do AI-5 e do Decreto-lei nº 477, a aprovação da anistia ampla, a liberdade de imprensa, a devolução dos *habeas corpus* — a luta da Oposição, dentro deste quadro da vida nacional, será permanente, e temos certeza de que ainda haveremos de convocar, mais cedo ou mais tarde, uma Assembleia Nacional Constituinte, para devolver-se a normalidade democrática a este País.



Ex-refeito e depois vereador da cidade gaúcha de Getúlio Vargas, Odaírc Klein, 44 anos, eleger-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul na grande vitória do MDB em 1974 e em 1977 foi um dos vice-líderes do partido na Câmara.

Uma Constituinte para banir os atos de exceção

"Já em Recife, em 1971, a oposição alertava o país para a solução da Assembléia Constituinte"

JORGE UEQUED

Hoje todo o país está sacudido por manifestações em que se postula a volta ao Estado de Direito. Vários segmentos da sociedade clamam em busca da convocação, pela eleição de uma Assembléia Nacional Constituinte. Entre as manifestações podemos destacar os estudantes na sua coragem cívica e no seu desejo de participar, os assalariados na busca de melhores condições de vida, os advogados, os médicos, os membros da Confederação Nacional dos Bócos Brasileiros, algumas figuras representativas do governo pós-1964, todos falando a mesma linguagem, do grande anseio pela democracia e da fórmula da Constituinte.

Mesmo algumas pessoas consideradas muito cultas e de boa posição social não escondem o seu desconhecimento, dizendo não saber exatamente o que seja uma Assembléia Nacional Constituinte. Até mesmo deputados revelaram, há pouco tempo, ter da Constituinte apenas uma ligeira e defeituosa visão. "Que dirá o povo", aproveitam para reclamar não só os inimigos da democracia, como até alguns setores da oposição democrática que ainda não conhecem perfeitamente a proposta. Em verdade, deve-se dizer que a última Assembléia Nacional Constituinte neste país reuniu-se exatamente há 31 anos.

O problema está na falta de representatividade política. Ninguém pode lembrar-se do que não aprendeu, e política é uma atividade que se aprende fazendo e participando. A memória política de um povo depende do grau da sua intervenção e de sua participação no processo político.

Não se pode dizer que a Constituinte não seja a solução para os problemas nacionais simplesmente porque muitos não conhecem o seu funcionamento. A democracia é a demonstração da vontade popular; é quando o povo participa do Governo. E quando todos têm o direito de escolher, de fiscalizar, de participar, de opinar e de propor. Assembléia Nacional Constituinte é um Parlamento com poderes soberanos para organizar, livremente, a vida política de uma Nação. O povo será chamado a votar, e em eleições livres, com liberdade de formação de agrupamentos políticos com igualdade entre todos, criar-se-ão os partidos, e os candidatos serão apresentados pelos partidos políticos com seus programas. Os eleitos formam uma Assembléia Legislativa, para redigir a Carta Magna, ou seja, a Constituição. Que definirá a organização jurídica do Estado, estabelecerá como funcionarão os Poderes Públicos, definirá os direitos do cidadão, suas obrigações, estabelecerá a sustentação jurídica do País, sua estrutura econômica, política e social. O que for determinado, o que for aprovado por esta Assembléia se chamará Constituição, estabelecerá diretrizes que nenhuma outra lei, nenhum outro ato, e nenhum outro Poder, por nenhuma outra força poderá modificar. Todas as leis do País passarão a ser elaboradas orientando-se na Constituição.

SEMPRE SÃO CONVOCADAS CONTINUAMENTE QUANDO SE QUER MUDAR O REGIME

Sempre são convocadas Assembléias Nacionais Constituintes quando o povo quer uma mudança no regime, quando um regime já não satisfaz as forças que o sustentam, ou as forças nacionais. No Brasil nós já tivemos sete Constituições, mas apenas três foram elaboradas por Assembléia Nacional Constituinte.

Em 1824, logo após a Independência, tivemos a Constituição da Independência, que foi promulgada autoritariamente por D. Pedro.

Em 1891, logo após a Proclamação da República, tivemos uma Constituinte, eleita; é verdade, com inexpressiva participação popular, mas que elaborou a primeira Constituição republicana.

Em 1934, logo após a Revolução de 1930, tivemos uma nova Constituinte, o povo foi chamado para eleger os membros que comporiam uma nova Carta Magna, mas, neste caso, em 1934 também houve uma escassa representação popular para elaboração do documento. Em seguida, em 1937, quatro anos após, com a implantação do Estado Novo e com o golpe de Estado, o Presidente Getúlio Vargas outorgou uma nova Constituição, sem que para isso tivesse convocado a Nação para elaborá-la, derrubando, com isso, a Car-

ta Magna preparada pela Constituinte de 1934. Em 1946, logo após ao fim do Estado Novo, é convocada uma Constituinte, pela primeira vez com boa participação popular, para fazer-se o que resultou na Constituição de 1946, tida até hoje como a mais liberal de nossas Cartas, embora o seu estilo predominantemente conservador.

Em 1967, três anos após o Movimento de 1964, Castello Branco fez um Congresso enfraquecido aprovar uma Constituição que determinava a nova ordem. O Congresso não tinha poderes constituintes. Em 1969 foi a Emenda Constitucional nº 1, chamada, também, a Constituição do Ato 5. Três Ministros Militares no poder outorgaram a Emenda Constitucional cujo art. 182 mantém o AI-5, que suspende a própria Constituição.

Em abril de 1977, o chamado "pacote de abril" produziu alterações tais na "Constituição" que praticamente elaborou uma nova.

Pelo "pacote" o povo perdeu o direito de escolher 1/3 dos Senadores. Perdeu o direito de eleger os Governadores, entre outros prejuízos à Nação brasileira.

Essa longa trajetória da vida constitucional do País demonstra a necessidade de convocar-se o povo para livremente eleger aqueles que participarão da elaboração de uma Carta que tenha legitimidade, representatividade para escolher os caminhos da Nação. Assembléia Constituinte não é contra ninguém, mas sim um fato e um ato a favor da Nação.

COMO DEVE SER A CONSTITUINTE? O QUE É? QUEM VAI CONVOCÁ-LA?

Em 1946, embora com alguns problemas, as eleições pela Constituinte foram realizadas. Comícios populares foram empastelados, o rádio, principal meio de comunicação na época, foi mantido sob censura, mas os vários partidos recém-criados ou reorganizados divulgaram seus programas. As correntes liberais conservadoras, UDN e PSD, conquistaram a maioria na Constituinte, mas os trabalhadores conseguiram eleger seus representantes. Na onda da redemocratização, a mobilização popular avançou substancialmente em relação às trevas do Estado Novo.

Hoje, um grande debate se expressa em defesa de uma Assembléia Nacional Constituinte. A apresentação do debate está no conflito entre a ordem constitucional e a ordem institucional; a primeira na verdade é suspensa pela vigência de ato institucional; apresenta-se, portanto, o impasse político com a dificuldade da convivência entre a ordem da Constituição outorgada por uma Junta e a ordem institucional baseada nos atos.

Há um regime fechado e há um clamor geral da Nação em participar, todos querendo influir no processo político e na busca das suas soluções. É necessário que se diga que o movimento que agora chega, com a aprovação unânime da Convenção Nacional do Partido da Oposição e com a pregação, por vários segmentos da sociedade brasileira, teve sua data publicamente lançada em 1971, apresentado por um grupo de Deputados do MDB na busca de alternativas para a solução do impasse criado com o Ato Institucional nº 5; já em Recife, em 1971, a Oposição alertava o País para a solução da Assembléia Constituinte.

Mas algumas perguntas ainda pairam e não só o homem comum as faz, como até muitos participantes do Congresso Nacional. Como deve ser a Constituinte? Será esta proposta justa e oportuna? O que é Constituinte livre, democrática e soberana? Quem vai convocá-la? E as propostas de setores do Governo em transformar o atual Congresso para fazer uma nova Constituição, ou então o Congresso a ser eleito em 1978?

A Constituinte deve ser formada por uma Assembléia Nacional, cujos membros sejam eleitos especificamente com o objetivo exclusivo de elaborar e votar a Constituição. Deve ser precedida de alguns requisitos básicos, ou seja, eleita de forma democrática e soberana, com ampla liberdade de organização e de expressão por todas as classes; ampla, irrestrita aos cidadãos brasileiros que, por motivos políticos, estão impedidos de exercerem os seus direitos de cidadãos; da revogação de todos os atos de exceção e de toda a legislação que impeça a livre mani-

festação de opinião e a livre divulgação e difusão dessa opinião. Não se pode entender uma Constituinte sem estas garantias; e, no momento, a forma correta de se propor a redemocratização do País para estabelecer o regime democrático é a Constituinte.

Uma Constituinte de um país é o resultado de uma obra tão importante que deve ser entregue a um órgão, de natureza parlamentar, que não se ocupe de outra tarefa senão dela. É necessário estabelecer uma preparação intelectual, moral, espiritual, filosófica e política para que este órgão realize tal mister. É impossível a elaboração da Constituição de um país por apenas um homem ou um triunvirato. Durante a eleição da Assembléia Nacional Constituinte será realizado o grande debate nacional, com a participação de intelectuais, professores, políticos, de todos que possam contribuir para o aprimoramento das nossas instituições. Evidentemente, o Governo seria chamado a colaborar, porque ele tem uma gama infindável de informações, de caráter estatístico econômico. Após o debate, após o diálogo, após o verdadeiro diálogo, o povo seria chamado a votar e os partidos teriam seus programas, e o povo ao votar virando em algum comprometido com aquelas teses. Por exemplo, no que tange ao sistema de governo, se um dos partidos optasse pelo sistema presidencialista e outro pelo sistema parlamentarista, o cidadão que apoiasse o parlamentarismo saberia que votando em candidato daquele partido estaria dando procuração à alguém para, em seu nome, incurrir na Carta Magna o princípio do regime parlamentarista no País.

Entre os pressupostos básicos para chegarmos à Constituinte está a anistia. Sem ela não é possível nem abrimos um ambiente em que se possa chegar a um trabalho de elaboração da Carta. Anistia sempre é uma medida que atende aos interesses do Estado. Este não pode discriminar permanentemente a vida política. Anistia é um processo pelo qual a estrutura legal do Estado absorve as energias que ela expulsou, porque não se expulsa apenas nomes e sim correntes que estes nomes integram. Não é possível abrir caminho para a Constituinte sem anistia. Diga-se de passagem, anistia é uma das tradições da vida política do País. O exemplo de Caxias é para ser seguido e não só elogiado.

Perguntamos: quem irá convocar a Constituinte? Evidentemente, será o Governo. Os vários segmentos da sociedade e a Oposição brasileira estão patrioticamente oferecendo ao Governo uma fórmula para sairmos do impasse constitucional que vivemos, com a vigência de uma ordem institucional que já não agrada mais à Nação. Oferecemos uma fórmula ativa e democrática para reencontrarmos ao nosso caminho e para chegarmos à democracia. Poderão alguns dizer que, se o Governo não quiser, não convocará a Constituinte, mas a Nação relembra a necessidade de sensibilidade política por parte do Governo, para atender a seus reclamos. O Governo não pode, num processo democrático, colocar-se contra a Nação. A Nação deve exigir um comportamento do Governo. O Estado contra a Nação é uma ditadura.

O atual Congresso Nacional tem legitimidade para elaborar uma nova Carta Magna. É a grande pergunta. E nós, do MDB, respondemos que não tem. O que o MDB quer é uma Assembléia, com poderes específicos para tal.

Queremos uma Assembléia Nacional Constituinte para banir do País os atos de exceção. Mas se, por exemplo, o Governo mandar ao Congresso uma emenda constitucional retirando o art. 182 da Constituição que consagra o Ato Institucional nº 5, o MDB votará a favor, mas continuará na sua campanha pela Assembléia Nacional Constituinte.

Estamos apresentando ao Governo uma fórmula para chegarmos ao processo democrático, mas, se não quiserem entender, recairá sobre ele a responsabilidade do momento histórico e do cumprimento do dever cívico. A Oposição, democrática e patrioticamente, apresenta uma fórmula. Tem alegado muitos governistas que nós não apresentamos soluções. Nós estamos a apresentar, chama-se Constituinte, será o grande diálogo entre o Estado e a Nação, será o grande debate nacional, será o grande diálogo entre brasileiros, não murmurios de gabinetes, não as conversas de que o povo não participa, não sabendo quais os resultados e objetivos.

Por incrível que pareça, as medidas mais violentas tomadas pelo Governo acabaram retornando contra ele próprio. As chamadas "reformas de abril", ou "o pacote de abril", causaram um mal-estar tão grande à Nação que esta sentiu necessidade de movimentar-se; tal foi o desconforto criado que já parece haver uma frente democrática, de grandes proporções, surgida espontaneamente, em diversos pontos do País. Parece, inclusive, que se abandonou o fatalismo e a resignação, e os segmentos sociais passaram a dizer o que pensam da situação atual. Tão devastoso foi o "pacote" que rompeu com todas as esperanças de redemocratização; abriram-se as portas para dizer que alguns são mais iguais que outros e que o poder será privilégio de alguns. O "pacote de abril" alertou a Nação de que as promessas de redemocratização estavam mofoando.

A SUPRESSÃO DA LIBERDADE NO BRASIL JÁ ESTÁ DURANDO DEMAIS

Esqueceu-se a Nação para propor uma fórmula democrática para chegarmos ao Estado de Direito. Em entrevista recentemente publicada no **Jornal de Brasília**, de 8 de agosto de 1977, o General Pery Bezilacqua, ex-Ministro do Supremo Tribunal Militar e um dos participantes do Movimento de 1964, ao fazer um diagnóstico da situação política do País, disse: "A Nação está no limite de sua paciência e a supressão da liberdade no Brasil já está durando demais". Salientou, ainda: "Incorporar os atos de exceção na Constituição brasileira seria perpetuar o estado policial, que leva ao arbítrio. A sua existência incrustada na Constituição, dominando-a, torna impossível a existência da democracia no País. O Estado de Direito é incompatível com ele, da mesma forma como o é a Declaração dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é um dos signatários". Ao referir-se ao "pacote de abril" salientou: "Eles impedem a redemocratização ao criarem as limitações que se sabem, ao estabelecerem eleições indiretas para a Presidência da República, para os Governos Estaduais e para um terço do Senado".

Postula-se uma nova Constituinte a fim de que uma nova Carta Magna traga soluções para profundas alterações ocorridas na vida brasileira a partir da Constituinte de 1946, cujos detalhes foram elaborados num País ainda livre. Agora, queremos novamente, para a elaboração de uma nova Carta, uma Constituinte livre, altaneira, soberana e uma Constituição que nos faça reencontrar os caminhos da liberdade.



Advogado e jornalista, Jorge Uequed, atualmente com 35 anos, entrou para a política elegendo-se diretamente para a Câmara Federal, em 1974, onde logo alinhou-se com os autênticos do MDB

Ela nasceu do consenso nacional

"A convocação da Constituinte não foi lançada por uma minoria dentro do nosso partido, mas nasceu do consenso nacional"

OSWALDO LIMA

É por demais lamentável o comportamento de alguns políticos carreiristas no Brasil. No passado, mantinham seus privilégios com a demagogia e a subserviência aos que dominavam o Poder. Agora, depois de 1964, adquiridos os ensinamentos da velha escola política, ligados a esta por vínculos estreitos de amizades ou de família, repetem a lição aprendida, aplicam a demagogia filiando-se ao MDB, numa contradição com suas origens, e passam a defender teses populares; uma vez conseguido o tão almejado mandato, comportam-se de maneira subserviente, procurando agradar os que detêm o Poder, num perfeito desfaio à decisão emanada do órgão supremo do MDB, que é a sua Convenção Nacional.

Sabemos e entendemos os nossos compromissos com a classe média e os trabalhadores brasileiros e estes compromissos se materializam pela nossa presença efetiva em todas as frentes de lutas por uma melhor distribuição da renda nacional.

Os projetos de leis, as emendas, a Constituição, as Comissões Parlamentares de Inquérito demonstram a preocupação do MDB na persecução desses objetivos. Em nenhum momento temos falhado em nossa missão na luta pela libertação econômica do

povo. Todavia, necessário se entenda ser missão histórica do MDB a luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas em nosso País. Nenhum representante do MDB, quer nesta Casa ou qualquer outra do País, pode, em sua consciência, desconhecer estes compromissos que não são com o Partido mas com a Nação brasileira. Desconhecê-los é violentar sua própria consciência e despersonalizar-se com a história, que não reservará uma linha sequer àqueles que, beneficiados com a legenda da Oposição, traíram seus ideais programáticos.

A CONSTITUINTE NÃO FOI LANÇADA POR UMA MINORIA, MAS NASCEU DO CONSENSO NACIONAL

Os que procuram, dentro do MDB, contraditar sem argumentos convincentes, a convocação da Assembléia Nacional Constituinte

em uma demonstração categórica de subserviência aos que detêm o Poder, deveriam, em respeito aos que sofrem, em respeito aos que foram sacrificados, em respeito aos que sem receber subsídios clamam pelo Estado de Direito, em respeito aos trabalhadores por eles traídos, observar o verdadeiro e legítimo direito de se fazer e exercer, pacificamente, oposição, propondo medidas e sugestões da democracia clássica num hemisfério eminentemente democrático.

A convocação da Assembléia Nacional Constituinte defendida pelo MDB não foi lançada, estimulada e aprovada por uma minoria dentro do nosso Partido, como, de maneira infeliz, querem fazer entender alguns áulicos dentro das nossas hostes no Rio de Janeiro. Ela nasceu do consenso nacional e, parcialmente, entendida como necessária, foi adotada pela nossa alta direção nacional. É uma tese emanada do nosso órgão supremo que, com sacrifício de todos, sem financiamentos de qualquer órgão público ou empresa privada, conseguiu reunir-se nesta Capital.

Não tem o sentido de edificar o Estado de Direito nos escombros da Nação. Ao contrário, ela busca a fraternidade entre os brasileiros que sem ódio, sem revanchismo, haverão de construir o futuro deste imenso País.



Advogado, 41 anos, Oswaldo Lima está exercendo o seu primeiro mandato político, pelo Rio de Janeiro.

Autêntico pacto social

"Só o poder sem restrições da livre representação do povo pode dotar o Brasil de um instrumento legal efetivamente capacitado a tornar todos iguais perante a lei"

ANTÔNIO PONTES

Eu me pergunto: por que uma Assembléia Nacional Constituinte? E eu me respondo, com a minha consciência de cidadão e com razões do meu Partido: porque o Estado de tal forma se divorciou da Nação, que esta, angustiada e oprimida, clama numa só voz para que lhe devolvam os instrumentos de sua segurança, estabilidade, harmonia e desenvolvimento. Porque só a soberania do povo, legitimamente manifestada em urnas livres, tem os poderes democráticos para instruir o regime sócio-político que o Brasil reclama e que há de originar-se da amplitude de ação que só uma Assembléia Constituinte recebe da vontade popular.

Não é de remendos, muito menos de arremendos de emendas constitucionais que o

país precisa. Somos, hoje, uma sociedade e um povo, uma Nação e um Estado muito diversos do que fomos no passado. Temos, necessariamente, de criar uma Constituição nova e atualíssima, que se harmonize com a realidade em que vivemos, mas que guarde, sagradamente até, os princípios básicos da Liberdade sob a Lei, da Democracia que seja a realização da vontade consciente do povo. Sob as peias autocráticas, que inibem o movimento livre, não é mesmo possível reformar textos juridicamente espúrios, muito menos garantir, segundo o acordado universalmente, que "todo homem tem direito à liberdade de expressão", que "todo homem tem direito de tomar parte no governo do seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos", de "que ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante", que "ninguém será arbitrariamente detido, preso ou exilado", que "todo homem tem direito em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um Tribunal independente e imparcial, para decidir dos seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele".

QUEREMOS UMA CONSTITUINTE PARA TERMOS UMA DEMOCRACIA

Tudo isso só será possível - e confiamos em que isso será efetivamente realizado - através da feitura de uma nova Constituição, com os legisladores constituintes sagrados livremente pela vontade popular.

Lutamos, brava e lealmente, buscando conquistar o autêntico pacto social, filho da decisão irrecorrível da vontade do povo, livremente exercitada em urnas livres de influências deletérias. Queremos uma Assembléia Nacional Constituinte para termos uma Constituição democrática.

E tudo - essa obra maravilhosa que é a edificação de um novo edifício social - a ser feito sem o concurso da violência, sem a presença do arbítrio, sem o recurso à chicanagem, sem a servidão ao ódio, sem a submissão à revanche, sem a subserviência ao medo! Tudo, muito lisamente feito, sem o concurso da li-

vre manifestação do povo, livremente escolhendo os melhores homens, onde quer que eles se encontrem, para a armação do arcabouço e a conclusão da obra com que soham o Brasil e os brasileiros: uma constituição democrática, bandeira sem donos e sem patrões, manto que defina direitos e explicitie obrigações para que a sociedade nacional, como um todo, viva e se reproduza, cresça e se agite sob o pálio da lei, dentro da ordem.

TRATA-SE DE DAR AO POVO AQUILO QUE É SEU

É a isso que visa e é isso que busca o movimento em prol da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, tão patrioticamente e tão lucidamente desencadeado pelo MDB. Convinhamos, todos os homens de fé e todos os homens de boa fé, que só de uma Constituinte livremente unida pelo povo pode resultar a autêntica e genuína manifestação da vontade nacional, e só dela podem ser colhidos, com liberdade consciente, os pontos fundamentais para as leis de organização e de defesa do Estado.

É imperioso que nos reencontremos com a democracia, com aquelas garantias, mais justas e mais nobres, mais humanamente dignas, de que nos encontramos, há tanto tempo, afastados. Cumpre ao país expungir de sua vida interna a presença da excepcionalidade legal que se transformou na cotidianidade da ilegalidade.

Nunca - sob escombros constitucionais que nos sufocam - lograremos quaisquer emendas que nos livrem da censura e da falta de liberdade de comunicação. Não haverá remendos que nos reassegurem a liberdade sindical e o direito à busca da verdade. Nem remendos nem emendas nos restituirão a liberdade de cátedra e o ensino verdadeiramente gratuito, em todos os níveis, ao estudante pobre. Nem uns nem outros nos devolverão os pressupostos básicos da Federação, nem, muito menos, nos darão de volta a independência dos municípios.

A campanha do Movimento Democrático Brasileiro em favor da convocação de uma

Assembléia Nacional Constituinte nada mais é do que um convite à meditação e à ação em favor da pacificação da família brasileira, uma idéia que corporificada, florescerá em benefício da fraternidade nacional, na conquista de um largo e ensolarado terreno democrático onde nos encontraremos todos, sem que haja entre nós nem vencedores nem vencidos, para erguer a Lei Maior que seja o nosso fanal e o nosso guia.

Voltemos, pois, ao Estado de Direito, onde o império da lei se sobreponha à vontade de quem quer que seja, pois a Pátria é a União de todos e a união é incompatível com o ódio, com a vingança, com a divisão arbitrária, onde o povo todo seja conduzido segundo os ditames da Lei e não tangido pelo terrão pontegado com que se aguilhoam os bois a caminho do matadouro.

Esta é tarefa que não pode ser delegada a um só homem! Este é um serviço que há de recolher, para ser prestante e digno, o concurso de todas as competências sagradas pela vontade do povo e ungiadas da soberania do povo, pois só assim poderão, procuradores irrecusáveis da vontade popular, compor o Pacto Social vivo, dinâmico, atual e libertário sob a qual a Nação e o Estado se reencontrem, servindo à Liberdade e ao Brasil.

Não é esta, por sua importância e por sua magnitude, por seu significado, sobretudo em termos de porvir, uma tarefa a ser realizada pela via inadequada e imprópria de remendos casuísticos ou de emendas de última hora.

Trata-se de codificar, com caráter de durabilidade, a vontade soberana do povo, colhendo-se os anseios, ascoltando-lhe as aspirações, sopando-lhe os desejos, medindo-lhe as esperanças, compulsando-lhe os ideais. Trata-se, por fim, de dar ao povo aquilo que é seu, ou seja, a garantia de que todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido.

Nada de paliativos impertinentes como emendas ou como remendos! Urge a solução definitiva: a Constituição livremente composta, livremente discutida, livremente votada e livremente aceita pelo povo.

Enfim, aquele instrumento de Paz e de Ordem, de Progresso e de Segurança, de Desenvolvimento e de Democracia, que só pode emergir das nascentes cristalinas e puras de uma Assembléia Nacional Constituinte.



Administrador, contador e professor, deputado federal desde 1971, atualmente com 41 anos, Antônio Pontes, um dos autênticos do MDB, é o único representante do território do Amapá no Congresso.

O Brasil jamais teve tantas oposições

"O povo está nas ruas a exigir a Constituinte soberana"

ANTÔNIO CARLOS

O Brasil de hoje representa o desafio que aos brasileiros de agora cumpre vencer. A História registrou o passado, a seu modo e segundo seus ideais, os alcances da Nação que compomos. As virtudes e defeitos da sociedade brasileira atual representam o somatório dos acertos e erros daqueles que nos precederam na difícil tarefa de construir o dia a dia do País.

A ordem jurídica no Brasil nem sempre foi respaldada pela vontade da maioria de nossa gente - e talvez por isso nossas leis tenham sido sempre superpostas, reformadas, recomendadas, revogadas, outorgadas e inadéquadas.

Nossos Chefes de Estado continuam na trilha absolutista de D. Pedro I quando pediu uma Constituição que "fosse digna dele".

Se hoje não se pede isso aos legisladores, também não se permite que rejeitem um texto oriundo do Executivo da mesma forma que o Legislativo - pela vontade de uma maioria descaracterizada pela submissão - só aprova o que os técnicos do Executivo opinam favoravelmente.

O arbítrio de um Poder com manificência presumida e assumida dita os rumos do ordenamento jurídico vigente, pautado na exceção, que se vai tornando regra.

As leis já não se originam nas necessidades dos grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. Pelo contrário, são frutos da vontade de um homem ou, quando muito, de um grupo que o rodeia, que o reverencia, que o bajula, que o serve, mesmo em deservico ao País.

O voto popular é apenas o instrumento de legitimação de um Poder que só existe para, por sua vez, legitimar externamente a imagem de um Brasil democrático.

O Presidente da República, unido pela superior força de um movimento realizado em nome da democracia, é que sabe e decide o que é bom para o povo e para o País. As verdades todas se unificaram em uma só verdade.

AS OPOSIÇÕES MAIS INCONCILIÁVEIS DO PASSADO UNIRAM-SE PELA CONSTITUINTE

O patriotismo de todos é apenas o reflexo do sentimento patriótico de homens acima de qualquer suspeita.

Mas a Nação reclama. E no seu clamor estão as consequências de uma política econômica elitista e empresarial. O Presidente afirma que o objetivo de seu governo é o homem; no entanto, os trabalhadores reclamam, na Justiça, direitos que têm sobre seus salários, achatados por clamorosos erros na formulação da política financeira.

O Brasil jamais teve tantas oposições. Até as mais inconciliáveis no passado estão agora

nas ruas, nas praças, nas universidades, nos sindicatos, nas reuniões de empresários, nas manifestações da Igreja e nas concentrações políticas, para, numa só voz, exigir a Constituinte soberana - porque popular - sem a qual cada dia mais estaremos nos afundando na inconsistência de um regime de força, que se vai enfraquecendo à medida que se sobrepõe às mais sólidas instituições.

Basta de prepotência! As presunções de infalibilidade redundaram em erros irremediáveis! Vamos sepultar suas nefastas consequências nas páginas da História e recomear de um ponto possível, com a participação de todos, na elaboração de um texto constitucional que seja digno, indistintamente, e que mostre ao mundo que o brasileiro tem, ainda, dignidade para, dando uma volta por cima, utilizar as lições emanadas de seus erros, no passado, para elaborar os princípios sobre os quais há de construir seu próprio futuro.

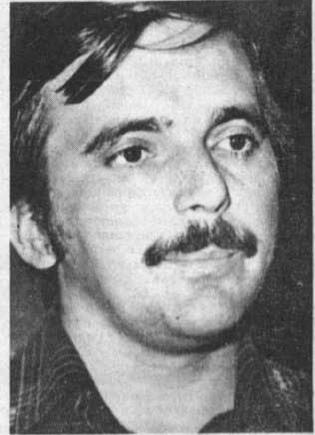
O Brasil, de uns tempos até nossos dias, vem sendo orientado mais pelos desejos e vontades de uns poucos do que pelas idéias de todos.

A Constituinte será o ponto de encontro dessas idéias.

Constituinte pressupõe origem, início, começo. Não há como nem por que fugir dela. Convocá-la será um gesto de grandeza do General Geisel.

Para quem teve coragem de usar o AI-5 para fechar o Parlamento, a convocação de uma Assembleia Constituinte será o primeiro passo para a redemocratização do País, através da conciliação nacional.

É a nossa última esperança.



Um dos mais jovens deputados federais (30 anos incompletos), eleito por Mato Grosso, Antônio Carlos de Oliveira é formado em direito e economia e exerce o seu primeiro mandato na Câmara Federal.

Devolver o país a todos

"Se o MDB pretende sobreviver condignamente, o único traço que o liga a realidade é a luta pela Constituinte"

MARCONDES GADELHA

O fato novíssimo, que caracteriza a época atual, é a tentativa de se perpetuar, entre nós, um regime de força contra o caráter nacional.

Ao que parece estamos chegando atrasados. Ao que parece, vamos nos iniciar precisamente quando outros países já estão regressando de suas aventuras totalitárias. Em verdade, os países que, há algumas décadas cederam à tentação do poder absoluto; os epígonos modernos do autoritarismo começam

a recolher as velas e voltar para casa; começam a retornar para o abrigo da legitimidade, do consenso e do Constitucionalismo; começam a se recolher ao teto sóbrio, mas seguro da Democracia, de onde provavelmente gostariam de nunca ter saído.

Em que pesem as lições da História, os últimos acontecimentos políticos que sacudiram o país assinalam claramente uma opção por estes caminhos. Sob pretexto de implantar uma reforma do Poder Judiciário decretasse o fechamento do Congresso Nacional; encerra-se o diálogo; suprime-se as eleições diretas; mutila-se a representatividade; veda-se o direito à informação política; humilham-se os partidos; proíbe-se a alternância e a relatividade do Poder; apenas ajuntados a outros pré-existentis, de natureza igualmente restritiva e marginalizante.

Pois é certo que o alvo foi a Oposição, mas o atingido foi o povo, que de certa forma foi posto de quarentena, afastado profundamente; impedido de influir em seus destinos.

De início, nós achamos que não será fácil acostumar o povo a esta nova situação. E na verdade, apesar da contumácia do fato consumado, subsiste ainda nas pessoas uma sensação de estarmos laborando sobre o efêmero; sendo a própria iniciativa de alterar a Constituição para assegurar uma vitória eleitoral, a marca mesmo, da transitoriedade, da fugacidade e da inconsistência de todo modelo proposto.

Estamos engolfados numa situação econômica gravíssima, como só em raríssimas ocasiões estivemos, ao longo de toda a vida independente. O país deve cerca de 30 bilhões de dólares e paga anualmente uma exorbitância pelo serviço da dívida, o que obriga a novos empréstimos, num encadernamento incoercível, estilo bola de neve. Há, pois, um déficit rebelde em conta-corrente, o que leva a um rigor tão obsessivo quanto inútil, na balança comercial, com os sacrifícios naturais impostos à população.

A inflação assume em ritmo desusado nestes últimos anos, solapando o salário do trabalhador e deteriorando mês a mês a sua

qualidade de vida. Há crises de abastecimento em diversos itens da produção e focos graves de desemprego começam a despontar em toda a parte, atingindo tanto a mão de obra especializada quanto a não qualificada. Paralelamente agravou-se a iniquidade social com o aprofundamento dos desequilíbrios regionais, setoriais, individuais, na distribuição da renda nacional.

Há um sentimento de privação completa: privação financeira; privação social, privação de direitos, privação da liberdade. A partir daí arma-se um círculo vicioso, que resume todo o drama da atual conjuntura: o povo se torna mais reivindicativo e tende a desenvolver sentimentos de oposição; o governo sente necessidade de restringir mais a sua participação e, por conta disto aumenta a frustração popular, realimentando o círculo, que a cada nova volta se tornará mais vertiginoso e girará sempre mais depressa, numa escalada tensa que nos deixa a todos, perplexos e preocupados. Não pode ser outra a interpretação das recentes manifestações de estudantes e operários.

A RECRIAÇÃO POLÍTICA TEM QUE SER UM ATO DE VONTADE COLETIVA

Pode não ser um tropo tão perfeito. Mas o que queremos significar é que precisamos voltar urgentemente ao método consensual, precisamos voltar ao regime das responsabilidades compartilhadas e da confiança recíproca. Temos que dar acesso a milhões de marginalizados; fazê-los participar, influir e decidir também, incorporando-os ao mercado de oportunidades e ao processo político. Numa palavra: temos que devolver o país a todos.

A recriação política o reordenamento do caos tem que ser um ato de vontade coletiva; e na hora de assentar as suas bases, uma assembleia de homens livres, reunidos livre-

mente, com fins específicos precisa, conscientemente deliberar, escolher, optar, decidir e votar sobre elas.

Uma Assembleia Nacional Constituinte. Um corpo legislativo eleito para estabelecer um novo pacto social, com a audiência e a outorga de poderes de todos os setores da população.

Dir-se-ia que a tese é irrealista. Não sabemos bem até quando as idéias boas, certas e puras deixarão de ser irrealis neste país; não sabemos até quando uma tese para ser real tem que contemplar o medo e a discórdia e apoiar a sua facticidade sobre estas duas cariatídes do mal. O pacto é real mas o pacto é irreal.

Se as coisas extraem a sua realidade do AI-5, como situar, por exemplo a ação do MDB, com relação à crua realidade factual? O que é toda a marcha e toda a pregação do MDB, diante do AI-5, senão uma fantasmagoria - uma cavalgada etérea, por nuvens de gaza e frio e por parâmetros insondáveis? Que significado tem a luta pela anistia, ou pelo habeas-corpus, ou pelo sufrágio universal e direto, aos olhos dos que só acreditam nas emanações do Poder?

Se encarmos tudo pelo prisma da objetividade estrita, o MDB não é mais, sequer um partido político. Com efeito, proibido de aspirar ao Poder, o MDB teve necessariamente alterada a sua natureza, enquanto agrupamento social. Deixou de ser um partido político - tornou-se apenas um grupo de pressão, semelhante à Imprensa, aos Sindicatos, à OAB, à CNBB, que por sua natureza participam do debate político mas não podem chegar ao Poder. Nem por isso se pretende a dissolução do MDB, como de resto não se cogita do desaparecimento daquelas entidades, só por não lhes ser franqueado aquele exercício.

Mas se o MDB pretende sobreviver condignamente, o único traço que o liga à realidade, por estranho que pareça, é a esperança de um novo estatuto político para a Nação, através de uma Constituinte.



Médico, 34 anos, Marcondes Gadelha, deputado federal desde 1971, é um dos principais líderes dos autênticos do MDB.

Por uma Constituição que reflita nossa vocação para a liberdade

"Devolva-se ao povo esbulhado o direito de construir o seu destino, de escolher o seu caminho, de traçar as linhas de conduta que o levem para o desenvolvimento, para a justiça, para a democracia"

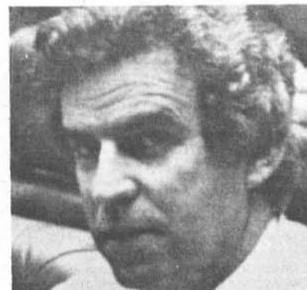
ROSA FLÓRES

O governo, em treze anos de compromissos descumpridos, esgotou todas as esperanças e esvaziou todas as expectativas em torno dos ideais que motivaram. Ao esgotamento do governo correspondeu a exaustão da Nação. O almosarifado de soluções casísticas, todas visando impedir o acesso do povo ao poder, esvaziou suas prateleiras. O impasse chegou e para sua solução só o remédio heróico da Constituinte.

Devolva-se ao povo esbulhado o direito de construir o seu destino, de escolher o seu caminho, de traçar as linhas de conduta que o levem para o desenvolvimento, para a justiça, para a democracia. Uma Assembleia Constituinte eleita em pleito livre com a incumbência de discutir e votar uma Constituição que reflita nossa vocação para a liberdade e a democracia, que expresse nossos anseios de desenvolvimento econômico com soberania e independência, que interprete e materialize a personalidade do povo e os incontidos anseios da nação, que retrate nossa história e nossa tradição. O povo aguarda a votação

desse novo pacto social que nos credencie e recomende perante as demais nações civilizadas. Governo, todos os povos têm, as tribos também têm, governos submissos à lei, governos regidos por uma Constituição, só os têm os povos civilizados. É este o sentido e o profundo alcance da Constituinte. Ela nos devolverá a perdida dignidade e nos reconduzirá à comunhão das nações livres e civilizadas. Depois de tantas emendas, agressões, condicionamentos à já autoritária Constituição outorgada que nos rege, só nos resta começarmos tudo de novo. Espancando da convivência da Constituição os seus inconvenientes instrumentos de negação, agasalhando novamente o habeas corpus, garantidor da liberdade dos cidadãos e apanágio dos povos livres, expulsando o AI-5, símbolo do autoritarismo, da prepotência e do arbítrio, varrendo o Decr. 477 responsável pelo amedantamento do nosso futuro, erigindo, enfim, sobre os escombros que aí estão uma nova ordem que concilie os homens, que interprete a vontade da nação, que assegure a paz, a concórdia, resultante do diálogo, da controvérsia, do contraditório, do debate li-

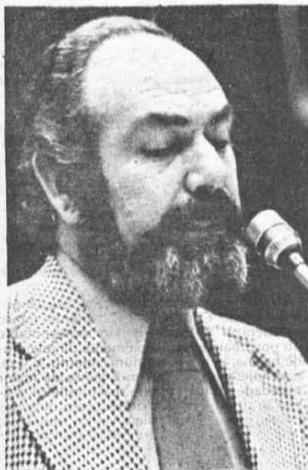
vre promovido por homens livres. Não há emenda capaz de reabilitar o que está aí com o que a nação quer. Ou tudo ou nada. O MDB respondeu ao diálogo que ninguém propôs, sem agenda definida, através da Constituinte. A Convenção Nacional do MDB, silenciosamente e ostensivamente, condenou o chamado diálogo que a nada conduzirá senão a remendos ao monstro que nos rege. Se querem perseverar semeando mais ilusões nas esgotadas esperanças nacionais que o façam mas sem o concurso do MDB, que através da Constituinte unanimemente aplaudida, fixou o nosso rumo, indicou o remédio depois de analisar o mal, e cordenou o "diálogo". Ou se caminha para soluções globais ou não se caminha com o aval da oposição. A oposição não convalidará as iniciativas que visem protelar a situação atual. Se novas violências, a exemplo do pacote de abril, estão sendo maquinadas nos laboratórios do governo, que sejam postas em prática pelo governo. Não nos associaremos a providências limitadas que a nada conduzirão senão que ao adiamento do encontro de soluções realmente democráticas.



Ex-vice-prefeito da cidade gaúcha de São Leopoldo, deputado estadual de 1967 a 1974, Antônio Carlos Rosa Flores, 46 anos, está cumprindo o seu primeiro mandato na Câmara Federal.

A Nação pede e clama

"A Constituinte é despojar-se uns da força para multiplicar-se na força de todos"
GETÚLIO DIAS



Vice-líder do MDB na Câmara dos Deputados, Getúlio Dias, 43 anos, é um dos mais combativos autênticos do MDB, e também um dos deputados federais mais votados do Rio Grande do Sul.

A oposição brasileira, calcinada nas provações de um longo e intermitente regime de exceção, não se abate pessimista nem se curva subversivamente ao arbítrio; antes se afirma, renasce e caminha, levantando bandeiras generosas de pregação política e erguendo estandartes à sombra dos quais todos se postem reverentes aos interesses maiores da Pátria e do povo.

E quando oficialmente, hoje, se inicia a pregação, no País inteiro, pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte,

podemos dizer, de alma lavada e de consciência limpa, que ainda mais uma vez surpreendemos os que nos acusam sem fé e esperança nos altos destinos da nacionalidade. É porque cremos e temos esperanças no inesgotável potencial de conciliação nacional entre o Estado e a Nação, entre o Governo e o Povo, que aceitamos a missão de evangelização da consciência cívica de todo o Povo, no chamamento ao encontro dentro da ordem, porque dentro da Lei.

Se não nos intimidam as ameaças e os arroubos da força e do arbítrio, também não nos seduzem o caos da subversão e nem o negativo lirismo do confronto. Pregamos a Constituinte como única forma de encontro, em torno do qual todos podem ter assento num mesmo plano de igualdade:

- nem juizes, nem julgados! - nem motores, nem réus!

Por isso que Constituinte é o estuário de encontro e não encruzilhada de confronto!

É o desarmar-se da facção para o armar-se de toda a Nação.

É o despojar-se uns da força para multiplicar-se na força de todos, sublimando-se na força maior da Pátria.

Por isso mesmo tem a Constituinte como pressupostos básicos:

- a Anistia, ampla e irrevocável;
- a livre manifestação do povo;
- a delegação pelo voto, secreto, direto e universal daqueles que não de haurir do Povo a sua soberana vontade.

VIVA E REVIVA O NOSSO BRASIL POR UMA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, QUE SIGNIFIQUE PARTICIPAÇÃO E UNIÃO DE TOLOS.

VIVA E REVIVA O NOSSO BRASIL POR UMA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, SIMBOLO DA FÉ QUE NÃO PERDEMOS DE QUE SEMPRE É HORA PARA UNIR E SOMAR, QUANDO A NAÇÃO PEDE E CLAMA!

VIVA E REVIVA O NOSSO BRASIL POR UMA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, SUBLIMADA NA REPRESENTAÇÃO DO ENCONTRO DE TODOS PELA PATRIA COMUM!



"o governo tem medo do voto."

Uma sociedade comprimida, sofrida e ameaçada na sua segurança pessoal

O povo, em nome de quem se diz haver sido feita uma revolução neste país, jamais foi escutado em coisa alguma

NÓIDE CERQUEIRA

Inevavelmente, neste País, os problemas sociais cada vez mais se avolumam e recrudescem, na medida em que apenas soluções paliativas e irreais são tentadas, enquanto uma gama de fatores positivamente responsável pelo impasse e de consequência imprevisível é considerada.

Por mais que se pretenda camuflar, a economia nacional não vai bem, aliás, o próprio Governo reconhece e, também, através de "pacotes" a descelerou, provocando instabilidades generalizadas.

É sabido que a inflação sempre se constitui num prenúncio de governos tortos e autoritários.

Na antiga Roma, a inflação ofereceu ao Imperador Júlio César a oportunidade de instalar um poder arbitrário e pessoal. Na França, Napoleão Bonaparte também assumiu o poder em face da desmesurada onda inflacionária, embora seus êxitos militares contribuissem também para a sua ascensão e desejo incontrolado de chegar ao cargo de Imperador. E assim por diante. Ainda na França, De Gaulle não chegaria ao Governo sem a famigerada inflação e a guerra da Argélia.

No Brasil, a orgia inflacionária vem de longas datas, e o Exmo. Sr. Presidente da República classificou-a como um problema crônico, chegando a reconhecer as dificuldades e que os remédios até então aplicados não haviam correspondido, nem a debelado.

UM PAÍS COM 25 MILHÕES DE MENORES ABANDONADOS

Os reflexos deste grande mal que assola o País aí estão: têm permitido a concentração de riquezas em poder duma minoria privilegiada, em detrimento da grande maioria, gerando, conseqüentemente, os desequilíbrios sociais.

Esta assertiva é verdadeira, senão vejamos: Aumentos Médios, por camadas, no período 1960/70:

- a) 40% mais pobres - 18,4%
- b) 40% intermediários - 8,3%
- c) 20% mais ricos - 46,6%

Aumentos percentuais das camadas mais ricas 1960/70:

- a) 5% mais ricos - 68,7%
- b) 1% muito rico - 61,2%

(Fonte: Banco Central)

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os 40% mais pobres, no período acima mencionado, alcançaram um incremento de renda de 16%; os intermediários, tiveram uma majoração de 9,1%, enquanto os 20% mais ricos, beneficiados pelo modelo concentrador, lograram, em igual período, aumentar suas rendas em 53,5%.

- Menor Abandonado

A conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar a situação do menor no Brasil foi contrastadora: um quarto da população, isto é 25 milhões de menores abandonados e carentes, sem se falar nos 3 milhões envereados pela criminalidade.

II - Saúde

A saúde do nosso povo em virtude do modelo concentrador atual e a exploração do trabalhador acarreta um baixo padrão alimentar, habitacional, de saneamento e, portanto, desnutrição.

Os índices são alarmantes no setor de saúde, por isso, toda vez que se instalar um médico, haverá, em seguida, fila.

É preciso dar à população um nível de saúde competitivo com as necessidades de um ser humano.

III - Educação

Fala-se em crise nas universidades brasileiras; proclama-se a existência de subversão nos "campus"; enfim, a juventude insatisfeita não está sendo compreendida, porque reivindica melhor qualidade do ensino, extinção do jubileamento, liberdades públicas e uma reformulação total do modelo elitista implantado, caminhando *pari passu* para se

instalar o ensino pago.

IV - Sistema Fundiário

Os problemas das terras têm causado prejuízos irreparáveis à Nação. Os reclamos surgem de todos os rincões da Pátria, pois as injustiças têm sido inúmeras.

A função social da propriedade inexiste, em face da estrutura fundiária retrógrada e desumana.

A pretensão do Movimento Democrático Brasileiro, na luta pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, encontra-se embasada, além da crise político-institucional e econômica, nos problemas sociais.

Sabemos que o povo é o único titular do poder constituinte e, em consequência, das inúmeras manifestações havidas recentemente, ou seja, civis, militares e eclesiásticas, propugnando pelo retorno ao Estado de Direito, portanto, não há outra solução para o momento político, senão a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

Somos um País de jovem, pois 67 milhões estão compreendidos entre a faixa etária de zero a 35 anos. Quer dizer, somos um País realmente do futuro. Mas sentimos que 1/4 da sua população, ou seja 25 milhões, constitui-se de menores abandonados e carentes, além daqueles 3 milhões que enveredaram pela faixa da criminalidade. Daí por que vinculo a solução dos problemas sociais a uma consulta ao povo, realmente o legítimo titular do poder, por seus representantes, através de uma Assembleia Nacional Constituinte, sem pressa, mas no calor dos debates, para que englobemos todos esses problemas e possamos realmente senti-los, dotando o País de uma Carta Magna, depois de amadurecido o debate.

Mister se faz que o Governo se sensibilize e revogue os atos de exceção vigentes, para que o povo livremente se manifeste, discuta os problemas que o afligem, sem pressa, no calor dos debates, e eleja uma Assembleia Nacional Constituinte destinada a elaborar um ordenamento jurídico capaz de atender às suas mais lúidas aspirações.

QUANDO ERRAM RECORREM À CENSURA PARA QUE OS MEIOS DE DIVULGAÇÃO NÃO FAÇAM CHEGAR ESSES ERROS AO POVO

E não se diga que convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte a essas alturas dos acontecimentos viria tumultuar o processo político brasileiro, porque isso não é verdade. O povo, em nome de quem se diz haver sido feita uma revolução neste País, jamais foi auscultado em coisa alguma. Marginalizado, esperou pacientemente que os detentores do poder revelassem alguma sensibilidade em relação dos nossos magnos problemas.

Nem seria uma Constituinte motivo para se temer revanchismo, porque o brasileiro não é vingativo.

Alfimal de contas, não é esta a primeira vez que o País é convocado para uma Constituinte. Tivemos, ainda no Império, a de 1823; na República, as de 1891, 1934 e 1946, e em nenhuma delas se tem notícia de resultados contrários aos altos interesses nacionais.

Lembre-mos de que governar, em regime democrático, não é editar atos, fechar o

Congresso, impor reformas através de "pacotes", como foi o triste episódio de abril do corrente ano.

Fala-se em distensão, em abertura, em diálogo, em institucionalização do modelo poli-

tico brasileiro, através de expedientes protetórios que não chegarão a nada, enquanto o povo não puder manifestar-se livremente através do voto. Mas não se fala em reconduzir o País ao Estado de Direito, de onde foi retirado em 1964 por meio de um movimento que dizia democrático e restaurador.

Não sendo propriamente um desafio, a pretensão do MDB encarna as verdadeiras aspirações nacionais, na medida em que busca a solução através dos verdadeiros caminhos democráticos. Não pode o povo brasileiro continuar marginalizado por tanto tempo.

A tradição brasileira condena e abomina ideologias alienígenas que não se identificam com os altos interesses nacionais, ao mesmo tempo em que repele a opressão, o cerceamento das liberdades e os procedimentos ditatoriais.

O MDB ENCARNA AS VERDADEIRAS ASPIRAÇÕES NACIONAIS NA MEDIDA EM QUE BUSCA SOLUÇÕES DEMOCRÁTICAS

Lamentavelmente, as falhas dos governos ditos revolucionários estão ultrapassando as medidas de tolerância. Preocupados com a corrupção e a subversão, deixaram o povo de lado, e o que se vê hoje em dia é uma sociedade comprimida, sofrida e ameaçada na sua segurança pessoal. E não se viabilizam fórmulas de respeitar e preservar a democracia. Os Governos que aí estão têm sido poderosos ao exterior. Quando erram, recorrem à censura para que os meios de divulgação não façam chegar esses erros ao conhecimento do público.

Envolvidos pelos tecnocratas, os altos escalões do Governo a cada dia mais se distan-

ciam da realidade brasileira. A esse corpo que se convencionou chamar de obra revolucionária está faltando uma alma. E esta alma é a sensibilidade política, de há muito banido e afastada das grandes decisões nacionais.

Nenhuma nação do mundo conseguiu desenvolver sem a participação do político, do filósofo, do pensador, enfim, do analista, daqueles que examinam os problemas e põem em prática soluções geralmente identificadas com o consenso geral. Porque não pode ser diferente.

Gostaria de lembrar que os Atos Institucionais nºs. 1 e 2, editados pelo movimento de 1964, dispõem que o titular do poder constituinte é o povo e que só ele legitima esse poder. Pelo Ato Institucional nº 4, o movimento revolucionário convocou o Congresso extraordinariamente, não como uma Assembleia Nacional Constituinte, porque, àquela altura, era um Poder mutilado por casações, mas para lhe conceder a faculdade de elaborar uma nova Carta, a de 1967. Posteriormente foi editado o famigerado Ato Institucional nº 5, que não deu ao Executivo o poder constituinte, apenas o de legislar.



Advogado, comerciante e fazendeiro, Nóide Ferreira de Cerqueira, atualmente com 38 anos, foi vereador em Feira de Santana (Bahia) de 1966 a 1974, tendo sido várias vezes líder da bancada do MDB na Câmara dos Vereadores. Chegou à Câmara Federal em 1975, integrando-se logo aos autênticos do MDB.

Quando do afastamento do Presidente Costa e Silva, a Junta Militar usurpou o Poder e através da Emenda nº 1, que é inconstitucional, ilegítima e ilegal, criou esse estado de excepcionalidade que vigora até hoje. Razão por que defendo que a solução seria revogar os atos de exceção, para que, posteriormente, pudéssemos convocar uma Assembleia Nacional Constituinte.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gamaliel Galvão.

Gamaliel Galvão (MDB-PR) Nobre Deputado Nóide Cerqueira, inicialmente quero parabenizar V. Exa., legítimo representante do povo baiano, principalmente da juventude baiana, pelo seu pronunciamento. V. Exa. traz hoje a esta Casa um assunto da maior seriedade sobre o quadro real brasileiro, a situação de miséria e abandono em que vive nosso povo, principalmente os menores, com V. Exa. define muito bem. E por falar em menor, V. Exa. acha que através de uma Assembleia Nacional Constituinte poderiam ser adotadas medidas de proteção ao menor, o que é dever do Estado. A Assembleia Nacional Constituinte poderia, por intermédio da reforma agrária, a ser executada principalmente no Norte e Nordeste, ensejar ao povo nordestino melhores condições de subsistência, garantindo ao homem do campo uma remuneração mais digna.

A Assembleia Nacional Constituinte poderia determinar um aumento de pelo menos cem por cento do salário mínimo, em todo o território nacional. Isto permitiria aos pais atender melhor a seus filhos. Diz muito bem V. Exa. que só a Assembleia Nacional Constituinte poderá transformar a estrutura burguesa, conservadora, latifundiária que atualmente impera no Brasil, dando-lhe uma fisionomia econômica e social de acordo com as necessidades do povo brasileiro.



Hora de fechar as portas

"Enquanto o governo não fechar as fronteiras, impedindo o livre trânsito das multinacionais, o Brasil não se tornará forte e independente, econômica e financeiramente. Que isto não tarde"

GENERVINO FONSECA



Deputado de primeiro mandato, eleito por Goiás, Genervino Fonseca, tem se destacado como um defensor dos interesses dos pequenos agricultores, tendo sido inclusive um dos principais membros da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou os problemas de terra no país.

Desde que nesta Casa cheguei, meus pronunciamentos têm sido uma denúncia permanente sobre o comportamento nocivo do capital estrangeiro em nosso País e dos males que temos sofrido em decorrência da atuação das multinacionais.

Outras vezes se têm levantado contra a espoliação de que somos vítimas, por parte do capital alienígena, as quais também tem caído no vazio, continuando esta Nação a pagar pesado tributo para seu desenvolvimento. O que mais nos entristece é que esses poderosos grupos têm livre trânsito no País, num constante assalto às nossas riquezas, as nossas economias tão desbaratadas. A remessa de lucros, o pagamento de royalties e de juros de empréstimos contraídos em dólares no exterior são as causas principais do esvaziamento de nossas poupanças já tão exauridas. De uma análise fria que fizemos, chegamos à triste conclusão de que a maioria dos setores básicos de nossa economia encontram-se nas mãos do capital estrangeiro. Desde que esta Nação acorda e seu povo se levanta e inicia sua primeira higiene matinal, começa a pagar tributos às multinacionais, pois, desde a pasta dental ao sabonete, todos os produtos são de fabricação dessas empresas. A dona de casa, ao ligar seu fogão de gás; o marido, ao iniciar o aquecimento do carro; a empregada, ao ligar a enceradeira e o ferro elétrico, a geladeira e daí por diante, tudo isso significa que durante todos os dias, semanas, meses e anos o brasileiro vem pagando pesados tributos ao capital externo, visto que tudo que consumimos está sob o controle desses poderosos grupos.

Relatamos, a seguir, quanto algumas empresas aplicaram até hoje no Brasil e quanto já mandaram para o exterior nestes últimos dez anos: a "ESSO" investiu no Brasil 1,8 milhão de dólares e já remeteu 44,5 milhões; a "Cia. Souza Cruz" investiu 2,5 milhões de dólares e já expatriou 82,3 milhões de dólares; a "Firestone" investiu 4,1 milhões de dólares e já remeteu 50,2 milhões de dólares; a "Volkswagen" investiu 119,5 milhões de dólares e remeteu 279,1 milhões de dólares; a "Johnson & Johnson" investiu 0,7 milhão de dólar e já remeteu 22,7 milhões de dólares; a "General Electric" investiu 13,9 milhões de dólares e já remeteu 23,7 milhões de dólares; a "Rhodia" investiu 14,3 milhões de dólares e remeteu 60,6 milhões de dólares. (Dados do Banco Central).

Em números brasileiros, ao câmbio de Cr\$ 14,00 o dólar, as sete multinacionais citadas investiram, em toda a sua existência, no País, dois bilhões, cento e noventa e cinco milhões e duzentos mil cruzeiros, tendo já remetido a importância de sete bilhões, oitocentos e oitenta e três milhões e quatrocentos mil cruzeiros.

E de se perguntar: onde vamos parar? Será que o Governo Federal não exerga esta anomalia na vida do País?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os dados citados se referem apenas a sete empresas. E quanto não será com a totalidade delas, que somam centenas? Nosso País, inegavelmente, é um paraíso para a especulação do capital estrangeiro. É por isto que, não muito longe, o Sr. Joseph O'Neil, presidente da Ford do Brasil, concordou com o jornal New York Ti-

mes, quando afirmou ser o Brasil o paraíso para a indústria automobilística, dentre outras. Outro representante de uma multinacional, o Sr. Charles S. Pilliol Jr., Presidente da Good Year, afirmou, há pouco, achar o Brasil excelente país para se investir. Mas, quem ignora isto? Esta Nação não é isto nem aquilo. Ela é um mar-de-rosas para o capital alienígena. Vejam, Srs. Deputados, que essa empresa, como outras, além de incluir-se entre as que enviam para o exterior bilhões de nossas combatidas divisas; está esperando aprovação, pela SUDAM, de um segundo grande projeto, pelo qual receberá milhões de cruzeiros de incentivos fiscais do nosso Imposto de Renda para implantação desse projeto na Amazônia.

Como poderá uma nação como a nossa desenvolver-se, se sofre diuturnamente um esvaziamento constante na sua economia, em consequência de tais remessas de lucros para o exterior? Este esvaziamento de nossa poupança impede que o brasileiro participe da riqueza nacional - participação esta que, certamente, tiraria da miséria em que vive a maioria do nosso povo.

É tão maléfico o comportamento do capital estrangeiro em nosso país que eu o considero o único responsável pelo desequilíbrio constante de nossa economia, principalmente em termos de salário versus inflação. Enquanto o governo não fechar a fronteira, impedindo o livre trânsito das multinacionais, o Brasil não se tornará forte e independente, econômica e financeiramente. Que isto não seja tarde!



"Esta Nação é um mar de rosas para o capital estrangeiro..."



Nordeste: Milagre ou Miragem?

"Com uma política que esquece o homem e só visa ao lucro, vai o Nordeste amargando seu destino, repetindo no tempo e no espaço as tragédias seculares"

JARBAS VASCONCELOS

E um truismo clamar-se por estes brasis agora contra o crescente empobrecimento do Nordeste, área social das mais críticas que se conhecem no mundo, incluindo o mundo subdesenvolvido da África ou de alguns países do Oriente. Coexistindo com pólos de crescimento industrial e econômico em outras zonas do País, o Nordeste brasileiro afunda-se na sua miséria secular, não obstante todas as tentativas governamentais e os recursos de emergência postos em ação, quando suas crises cíclicas alcançam níveis insuportáveis.

Ninguém discute hoje o esvaziamento da Sudene, criada na expectativa de gerações e gerações de desesperados e na esperança dos crédulos de todos os matizes.

O sistema de incentivos fiscais adotado pela Sudene, desde sua criação no Governo de Juscelino Kubitschek, foi aos poucos desfigurado, através de profundas modificações administrativas e até legislativas, transferindo-se para outras regiões e para outros setores os estímulos fiscais originariamente destinados ao desenvolvimento nordestino.

Constituindo-se numa dedução do Imposto de Renda, é inevitável que, em última instância, quem lucra mais deduz mais e, conseqüentemente, investe mais, premissa que leva à conclusão evidente de que os incentivos fiscais, via de regra, só beneficiam as grandes empresas, nacionais e estrangeiras.

Nesse mecanismo que faz crescer quem já é, por natureza, grande, venceram os grupos multinacionais, destruindo pela competição desigual as pequenas e médias empresas da região nordestina, reduzindo a zero as suas potencialidades.

Em compensação, acabaram-se as lideranças industriais do Nordeste, o peso de vozes que expressavam, dessa ou daquela forma, os ideais de desenvolvimento e libertação de um passado todo ele crivado de sofrimentos e vexames. "Como correlato" - observa um dos mais lúcidos estudiosos dos problemas da região, o economista Francisco de Oliveira, ex-técnico em Desenvolvimento Econômico da Sudene - "a posição na estrutura do poder também mudou: a menina dos olhos da Sudene, do Banco do Nordeste e dos Governos Estaduais passaram a ser as empresas do Sul e do exterior, alvos de todas as galanerias, que se traduziram não apenas nos incentivos do 34/18, mas nas isenções de impostos estaduais, municipais, nos financiamentos, nas facilidades para instalação nos distritos industriais, etc."

Hoje, o poder econômico se esfarinha nas mãos de empresários um tanto ou quanto inexperientes ou improvisados, embora alguns bem intencionados, dividindo-se entre si nas disputas estereótipas de cargos nos sindicatos patronal, quando o mais comum princípio de bom senso seria agruparem-se todos numa frente de ação e de reivindicação em favor de uma justa política para a região nordestina, abrangendo todas as classes sociais, como fatores do seu progresso.

A esse poder econômico debilitado pela dominação dos grupos empresariais mais poderosos do Sul do País e pela infiltração cada vez mais sentida das multinacionais corresponde igualmente a perda do poder político, da representatividade nos Parliamentos e nos escalões superiores do Governo Federal, onde, até poucos anos, era tradição a presença de nordestinos nos Ministérios e nos órgãos mais importantes da União, particularmente na Pasta da Agricultura e nas assessorias de desenvolvimento econômico.

Se, de parte do patronato, com raríssimas exceções, inexistiu essa representatividade, que há de se esperar das representações dos trabalhadores, quase todas jungidas aos interesses da política oficial, esse novo peleguismo que transformou os sindicatos operários de tanta participação de luta pelas reformas sociais, em ambulatórios de assistência médico-dentária, ainda que deficientes?

O sistema de incentivos fiscais da Sudene voltou-se contra ela mesma, açulando poderosas forças exógenas, que terminaram por engolfar-se nos meandros da economia regional, fazendo abortar, pela concorrência irrecusável, as mais promissoras iniciativas do genuíno desenvolvimento do Nordeste.

Na ânsia de esvaziar a Sudene, em benefício de outros pólos de crescimento econômico, de fora e de dentro do Brasil, criaram-

se organismos similares, desviando-se os estímulos fiscais para a pesca, o turismo, o reflorestamento, etc., num mecanismo de capital subsidiado que trazia em seu bojo o fenômeno do financiamento da concentração e da centralização de capitais, praticamente sem risco de nenhuma espécie. E aí começou a "indústria" da captação de recursos, a agiotagem, as comissões de corretagem cada vez mais asfixiantes, enfim, um esquema de corrupção direta ou indireta, que solapa a ética das boas intenções nos negócios e afunda no charco os melhores interesses governamentais, que haviam originado a existência da Sudene, ao tempo de Celso Furtado e Euler Bentes Monteiro.

Quanto aos incentivos fiscais para o reflorestamento, retirados do elenco de estímulos que se destinavam à Sudene, apenas 20% serão feitos em áreas do Nordeste e do Norte, através do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal - IBDF. Em cifras, isso quer dizer que, até 1980, investidos no País Cr\$ 8.898,6 milhões em plantios com incentivos fiscais reservado-se para o Nordeste tão-somente Cr\$1.488,1 milhão. Não se cogitou, nos escalões do Governo, da criação de um Distrito Florestal em Pernambuco, sendo esse Estado um dos mais atrasados pela devastação de sua cobertura florestal, já de si precária. Agravando a obra predatória do homem, a natureza, com a irregularidade dos invernos, vai transformando Pernambuco num deserto árido, com espécimes vegetais que começam a desaparecer de sua paisagem. O pouco de recursos que se obtém da Sudene para reflorestamento, nesse Estado, destina-se ao plantio rotineiro de árvores frutíferas, assim mesmo em volume de produção deficiente. As empresas do Sul e as multinacionais, localizadas fora de Pernambuco, mais aparelhadas para o beneficiamento de celulose, é que lucram com os recursos orçamentários do IBDF.

AS INDÚSTRIAS LOCAIS ESTÃO OCIOSAS

Um Deputado Estadual da Arena em Pernambuco, o Sr. Edmir Régis, abordando na Assembléia Legislativa o assunto, observou que no Estado existem 35 indústrias de suco, doces, geleias, amêndoas, que estão operando em regime de capacidade ociosa, por falta de matéria-prima.

Aliás, em regime de capacidade ociosa operam quase todas as indústrias implantadas com recursos da Sudene em Pernambuco, dado o baixo poder aquisitivo da grande massa de consumidores. Muitas dessas indústrias, localizadas na região nordestina, com estímulos da Sudene, exportam suas mercadorias para outros centros consumidores do País, pelas mesmas razões.

Agora é o Centro de Estudos do Nordeste que se dirige aos Governadores do Nordeste advertindo-os sobre a dramática diminuição dos recursos das opções destinadas ao FINOR. Esse alerta foi feito pelo sociólogo Gilberto Freyre, Presidente do Centro de Estudos do Nordeste, apresentando aos Governadores as conclusões a que chegaram os integrantes do CENOR, entre elas a de que o IBDF, até 1976, vem captando recursos com base no Decreto-lei nº 1.134/70 e na Lei 5.106/66, daí por que não apresenta, ao divulgar suas cifras, o total real das deduções realizadas para aplicação em reflorestamento.

A carta-denúncia subscrita pelo sociólogo Gilberto Freyre acentua as desigualdades no campo dos estímulos fiscais para reflorestamento na área da Sudene, e a diminuição dos recursos destinados ao FINOR, que representaram 130 milhões de cruzeiros a menos no último ano. Sucessivamente, os recursos da Sudene, com a destinação prevista para o desenvolvimento industrial, foram sendo desviados para o reflorestamento, quase sempre fora do Estado, em escala crescente. Em 1968, as opções para reflorestamento representavam 1,62% do total dos incentivos fiscais, subindo para 18,3% e 20,8% em 1975 e 1976, respectivamente, enquanto as opções à ordem da Sudene, para o FINOR, que em

1968 correspondiam a 64,4%, caíram para "os inquietantes percentuais" de 25,9% e 19,8% em 1975/76.

O documento do Centro de Estudos do Nordeste chama a atenção dos Governadores para o fato de que, sumamente grave, segundo o qual um tipo de incentivo setorial, pela primeira vez, ultrapassou as opções para o principal fundo de desenvolvimento regional, ou seja, Cr\$ 2,68 bilhões para o IBDF e Cr\$ 2,55 bilhões para o FINOR, "mesmo se sabendo que os incentivos fiscais foram criados com a justificativa de diminuir as desigualdades regionais".

A concentração de recursos para reflorestamento, levada a efeito pelas multinacionais, em grande parte, é devida sobretudo ao fato de que, enquanto no FINOR se mantém a proibição de transferência de lucros para o exterior, estabelecida no art. 18, § 4º da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, no caso os lucros advindos da aplicação em reflorestamento podem ser repatriados livremente, sem o menor controle oficial.

Há outro aspecto curioso, denunciado pelo documento do CENOR. A avaliação das cotas dos fundos é calculada pelo valor médio da cotação da Bolsa de Valores, quanto ao FINOR.

No entanto, para aplicação em reflorestamento, dispositivo idêntico foi alterado estranha e ilegalmente pelo Conselho Monetário (Resolução nº 381, de 23 de julho de 1976), estabelecendo-se a avaliação das cotas pelo sistema da correção monetária.

Mais outra aberração no capítulo das discriminações contra o desenvolvimento industrial no Nordeste: somente empresas que provarem sua titularidade sobre domínio e posse de terras e que poderão ter seus projetos de industrialização aprovados, enquanto no setor da captação de recursos para reflorestamento se permite que os recursos sejam entregues aos usufrutuários, ou aos que tenham o domínio útil, aos simples usuários, ou até os locatários ou comodatários (art. 2º, alínea a, da Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966).

Muitas empresas com programas de implantação no Nordeste estão solicitando sua realocação em outras áreas, embora estendidas com os incentivos da Sudene. É o caso da AGROVALE, que iria gerar este ano mil empregos diretos. É o caso da CIGANORTE, com idênticos propósitos. Ambas estão ameaçadas em seus cronogramas pelo atraso nas obras de irrigação de infra-estrutura de responsabilidade da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - subordinada ao Ministério do Interior.

A situação foi denunciada através de telegrama assinado pelos Prefeitos de Juazeiro, Petrolina e Curuçá, além de representantes de entidades de classe, enviado ao Presidente Geisel.

No telegrama, as citadas personalidades lembram que a realocação forçada dessas empresas invalida todos os estudos e esforços de governos regionais e de departamentos técnicos da Sudene em prol do aproveitamento dos solos são-franciscanos irrigáveis e ao mesmo tempo, desestimula a iniciativa privada.

A AGROVALE - Agroindustrial do Vale do São Francisco S/A - teve o seu projeto aprovado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool em 1973. De acordo com o projeto, a empresa deveria processar 1 milhão e 300 mil toneladas de cana por ano, produzindo 2.200 mil sacos de açúcar e 13.500 mil litros de álcool. No caso da CIGANORTE, que devia produzir 500 toneladas diárias de tomate, o atraso das obras de infra-estrutura aconselha a paralisação temporária do projeto, já em fase de montagem.

Na mecânica dos incentivos fiscais, em que o Poder Público tudo dá e oferece às empresas privadas, inclusive obras públicas, como rodovias, portos, canais, pavimentação, irrigação, isenção de impostos de toda espécie por longos prazos, a carência de recursos oficiais, pela decorrência da crise econômico-financeira, leva a impasses quase intransponíveis, mingando mais ainda a situação do povo que, no fundo, como contribuinte,



Presidente do diretório regional do MDB de Pernambuco, Jarbas de Andrade Vasconcelos, 35 anos, neste seu primeiro mandato como deputado federal, tornou-se um dos principais líderes nacionais do MDB, principalmente depois da aprovação da tese da Constituinte, que ele defendia quase como voz isolada dentro do partido, desde 1971.

é quem arca com ônus do enriquecimento nacional, ora emprestando compulsoriamente dinheiro aos ricos, pelo Fundo 157 do Imposto de Renda, ora deixando de ser atendido em suas mínimas necessidades de assistência e de amparo social, quando os Estados e Municípios se obrigam, em convênios ou contratos draconianos, à adoção de uma política protecionista, no setor dos estímulos fiscais e nos consequentes desdobramentos das obras de infra-estrutura e implantação dos projetos.

Como seguimento dessa política de prioridades para um tipo de desenvolvimento econômico que esquece o homem e só visa ao lucro, vai o Nordeste amargando o seu destino, repetindo no tempo e no espaço as tragédias seculares de um semental que já se tornou lençário; o sertanejo perdido em suas superstições, plantando milho no dia de São José para colhe-lo no dia de São João; esperando que chova no primeiro dia do ano para alimentar as esperanças de um inverno promissor; usando a enxada como instrumento primeiro de suas labutas rurais; o carro-de-boi rangendo suas rodas nos vilarejos onde escasseia a assistência médica e as escolas não atendem ao volume dos que dela necessitam; o voto de cabresto, nas eleições, como símbolo de um "consumo" anacrônico, no presente; a posse da terra sumindo para o redil dos latifundiários; a polícia a serviço dos "notáveis" da região; a justiça morosa, quando não comprometida; e, para cúmulo, as próprias autoridades governamentais pedindo ao povo que reze, reze muito, para dissipar as maldições da natureza...

Como pano de fundo de um drama que se arrasta pelos anos afora, a agroindústria do açúcar passa por uma de suas maiores crises. Setor expressivo, senão dominador da economia de muitos Estados do Nordeste, o açúcar sofre as flutuações do mercado externo, no imponderável de uma atividade conjuntural, sujeita a fatores que se localizam em centros de decisão que escapam ao seu próprio controle.

Eleito há dias Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco, o Sr. Gilson Machado Guimarães Filho afirma em pronunciamento à imprensa que "a profundidade da crise não comporta o adiantamento das soluções pleiteadas a nível nacional por todos os centros produtores brasileiros".

Segundo o Sr. Machado Guimarães, cinco graves e fundamentais problemas atormentam a agroindústria açucareira nordestina, "sem que a ordem de exposição signifique precedência no reclamo de soluções, dado que todos eles são igualmente sérios e geradores de prejuízos de grande monta": a queda do rendimento industrial, a incidência das pragas nos canaviais, a descapitalização e endividamento das empresas, com a consequente elevação dos passivos e alta insuperável dos custos financeiros, o preço comprimido e anti-econômico e a gravidade do produto na comercialização nos mercados externos.

Aos cinco fatores apontados pelo atual Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco, unem-se a miséria do trabalhador rural pelo achatamento periódico de seus salários, a migração do campo para as cidades, como forma de luta pela sobrevivência, a importância de remuneração do trabalho humano, suas formas arcaicas de exploração, o descumprimento de obrigações legais, como o 13º salário e até o salário mínimo, o despejo forçado, as reivindicações reprimidas violentamente pelos capangas dos engenhos e das usinas ou pela polícia, as omissões cúmplices da Delegacia Regional do Trabalho e tudo o mais que se segue na sequência de um quadro social que, por suas aparências, assemelha-se a uma conjuntura de séculos passados, nesse ou naquele aspecto.

No somatório de tantas atribuições, juntam-se ricos, pobres e miseráveis: 60 ou 70 empresas industriais ou agroindustriais de Pernambuco sem perspectivas de saída para suas crises; cerca de 5.000 fornecedores de cana sem capital de giro, a braços com prazos fatais para cumprimento de seus débitos de empréstimos ou financiamento; e mais de 150 mil trabalhadores, sem contar com seus agregados domésticos, vencendo salários de fome, incluindo até ratos nas suas refeições diárias.

UM QUINTO DA POPULAÇÃO DE RECIFE É CONSTITUÍDA DE MENORES QUE VIVEM NA MISÉRIA

Dentro de tal contexto econômico, as consequências sociais provocam desequilíbrios e distorções merecedoras de reflexões a nível nacional. Pela migração forçada dos trabalhadores do campo para as grandes cidades do Nordeste ou para os centros populacionais do Sul do País, as condições gerais de vida se agravam. Segundo a palavra autorizada do Juiz de Menores, Nelson Ribeiro, na cidade do Recife há cerca de 200 mil crianças e adolescentes completamente abandonadas, sem escolas e sem emprego - o que representa quase um quinto da população da Capital de Pernambuco - perambulando pelas ruas, esmolando, disputando pequenos

serviços ou "biscates", quando não se constituem em quadrilhas de assaltantes precoces, de que se alimentam diariamente as páginas policiais da imprensa.

"Dessa forma" - diz o Juiz Nelson Ribeiro - "menores de ambos os sexos, famintos e maltrapilhos, vadios e mendigos, acostumam-se à malandragem, desde a infância, ficando sujeitos a, mais tarde, caírem na delinqüência e prostituição." Não recebem formação profissional alguma, nem estudam, não tendo, por isso, a menor participação no processo de produção na sociedade.

As escolas públicas em Pernambuco não são mais gratuitas; cada pai de aluno pobre é forçado a pagar de 20 a 30 cruzeiros por matrícula, a título de "caixa escolar", de "merenda", disso ou daquilo, sem esquecer os gastos com uniformes e calçados e o dispêndio com livros, cadernos e lápis, cujos preços escapam à bolsa do trabalhador de remuneração média, além do transporte, quando a escola se localiza em bairros mais afastados.

Assim, sem trabalho e sem escola, um quinto da população do Recife, constituída de menores, vive na miséria, às portas da criminalidade, por culpa dos governos, numa Capital em que os índices de assalto à mão armada e de agressões individuais crescem a cada dia.

De acordo com informações prestadas pelo Professor Carlos Osório, do Curso de Mestrado em Economia, do Departamento de Economia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, o Grande Recife detém o pior índice de distribuição de renda, entre todas as regiões metropolitanas do Brasil. De cada grupo de dez pessoas integrantes da população economicamente ativa, mais de uma é empregada doméstica, constituindo 12% da força de trabalho.

Pelos dados conhecidos do último Censo (1970), 15% da população economicamente ativa da região do Grande Recife auferiam a renda de até 1/3 do salário mínimo. Mais da metade da população percebia remuneração até um salário mínimo. Ou seja, 52,5% da população economicamente ativa recebia remuneração mensal até Cr\$ 150,60, quando o salário mínimo vigente à época era de Cr\$ 144,00. Apenas a parcela de 2% da população produtiva ganhava mais de Cr\$ 2.000,00. De 1970 para cá, naturalmente a situação se agravou.

O que se apresenta como absurdo, pelas conclusões do Professor Carlos Osório, não é propriamente o desemprego, em si, ou mesmo o subemprego, que os tecnocratas denominam pudicamente de "setor informal da

população, cabisbaixa e tensa. Em vão, durante anos a fio, os governos têm prometido domar as águas do Capibaribe e do Beberibe. E as inundações, que são conhecidas desde os tempos de Maurício de Nassau, na época da ocupação holandesa do século XVII, tornam a vida do habitante da Capital e das cidades do interior banhadas pelos rios que tiveram seus leitos tomados pela incuria dos homens uma via cruzada de tormento e vexames.

No Grande Recife, a tragédia do povo é incomensurável, os pobres perdendo o quase nada que possuíam, a cama de vara, os tamboretas, a mesa de jantar, repregada de tantos concertos, o colchão velho e as panelas de barro; a classe média, descapitalizada, saindo de um empréstimo para cair noutra, a fim de refazer seus utensílios domésticos, de dois em dois anos; as indústrias, sacrificadas; o comércio, reduzido em suas proporções de venda. E os Governos, estadual e municipais, de cuja nação, implorando verbas de assistência aos flagelados, numa rotina que se sucede a cada calamidade pública.

A represa de Tapacurá, iniciada no Governo do Sr. Eraldo Gueiros Leite, é uma lenda, com o seu lastro de corrupção e incuria, que uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Legislativa esquadrinhou, inclusive com o apoio dos representantes da ARENA.

AS MAIS ALTAS TAXAS DE MORTALIDADE DO MUNDO

A nova represa de Carpina, anunciada para 1978, é discutível pelos engenheiros e pelos ecólogos, posta em dúvida como solução para os problemas seculares das cheias do Capibaribe e afluentes. Quanto ao rio Beberibe, esse não tem planos, porque banha exatamente a parte da cidade habitada pela população mais miserável, sem meios de acesso ao Governo, sem poder de barganha, desprotegida e solitária.

As cheias do Recife, como as secas do Nordeste, estão se tornando para muitos uma indústria, com empréstimos polpidos e possíveis moratórias. A classe média se pauperiza, enalacrando-se de dívidas. E os trabalhadores, que de si nada possuem, ainda dissipam o seu FGTS em gastos de emergência, sacrificando o seu futuro e o seu pequeno patrimônio. O Governo Federal acaba de abrir um crédito de pouco mais de 100 milhões de cruzeiros para atender aos prejuízos da última enchente. Os gastos com a negociada da Luffalla dariam para solucionar, de vez, o grave problema das cheias no Grande Recife.

A água encanada, escassa, cada dia o Governo inaugurando novas extensões, dema-

o baixo nível biológico e antropológico dos nordestinos, decorrente das deficiências alimentares.

"A base da alimentação nordestina" - informa o Professor Orlando Parahyem em trabalho recente - "provém da agricultura, que apresenta, na região, baixa produtividade, e também dos atritos tecnológicos, que dominam ainda o trabalho de produção nos campos".

A carência calórica-protéica, a ingestão de alimentos em quantidades inferiores aos padrões mínimos da sobrevivência humana vêm fustigando gerações de nordestinos, encurtando-lhes a vida, marcando-lhes o corpo de enfermidades curáveis se outros fossem os rumos da política econômica e social dos nossos governos. O nordestino encontra no feijão o prato de resistência para o exercício de seu trabalho cotidiano, segundo o Professor Parahyem, aliás um dos mais entusiásticos defensores em Pernambuco do Movimento militar de 1964.

Outro conhecido pesquisador, o Sr. José Ferreira Irmão, do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal de Pernambuco, em trabalho sob o título "Abastecimento Alimentar do Nordeste Urbano", realizado em convênio com a SUDENE, diz que "O nível de renda por pessoa na cidade do Recife está a uma distância de mais de 20% dos padrões médios brasileiros". Em 1973, segundo suas pesquisas, 75% das famílias do Grande Recife tinham uma renda per capita mensal abaixo de Cr\$ 240,00, inferior, portanto, ao nível do salário mínimo da época.

Noventa por cento da população do Recife metropolitano, segundo o citado professor, consomem, em sua dieta habitual em quantidades mínimas e variáveis de produto a produto, açúcar, arroz, pão, café, farinha de mandioca e feijão - predominantemente. As proteínas quase não estão presentes às refeições dessa grande maioria. Somente 5% da população do Grande Recife consomem produtos como crustáceos, peixe, melão e iogurte. Os produtos mais usados, no geral da população, especificamente, eram farinha de mandioca, pão, arroz, macarrão e feijão. A quase totalidade das famílias investidas pelos grupos de pesquisas do Professor Ferreira Irmão declararam que "gastam quase toda a sua renda em alimentação". Há no Recife um crescente empobrecimento das famílias urbanas, de acordo com a pesquisa. "Num período recente de mais ou menos uns dez anos, dados oficiais mostram que o custo de vida tem suplantado o incremento do salário mínimo real, não sendo, portanto, os 'pauzes' - como chega a confessar o autor do citado trabalho - "os aumentos de salário para compensar os aumentos de preços impulsionados pelo processo inflacionário".

E não é só a diminuição do nível de vida que está em jogo. É a própria vida, como organismo humano. As taxas de mortalidade infantil, nas cidades do Nordeste, são as mais altas do mundo. No Recife, entre mil crianças nascidas vivas, mais de 200 morrem antes de completar o primeiro ano de idade. A incidência de tuberculose aumentou, segundo os sanitistas. As doenças endêmicas persistem. Morre-se de tudo. E para os males que atormentam o homem nordestino há remédios específicos. Já foi dito nos meios médicos que mais de 80% dos óbitos que ocorrem na região nordestina poderiam ser evitados, ou com uma adequada alimentação ou com vacinas preventivas. A média de vida humana, a chamada expectativa de vida, é uma das menores que se conhecem no País. (...)

Esta aí, Srs. Deputados, um quadro realista da situação do Nordeste, sobretudo nestes últimos treze anos. É uma radiografia em profundidade de seus males acumulados. Claro que houve progresso e que muitos enriqueceram, de então para cá. No geral, os padrões de vida que o progresso econômico propiciou só beneficiaram os célebres 2% da população, cuja renda se eleva a mais de dois mil cruzeiros por mês. É a elite, das crônicas e suplementos sociais, sempre as mesmas figuras, na sucessão de avós, pais e filhos, neste mundo de concentração de riqueza. É a elite, dos fastuosos casamentos nas catedrais das grandes cidades. É a elite, que disputa as preferências para os cargos governamentais, de nomeação por decreto. É a elite, das festas de aniversário que embasacam os incautos pelos gastos inexecidíveis. É a elite, sempre e sempre.

O panorama do povo é o que traçamos linhas acima, utilizando depoimentos e denúncias das mais insuspeitas, bem como o testemunho idôneo de técnicos e estudiosos dos nossos problemas. Para esses males não se cogita de "pacotes" de reformas.

O Nordeste continuará a ser, como há séculos, para teatro de encenações governamentais, com promessas e juras que não têm mais força para sensibilizar o espírito do seu povo, já visceralmente descrente das agruras da vida. Desgraçadamente, vivemos numa região secularmente abandonada. Aos que, otimistas, apregoam a redenção do Nordeste, valeria repetir a frase de um jornalista francês a respeito do Brasil: "Milagre" ou miragem?



"Pedindo ao povo que reze para dissipar a maldição da seca."

economia", usando uma fraseologia despistada para encobrir a realidade de um fato social assombroso, mas a irrisória parcela da sociedade, os privilegiados 2%, que auferem rendas altíssimas, "em contraste com as amplas maiorias situadas nos mais baixos segmentos de renda".

Esse medonho panorama de um dos mais importantes Estados brasileiros e de sua Capital, meca dos desajustados e dos migrantes de regiões mais subdesenvolvidas, é uma amostragem estereotípica do que se passa no resto do Nordeste.

O Recife, cidade marcada hoje pelas feridas constantes das cheias e inundações, vive um drama permanente, que se reflete em sua

gogicamente, sem equivalência com suas reservas disponíveis. O sistema de saneamento e escoamento de águas pluviais, de sua vez, datam de décadas, esgotos e galerias obstruídos pela ação do tempo e pela irresponsabilidade dos governos.

Este o quadro da maior metrópole do Nordeste, meca dos migrantes da região, cidade que não cresce, mas incha, na expressão feliz de Gilberto Freyre, onde a vida só é "risonha e franca" para meia dúzia de afortunados.

Como outra face da estagnação econômica e da brutal concentração de rendas em mãos de meia dúzia, há um quadro sanitário de igual gravidade. Nutricionistas como Nelson Chaves e Orlando Parahyem têm denunciado

Cruzada pela Amazônia

"A luta não deve ser somente dos amazônidas, mas de todos os brasileiros, enquanto ainda há tempo para corrigir os erros que se praticam contra a região que representa dois terços do Brasil"

JADER BARBALHO

Confiante de que brevemente alcançaremos a estabilidade política e constitucional, pedimos vênias aos colegas representantes de outras regiões brasileiras para dar continuidade a uma luta que não deve ser somente dos amazônidas, mas de todos os brasileiros, enquanto ainda há tempo, para corrigir erros que se praticam contra a região que representa dois terços do território do Brasil.

Preliminarmente, faremos um breve e auxiliado balanço, tentando analisar os mais diversos setores econômicos e sociais da Amazônia, particularmente do Pará, demonstrando os desacerdos do programa de desenvolvimento regional, para que, ao fim, sinceramente abstraidos do interesse da crítica pela crítica, falemos mais alto os fatos, a nos incentivar na opção, por novos caminhos, em favor da Amazônia, mas, certamente, também do Brasil.

Iniciaremos pela análise do nosso setor primário, do qual dependem, na Amazônia, para sobreviverem, cerca de 580 mil pessoas - agricultura, pecuária extensiva, extrativismo, pesca, caça e extração madeireira - correspondendo a 57% da população economicamente ativa. Apesar destes números, os dados oficiais registram que apenas 19.149 produtores têm assistência da extensão rural em toda a Amazônia - representando, em termos nacionais, 2% - orientados por 457 técnicos, ou seja, 6% do total de técnicos atuantes em Assistência Técnica e Extensão Rural em todo o Brasil.

O setor agrícola está em crise na Amazônia, apesar de dois terços da população da região dependerem ou estarem a ele vinculados. E, dentre as razões da crise, está a falta de apoio creditício, já que, apesar de toda a propaganda, a região recebeu, no período de 1971/75 o valor de Cr\$ 3.342.747.700,00, ou seja, 1,3% do total nacional, correspondente a Cr\$ 265.299.034.000,00. Em 1978, a previsão será de valor correspondente ao insignificante percentual de 1,5% do total brasileiro. Leve-se em consideração que estes valores, em princípio, são carregados para o setor agropecuario, quando na verdade foi quase todo para a pecuária, que absorve 90%, significando portanto, muito pouco, de fato, para a agricultura.

CONFIRMANDO O MODELO, SÓ O COMÉRCIO CRESCEU

A falta de assistência à zona rural é tão grande que, no período de 1959/70, o setor primário diminuiu de 18,6% para 17,4% do total da renda interna da Amazônia, o mesmo ocorrendo com o setor industrial, havendo apenas crescimento, para confirmar os erros do "modelo", o setor comercial.

Caracterizando a realidade a que está relegada nossa agricultura, inserimos trecho do realístico e aprofundado trabalho elaborado pela Unidade Regional de Supervisão Norte, do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, que afirma:

"Nas relações com as demais regiões, apresentando a Norte como a de menor coheitia, não atingindo 5% do total da área com culturas alimentares (arroz, feijão, milho e mandioca) na região Sul, que, por sua vez, mantém a liderança, e com respeito ao Brasil, representando apenas 1,4%".

Mal adiante, ainda, afirma:

"Cerca de três quartos da área colhida na região é de cultura de subsistência (arroz, milho, feijão e mandioca). Em termos de área física, acredita-se que não alcança 200.000 ha, devido prevalecer o sistema de consorciação na região, o que representa 0,005% da área territorial da região Norte".

Para argumentar com os tecnocratas, que, via de regra, preferem os números à realidade social, apresentamos os seguintes dados de difícil contestação: a Amazônia possui 5% da população brasileira participando atualmente em apenas 2% da renda nacional. Em 1960 nossa renda per capita representava a insignificante parcela de 60,8% da renda per capita nacional, sendo que, graças ao "modelo de desenvolvimento" executado na região, houve um declínio para 53,4%, crescendo,

portanto, nossa pobreza em relação a outras regiões do País, crescendo-se o fato de a renda per capita ser um péssimo indicador de desenvolvimento justo, principalmente em termos de distribuição da riqueza.

Para nossa maior tristeza o Estado do Pará, apesar de sua acentuada participação na formação da renda interna da Amazônia, vem decrescendo de 1% ao ano, aproximadamente, em relação ao aumento relativo de outros Estados da Federação, chegando a apresentar uma renda per capita inferior, 18% menor do que a da própria Região Amazônica.

Nossa balança comercial, no período de 1968/72, demonstra que exportamos duas vezes e meia o que importamos e ainda tivemos de saldo negativo o déficit de 396 milhões de cruzeiros, e desta forma "aumentamos em volume e perdemos em preço". Segundo ainda Lúcio Flávio Pinto:

"Em dados da SUNAB, em 1975, o Pará gastou tudo o que obteve com suas exportações apenas para comprar nove gêneros alimentícios em outras regiões do Brasil".

OS LUCROS FICAM PARA OS EXPORTADORES

Estes fatos comprovam que o produzido na região, muito pouco está sendo utilizado em benefício dela, já que sua produção é para exportar, revertendo os lucros para a minoria que exporta. Enquanto isso, a população adquire para seu sustento o que tem que ser importado de outras regiões, sempre a altos custos, pela falta de produção de bens alimentícios na própria Amazônia.

Desajamos questionar o atual modelo de desenvolvimento da Amazônia, também com números, campo preferido por alguns técnicos de gabinetes, já que a realidade não os convence, para provar que o homem amazônico tem sido marginalizado do processo, visto que a população potencialmente ativa de 975 mil, em 1950, passou a 1.915 mil, em 1970, enquanto a população economicamente ativa cresceu apenas de 379 mil para 859 mil, deixando potencialmente de fora do mercado de trabalho e consumo nada menos que mais de 1 milhão de pessoas. Insistram e insistem nossos "colonizadores" no sentido de que deveriam e devem integrar a Amazônia com a "pata do boi", investindo na pecuária ou em outras atividades poupadoras de mão-de-obra, quando se sabe que o crescimento da população é superior ao da economia e que, de 1950 a 1970, nossa taxa de atividade econômica baixou de 31,5% para 28,9%, sendo que o preço da criação de um emprego na indústria é de um terço do da pecuária. Apesar desta realidade, denuncia-se que "dos 18,8 bilhões que o Governo pretende investir no setor primário da Amazônia, até 1979, 8,5 bilhões destinam-se a projetos agropecuarios, sem contar com oito bilhões de incentivos fiscais - pecuária ou agricultura de exportação".

Esse tipo de ocupação inconsequente da Região Amazônica gerou o desmatamento de cerca de 12 milhões de hectares de florestas, com a queima de cerca de 7 milhões de metros cúbicos de madeira de lei, que, se fossem exportados a preço mínimo no mercado internacional como "pranchas serradas", renderiam quase 4,5 bilhões de dólares". Quanto ao IBDF, sem estrutura e sem fiscais, conforma-se em fornecer estes dados relativos aos projetos "autorizados". Agride a consciência nacional saber que, no Estado do Acre, em 100 mil hectares de florestas queimadas com três seringueiras por hectare - foram destruídas cerca de 300 mil seringueiras, perdendo-se portanto, 300 toneladas de borracha. Enquanto isto, o Brasil é deficitário deste produto, desempregados se encontram milhares de seringueiros e o Acre vem sendo esvaziado de sua maior fonte de produção.

Estas tristes ocorrências aliam-se ao grave alerta de que "apenas uns 10% dos 5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia devem ser explorados pelo homem sem o perigo de uma degradação irreparável das condições ambientais".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitam-me que também volte a repisar o fato de que, apesar da dimensão territorial da Amazônia,

lamentavelmente se tem acentuado a luta pela posse da terra, inclusive com registros fatais. E, para atestar tal afirmativa, revelamos que as unidades com menos de 1.000 ha representavam, em 1970, 99,1% dos estabelecimentos rurais e ocupavam 53,5% do solo regional, enquanto as grandes propriedades constituíam apenas 1%, mas ocupavam 46,4% de toda a área, numa insosfismável demonstração de que há muita terra na mão de poucos e muitos com pouco, ou ainda, lamentavelmente, sem nada. Acresce que, no Pará, "29% dos latifúndios possuíam, em 1972, segundo o INCRA, 85% de todo o nosso território parense", gerando o conflito que se encontra apenas em fase de fermentação, principalmente no sul do Pará. Junte-se a estes dados a quase total falta de titulariedade da terra aos pequenos posseiros e até a fazendeiros, dado o tumulto, a omissão e a burocratização institucionalizados nos setores responsáveis pela regularização fundiária na Amazônia, particularmente no Pará.

Combateamos o atual modelo quando ele afirma que somente através do grande proprietário alcançamos o desenvolvimento, já que os números afirmam ao contrário, ter nossa pecuária alcançado apenas cerca de 1% do contexto nacional, apesar de "privilegiadamente" aqui no Pará. Isto nos leva a crer que, além da nossa baixa produtividade, o que existe mesmo é muita especulação e mau emprego dos nossos recursos, principalmente dos incentivos fiscais concedidos pela Sudam - e que lamentavelmente foram distribuídos, além de mercadamente ao Nordeste, também a outras regiões do Brasil. Segundo estudos do INCRA, em 1975, divulgados também por Lúcio Flávio, "cada fazenda implantada pela Sudam cria apenas 27 empregos diretos, embora ocupando, em média, 47 mil hectares", sendo que, "em 1977, o déficit de carne no Pará foi avaliado em 94 mil toneladas e o Estado continua a importar mais alimentos".

Nos desmanjamos de uma política de desenvolvimento que tem beneficiado alguns e marginalizado quase todos, denunciamos, em pronunciamento anterior, a pantomima do programa denominado Polonordeste do Pará, que serviu aos apetites eleitorais de alguns, às vésperas das eleições de 1976, em Bragança, e que, lamentavelmente, como tantos outros "projetos-impacto" serve mais à propaganda oficial do que realmente à coletividade, que deveria ser servida. O resultado do tal "Polonordeste do Pará" foi o valor de apenas 18 milhões de cruzeiros destinado a toda a Região Bragantina, na qual, como anteriormente afirmamos, se encontram o maior contingente populacional do Pará e também nossa maior miséria, depois dos subúrbios de Belém. Talvez este tratamento, mais do que discriminatório para com a Região Bragantina, se deva ao fato de que o "modelo" está voltado para as "grandes empresas", e lá somente existe o pequeno e pobre homem do campo.

TINTAS FORTES PARA UMA REALIDADE CRUEL

Se não conseguimos pintar com tintas mais suaves o grave quadro da zona rural da nossa Amazônia e particularmente, do Pará, de outra forma, também, não conseguiremos falar sobre a nossa Belém, conhecida como a "Cidade das Mangueiras", onde mais de um terço de sua população - cerca de 326.034 pessoas, dos quais 60% oriundos da zona rural - habitam as "baixadas" (quatro metros abaixo do nível), áreas alagadas e sem a menor infraestrutura urbana, principalmente sanitária.

Com relação a esta grave questão, que faz com que Belém seja detentora do título de "maior favela do País", vem recebendo sua população, ano após ano, a renovada promessa de que o problema está sendo estudado e que a retardada solução, cada vez mais distante, já se encontra próxima. Aliás, o pacote povo de Belém já começa a dar demonstração ostensiva de saturação, cansado de assistir ao dinamismo de nossos governantes revigorar-se às vésperas de pleitos eleitorais. Esquecidos esses governantes da observação

dos planos de obras, que melhor atendem ao eficaz emprego do dinheiro público, desviam tais recursos para obras de rendimento eleitoral, que não resistem à chegada do inverno, diluindo-se na lama e nas águas as esperanças e o dinheiro do povo.

Por outro lado, como ressaltamos anteriormente, apesar do seu acelerado crescimento populacional, Belém tem seu mercado de trabalho em progressiva estagnação, como consequência de raquítico parque industrial, ameaçado de insolvência e que garante sua sobrevivência com "prorrogação de senções fiscais". Tal situação tem como derivantes a ampliação das páginas policiais de nossos jornais, em que a criminalidade juvenil e infantil pontificam, a retratar uma realidade anticristã, que acusa a todos de Pilatos, por lavarem as mãos e a consciência com o comodismo, a omissão e a indiferença quanto a erros que todos temos o dever de combater.

A Amazônia tem perdido muito, Sr. Presidente, apesar de reconhecermos a execução de algumas obras, principalmente no setor rodoviário por parte do Governo Federal. Porém, como demonstramos neste rápido balanço, nossas perdas têm sido muito maiores, principalmente para o Estado do Pará, que, dentre outras, perdeu a implantação da Siderúrgica do Carajás, em Marabá, o escoamento do minério de ferro por nosso porto, tendo, ainda, sido nossas terras gratuitamente transferidas ao Incra e nossa elite cultural e técnica afastada do planejamento e da direção de órgãos de desenvolvimento regional. Em compensação, apesar de tudo isso, nosso Governador fez grandes progressos, pois teria afirmado, recentemente, que, "apesar de não ser oriundo da militância política, vem desenvolvendo uma atuação eminentemente política, cujo resultado pode ser sentido na vitória da Arena, que, inclusive, reconquistou vários Municípios que estavam nas mãos do MDB".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, aspiramos ao desenvolvimento de ação eminentemente em favor do povo, que tenha como vitória a implantação de um modelo que a todos beneficie, pela ampliação do mercado de trabalho, pela distribuição mais justa da renda, enfim, com um desenvolvimento por todos partilhado.

Finalizando, Sr. Presidente, certo estou de que, se não consegui convencer os ilustres irmãos do restante do Brasil, para o engajamento nesta cruzada em favor da Amazônia, e ainda, particularmente, do Pará, isto se deve única e exclusivamente, às minhas limitações, para as quais encareço a benevolência da Casa, rogando que prevaleçam apenas os fatos e a realidade da Amazônia de hoje, para que a de amanhã, não seja pior.



Presidente do MDB do Pará, Jader Fontenelle Barbalho já foi vereador em Belém, deputado estadual de 1971 a 1975 e é atualmente um dos parlamentares mais influentes entre os novos do MDB.



"Uma longa esteira de sangue e aflição"

Os crimes políticos que abalaram e traumatizaram a opinião pública do Ceará
PAES DE ANDRADE

O povo cearense habituou-se a não esperar destes tempos senão a violência e o absurdo. O interior do Estado está infestado pelo crime. Em cada volta de um caminho, nos povoados, nas vilas, nas cidades, e até mesmo no coração de Fortaleza, ergue-se diariamente o punhal do sicário ou a arma de fogo para abater as suas vítimas, para roubar, para exercer vinditas, ou até mesmo para a execução fria, calculada e bem recompensada do crime político.

Sobem a centenas, Senhor Presidente, os crimes praticados em meu Estado, neste Governo. Em Juazeiro do Norte, terra do Governador do Estado, segundo o noticiário da imprensa, notadamente do Estado de S. Paulo e da Folha de S. Paulo, não há uma cadeia pública e, por isso mesmo, não se reúne o júri popular há muito tempo. Quinze homicídios por mês se constituem nos índices menores já apurados. Mesmo porque num só mês deste ano foram praticados 25 crimes de morte. Isto sem falar nos crimes políticos ocorridos nesta atribulada hora por que passa o Ceará.

UM PUNGENTE CORTEJO DE ÓRFÃOS E VIÚVAS

O povo que reclama Justiça, não tem recolhido até hoje mais do que uma longa esteira de sangue e aflição e um pungente cortejo de órfãos e viúvas. É bom advertir, mais uma vez, os governantes insensíveis de alma empedernida. Saibam que nesta trágica sucessão em cadeia, a impunidade gera a vindita, em todos os seus rasgos sicilianos de tragédia sem epílogo. E como na increpação bíblica, em que o abismo leva ao abismo, o crime leva a novos crimes, a morte a novas mortes. Neste quadro de dor, manchado de sangue, molhado das lágrimas de órfãos e das viúvas abandonadas, resta-nos ainda o apelo à ordem e à lei. Mas, parece que já não há ordem porque na minha terra se alteiam e se impõem, nesta hora, a insegurança e a impunidade.

Já agora, Senhor Presidente, praticou-se, no Sul do Estado, um crime monstruoso que abalou a opinião pública, tanto mais porque nele se envolve o Governo do Estado, uma vez que a brutalidade do ato ficou a cargo da própria Polícia. Esclareça-se mais ainda: as autoridades de Juazeiro solicitaram ao Governo força policial para conduzir o preso José Teófilo da Silva a Fortaleza. Não se quis, ao tomar-se essa providência, utilizar a Polícia sediada na terra do Governador. José Teófilo da Silva, vigia da fábrica dos irmãos Bezerra, tora preso por se suspeitar de que fosse autor de um bilhete que exigia do Diretor da empresa uma importância de Cr\$ 2.000,00, com ameaças de incêndio da fábrica, se não fosse atendido na solicitação. A versão, no entanto, está dada, com abundância de detalhes pelo filho da vítima em carta dirigida ao Presidente Geisel e que será transcrita hoje nos Anais da Casa.

Quando afirmou, Senhor Presidente, que reina a violência, e já impera o terror oficial, é porque um novo ministério punitivo aparece no Ceará. Um destacamento policial bem adestrado e da confiança do Governo é escolhido para conduzir o prisioneiro José Teófilo da Silva, de Juazeiro do Norte a Fortaleza. Ao invés da força policial proteger e guardar a integridade do prisioneiro, operou, como bem disse o líder Freitas Nobre desta Tribuna, como se fosse polícia de fazenda, de um feudo qualquer de alguma tribo perdida nos conflitos da primariedade pré-histórica, em que o homem, arvorando-se no ministério punitivo, pretendesse fazer justiça com as próprias mãos.

Cumpriram a missão, sim, Senhor Presidente, missão repulsiva e macabra, conforme notícia a imprensa de todo o País, trucidando o preso, com os requintes mais cruéis da torpeza e da selvageria que uma imaginação mórbida poderia engendrar.

Nos Anais da Casa, Senhor Presidente, inserimos hoje a carta que José Teófilo da Silva Filho, de 21 anos de idade, único filho

maior da vítima, dirige ao Presidente Geisel. Nela se narra pormenorizadamente todos os aspectos de hediondez deste crime. Nas tribunas da Assembléia Legislativa do Estado, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, os líderes Chagas Vasconcelos, Lázaro Barbosa, Freitas Nobre, já consignaram o protesto, a revolta e a indignação da Oposição, clamando pela apuração rigorosa dos fatos delituosos e pela exemplar punição dos culpados.

A carta de José Teófilo da Silva Filho, Senhor Presidente, é apelo, é grito de dor, de aflição, de inconformidade, de indignação. Esta carta está vasada nos seguintes termos: "Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel, Senhor Presidente: Venho à presença do presidente da República para implorar 'justiça', pois não a posso obter, no Ceará, pelos caminhos normais. Meu pai, José Teófilo da Silva, foi recentemente preso, mutilado e, afinal, assassinado barbaramente por elementos da Polícia Militar do Ceará. Ele era empregado da Usina de Beneficiamento de Algodão situada na cidade de Juazeiro do Norte, de propriedade dos irmãos Ivan Rodrigues Bezerra; coronel Aduato Bezerra, governador do Estado, deputado federal Humberto Bezerra, Secretário de Assuntos Municipais, e Orlando Bezerra, deputado estadual.

Tudo começou quando apareceu um bilhete anônimo na mesa do Sr. Jovino, funcionário do escritório da usina, dizendo que o motorista José Carreira devia pagar a importância de dois mil cruzeiros ao próprio Sr. Jovino, pois se não pagasse, a usina seria incendiada. Tentando identificar a autoria do bilhete, o Dr. Ivan Bezerra resolveu deixar, na noite do dia 27 de outubro, os dois mil cruzeiros pedidos, na mesa do Sr. Jovino. Numa demonstração de confiança, meu pai foi chamado para ficar vigiando o local juntamente com o Sr. José Carreira, o Sr. Brasileiro, gerente da usina, e o próprio Dr. Ivan Bezerra. Naquela noite, cerca de 24 horas, o Sr. José Henrique, também vigia da usina, aproximou-se da mesa onde se encontrava o dinheiro, sendo interceptado pelo Sr. José Carreira, que, escondido nas proximidades do local disse-lhe: "Não pegue no dinheiro, José Henrique, senão eu atiro. É a ordem que tenho". O vigia José Henrique, na mesma ocasião, negou que tivesse a intenção de apoderar-se do dinheiro.

A VERSÃO OFICIAL É MAIS DO QUE FANTASIOSA

No dia seguinte, o Dr. Ivan Bezerra, em companhia de um oficial da Polícia Militar, que suponho seja o coronel Camilo, comandante do Batalhão sediado em Juazeiro, no próprio escritório da usina, pediu a meu pai, ao vigia José Henrique e a mais dois ou três operários, que escrevessem em folhas de papel, de modo a permitir um confronto gráfico com o bilhete anônimo, inicialmente referido. O oficial da Polícia Militar, que não é gráfolo nem perito criminal, entendeu que a letra de meu pai era parecida com a letra do bilhete anônimo, dando-lhe voz de prisão. Ao tentar levar meu pai para a Delegacia, o oficial da polícia foi impedido de fazê-lo pelo Sr. Brasileiro, gerente da usina, que fez questão de conduzi-lo, em seu carro particular, à Delegacia de Polícia, com isso demonstrando que não acreditava na acusação feita.

No dia 29 de outubro, sábado, apareceu um segundo bilhete anônimo, dizendo que meu pai nada tinha a ver com o problema e que se não fosse solto até as 18 horas a usina seria incendiada. É importante notar que a letra do segundo bilhete era exatamente igual à do primeiro. Logo, não poderia ter sido meu pai seu autor, uma vez que se encontrava preso e incommunicável na Delegacia de Polícia. Diante, então, dessa evidência, o Dr. Ivan Bezerra, determinou a soltura imediata de meu pai.

Na segunda-feira, dia 31 de outubro, meu pai apresentou-se ao trabalho, sendo dispensado, sob a alegação de que a ausência facilitaria

os trabalhos de identificação dos bilhetes ameaçadores. Na terça-feira, às 10 horas, meu pai é chamado pelo Dr. Ivan e informado, sem maiores explicações, que estava preso e desta vez ficaria no próprio quartel da Polícia Militar.

Não é mais visto com vida. Na sexta-feira, dia quatro de novembro, às 17 horas, o seu corpo é entregue à família, transportado numa camioneta "F-75", placa particular de Juazeiro do Norte, dirigida por motorista desconhecido nas imediações. Encontrava-se de mãos amarradas e enegrecidas, com hematomas generalizados, nu da cintura para cima e com dois orifícios de bala no peito sobre os quais fizeram-se incisões à faca em forma de "x". Os que o vestiram - dois tios meus - constataram a emasculação feita, bem como se apresentava com a língua cortada. Detalhe macabro e mafioso - o corpo vinha em caixa de requintado luxo.

Sete dias depois do sepultamento de meu pai, o Dr. Ivan Bezerra chamou minha mãe ao seu escritório e disse-lhe que ela não ficaria desamparada, oferecendo-lhe comprar uma casa. A casa foi adquirida por quarenta mil cruzeiros, pelo Sr. Carlos, por ordem do Dr. Ivan Bezerra, e está situada na rua das Flores, na cidade de Juazeiro do Norte. Por ocasião do acerto sobre a compra da casa, o Dr. Ivan entregou à minha mãe o relógio de meu pai, que inexplicavelmente estava em seu poder.

Antes da entrega do corpo, minha mãe foi chamada ao quartel da PM e informada que meu pai fora morto quando, ao ser transportado para Fortaleza, dera cinco tiros nos soldados que o escoltavam. A versão da polícia não merece crédito algum. De fato, como poderia um preso, desarmado, algemado, guardado por inúmeros policiais, sacar uma arma de fogo e dar cinco tiros em sua própria escolta?

Não tenho informações maiores sobre essa viagem a Fortaleza, se é que ela houve, realmente. Tudo indica, no entanto, que a viagem para a capital foi cercada das precauções extremas. Tanto que a escolta teria sido comandada pelo coronel Onofre, oficial de imediata confiança do Sr. Governador do Estado, segundo informou o líder do Governo na Assembléia Legislativa. Como poderia o preso reagir, nestas condições?

A versão oficial é tão fantasiosa que não se pode ignorar o que corre em Juazeiro do Norte e em todo o Cariri - meu pai foi assassinado nas próprias dependências da usina dos irmãos Bezerra. Relembre-se que o seu relógio foi devolvido pelo próprio Dr. Ivan.

Mande averiguar, Excelência, os fatos aqui relatados, por pessoa de sua absoluta confiança. Minha família, apesar de humilde e desvalida, merece a proteção das leis. E nós confiamos no espírito de "Justiça" do Chefe da Nação brasileira.

A Oposição espera, Senhor Presidente, que o chefe do governo, ao se inteirar dos horrores narrados nesta carta, tocado no recesso da sua formação espiritualista e cristã, haverá de se tomar de sagrada indignação contra a selvageria policial, fazendo cair o valimento da sua autoridade sobre as cabeças dos mandantes e dos executores desta empreitada sinistra. Mesmo porque, ao que se sabe, a repressão não alcançou, até hoje, sequer, os executores da brutalidade policial. Quanto aos mandantes, bem acobertados, até agora, permanecem intocados e intocáveis. O sistema político do País, tão sensibilizado por tudo o que afeta a Segurança Nacional, bem que poderia voltar sua atenção para o problema, de um modo geral, investigando em profundidade os crimes que abalam o Ceará e, em particular, para este caso que envolve e compromete a autoridade do próprio Governo do Estado.

O Governador deve respeito ao seu Estado e tem obrigações sagradas com o seu povo. A moral exige-lhe a compostura e o direito submete-lhe ao seu império. Se o sentimento de honra envolve o Governo cearense; se dispensa respeito à opinião pública; se não se quiser cobrir de suspeição mais comprometedor, assumo o Governador a responsabilidade ética que o caso impõe, afastando-se do Governo do Estado.



Antônio Paes de Andrade, 45 anos, é deputado federal pelo Ceará desde 1963, antes pelo ex-PSD, do qual foi líder na Assembléia Legislativa cearense no período em que foi deputado estadual (1951 a 1963). Foi um dos fundadores do grupo autêntico, do qual é um dos membros mais influentes.

Os oligarcas medíocres e autoritários

"Atrasando Santa Catarina, dividindo o Estado em feudos, os oligarcas emperram nosso Estado, encarnando a imagem de fantasmas insepultos"

WALMOR DE LUCA

Nossa presença na tribuna, na tarde de hoje, há de ensinar uma análise do comportamento político do Governador Konder Reis, o homem que, na última sexta-feira, andou figurando nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo através de uma entrevista em que investe e contra tudo e contra todos.

Para melhor compreender-se a personalidade do Sr. Konder Reis, hei de fazer uma análise de seu Governo.

I - Realidade Política Catarinense.

Desejamos enfocar neste pronunciamento alguns aspectos da problemática das oligarquias em Santa Catarina e a situação política atual de nosso Estado.

Avismos desde já que não nutrimos nenhuma pretensão de tese ou de esgotar a complexa problemática que agora enfrentamos. Mas o discurso tem o justo anseio de ser uma semente para trabalhos mais profundos e esgotantes, uma semente que poderá ser regada e iluminada em análises futuras, não só nossas, mas em ponte aberta para todos aqueles que desejam contribuir para uma das facetas regionais - e mais graves - do quadro político brasileiro.

Em teoria aprende-se que revolução é uma mudança radical de estruturas. Em Santa Catarina após 64 só no mais estrito sentido formal, as estruturas vetustas, anacrônicas, imersas na sua paz de cemitério, foram mudadas. A formalização estaria embuída na dissolução dos antigos partidos políticos.

O Movimento de 64 não extirpou as oligarquias de Santa Catarina Konder-Bornhauser e Ramos) mas as consolidou.

Mesmo antes da decretação do final dos antigos partidos políticos poder-se-ia fazer uma série de considerações em termos de Santa Catarina.

O FRACASSO DO GOVERNO CATARINENSE É O RETRATO DA FALÊNCIA DO SISTEMA

A afamada e consagrada rivalidade, por exemplo, entre União Democrática Nacional (UDN) e Partido Social Democrático (PSD), que alimentou várias gerações de políticos e politiquinhos do Estado Barriga-Verde (e ainda alimentar), era mais aparente do que real. Tal hipotética divisão escondia alguns fatos: defesa dos mesmos princípios, com algumas variantes, travestida de roupas diferentes; oligarquia política; tribos políticas familiares impondo as regras do jogo; o poder econômico dessas famílias decidindo eleições, formalizando as regras para a tomada do poder; os "patriarcas das tribos", numa continuidade de gerações, codificando regras e vícios; empreguismo, coleta de votos através de demissões e admissões, seja de funcionários públicos, professores, cabos eleitorais etc.

No núcleo verdadeiro e central ver-se-ia a mesma visão conservadora e quietista da política, a acomodação, a barganha a troca sistemática de poderes e de governos, a repetição dos mesmos discursos e palavras.

Aparentemente, os representantes dos dois ex-partidos sofreram um rude golpe. A criação da Aliança Renovadora Nacional seria uma espécie de casa comum, na qual se agrupariam os supostos adversários de outrora unificando o jogo de interesses. Mas nessa casa permaneceu o velho jardim, regado com águas mornas, com vícios cristalizados, com hipocrisias sistematizadas. Mas a fome de poder permaneceu tanta, no qual os imperativos éticos eram jogados na porta dos fundos como peso morto, que o aparentemente adversários de outrora continuavam a se digladiar na mesma arena de ambição.

Mas o duelo não era movido por questão de fundo, de concepção de política, de visão ideológica, de discussão de princípios de uma linha progressiva baseada no homem, sem o que qualquer agremiação partidária se

anula, se mediocriza e carece de fundamento humano e ideológico. Permanência a ditadura patriarcal, pela qual subsistia no campo político uma velhice que nada mais tinha a dizer - falamos de velhice espiritual - institucionalizando a visão conservadora e anacrônica. O Estado de Santa Catarina, em si mesmo, permanencia emperrado, atrasado na estrutura administrativa, carecendo da luz do progresso, continuando a navegar nas águas paradas da mediocridade, na ditadura das grandes famílias, lacunoso de grandes feitos que o projetassem no cenário nacional.

A oligarquia, naturalmente, não cria, mantém.

Constatamos um governante nomeado inseguro, indeciso, cuja passividade continua a assegurar a Santa Catarina um lugar vazio no cenário brasileiro; a manter o Estado na sua subalternidade, sem obras que o projetem, sem a necessária ousadia que o permitira receber os mesmos quinhões e beneplácitos que recebem os Estados vizinhos; sem um sopro de criatividade, inovação, coragem, dinamismo.

Mas a oligarquia é apenas superestrutura. O que importa são as relações sociais concretas, a infra-estrutura sócio-econômica. Nessa medida poder-se-á compreender a própria superestrutura, no caso, as oligarquias que decidem os destinos de Santa Catarina.

Ela, no global, não é causa mortis, é tenômeno consequência.

O sistema central, sem consulta popular, nomeia seus "governadores", como se vivêssemos na época das capitânias hereditárias. Tal comportamento regional é reflexo do autoritarismo nacional na certeza da impunidade de que todos os governantes possuem. Daí os casos gritantes de corrupção e a sua impunidade. Todas as Revoluções - mesmo as que assim se chamaram e não o foram - nascem, entre outros objetivos, com o de combater a corrupção. Mas ela se alastra, se irradia e toma conta de uma nação. Alastra-se como consequência do autoritarismo que resguarda a impunidade; sem sindicatos livres, sem diretórios acadêmicos livres, com censura à imprensa, sem consulta popular, sem eleições, os atos dos governantes não são cobrados, gerando a arrogância concluída com a noção de impunidade.

O fracasso do governo catarinense é o retrato de um fracasso maior, a falência de um modelo econômico, de todo o sistema.

II - A compactação Administrativa
O projeto de lei nº 6/77 de procedência governamental, implantou a Compactação Administrativa no Estado de Santa Catarina, alterando a lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975.

A Compactação não atinge a feição substancial da estrutura oligárquica do Estado de Santa Catarina. Reforça-a. As "grandes figuras", as eminências pardas bem remuneradas não perderam seus empregos. O que ocorreu foi um remanejamento político. Por exemplo, o ex-chefe da Casa Civil, Paulo da Costa Ramos, foi para a Secretaria de Justiça e no fundo tudo continua como estava.

Atrasando Santa Catarina, dividindo o Estado em feudos e influências, as oligarquias emperram e emperram nosso Estado em muitos anos, encarnando a imagem de fantasmas insepultos que morreram em termos de História, mas querem permanecer, consolidando sua ótica anacrônica, desumana e falida.

A atual reforma administrativa promovida pelo Governador Konder Reis - reforma da reforma - é o atestado de um fracasso, da falta de planejamento e previsibilidade, de organização. Órgãos como o DICESC - que foi considerado o "elefante branco" do Governo - são agora extintos, com o intuito de apagar a mancha de corrupção desenfreada que tomou conta daquele órgão, como veremos posteriormente neste pronunciamento. Para investigar suas atividades foi constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa, que está sendo sistematicamente boicotada e obstruída pela Liderança arenista e por grande parte da Bancada da Arena.

Logo após ter remetido ao Legislativo

Mensagem propondo o Projeto de Compactação, Konder Reis foi surpreendido com a proposta de reativação da CPI que investiga irregularidades na Companhia de Divulgação e Comunicação de Santa Catarina (DICESC) - extinta pela compactação - e com o pedido de instalação de outra CPI para averiguar irregularidades na Secretaria de Educação.

A DICESC foi criada no início do Governo Konder Reis como empresa de economia mista encarregada de "promover a divulgação dos atos, programas e planos do Governo do Estado". Com uma dotação de 20 milhões de cruzeiros em 76, a DICESC mantinha como "clientes cativos" todas as Secretarias de Governo, empresas públicas e fundações, que deveriam dirigir a ela todos os planos de divulgação.

Apesar da extinção da DICESC, o Diário Oficial do Estado, no dia 9 de março, publica um contrato com o Gabinete do Governador no valor de 4,5 milhões de cruzeiros, "com o objetivo de divulgar a atuação governamental".

Além disso, os jornais de Florianópolis de 25 de março publicam um edital de convocação dos acionistas da DICESC para a apreciação do relatório da diretoria referente a 1976 e deliberar sobre "a fixação da remuneração dos membros da diretoria, assim como eleger membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração".

A DICESC deixa como patrimônio um prédio de cinco andares, adquirido através de financiamento da Caixa Econômica Federal, da Emedaux, uma incorporadora que no momento da compra, no ano passado, encontrava-se em dificuldades financeiras. De acordo com a denúncia, o preço pago pela DICESC pelo metro quadrado foi superior ao do mercado.

Ao que consta, os citados 4,5 milhões de cruzeiros, na verdade, já foram gastos, embora esteja previsto seu emprego até este mês de maio. Teria sido uma fórmula encontrada para encerrar as atividades da DICESC sem grandes rombos administrativos.

O dinheiro da DICESC, a corrupção por ela irradiada parece ser tanto, que agora desejam obstruir a CPI da Assembleia de Santa Catarina que objetiva investigar suas atividades.

Deputados da ARENA arguíram a inconstitucionalidade da referida CPI. Mas, de fato, cabe arguir a extemporaneidade da impugnação.

FESTIVAL DE ERROS

Tornou-se impossível abordar e esgotar num só discurso a situação político-administrativa do Estado de Santa Catarina, as anomalias em quase todos os setores, o descalabro, as irregularidades e a corrupção.

Muitos setores não puderam ser analisados nesse pronunciamento. E sem esgotar o assunto, poderemos alinhar outras curiosas irregularidades.

O Sr. Konder Reis criou a Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente em abril de 1975, logo no início de seu Governo, nomeando para o cargo o Sr. Augusto Batista Pereira.

Vivamente orgulhoso pela criação da referida Secretaria, declarou Diário de São Paulo de 31 de agosto de 1976) que o seu Governo estava vivamente empenhado em sanar os problemas de ecologia num programa de preservação das condições ecológicas naturais.

Curioso: com a Compactação, a "importante" Secretaria foi extinta. E S. Ex. que orgulhosamente apontava ser o seu Estado, sob o seu Governo, o primeiro das unidades da Federação a criar ao nível de Secretaria um órgão para tratar dos problemas ecológicos, dois anos depois, paradoxalmente, incluí a sua grande inovação no rol das secretarias ora abortadas.

Essa Secretaria, em sua curta existência, foi dirigida pelo Sr. Batista Pereira, cuja identidade com o Estado se limitava a ser o agente maior de atividades poluentes, haja vista o deserto negro que a sua empresa de mineração implantou no Município de Siderópolis, no sul do Estado.

Só se entende a criação, a escolha e a melancólica extinção da Secretaria de Meio Ambiente através do humor negro.

A manutenção da CODISC, entretanto, ha-

verá de servir aos interesses escusos do Grupo Catão, beneficiário maior (pela supervalorização das terras de que são proprietários em Imbituba) do dinheiro público que a empresa aplica na indenização de terras que, curiosamente, pertencem ao citado Grupo Catão, cujo sócio maior é o titular da Secretaria de Indústria e Comércio, Sr. Sebastião Neto Campos, a quem a CODISC está subordinada.

Não há tempo, nesta tribuna, para continuar apontando as flagrantes irregularidades observadas nos órgãos do Governo Estadual sob a chefia do Sr. Konder Reis.

Em suma, Santa Catarina é um Estado à beira da falência, degradado pela inoperância, pelo arbítrio, pela corrupção e marcado pela arrogância de um governante com sede de poder total, que vive apadrinhando seus serviços privilegiados, apartado absolutamente de um povo digno e trabalhador, a mercê do arbítrio e da incompetência do oligarca maior.

A CORRUPÇÃO CONTINUARÁ POIS OS CORRUPTOS NÃO FORAM AFASTADOS

Entretanto, o povo catarinense já se conscientiza da exploração que o modelo político-econômico vigente no País e sustentado pela oligarquia no Estado, contrário aos destinos da História, cruelmente procura submetê-lo.

Tem consciência de que a razão continua com Lampedusa: "É preciso mudar alguma coisa para que tudo continue como está". (Tomasi de Lampedusa, autor de "O Leopardo").

Em Santa Catarina, apenas aparentemente mudou-se alguma coisa com a Compactação Administrativa. Tudo ficou como estava. A Compactação foi feita. Cargos foram remanejados. Os apadrinhados permaneceram em seus empregos. Os protegidos continuam à sombra do Poder. Os parentes não foram prejudicados. A corrupção haverá de continuar, eis que os corruptos não foram afastados. Ficaram, portanto, espelhando o nepotismo do Sr. Konder Reis, as mesmas figuras. Enquanto isso as oligarquias mantêm o seu império, sob a égide da mediocridade e do autoritarismo.

Mas a mediocridade e o autoritarismo de um mandatário sem grandeza são reflexos de um autoritarismo maior, nacional, que impedindo a consecução de uma sociedade democrática, justa e humana, escolhe governantes sem consulta ao povo, sem eleições e sem diálogo.



Walmor Paulo de Luca, 40 anos, começou sua carreira política em 1974, elegendo-se para a Câmara Federal com votos principalmente dos trabalhadores de Criciúma, Santa Catarina.



Terra, um problema de todos

"Omitir-se diante do problema da reforma agrária continuará sendo a forma mais evidente de solidariedade e comprometimento com a exploração injusta e desumana de mais de 30 milhões de brasileiros"
FERNANDO COELHO

Em 1961, ao assinar a Carta de Punta del Este, em conjunto com as Repúblicas Americanas, o Brasil assumiu o compromisso de "impulsionar programas de reforma agrária integral, encaminhada à efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade".

Apesar da antiga e generalizada convicção da necessidade de reforma da nossa estrutura agrária, o Governo João Goulart não teve condições de encaminhar a solução com o qual o nosso País se comprometera em Punta del Este. Os que a combatiam, inclusive, tiveram participação ativa ao movimento de opinião que levou à deposição daquele presidente.

Investido no Governo e contrariando muitas expectativas, o Marechal Castelo Branco, encaminhou ao Congresso Nacional, em 26 de outubro de 1964, proposta que veio ser transformada na Emenda Constitucional nº 10, de 1964, através da qual foi acrescentado ao art. 147 da Constituição de 1946 em § 1º, autorizando a União a promover a desapropriação da propriedade territorial rural mediante pagamento da indenização em títulos especiais da dívida pública — o que removia obstáculos legais insuperáveis para a execução da reforma agrária, que era a exigência do pagamento prévio e em dinheiro das indenizações, até então fixada como regra geral no art. 141, § 16, do texto de 1946.

Dando consequência à medida, enviou o Presidente Castelo Branco ao Congresso Nacional o projeto de lei do Estatuto da Terra, afinal aprovado e sancionado em 30 de novembro de 1964, transformando-se na Lei nº 4.504, destinada a promover "melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade".

A partir daí, todavia — e mesmo tendo em vista a timidez das medidas preconizadas no Estatuto da terra — o governo federal abandonou de todo o propósito de iniciar a reforma agrária no País, nos termos mencionados na Carta de Punta del Este, previstos na Lei nº 4.504 e exigidos pela realidade fundiária brasileira. A ênfase das medidas adotadas pelas últimas administrações revela a adoção de uma política com objetivos inteiramente diversos e, apesar disso, apresentada como alternativa de reforma, na qual o sistema de poder se encaixa. O Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agricultura — PROTERRA — criado por força do Decreto-lei nº 1129, de 6 de julho de 1971 e incumbido de execução dessa política na área que demandava soluções mais urgentes, a do Nordeste, vem, por isso mesmo, oferecendo resultados verdadeiramente ridículos e que evidenciam tratar-se de um projeto apenas diversionista, destinado a desviar as atenções e encobrir a gravidade do problema, para manter infocada a estrutura fundiária existente e ampliar privilégios secularmente estabelecidos.

Tomando por base as conclusões do Relatório da FAO, elaborado por solicitação do IBRA em 1968 e com base no Censo de 1950 foi estimado em 7,4 milhões o número de camponeses no Brasil, dos quais 2,3 milhões minifundistas, ocupantes de terra, arrendatários e parceiros, e 5,1 milhões trabalhadores rurais, sem terra. Considerando-se, em média, que a força de trabalho de uma família é constituída de duas pessoas, concluiu-se que na época, 3,7 milhões de famílias eram clientes potenciais à distribuição de terra.

Analisando os dados disponíveis sobre o crescimento da população, a missão da FAO estimou que em 1970 aquele número deveria elevar-se para seis milhões de famílias. De acordo com as metas sobre reforma agrária, implícitas na Carta de Punta del Este, o processo de assentamento deveria abranger, por

ano, de 300 a 400 mil famílias número que, hoje, deverá ser corrigido proporcionalmente na medida do crescimento populacional verificado nos últimos sete anos. Já em 1975 a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG — avaliava por sua vez, em cerca de nove milhões o número dos trabalhadores rurais sem terra no Brasil.

Apesar da gravidade desse quadro, adotando a sistemática das adesões voluntárias, regredindo à fórmula do pagamento prévio em dinheiro, e desvirtuando a ênfase que deveria ser dada ao programa de redistribuição de terras — fundamental e prioritária para a reforma agrária — a execução do Proterra apenas tem agravado o problema fundiário e os índices de desemprego no campo, uma vez que até as poucas parcelas distribuídas — como acentuou o Relatório da CPI que funcionou em 1975, nesta Câmara dos Deputados — tem área superior ao módulo da região e são destinadas, com frequência, a pessoas que anteriormente não exerciam atividades rurais. Tinha absoluta razão o Presidente da CONTAG, José Francisco da Silva, quando afirmava perante a CPI do Proterra que era difícil esperar alguma coisa de um Programa "onde fica a mercê do latifundiário oferecer a sua propriedade para ser expropriada ou oferecer parte de sua propriedade para venda, a localização das áreas e a indicação das pessoas para se tornarem parceleiros".

Ridículos, assim, Sr. Presidente — e não encontramos outra expressão para qualificá-los, são os resultados apresentados pelo Proterra. Apontada pelo Relatório da FAO a necessidade de assentar, já em 1970, seis milhões de famílias, o que importaria no atendimento de 300 a 400 mil famílias anuais — para que atingíssemos as metas com as quais nos comprometemos na Carta de Punta del Este — o "Jornal do Brasil" do dia 20 último teria assentado apenas 566 famílias em Pernambuco e quase mil no Ceará. A ser mantido esse ritmo, talvez na metade do século XXI teremos resolvido o problema fundiário brasileiro e somente se a nossa população permanecesse estacionária!

O BANCO MUNDIAL RECOMENDA A REFORMA AGRÁRIA PARA O NORDESTE

É o próprio Banco Mundial (BIRD) que, em relatório recentemente elaborado pelos economistas Gary Katcher e Pasquale Scandizzo — por encomenda da Sudene — vem de recomendar a reforma agrária como uma "prioridade nacional", a fim de redistribuir 70% da terra agrícola do nordeste, que corresponde a percentagem atualmente subutilizada. Realizado com base em dados colhidos entre 1973 e 1974 junto a 9.000 proprietários agrícolas, em 78 municípios dos nove Estados da região, o estudo levou mais dois anos para ser tabulado, evidenciando atal que a agricultura nordestina parece ter estagnado e que os projetos de impacto — como o Proterra e, acrescentamos, o Polonordeste e o Projeto Sertanejo — embora fáceis de elaborar e justificar, simplesmente não tocam nos problemas.

Esse relatório — que deve ser meditado, até mesmo pela insuspeição absoluta de que sua autoria — conclui que inexistia a possibilidade de qualquer solução para o Nordeste que não passe pela reforma agrária, considerada pré-requisito para o desenvolvimento — de região. De acordo com os dados levantados pelo BIRD, 4,2 dos proprietários controlam cerca de 48,1 da terra do Nordeste, mas contribuem com menos de um terço do valor da produção. Enquanto isso, milhões de trabalhadores permanecem desempregados ou subempregados, constituindo extraordinária força de trabalho sem oportunidade e, em consequência, condenada a condições de vida infra-humanas. Da a conclusão: "se todos os trabalhadores tivessem acesso à terra, de forma a se tornarem plenamente ocupados, o produto poderia crescer mais de quatro vezes. E se terra e mão-de-obra fossem

combinadas de maneira ótima, o produto bruto poderia aumentar até cinco vezes".

Examinando o problema da concentração da propriedade fundiária e a crescente intervenção das empresas multinacionais nesse setor, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil publicou recentemente o livro "A Pastoral da Terra", no qual é também analisado esse aspecto da desnationalização de nossas riquezas.

Ao contrário de muitos países, o Brasil não coloca quase nenhuma restrição à penetração das multinacionais, chegando mesmo a atraí-las com baixíssimos salários, incentivos fiscais, liberdade na remessa de lucros e estabilidade política.

OS ESTRANGEIROS SÃO DONOS DE BOA PARTE DO BRASIL

Citando pesquisa de técnicos do Instituto de Planejamento Econômico e Social, afirma o livro que "58 por cento do faturamento líquido global apresentando por 319 empresas do setor industrial brasileiro estão em poder das multinacionais, restando 26,5 por cento para a empresa privada nacional e 1,3 por cento para as estatais. Por setores, as multinacionais — segundo a publicação — detêm 98 por cento da indústria de transporte, 93 por cento da farmacêutica, 76 por cento da indústria de material elétrico, 74 por cento da indústria de material plástico — "justamente os chamados setores dinâmicos da economia, mais rentáveis, que exigem prazo mais curto para o retorno de investimentos".

Na denúncia da Pastoral da Terra, são apontados nomes, como o do grupo Rockefeller, que, segundo o livro "comprou 531 mil hectares em Mato Grosso", outros nomes são citados: "O norte-americano Henry Fuller comprou 11.702 hectares em Goiás; a Liquibrás do Brasil (grupo italiano) dominou 577 mil hectares no município de Barra do Garças (região do Araguaia) e a Volkswagen tem uma área de 139.640 hectares no Pará, onde deverá colocar mais de 100 mil cabeças de gado".

Refere-se também a Pastoral da Terra à Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou em 1970 a posse de terras no país por estrangeiros e cuja conclusão indicou que, na época, os estrangeiros possuíam um total de pelo menos 20 milhões e 234 mil hectares somente nos Estados de Minas, Goiás, Bahia, Maranhão, Pará, Amazonas e Território do Amapá, "obt dos por meio de compra a antigos proprietários" — requisição de terras devolutas aos governos estaduais e falsificação de documentos, com utilização sistemática de violência.

Em outro trecho do mesmo capítulo, o livro da CNBB diz que "em Minas Gerais, a Brazilian Land Cattle Packing detinha aproximadamente 2.913.696 hectares, extensão quase igual à da Bélgica. Em Goiás, a Universal Overseas Holding, a World Land Company, Stanley Amos Selling, Henry Fuller e outros estrangeiros, dos quais os norte-americanos compunham a maioria, ocupavam três e meio por cento do seu território, enquanto na Bahia mais de 10 por cento do território estava alienado, ou seja, cerca de 5.600.000 hectares, divididos em 53 fazendas".

Estamos convencidos de que a reforma agrária não pode ser adiada — como não podem ser adiadas outras providências, a exemplo de alteração substancial na política tributária que vem demandando, permanentemente, através da atual sistemática de cobrança do ICM sobre as operações interestaduais, os recursos da região para os centros mais desenvolvidos do País. Estamos convencidos, também, de que a reforma agrária não poderá ser realizada com o silêncio e o amordaçamento impostos aos órgãos de reivindicação e representação dos trabalhadores rurais, talvez os que mais tenham sofrido a violência da repressão institucionalizada nos últimos tempos em nosso País.



Advogado e professor universitário, Fernando de Vasconcelos Coelho é um dos diversos parlamentares do MDB que iniciou sua carreira política em 1974, elegendo-se deputado federal por Pernambuco. Atualmente com 45 anos, Fernando Coelho já foi presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco. É irmão do atual prefeito de Olinda, Gerardo Coelho, que foi secretário da Educação do governo Miguel Arraes.

Violência e desmandos em Rondônia

O que desmoraliza o governo de Rondônia é abandonar os colonos, enquanto o secretário da Agricultura freta táxi aéreo para ir cuidar de viveiros de tartarugas

JERÔNIMO SANTANA

Vive hoje o território de Rondônia em clima de coação política nunca antes verificado em sua história. A população vive amedrontada com tanta opressão e ameaça; todos têm medo de se manifestar.

O governador, coronel Humberto de Silva Guedes, tendo empregado toda sua família na administração do território, atira-se contra aqueles que condenam seu comportamento nepotico. A polícia é acionada e o cidadão entra em processo de inquisição, sendo chamado inúmeras vezes para depor — quando não é preso — sobre fatos que sequer são do seu conhecimento.

A preocupação é perseguir o MDB e aqueles que são responsáveis pelas sucessivas vitórias eleitorais no território. Os líderes do MDB não têm mais sossego; estão sem, sendo chamados à Polícia ou são processados, com base em inquéritos caricatos, pré-fabricados na base da coação e da opressão, onde a parcialidade avulta, acorbetando pelo silêncio graves irregularidades que vêm ocorrendo na administração do território.

É o império da rep e da violência contra os que trabalham honestamente para encobrir as irregularidades que se verificam por toda a parte na administração do território e no INCRA. Não nos esqueceremos referir aqui aos escândalos das passagens e do INPS, da "familiaridade" e tantos outros que os jornais do território de... unciaram em abundância, sem esclarecimentos por parte da administração.

Não há força ou denúncia que mova a administração do território ou mais especificamente, a Secretaria da Segurança a adotar providências ou abrir um inquérito contra os conhecidos grileiros que agem com uma legião de jagunços contra as famílias de colonos, no interior do território.

Esse fato gera a tensão. Alegando o combate a essa tensão, em vez de emparar os colonos concedendo-lhes as terras ou legalizando suas posses já existentes, o governo do território desencadeia a repressão muito a

seu gosto. Acha o governo do território que as questões de terra devem ser resolvidas na polícia, quando é universalmente sabido que os problemas de terras são resolvidos na Justiça. A participação da polícia é arbitrária, injusta e parcial. É o envolvimento da administração contra os interesses dos colonos, através da Secretaria de Segurança. Uma tristeza...

Senhor presidente, ante estes fatos que constatamos e comprovamos na administração do território, transformado num condomínio familiar, caberia a indagação: o que descredita o governo do território são seus próprios atos ou a luta do deputado pela moralização na administração territorial na defesa da coisa pública?

O que descredita a administração é a sua incompetência para solucionar os graves problemas do território — apesar de todo dia andarem prometendo céus e terras e um mar de rosas para o povo. Essas promessas são mais numerosas nas épocas de campanhas eleitorais, das quais participam ativamente os governadores com todos os órgãos da administração, corrompendo e fazendo pressão no eleitorado.

O que descredita o governo do território é uma cidade como Vilhena, até hoje sem água, para a população, apesar de uma companhia de água que se faz notar apenas pela sua inoperância.

O que descredita o governo do território é o escândalo do Secretário de Segurança, envolvido com grileiros de terras públicas, perseguindo colonos e espalhando a desgraça a milhares de pais de família do interior.

O que descredita o governo do território é o Secretário de Segurança viver fabricando inquéritos para perseguir os integrantes do MDB que combatem a corrupção e a imoralidade administrativa do território.

O que descredita o governo do território é mobilizarem a polícia para perseguir os integrantes do MDB porque esses ganharam

as eleições, enquanto a criminalidade se propaga no interior do território.

O que descredita a administração do território e o INCRA é existir mais de 20 mil pessoas sem terras em Rondônia, um território quase todo devoluto, e não terem competência para destinar terras às famílias sem terras.

O que descredita o governo do território é o seu sistema hospitalar sem o pior do mundo, como o afirmou o próprio Secretário da Saúde.

O que descredita o governo do território de Rondônia é o povo dizer que os melhores hospitais de Rondônia são os aviões da VASP e da Cruzeiro.

O que descredita o governo do território é não terem coragem de defender os interesses dos garimpeiros e colonos e apoiar por todos os meios os grupos de cassiterita, ainda que isso represente o sacrifício da economia de nossa população.

O que descredita o governo do território é abandonar os colonos de Costa Marques e o sr. Edgar Cordeiro, secretário da Agricultura, fretar um táxi aéreo para ir àquela vila cuidar de viveiros de tartarugas e não para resolver os graves problemas dos agricultores que ali vivem sacrificados.

O que causa o descrédito da administração é gastar em Rondônia mais dinheiro com publicidade, festas e banquetes do que no combate à lepra e a tuberculose.

O que descredita a administração do território é o recebimento de tanto dinheiro dos cofres da União e não existir qualquer obra sua para inaugurar; vivem a inaugurar obras dos outros com festas, como fizeram nas inaugurações da TELERON no interior, quando o povo ali precisa mais de escolas e hospitais do que de telefone.

A desgraça dos Territórios é estarem eles entregues aos grandes grupos econômicos do minério e da terra, sem autonomia para o povo decidir sobre a sua vida política.

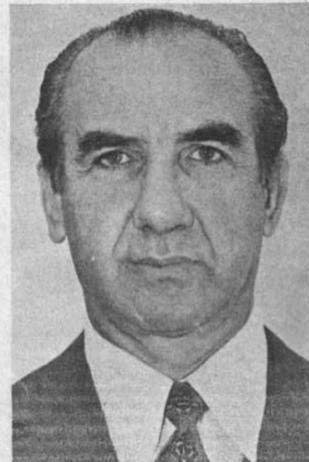


O único representante de Rondônia no Congresso, Jerônimo Garcia de Santana, 43 anos, é também um intransigente defensor dos interesses da população pobre do território, tendo feito da tribuna do Congresso violentas denúncias contra os desmandos e as arbitrariedades cometidas pelo governador e os grandes latifundiários do território.

A polícia contra os posseiros

"É inaceitável que policiais legitimem, ao invés de combaterem, a ação ilegal de milícias mercenárias e particulares que espancam posseiros, destroem roças e colheitas, envenenam poços de água potável e chegam a articular assassinatos"

SANTILLI SOBRINHO



Ex-líder do extinto Partido Democrata Cristão na Assembleia Legislativa de São Paulo, deputado federal há três legislaturas, José Santilli Sobrinho é um dos mais antigos autênticos do MDB.

Obedecendo à lógica da concentração das riquezas em poucas mãos, que presidente o já decantado milagre brasileiro em seu conjunto, este processo expulsa impiedosamente o índio e o homem do campo até mesmo dos mais insignificantes pedaços de terra em que se refugiam das investidas de um certo tipo de "progresso", últimos resquícios de sua secular ocupação mantidos a duras lutas.

Terminou seus trabalhos a C.P.I. do Índio. A tragédia do roubo das terras indígenas escancarou-se à sociedade.

Como consolo, os indígenas da Amazônia e de outros rincões longínquos do imenso e vazio território brasileiro, poderão tê-lo na desventura de pequenos posseiros, no meu Estado de São Paulo.

No Estado chamado líder, da chamada Federação dos Estados Unidos do Brasil, trata-se do Pontal do Paranapanema, região de estradas asfaltadas e de grandes empreendimentos industriais em instalação. A região onde ainda há poucos anos, "descançava em berço esplêndido", a última reserva florestal do estado, abrigando o que restava da flora e da fauna regionais.

Há dias lemos no excelente jornal "ASSIM", que se edita na cidade de Assis (out. e nov/77), jornal este que já se impôs, não só na região do Vale do Paranapanema, mas também em todas as mentes que dele tomou conhecimento, pela sua seriedade e atualidade jornalística, a triste notícia do que vem acontecendo, pode se dizer, nas barbas do Senhor Governador do Estado.

Novamente a gente sofredora do Pontal do Paranapanema se vê às voltas com as perseguições que, de tempos em tempos, os proprietários das outrora devolutas terras da região desencadeiam, procurando consolidar e ampliar sempre mais os seus domínios. Cerca de oitenta famílias que vivem e trabalham numa pequena gleba de duzentos e noventa e três alqueires, conhecida pelo nome de Santa Rita, estão permanentemente ameaçadas pela ação criminosa do fazendeiro vizinho, Justino de Andrade, cujos jagunços, acompanhados de policiais, as têm intimidado sistematicamente.

Nobres colegas, é inaceitável que ainda hoje, policiais legitimem, ao invés de combaterem, a ação ilegal de milícias mercenárias e particulares, que espancam posseiros, destroem roças e colheitas, envenenam poços de água potável e chegam a articular assassinatos e ameaças de toda sorte contra quem quer que ouse tentar obstruir seus atos. E entre estes, se incluem os bravos vereadores da oposição, representantes, sob duras condições, dos interesses das populações do extenso município de Teodoro Sampaio, Srs. JOSÉ MILTON DIAS MONTEIRO e MANOEL CARLOS NEVES.

O Sr. Justino de Andrade, apesar de usufruir de quatro mil e setecentos alqueires, de propriedade legal e moralmente duvidosos, quer ainda expulsar, de qualquer maneira, os habitantes de Santa Rita. E dispondo até de apoio policial, só não o conseguiu devido a persistência dos sofridos posseiros e à ação eficaz do advogado Gilberto Lima, lutando

na justiça contra as ações de despejo movidas por Justino, desde 1972.

As terras de Santa Rita e as de Justino, incluem-se numa área de oito e meio milhões de metros quadrados que é objeto de uma ação discriminatória movida pelo Estado em 1957, até hoje não decidida, que se fundamenta no fato das terras serem reservas florestais, pertencentes ao 14º Perímetro. Se a Justiça não dispõe portanto, de condições para determinar qualquer ação de despejo, não pode a polícia intervir na questão, senão para reprimir as violências cometidas pelo Sr. Justino e outros proprietários da região.

Porém, sempre que se aproxima a data de uma nova apreciação da questão, as violências e pressões se intensificam a ponto de criar um generalizado clima de medo em toda a região. O último e recente período crítico, coincidiu com a visita do Governador Paulo Egydio Martins aos seus investimentos agro-industriais na região do Pontal. Interpelado pelos jornalistas do "ASSIM" sobre a questão das terras de Santa Rita, situadas justamente ali, o Governador preferiu ignorar deliberadamente o problema.

Vemos, portanto, Srs. Deputados, uma situação em que a omissão criminosa dos poderes públicos, e pior, aliada à ação espúria de indivíduos em seu nome, vai conduzindo nossa humilde gente do Pontal do Paranapanema ao trágico dilema de sucumbir na defesa de seus mais altos interesses, ou tentar a aventura proibida de também fazer justiça com as próprias mãos.



O triste dia da pátria

"Este 7 de setembro nos lembra mais uma vez que Independência sugere Liberdade e que a Liberdade do homem é uma conquista do homem, e não doação de nenhuma lei ou governo"

JOÃO CUNHA

No dia de hoje, sensibilizado pela antemã do aniversário deste País, expresso pela sua manifestação de independência, na repetição por 155 anos, olhando este imenso País, eu o vejo na palavra do poeta, que, ao descrevê-lo como um gigante, o via com a cabeleira verde espalhada pelas matas amazônicas, como também o via molhando os pés nas águas de Lindóia, no Rio Grande do Sul, braço esquerdo estendido, molhando as mãos nas águas do Atlântico, e o braço direito, qual bíceps repesado, a mostrar a riqueza das montanhas de ferro e aço das Minas Gerais.

Entretanto, em consciência, olhando este gigante imenso, acredito que cada um de nós foi buscar a ver exatamente como era este gigante que o Hino amado diz estar "deitado eternamente em berço esplêndido". E, olhando o menino gigante, o que vi foi o menino desdentado e laminto, o menino raquítico, subnutrido e doente, o menino tuberculoso, chagásico e esquistossomático, o menino sofrido e analfabeto, o menino andrajoso e de pés no chão nos seus milhões de filhos sofridos, angustiados, humilhados e ofendidos ao longo de décadas inteiras.

E hoje, Sr. Presidente, com esta visão e diante deste menino gigante, verifico que o dia da Pátria, já anunciado, não anuncia a Pátria sonhada esperada em cada amanhecer pelo esforço humano injustificado de milhões de operários e camponeses, de artistas e estudantes, de intelectuais e cientistas.

Nesta antemã de seu dia, na Independência sempre adiada, a Pátria assiste não ao anúncio de sua libertação definitiva das amarras que a prendem, mas à tentativa, sempre presente, dos que usufruem do Poder, em buscar um novo Pacto Social, que lhes permita, sobre as mesmas estruturas, garantir os mesmos privilégios, com roupagens novas, sustentarem os mesmos enganos que iludem o povo e trêm suas melhores esperanças.

O PAÍS NÃO PODE IMPLORAR A BEZERROS DE OURO

Este 7 de Setembro está a dizer que o futuro do País e a solução de seus problemas não podem continuar a depender de meia dúzia de interesses egoístas, uma dúzia de tecnocratas insensíveis e de algumas dúzias de financeiros, estelionatários da miséria nacional. O País não pode continuar de joelhos implorando milagres a alguns bezerros de ouro, à semelhança do ídolo bíblico, destruído pela fúria de um profeta. Os problemas desta Nação — e é a voz des 7 de Setembro que verdadeira — só podem ser resolvidos se nos dispusermos a lutar por ela, através do povo e com o povo, com a mesma energia, patriotismo e honestidade que iluminaram nossos heróis e mártires antigos e recentes.

Este 7 de Setembro deve denunciar ao mundo as soluções postas e casuísticas, todas elas visando a preservar o status quo, com a declamação de frases pomposas em "diálogos" já conhecidos. Essa fala pomposa e esses "diálogos" são capazes de manter longas e bizantinas conversações em confortáveis palacetes, até que não reste sequer o pó dos ossos daqueles, cujos problemas requerem e determinem soluções imediatas.

Este 7 de Setembro quer se posicionar afirmando que, quando se fala em diálogo nacional, importa, em primeiro lugar, definir: diálogo com quem? sobre o quê? e para quê?... Na verdade, não existe diálogo em que não interfiram, por manifestação de vontade soberana e livre, sessenta milhões de camponeses, milhões de operários urbanos, centenas de milhares de liberais, Igreja, empresários rurais e industriais e até o índio, que ainda não foi dizimado neste País.

E mais, para a existência do diálogo é necessário que ambas as partes aceitem a idéia de que o adversário pode ter razão e que, por conseguinte, o deixa falar e aceita refletir sobre seus argumentos. E, na verdade, o que temos no Brasil hoje é um Governo, corteja-

do por um arremedo de partido, e que está de tal modo convencido de que tem razão, que manda calar brutalmente seus contraditores, de que Alencar Furtado foi e é exemplo, invulgar e recente.

E mais, para a existência do diálogo, há pressupostos básicos fundamentais, entre os que, saliente-se a igualdade interpares. Porque, em caso contrário, tem-se apenas o que agrada ao Governo, ou seja, o monólogo da força, impondo-se como a realidade do vencedor ao vencido, onde ainda um se apresenta com a espada e o outro com a bandeira branca. O que se tem aí não é diálogo, mas paz imposta e rendição reconhecida.

Este 7 de Setembro insiste em relembra-à nossa memória as memórias de Wladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, entre tantos, vítimas de ferocidade do homem solta contra o homem, hoje, como sempre, denunciada pelo comportamento de um Shibatta, que, pela negligência ou por ação consciente, atingiu toda ética médica, comprometendo a imagem antiga na tradição brasileira da intocabilidade do exercício de sua profissão.

Este 7 de Setembro quer afirmar que a Justiça mete na cadeia o desgraçado que rouba, porque não teve alternativas, ou porque padece de fome, mas nenhum, entre centenas, que roubam ou saqueiam bilhões dos cofres públicos, como as Lufallas, os Apliks, as U.E.Bs, passou uma só noite na cadeia. E mais: não raro, em momentos de luxo ou pompa, gozam, em jantares oficiais, do respeito e convivência de autoridades governamentais.

Este 7 de Setembro evoca a generosidade do estudante brasileiro, para afirmar que em muito estão enganados os que pensam ter desaparecido a chama de rebeldia e de inconformismo da mocidade. E isso eles têm provado com coragem e presença nos protestos, em atos de resistência de que a UnB é testemunho histórico. Em todos os recantos da Pátria, eles têm dado exemplo. Efetivamente a juventude não é, nunca foi e jamais será acomodada e indiferente. Continua ser inquietada, sonhadora, combativa e magnânima. Ela sabe que atravessamos uma época de transformações profundas e de revisão corajosa de valores egoístas. Ela sabe que vive a hora dos homens que abrirão os horizontes dos novos dias, nascidos da miragem atômica dos que não se conformam.

Este 7 de Setembro não se pode esquecer do quadro nacional, onde, entre milhões, só a morte liberta cada um, individualmente, de tão grande miséria. E neste ponto é bom que se lembrem das mortes prematuras, com que as estruturas atuais e de sempre, contribuem imensamente. A consciência social, movida pela televisão, comove-se até às lágrimas ao ouvir jalar do rapto ou assassinio de uma criança. Mas, perante o assassinio em massa de centenas de milhares de crianças, que, por falta de assistência morrem todos os anos, em meio à mais horrível agonia, mantêm-se criminosamente indiferente e silêncio. Os olhos inocentes das crianças, neste 7 de Setembro, já sombreados pela morte, parecem olhar para o infinito, como se pedissem perdão pelo egoísmo humano ou como se pedissem a Deus, que acalmasse sua ira. Quando o chefe de família trabalha apenas alguns meses do ano — como os bóias-frias de meu Estado — com que dinheiro comprará comida, roupas e remédios para seus filhos? Estes, crescerão com raquitismo, sem um único dente na boca, deformados na inteligência e, quando chegarem, se chegarem, aos trinta anos, terão ouvido milhões de discursos e morrerão de miséria e desespero.

Este 7 de Setembro que assiste, pela televisão colorida a afirmação insistente de que "O Brasil é feito por nós", quanto ao que, ao fim e ao cabo, não opomos dúvida alguma, mesmo porque estamos certos disso. Só que a tragédia da afirmação denuncia a própria estrutura político-econômica-social, em que se propõem apenas deveres ao povo inteiro, porque, na verdade, somente alguns, dentre milhões de nós, é que têm usufruído desse suor, desse sangue e dessas lágrimas.

Este 7 de Setembro, na sua antemã, que sacode a consciência nacional colocando-a ante a realidade dependente de

hoje, cento e cinquenta e cinco anos depois, ante a ferocidade das multinacionais, o saque de nossas riquezas comuns, o comprometimento externo, num convívio de misérias imensas e riquezas extraordinárias, conflitos e amálgama de dores e mortes inaceitáveis.

Este 7 de Setembro que nos lembra mais uma vez de que Independência sugere a Liberdade e que a Liberdade do homem é uma conquista do homem, e não doação de nenhuma Lei ou Governo. E mais, que o homem só se torna livre, quando ele é capaz de domínio sobre a natureza, sobre si mesmo e sobre os produtos de seu trabalho.

Aqui eu gostaria de lembrar aqueles que falam da liberdade no exercício do seu mandato que recentemente pude afirmar que não sabemos se esta é a tribuna do povo ou o patíbulo de pretensos heróis. Gostaria de dizer que não há uma liberdade apenas, mas liberdades, implicando todas elas o exercício de um Poder efetivo. Assim, a liberdade de opinião e de participação do processo social são liberdades políticas, das quais nosso povo vem sendo aliado e marginalizado, paulatina e inexoravelmente, permanecendo, pela impartição à margem do processo social e político e econômico. E o que é mas excêntrico, nosso povo, em sua maioria, não tem liberdade de trabalhar. E não a tem porque não há liberdade sem poder efetivo, sem possibilidade concreta de exercê-la. E, que pesem às afirmações tecnocráticas do Ministro Velloso, a maioria de nosso povo não tem essa possibilidade, seja porque reduzido em sua capacidade física, pelas condições miseráveis em que vive, seja porque minimizado em sua capacidade intelectual pelo atraso, pelo analfabetismo, seja porque limitado em sua margem de escolha, pelas deficiências quantitativas e qualitativas de nossa estrutura sócio-econômica.

O DIA DA PÁTRIA AGUÇA A CONSCIÊNCIA DE CADA UM

E certamente, nesse dia 7 de Setembro, que marca na memória o dia em que teríamos proclamado a nossa independência, eu gostaria de que as coisas já estivessem postas em seu lugar; eu gostaria de que fosse possível imaginar a minha palavra apenas lírica, desapegada totalmente da realidade. Meu nobre Líder da Arena, eu gostaria imensamente de estar equivocada, de ter de pedir desculpas pelo que estou dizendo. Eu gostaria de que a realidade desmentisse a minha palavra; eu gostaria de que o cenário mostrasse o meu alheamento. Mas a verdade é que estas coisas, estes fatos e estas cenas se integram no nosso cotidiano vulgar e atormentam a nossa consciência de brasileiros livres.

Este 7 de Setembro agulha a consciência de cada um, com o problema dos banidos, homens e mulheres, sem rumo e sem Pátria, à mercê da violência e do arbítrio de Nação estrangeira dominada pelo arbítrio e pela violência, sem nenhum alento ou esperança, entregues à própria sorte nos corredores do mundo.

Este 7 de Setembro sofre também o exílio de seus filhos, que espalhados pelo mundo, no anonimato empobrecido ou no trabalho exemplar de seus cientistas, intelectuais e artistas, são estacas nacionais a denunciar em todos os quadrantes a tragédia de um povo, pontificado de dor e saudade. Vale lembrar palavras de Deputado brasileiro, recentemente pronunciadas, quando, abrindo modo de homenagem a ele atribuída pelo exílio de 12 longos anos, insistia em que exílio maior tem sido este, vivido por todos, dentro da própria Pátria. Afinal, é verdade, porque o exílio do direito ao ato digno de divergir, de protestar, de reivindicar, de exercer direitos fundamentais da pessoa humana é tragédia bem maior, a que temos sido expostos por esses anos inteiros.

A Pátria, no seu dia, não pode mais permiti-



Advogado, 38 anos, João Cunha exerce seu primeiro mandato como deputado federal (eleito por São Paulo), mas já é um dos parlamentares mais conhecidos do MDB, graças a sua combativa ação.

tir o desfile de sua miséria pelas ruas nacionais, nem apenas o hasteamento simbólico de sua bandeira nos mastros de cada esquina. Há que se colocar nas ruas os passos de milhões que não se conformam em busca de seus sonhos e esperanças comuns, e a Bandeira orgulda deve ser a Bandeira da Causa em que todos se sintam inscrites na construção do mesmo destino.

A preocupação dos detentores do Poder em devolver ao povo o poder que lhe usurparam é o problema dos instrumentais, de defesa do Estado - a respeito da qual muito se tem falado nesta Casa e neste País - de que, segundo dizem, o Estado não pode prescindir. Ao fundo e ao cabo, podemos dizer que aí, cremos, a unanimidade é coincidente. O que nos separa, certamente, é quando começamos a perquirir a respeito das finalidades dos chamados instrumentais e contra quem se dirigem.

Em princípio, não aceitamos instrumentais de proteção estatal, que desprotejam seus ci-

dadãos, ao destinarem-se a fazer calar a Oposição, silenciando lideranças e frustrando conquistas sociais. Mas estamos concordando de se falar em instrumentais de proteção do Estado, que efetivamente o protejam contra a voracidade dos trusts internacionais espoliativos, que ferem a economia nacional e lesam a soberana brasileira.

O VELHO CANTO SE IMPÕE: OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL

Este 7 de Setembro que sugere tais reflexões, lembrando-nos de que "deve haver no

mundo um certo grau de decoro, tal como deve haver certa quantidade de luz. Sabemos que, quando existem muitos homens sem decore, há sempre outros homens que trazem dentro de si a dignidade de muitos homens. E estes são os que se revoltam com grande esforço contra aqueles que roubam a liberdade do povo, ou mesmo é dizer que roubam a própria dignidade humana". E nos afirma o 7 de Setembro que tais homens são os mártires e heróis de sempre de nossa História, cuja voz reboia pelos anos e pelos séculos, caminhando pelas caatingas, penetrando nas florestas imensas, margeando os grandes rios e oceanos, atravessando escolas e fábricas, ganhando as ruas e praças não apenas no arrepio emocional superado pelo ruir dos tambores, mas no canto igual que já se ouve alteando vales e montanhas: ou ficar à Pátria livre, ou morrer pelo Brasil.

Sr. Presidente, reafirmo esperanças e oxalá possamos chegar ao outro dia Pátria, se não

com as soluções de todos estes problemas que nos afligem, ao menos com a certeza de que pelo diálogo fraterno, voltados para nossas realidades, tenhamos iniciado, sob Bandeira comum, a reconstrução da concórdia, sonhos e esperanças de milhões - que, apesar de tudo, ainda acreditam.

Encerrando, agora, meu nobre Líder da Arena, eu diria - à vista do gigante-menino deitado em berço esplêndido - que é esforço que compete a nós, da Oposição, ao Partido de V. Ex^a e a todos os brasileiros, darmos as mãos a esse menino e levantarmos o seu corpo imenso do chão onde está; ensiná-lo a caminhar com seus primeiros passos trôpegos, para que ele possa, andando, aprender a andar; e possa ter dentes, e possa correr e beber, e possa vestir e morar, e possa sorrir e participar da vida, e se integrar no contexto das nações modernas. Porque, esse imenso menino, deitado em berço eterno, é cada um de nós que morre um pouco a cada dia.

Revolvendo o passado

"Honradez e probidade são como gravidez. Ou se está grávida ou não se está. Não existe o mais ou menos grávida"

JOSÉ COSTA

Considerando que a situação dos dias que precederam a 31 de março de 1964, quer no campo econômico, quer no político ou no social, era caótica, fez-se uma revolução cujos objetivos, segundo o preâmbulo do Ato Institucional nº 1, eram "assegurar ao novo Governo a ser instituído os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar de modo direto e imediato os graves e urgentes problemas de que dependia a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria".

O preâmbulo advertia ainda que a Revolução vitiosa necessitava institucionalizar-se, apressar-se pela sua institucionalização e a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispunha. Isso foi em 31 de março de 1964. Optou-se assim por um regime de salvação nacional. Em nome da salvação deste País foram editados 17 Atos Institucionais, o mais famoso dos quais é o de nº 5, que não é nada mais nada menos do que uma cópia rebuscada do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, que instituiu o Governo Provisório. Foram baixados 103 Atos Complementares e 1.558 Decretos-leis. Devo esclarecer a V. Ex^a que 710 desses 1.558 decretos-leis foram baixados num período de oito meses e este o referendado do Congresso, porque se estava fechado. Em nome da Segurança Nacional, que passou a ter uma conceitualização abrangente, enormemente abrangente - permitam-me o reforçativo - foram baixados, por exemplo, os Decretos-leis nºs 49/66, 64/66, 377/68, 460/69, 475/69, 507/69 e 594/69. Perguntarão V. Ex^a: que significam

esses números? Em nome da Segurança Nacional foram baixados decretos-leis instituindo o cruzeiro novo; regulando o limite máximo de carga por eixo para tráfego nas vias públicas de veículos ou combinações de veículos; sobre sorteios, para financiamento de empreendimentos sociais, religiosos, filantrópicos e educativos; dispondo sobre a venda de livros em farmácia; dispensando a exigência de marca de fogo em gado bovino; dispondo sobre a incorporação de gratificação de função policial; proibindo a eleição para sindicato de quem tivesse má conduta; instituindo a Loteria Esportiva. Todos esses assuntos, Srs. Deputados, estão dentro do conceito de segurança nacional, porque os Decretos-leis foram baixados sob a invocação de preceito constitucional que autoriza o Presidente da República a editar leis em matéria de segurança nacional.

Tivemos no período quatro leis de Segurança Nacional: A Lei nº 1.802, que vigorou até parte de 1964; depois vieram os Decretos-leis nºs 314, 510 e 898, nos anos de 1967 e 1969. Em nome da Segurança Nacional foram banidos 128 brasileiros. O Ato Complementar nº 64 possibilitou o banimento de 15; o Decreto nº 66.319, o banimento de 5; o Decreto nº 66.716, o banimento de 40; e o Decreto nº 68.050, o banimento de 68. Foi criado o SNL, e dois decretos, 15 portarias e uma resolução permitiram, Srs. Deputados, a criação de Divisões de Segurança.

A CGI foi criada pelo Decreto-lei nº 359. O objetivo era a moralização da vida administrativa deste País. Em função do Ato Complementar nº 42/69, Srs. Deputados, foram baixados 63 decretos de confisco de bens, numa média de mais ou menos oito por ano.

UM SALDO TRÁGICO: MILHÕES DE VOTOS CASSADOS

A União Nacional dos Estudantes - UNE - foi extinta pela Lei nº 4.464, de 1964. O Estado de S. Paulo, em sua edição de 4 de maio de 1974, dizia: "Aquele época" - em 1964 - "245 estudantes tinham sido afastados das universidades com base no Decreto-lei nº 477".

Tentei fazer um levantamento, mas, os decretos não têm números. Primeiro, puniam-se estudantes com decretos sem número e, depois, através de portarias não divulgadas nos órgãos oficiais, como aconteceu recentemente aqui na UNB. De modo que suponho que algumas centenas de estudantes tenham sido punidos com base nesse Decreto-lei nº 477. O Parlamento, em nome da decência nacional, teve diminuídos os seus poderes, viu-se apoucado na sua expressão, a ponto de muitas vezes ter o seu Plenário vazio pelo sentimento que os Srs. Deputados e Senadores têm da sua quase inutilidade.

Tenho em mãos um levantamento dos Deputados Federais, seus respectivos Suplentes e de Senadores que foram cassados. O saldo é o seguinte, nestes 13 anos de Revolução: 183 Deputados e Suplentes cassados, totalizando 4.887.142 votos, sendo 33 da Arena com 866.326 votos; 75 do MDB, com 1.914.876 votos; e 75 partidos diversos, ante-

riores à adoção do bipartidarismo, com 1.719.106 votos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu disse que o Ministério da Justiça era um dos polos de irradiação da radicalização política no País. Refiro-me precisamente ao Ministro da Justiça, Sr. Armando Falcão. Ninguém ignora que S. Ex^a participa dos processos decisórios das cassações, como membro do Conselho de Segurança Nacional; faz censura a livros, jornais, enfim, à criação artística e cultural; aciona a CGI e diz quem é corrupto e quem não é, quem é honesto ou não. Esse homem está acima do bem e do mal. É ele quem diz quais os livros que os meus filhos podem ler, os que eu e a Nação podemos ler. Esse homem, Sr. Presidente, diz à Nação quais são os valores éticos e morais que terá de observar. Sobre ele trago aqui uma raridade bibliográfica - porque já desapareceu de circulação - uma publicação do DASP chamada "Formulações". É a de nº 216. Essa publicação desapareceu como por encanto das principais bibliotecas do País. Encontrei-a, porém, não muito longe. A Aliança Renovadora Nacional pedira-me provas; e estas estavam aqui, na Biblioteca do Congresso. No Diário Oficial fora publicado um parecer do Diretor do DASP, homologado pelo Sr. Presidente da República, segundo o qual o Sr. Armando Falcão, presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, retirou do Banco do Brasil toda a renda do Instituto, contrariando a legislação em vigor e diversas portarias nesse sentido, e a depositou no Banco Continental para favorecer interesses de terceiros. Por isso, o Diretor do DASP, nesse parecer, propunha uma representação criminal contra o Sr. Armando Falcão, com base no art. 319 do Código Penal, por delito de prevaricação, que está ao lado do peculato e de outros crimes semelhantes. Pois bem, Sr. Presidente, esse homem logrou, logo em seguida, ser Deputado Federal. Não se conhece nenhuma ação penal a respeito desse fato nem as conclusões do inquérito. A Arena me pede as provas. Evidentemente, o fato é preterito, já existe prescrição penal. Eu, que milito durante quatorze anos na advocacia criminal, tenho absoluta certeza de que está prescrito. Mas pergunto: e a responsabilidade moral prescreve em quantos anos? Quantos anos bastam para a prescrição moral? Sei que diretos políticos, quando suspensos pela Revolução, são ad eternitatem. Mas indago: e a prescrição moral?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, um Ministro da Justiça com tais atribuições de poder dizer quem é honesto ou subversivo neste País, que dita valores éticos e morais para a Nação inteira, o Ministro da Justiça, Srs. Deputados, só pode disputar probidade e honradez com a Providência divina, não com um mortal. Ou ele se cometa um delírio e é admissível, porque sou mortal, menos o Sr. Ministro da Justiça.

Falaram-me de ministros eventualmente envolvidos em corrupção e pediram-me provas. Não preciso referir a provas recentes, a novos fatos. Muitos dos Srs. Deputados estranhamente receberam telefonemas de Assesores Ministeriais, que apelavam para as boas ligações dos Deputados, tanto da Arena quanto do MDB, para saber sobre quem receberia a denúncia. Vejam V. Ex^a o clima, que se instaurou na República.

Está aqui, nestes documentos (O Orador exhibe documentos), Sr. Presidente, Srs. De-

putados, o caso do Banco Econômico no Open Market. Ao concluir, devolvo o repto que me fez a Arena. Apresente o inquérito do IAPM, que se encontra em poder do Governo, a respeito da denúncia que acabei de ler, constante da página 4.590, do "Diário Oficial da União", edição do dia 21 de março de 1952.

A respeito do episódio do open market envolvendo o Banco Econômico, que exibam a esta Casa - e aproveitem agora o recesso para colher muitas provas - o processo feito pelo Banco Central, bem como as peças das ações existentes e em tramitação no Foro da Guanabara.

CRIME DE PREVARICAÇÃO

Quero encerrar, Sr. Presidente, lendo um trecho desse relatório, que - reafirmo - não é leviano. Trata-se de um documento oficial, cuja data já citei, que se encontra aqui, na Biblioteca da Câmara, à disposição dos Srs. Deputados. Assim, lerei um trecho do relatório conclusivo, homologado pelo Sr. Presidente da República. Diz o seguinte:

"A simples leitura do processo indica que a Comissão apurou, além de irregularidade administrativa, a prática reiterada de atos ilegais, como os desvios, para depósitos em Banco particular (Banco Continental S/A), de vultosas importâncias, no total de 22 milhões de cruzeiros, correspondentes à renda do Instituto, que, conforme determina expressamente a lei, só pode ser depositada no Banco do Brasil. Ora, a prática de atos dessa natureza, imputados pela Comissão ao ex-Presidente da Autarquia, Sr. Armando Falcão e ao seu substituto eventual, Sr. Ruy Archer, contrariando disposição expressa de lei e determinações categóricas, contidas em Circulares da Presidência da República, configura o crime de prevaricação previsto no art. 319 do Código Penal".

E mais abaixo, nas conclusões, propõe: "b) nos termos dos arts. 258 e 260 do Decreto-lei nº 1.713, de 1939, providencie-se a remessa, incontinenti, à Polícia, para a instauração do inquérito criminal competente, de cópias autênticas das peças do inquérito administrativo que caracteriza o crime de prevaricação, previsto no art. 319 do Código Penal, resultante do desvio de 23 milhões de cruzeiros da renda do Instituto, que se achava depositada no Banco do Brasil e foi transferida para o Banco Continental, contrariando disposição expressa de lei".

A esta altura, o Ministro lograra eleger-se Deputado. Conclui então o relatório:

"Exercendo um dos acusados o mandato de Deputado Federal, seja, oportunamente, de acordo com a Constituição, dada ciência dos fatos e solicitada a devida licença da Casa do Congresso a que pertence. Aproveite a oportunidade para reiterar a V. Ex^a os protestos do meu mais profundo respeito. Arírio de Viana, Diretor-Geral".

Não me consta que o Diretor-Geral do DASP tenha sido processado por calúnia, assim como não me consta, Sr. Presidente, que a ação penal tenha sido intentada, com consequência do fato. Consta-me que o inquérito administrativo foi concluído e a única prova que admito é a exibição dos autos aqui em plenário. Para mim, eminente Líder da Arena, honradez e probidade são como gravidez. Ou se está grávida ou não se está. Não existe o mais ou menos grávida.



Advogado e jornalista, eleito pelo Estado de Alagoas, 42 anos, José Oliveira Costa exerce seu primeiro mandato como deputado federal, tendo se sobressaído por suas constantes denúncias sobre corrupção. Foi o primeiro a denunciar o escândalo das mordomias.

Um painel trágico

Os lucros altos, os salários baixos, a perseguição aos estudantes, os grandes planos fracassados, as reformas meia-sola, a lei Falcão

ADHEMAR SANTILLO

Antes de elaborar este discurso tive diante de mim, como homem público e homem de oposição, um leque variado de assuntos. Todos de interesse da coletividade.

É quase todos pretendo abordar nesta oportunidade, a fim de que esta Casa e o País testemunhem o quanto me preocupo e sofro com a cena Brasileira que me é dada apresentar atualmente.

Estas aflições vão do plano econômico ao social, do político ao cultural, sem que a seja menor do que a outra. Pretendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, debruçar-me sobre a compressão salarial que contrasta com o enriquecimento das empresas, principalmente o estado brasileiro tão afrontoso em face dos escândalos empresariais que se multiplicam.

Elas atingem o plano político. Nele nos defrontamos com a tremenda falsificação de nossa realidade que se pretende alcançar, mais uma vez, através do elenco de reformas redactas por um só brasileiro para reger os destinos de cento e dez milhões. Elas sufocam o nosso direito à informação, como no caso da Lei Falcão, ao mesmo tempo em que aspanha, ressurgida de uma tenebrosa ditadura de quase quarenta anos, abre o rádio e a televisão à doutrinação política e à difusão de ideias. Elas se multiplicam no plano social quando nos deparamos com a sufocação dos jovens brasileiros, através do decreto-lei 477 e do AI-5.

FESTIVAL DE ESCÂNDALOS COM O DINHEIRO DO POVO

Devo referir-me, por exemplo, às angústias dos pequenos, dos que não têm voz. É falar sobre a iniquidade do salário mínimo, que é o limite superior da remuneração para mais da metade da população brasileira que tem rendimentos, ou seja, treze milhões e oitocentos e dois mil em 1975, cinquenta por cento do total. Poderia citar, ainda, que o mínimo caiu em três décadas e que "compra cada vez menos uma dieta básica" se me baseasse no jornal do Brasil. Poderia dizer, como o senador Franco Montoro, que, se houvessem sido mantidos os índices estabelecidos em 1958, este salário deveria ser hoje de dois mil, quinhentos e quarenta e nove cruzeiros. Poderia lembrar, como o senador Agenor Maria, que o salário mínimo se elevou de 1970 a 1977 em cerca de 630%, enquanto que no mesmo período o aluguel subiu 1.000%, o café 2.500%, o tecido 1.091%. Poderia, Senhor Presidente e Senhores Deputados, como o faço agora, denunciar a política econômica-financeira do Governo pelo empobrecimento real do trabalhador brasileiro, enquanto se alardeia o crescimento do PIB em 11%, em 10%, em 8,8%. Desenvolvimento de quem para quem, se o artífice, se o seu autor, o trabalhador se encontra cada vez mais amesquinhado em seu poder de compra, empobrece a cada ano?



Ex-chefe de gabinete da prefeitura de Anápolis, ex-deputado estadual, Adhemar Santillo foi eleito deputado federal por Goiás em 1974 e atualmente é 2º vice-presidente da Câmara.

Desenvolvimento, sim, dos estabelecimentos bancários particulares, que tiveram lucros no segundo período de 1976, em termos de rentabilidade nominal, sobre igual período do exercício anterior, na ordem de:

BRASESCO	201%
ITAÚ	123%
NACIONAL	177%
REAL	167%
BAMERINDUS	200%
BCN	319%
FRANCÊS E BRASILEIRO	437%

Enquanto entre 1975 e 1976 o lucro do Banco do Brasil foi da ordem de 58,1% o lucro do Banco do Estado de Minas Gerais foi da ordem de 113,9% o Banco do Estado de São Paulo obteve lucro de 161,6%.

O Governo liberou a taxa de juros, aumentando os lucros dos agiotas oficiais, levando a pequena e média indústria e o comércio à falência, empobrecendo ainda mais o sacrificado povo brasileiro.

Poderia, também, debruçar-me sobre o escândalo da Lufalla, de São Paulo, que embora falida, conseguiu quase quarenta milhões de dólares dos cofres públicos. Mas se eu enveredasse por este caminho teria de apontar — como ora faço — as intervenções e liquidações do Banco Central. Este Banco gastou, de 28 de agosto de 1974 para cá, de quinze a dezoito bilhões de cruzeiros em intervenções para ressarcir a investidores através do imposto Sobre Operações Financeiras. Com o imposto tirado de todos, paga-se o que se roubou entre os grupos que deviam fazer o milagre brasileiro. E aí estão o grupo Haller, o Aurea, o Ipiranga, o Lume, O UEB, um festival de escândalos, custeados pelo Governo com o dinheiro do povo. Poderia autopsiar o escândalo da UEB, no qual o Governo despende quatro bilhões e meio de cruzeiros. Recursos tirados do contribuinte para sarar males que poderiam ter sido evitados, se houvesse sobre ricos e poderosos a fiscalização que se exerce sobre o pequeno, sobre o médio empresário.

Poderia discorrer sobre a luta pela sobrevivência travada pelo trabalhador rural brasileiro que, dia a dia, vê suas terras povoadas por bois enquanto é expulso daquilo que lhe pertence. Citando Dom Alamo Maria Pena, Bispo de Marabá-PA (Depoimento na CPI da terra, em 27/4/77): "Sabemos que a história do trabalhador rural brasileiro tem sido, com raras exceções, a cruel história de contínua e total expropriação e a luta incessante para superá-la... Por isso foi sempre em busca de terras livres. E na peregrinação que partiu da orla do Atlântico, já chega do outro lado do Brasil, ultrapassando as fronteiras legais de nosso País. Nem a peregrinação à Amazônia constitui a última porteira para os quase 50 milhões de brasileiros vivendo no campo e do campo. Mal sabiam esses peregrinos que ali no inferno verde os aguardavam, da forma mais violenta e acobertada, o arame farpado, a ambição, a perseguição e a injustiça. Qualquer observador atento e imparcial que circule hoje, pela Amazônia, com relativa facilidade se dará conta de que a célebre "terra sem homem para homens sem terra", frase de autoria do sr. ex-presidente Médici, na realidade é cada vez mais terra de poucos homens para seu gado que precisa de muitas terras".

REFORMAS PARA IMPEDIR A DERROTA DA ARENA

Poderia falar no endividamento do País, da importação dos cálculos da inflação por que se responsabiliza, com inqualificável cinismo o chuchu, poderia falar da falsificação da política econômica financeira que faz do milagre brasileiro uma impostura, do salário mínimo que não atende às necessidades do trabalhador brasileiro.

Reinvestido em seu poder constituinte, por ato de arbítrio que inclusive fechou as portas desta Casa, o Presidente da República editou reformas políticas que visavam ao aperfeiçoamento democrático, segundo foi anunciado com tanta insistência pelos dirigentes arenistas.

E que reformas foram estas, elaboradas no silêncio de gabinetes e até na intimidade de residências oficiais, de que o povo não tomou conhecimento senão quando divulgadas e que despertaram a mais nítida antipatia da imprensa, dos políticos, dos juristas, dos trabalhadores e dos estudantes?

Foram reformas-remendo, reformas-meia-sola, reforma de maus sapateiros tentando conter o povo em medidas que já não o comportam. Foram reformas antidemocráticas,

desde a sua confecção até os seus objetivos, que visaram punir o eleitor, objetivaram o veto o direcionamento oposicionista do povo brasileiro. Em primeiro lugar, roubaram ao MDB no mínimo cinco governos estaduais, que seriam nossos se a eleição fosse apenas indireta, através do colégio constituído de deputados estaduais. Como isso era insuficiente para subtrair à Oposição o que lhe fora dado pelo sufrágio popular — numa conta de chegar — os constituintes acresceram o colégio eleitoral de vereadores. No passado, no Rio Grande do Sul chegaram a cassar mandatos para, violentando a vocação liberária do povo gaúcho, impor-lhe governador um nome desprezado pelas urnas. Agora, o problema é geral e eles buscam cirurgias gerais para podar a manifestação popular.

Além dos governadores impostos contra a vontade da maioria das comunidades que irão administrar — capazes de repetir os exemplos de Haroldo Leon Peres e de Cortez Pereira, no Paraná e no Rio Grande do Norte, respectivamente, indicados pelo ex-presidente Médici — teremos senadores de primeira classe e senadores de segunda classe. Senadores de verdade e senadores de impostura. Senadores eleitos pelo voto popular, disputado nos comícios, nos embates das urnas, na poeira das estradas e senadores de cadeira de balanço que esperarão, em casa, o mandato que lhes será dado pela Assembléia Legislativa e pelos vereadores, mandato este roubado do povo.

Como se portaria o eleitor brasileiro ao saber que apenas pode eleger um senador, porém o outro vai de carona, vai ser eleito no facilitário?

Este sistema de nomeação de senador não é novo. Já na Roma antiga os Imperadores o adotavam. Chegou ao ápice da desmoralização quando Calígula nomeou seu cavalo Incitatus para o Senado Romano.

Há mais, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para nos arrear a consciência democrática e nos por engulhos na alma:

Para o antigo Ministro da Justiça de Café Filho, Miguel Seabra Fagundes, "a privação do debate eleitoral por rádio e pela televisão constitui um retrocesso de mais de trinta anos na vida cívica do País. E, do mesmo passo, na confissão, pelo Governo, de descrença no juízo do povo a seu respeito. Sim, porque o debate político, para quem se sente forte nas ideias e nas realizações, é o caminho do êxito pelo aplauso daqueles que foram chamados a confrontá-las e constatá-las. A Lei Falcão, assim conhecida pelo nome do seu digno inspirador — afigura-se-nos comparavelmente à Lei que, nos idos de 20, quando os jovens tenentes lutavam de armas na mão pela pureza do regime representativo, permitisse comícios, mas vedasse qualquer propaganda pública pela imprensa. Essa era, então, como via de comunicação eleitoral, o que hoje são o rádio e a televisão".

Procura-se fórmula mágica capaz de perpetuar a maioria do chamado partido do Governo. Mas, todas as fórmulas buscadas, todas as pesquisas feitas nos laboratórios institucionais, levaram os "constituintes de 77" à dolorosa conclusão de que, "se houver a participação do povo, estaremos perdidos nas urnas". Por isso, alijaram o povo, mais ainda, do palco das decisões. Calaram a manifestação do País, livre e democraticamente, pela boca das urnas. Nem a democracia relativa imposta à Nação, nem a Lei Falcão que limita a expressão livre do pensamento político, nada disso foi suficiente para tranquilizar o Governo. Não há condições para um confronto eleitoral. Existe a necessidade de se esconder do povo os reais problemas do País, alguns herdados de governos anteriores e outros gerado no dia-a-dia da vida nacional.

Na democracia relativa em que vivemos há ampla liberdade para a televisão divulgar o crime, o roubo, a chantagem, através de enlatados importados, de categoria medíocre, que nos alienam sócio-culturalmente e nos massacram economicamente.

— "É quarta-feira à noite — diz a repórter Liane C. Alves, na edição de 13 de março de 1977, no respeitável *O Estado de São Paulo* — e sete milhões de pessoas presenciaram 64 mortes, 38 tiroteios, 7 tipos de violências sexuais, 22 brigas, 20 pessoas sendo feridas, 3 roubos, 9 acidentes, 16 intimidações e 7 chantagens em apenas três horas. Esse é o violento balanço das 21 às 24 horas, da transmissão das seis emissoras de televisão da Grande São Paulo, e uma pequena amostra da programação normal que os 64 canais de televisão do País transmitem em 1.018 horas semanais de filmes, 558 de publicidade e quase 500 horas de audiência".

Podemos dar ao povo este festival de sexo, violência, corrupção. Mas a informação séria, o debate franco e aberto dos grandes problemas nacionais, o diálogo com o eleitor sobre os destinos do País, tudo isso é proibido, é impedido, é negado.

Mas enganaram-se aqueles que pensam que a juventude brasileira está alienada. Que o jovem não quer participar, não se preocupa com os destinos do País. Pesquisa feita em São Paulo no ano passado, aponta que mais de 95% dos estudantes da USP conhecem o 477 e se manifestaram contrários a ele. Prova cabal de que os estudantes têm consciência de que sua participação é importante para a restauração dos direitos democráticos.

É o povo também já demonstrou que deseja participar. Recente pesquisa de opinião, após o "pacote de reformas", apontou que 79% das pessoas ouvidas no Rio de Janeiro foram contrárias à nomeação de Senadores, enquanto 78% se manifestaram a favor da eleição direta para governantes.

Porque, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não querem que o povo presinta, em sua totalidade, a calamidade do atual quadro sócio-econômico brasileiro? Pois o que se nos depara é o crescimento cumulativo da dívida externa que não veio beneficiar a maioria dos brasileiros e a da inflação corroendo a economia dos assalariados e desorganizando a vida da classe média. Ela ameaça o País de tal sorte que o próprio Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, não podendo negá-la, vai mudar os cálculos para sua afeição. É como se alguém, num dia frio, aproximasse um fósofo acesso junto ao termômetro e nos quisesse impingir que faz calor.

Pagamos a gasolina mais cara do mundo e ela é de pior qualidade. Apesar de afetar assim mesmo o preço do feijão, do arroz, do trigo, da carne.

Pagamos juros elevadíssimos e imposto sobre operações financeiras, enquanto a ciranda dos escândalos prossegue: é Haller, é Lume, é Lufalla, é UEB, são tantos outros que ainda não foram pilhados. E os bancos vêem o lucro sair pelo ladrão.

O Governo não se importa em aplicar dinheiro a fundo perdido, instituindo um pronto socorro para os grupos capitalistas. Um prêmio à má-fé e à incompetência de alguns empresários. Faz tudo para salvar os grupos econômicos e deixa o povo no "salve-se quem puder".

E CONTRA TUDO ISSO SE INSURGE O POVO

O salário mínimo continua a ser um dos mais baixos da América Latina e o nosso povo um dos que usufruem menor renda per capita — apesar de todas as falsificações e modificações de contas de chegar. Nas denúncias de corrupção — liquidações fraudulentas de grupos econômicos ou escândalos que envolvam a pesca; nas denúncias do bispo que clama pelo índio e pelo lavrador sem terra; nas denúncias do estudante — que aponta erros no sistema educacional e pede liberdades políticas —, em tudo, os iconoclastas do capital se benzem, e invocam a defesa do status quo a todo custo e por todos os meios, para a sustentação de um sistema econômico injusto. Todos aqueles que pedem liberdade, democracia sem adjetivos, melhor distribuição de renda, valorização do trabalho com justa remuneração do trabalhador são tachados de comunistas, agentes subversivos, impatriotas.

Contra tudo isso, porém, se insurge o povo brasileiro. Ele precisa saber disto, pela nossa voz, aqui desta Tribuna, nos palanques dos comícios, onde iremos levar as nossas denúncias, nossos protestos e nossa irritação cívica.

Devemos continuar nossas críticas, desnudando o fracasso do modelo econômico-financeiro, os escândalos que estão marcando a sua execução, o empobrecimento do povo e a desnacionalização da economia que ele acarreta.

Devemos persistir na denúncia das ofensas à democracia e continuar a altear a bandeira do ideal democrático e de liberdade de nossa gente.

Devemos juntar nossa voz a dos que clamam por uma Constituinte. A eleição de uma Assembléia, diretamente pelo povo, sem AI-5, 477, censura a jornais, rádios, televisões, sem Lei Falcão e com partidos políticos que representem todas as correntes de opinião. Ai sim, o Parlamento terá poder emanado do povo e em seu nome poderá elaborar uma Constituição verdadeiramente democrática.

Só existem tiranos porque existem adúladores

Infelizmente estes, para serem agradáveis aos tiranos, se compraram muitas vezes em exaltar a guilhotina, esquecendo-se de que também eles são dotados de pescoço”.

MÁRIO FROTA

Sr. Presidente. Srs. Deputados: “Esta Casa não é um eito; é uma assembleia de homens livres, que não podem tolerar a jactanciosa e falsa autoridade de quem quer que se atribua suposta superioridade para impor opiniões e forçar deliberações?”

Apresso-me em advertir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes que me tomem por subversivo, que este protesto não é meu, mas, sim, de quem consagrou meio século de sua existência, tão rica de grandes exemplos e altos ensinamentos, à causa da liberdade e da democracia em nosso País. Nem diz respeito à situação atual, pois são palavras proferidas pelo Sr. Pedro Aleixo, na Câmara dos Deputados, nos idos de 1963, quando maiores eram as agitações que se apoderaram deste País, em um dos períodos mais negros e conturbados da história republicana.

Naquela mesma ocasião, o eminente homem público e consagrado mestre do Direito lançava esta patética advertência:

“Está aos olhos de todos que o alvo perseguido para as agressões é o Congresso Nacional, e os inimigos se identificam pelas palavras que proferem. É claro que se faz necessária, para a manutenção do regime, a presença concomitante dos três Poderes: o Executivo, o Judiciário e o Legislativo; mas, os inimigos das instituições democráticas o que mais ambicionam é o exercício do Poder Executivo, com a absorção das funções do Legislativo, contentando-se com algumas limitações do Poder Judiciário.”

Ao verberar, desta forma, a situação daqueles dias tumultuosos que acabariam, afinal, por desaguar na Revolução de 1964, mal poderia o malgrado político mineiro supor que suas palavras iriam, no futuro, ganhar tal atualidade, que pareceriam uma perfeita alusão aos acontecimentos que, quatorze anos depois, iriam desabar sobre o Congresso Nacional. Pois o que presenciamos, há alguns dias, foi o Poder Executivo, armado de todas as franquias especiais que lhe permitem dispor como melhor entender da sorte desta pobre Nação, decretar, por um simples ato de sua vontade, o recesso das duas Casas do Parlamento e placidamente absorver as atribuições do Legislativo, para em seguida impor aos País uma reforma que, em última análise, nada mais representa do que as limitações do Poder Judiciário.

COMO DIZ ZEZINHO BONIFÁCIO: “NESSE REGIME TUDO É POSSÍVEL”

Esses fatos nos autorizam, portanto, a concluir que, pelo menos sob este aspecto, regridimos, a trilhar tortuosos caminhos e por curiosa contrafação, a uma situação surpreendentemente idêntica àquela contra a qual se fez a Revolução. E com uma poderosa agravante. Enquanto nos dias omnímos que antecederam o movimento revolucionário, os detentores do Poder, a tempo contidos em suas ambições, não puderam ir além de um mal disfarçado propósito, consoante a oportuna denúncia de Pedro Aleixo, no caso atual a intenção se materializa em ato e o ato se transforma em caso consumado. E, para aumentar a gravidade dos fatos, vemos o Executivo abrir-se até mesmo os poderes de verdadeira Constituinte, a fim de impor à Nação, indefesa e assustada, suas estrúcturas reformadas, das quais se sobressai a manifesta intenção de esmagar a Oposição e garantir a vitória do partido governista nas futuras eleições.

Mas, como seria necessário justificar o arbítrio, chegou-se, num monólogo televisado para todo o País, a acusar de “minoría ditatorial” a esta pobre, desarmada, desavoreada e tantas vezes amedrontada Oposição. Minoría ditatorial!... Expressão sinistra esta, que procura excluir o debate da convivência humana e obrigar as minorías a um papel de silenciosa e passiva submissão. Conclui-se daí que o direito de divergir, que constitui a essência da democracia e a própria razão de ser da atividade parlamentar, passou, entre nós,

a ser encarado como intolerável manifestação de força e, por via de consequência, como indicio certo de perigosa subversão. Eis como chegamos à estranha e em verdade curiosa situação de uma Oposição que não pode fazer oposição, sob pena de receber a pecha de “minoría ditatorial” e provocar o intempestivo recesso das Casas Legislativas, com todas as graves consequências que isso representa para a Nação.

Não obstante, o direito da força costuma escurdir-se em outros argumentos, acaso mais sutis e convincentes, os quais, por isso, são particularmente gratos aos detentores do poder e à sua numerosa corte de adúladores. Um desses argumentos consiste em proclamar, até à sociedade, que a ação revolucionária não conhece limitações de qualquer natureza — e a nossa Revolução ainda não se esgotou, a despeito dos longos anos decorridos a partir do dia em que se instalou no poder.

Nada melhor do que nos refugiarmos nos ensinamentos daqueles que consagraram a vida aos interesses permanentes da Pátria. E é em Milton Campos, certamente uma das mais raras e nobres vocações de democrata e homem público que já se produziram neste País, que colho estas insuspeitas e judiciosas considerações, constantes de memorável discurso, se não me engano um dos últimos por ele proferido, no Senado Federal:

O processo revolucionário há de ser transitório e breve, porque sua duração tendeu a consagração do arbítrio, que elimina o direito, intransigível e paralisante a evolução do meio social.

Vejam V. Exs. Srs. Deputados, quanta razão tinha o saudoso político mineiro ao manifestar suas apreensões em relação ao injustificável e até abusivo prolongamento do processo revolucionário.

Sentenciava Rousseau, em seu “Contrato Social”, que “o mais forte não é suficientemente forte para ser sempre o senhor, senão transformando sua forma em direito e a obediência em dever”. E o que se observa, hoje no Brasil é a transformação da força em direito e a obediência imposta como dever. Montaigne, outro dos grandes pensadores que a França legou ao mundo, chamava o hábito de “perfidio e tirânica profissão”. E é, com efeito, pela força do hábito que o hábito da força acaba por impor-se à Nação.

Notem os meus eminentes pares que já

não há, hoje, por parte dos poderes oficiais que se arvoram em árbitro das grandes decisões nacionais, sequer a preocupação de resguardar as aparências quando se entende de recorrer à força para impor soluções. Dir-se-ia que o arbítrio, de tanto exercitar-se, acabou perdendo a vergonha de si mesmo e, consciente de que afinal adquiriu foros de indiscutível legitimidade, já não vê razão para esconder-se aos olhos da Nação e do mundo. Ainda há pouco, viamos o Líder do Governo nesta Casa bradar, com a despuddada desenvoltura de um velho sábio, que “nesse regime tudo é possível” e que, “se o Governo entender de fechar uma Universidade, fecha mesmo e ela ficará para sempre fechada”. (...)

EM 1978, SENADORES TIRADOS DO BOLSO DO COLETE

A Constante mudança das “regras do jogo”, que já se tornou norma entre nós, contraria os postulados democráticos, sendo uma característica própria dos regimes totalitários. Não interessa, portanto, à Nação e só eventualmente poderá ser útil à corrente situacionista, na medida em que esta se sentir fortalecida com o enfraquecimento da Oposição. No cômputo geral perdem todos, em face do esvaziamento desta nobre instituição democrática que é o Parlamento e da consequente perda de substância da atividade político-representativa, reduzida a um papel quase humilhante e subalterno no conjunto das atribuições inerentes ao desempenho da vida pública. Trata-se de uma verdade tão acaniana, que a ela seria tolice fazer esta simples referência se não existissem aqui, entre nós, homens públicos com a responsabilidade de um mandato popular, vozes tão presurosas a entoar hinos de louvor ao arbítrio triunfante, que substitui pela tutela a soberania nacional; de que o Congresso é a mais alta e a mais legítima expressão. Afirmava Aristarco, numa admirável lição, que por oportuna, já faz parte de nossos Anais, pois foi recentemente rememorada desta tribuna, que “só existem tiranias porque existem adúladores”. Infelizmente, estes, Sr. Presidente, para serem agradáveis aos tiranos, se compraram muitas vezes em exaltar a guilhotina.

esquecendo-se de que também eles são dotados de pescoço...

O art. 1º da Constituição diz que o Brasil é uma República Federativa de regime representativo. Parece-me que este princípio foi ferido de morte. A Federação há muito não existe. Os Estados, nobre Deputado, perderam sua autonomia. Hoje, os Governadores, um sexto dos Municípios brasileiros, atualmente, por motivos às vezes inexplicáveis, passaram a ser considerados como de interesse da Segurança Nacional. A República, que tem como fundamento a representatividade, também foi ferida de morte. Talvez V. Exª não concorde, mas daqui a dois anos teremos Senadores tirados do bolso do colete. Não sei como, nobre Deputado, numa Sessão do Congresso, irei conceder aparte a um Senador cujo mandato não emanou da vontade do povo.

Sinceramente, fico às vezes, pensativo, preocupado. Como é que vou conceder uma parte a um Senador que vai sair de uma prateleira, que vai sair do bolso do colete do Sr. Presidente da República.

Concedo o aparte ao Deputado Odacir Klein.

Odacir Klein (MDB-RS) — Nobre Deputado Mário Frota, inicialmente, quero cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento que faz e dizer que os Parlamentares da ARENA, principalmente os que respondem pela Liderança em plenário, vêm usando uma tática, procurando criar um ambiente psicológico, falando no problema da eleição na Guanabara, cada vez que se fala no pacote de reformas. O que é preciso ficar bem claro, Deputado, é que o MDB não pediu as reformas, o MDB não pediu para ter condições de concorrer na Guanabara por processo indireto de votação. O MDB queria também, no Estado da Guanabara, como em todas as unidades da Federação, vencer as eleições com o voto direto e secreto do povo. Nós não pedimos essas reformas, mas o que procuramos é arenistas é criar esse ambiente psicológico, para que nós concorramos também, e possam eles ficar com todos os eleitos indiretamente, quer para o Governo, quer para o Senado.

O Sr. Cantídio Sampaio — líder em exercício da Arena — Isto significa, se V. Exª me permitir um instante, que o MDB também tem colete e também tem bolso de colete. E o que o eminente Líder do MDB publicamente afirma desta tribuna. (O Sr. Presidente faz soar os timpanos).

O SR. PRESIDENTE (Peixoto Filho) — Chamo a atenção do Deputado Cantídio Sampaio: os apartes só podem ser dados com anuência do orador.

MÁRIO FROTA — Srs. Deputados, não é meu intento traçar normas de conduta, sobretudo para uma assembleia de homens livres como esta. No entanto, permito-me lembrar que o momento não é de adular os poderosos, mas de defender o pouco que ainda resta de liberdade neste País. E quando isso parece difícil a muitos, saibam ao menos defender a própria dignidade, defendendo a dignidade deste Poder, que por certo não foi criado para os omissos e oportunistas, senão para aqueles que colocam no exercício da vida pública a própria essência dos grandes ideais humanos. Nós passamos, quaisquer que sejam os nossos atos; a Pátria, porém, esta é eterna. Dentro de dez, vinte anos, que nada representam diante da História, muitos daqueles que aqui se encontram já se terão recolhido ao vale das sombras; alguns anos mais, e todos nós — todos, sem exceção — já teremos empreendido a grande viagem. Apenas a Pátria permanecerá, para dar às gerações futuras o grande testemunho da História.

Srs. Deputados, sejamos dignos desta grande Nação, colocando de lado as conveniências pessoais ditadas pelo momento, para buscar, na resistência heroica aos golpes do arbítrio e da intolerância desferidos contra o Poder Legislativo, a salvação das próprias instituições democráticas. Se for esta a nossa disposição e este o nosso pensamento, veremos que o instante, que para muitos parece de mortal agonia, será, ao contrário disso, de esplêndida ressurreição!



Advogado, atualmente com 35 anos, José Mário Frota Moreira é o único parlamentar “autêntico” da bancada do Amazonas na Câmara, tendo se destacado nestes quatro anos por seus pronunciamentos contra a devastação da Amazônia e a exploração de seus habitantes.

A tribuna tornou-se um patíbulo

Querem transformar o país num rebanho, um povo num ajuntamento de seres abúlicos

FERNANDO LYRA

Venho a esta tribuna, com a impressão de que subo a um cadafalso, onde tantos companheiros, dos mais ilustres e dignos que já passaram pelo Parlamento Nacional, foram inolados por perpetrarem, aqui alhures, o nefando delito de opinião.

Não tenho problemas de consciência. Mas sinto que sobre nossas cabeças, qual ameaça errática de deuses poderosos e invisíveis, paira a espada de Dâmoles do arbitrio, neste festim de intolerância em que vivemos há longos treze anos.

A palavra, hoje, neste País, é um instrumento delituoso. O pensamento livre é suscetível de inquirições, nas visitasções do Santo Ofício a que cada um de nós está sujeito, no cotidiano de uma rotina política que se debilita pela imposição do silêncio. E o próprio silêncio é a norma ideal, a cautela sacramental em dogma salutar. A prudência como lembrete conselheiral dos tímidos. A apatia como sugestão dos precavidos. O procedimento anódino como artifício das inteligências ardilosas. A frase oca, a expressão vazia, o "cala-te-boca", como recursos de tergiversação. A fuga à afirmativa como alibi do oportunismo. A conversa a meia-voz, numa Casa de ressonâncias verbais, como é, de si próprio, o Parlamento, como hábito desnaturado. O sussurro sem eco. O murmúrio inaudível. O olhar, ele mesmo, cúmplice da desconfiança. Os esgares da delação disarcadados, muitas vezes, na blandícia das confidências.

Este é o Parlamento de hoje, no Brasil, onde as tribunas se transformam em estrados de fustigações e os oradores correm o risco, como os religiosos e militares insurretos do passado, de ser exaustorados e destruídos de prerrogativas, num espetáculo de execração pública.

Nos momentos de crise por que atravessamos, a simples reabertura de um Congresso de representantes do povo é motivo de especulações de maus presságios, porque o debate foi banido do vocabulário político, desacomodando os homens à troca de opiniões, a permuta de idéias, ao confronto de temas, o que é característica dos regimes democráticos.

A existência de uma relativa liberdade de imprensa opõem-se forças ocultas, como se tratasse de ameaça à segurança nacional o relato dos fatos e o comentário das coisas, tais como eles aconteceram e como merecem ser apreciados.



Advogado, atualmente com 40 anos, Fernando Soares Lyra é um dos fundadores do grupo autêntico do MDB, que ele ajudou a criar juntamente com Chico Pinto, Lysâneas Maciel, Alencar Furtado e outros deputados que chegavam à Câmara pela primeira vez em 1971. Um dos mais combativos parlamentares do MDB na Câmara, Fernando Lyra foi deputado estadual de 1967 a 1971.

32

As Universidades aparecem como valha-coutos de marginais, como fermento daninho da subversão, o teatro e o cinema como veículos de sutis envenenamentos sociais, a música como ribombo de trovoadas sinistras, os partidos políticos infiltrados de inimigos soezes, os congressos de cientistas como cadinhos de maquinações revolucionárias, os sinodos como palcos de reencarnações diabólicas, a evangelização como propaganda pecaminosa, a assistência aos silvículas e aos camponeses sem terra como estímulo à delinqüência e à irredenção.

Então, passa-se ao remédio heróico das medidas excepcionais, leis casuísticas derrogadas por outras leis casuísticas, cada uma para cada situação particular, um corpo de legislação que se amolda às circunstâncias, não para interpretá-las ou expressá-las como vontade coletiva, mas, ao contrário, para distorcê-las, manietá-las, coibi-las, asfixiá-las, atrasando, no tempo e no espaço, o avanço das idéias progressistas que varrem o mundo, a transformar monarquias em modelos quase impecáveis de regime democrático, a derruir velhas ditaduras, substituindo-as por instituições, se não perfeitas, pelo menos abertas e livres do monólogo e do despotismo.

Querem transformar um continente numa ilha, um passado de tantas tradições do civismo e de lutas libertárias numa apostila de escola primária, um País num rebanho, um povo num ajuntamento de seres abúlicos.

Tudo se proíbe ou tudo se apraza, assinalando-se no calendário rígido das ordenações palacianas o dia, a hora e a vez em que se deve abrir os cérebros, abordar um assunto de interesse público, expressar preferências ou manifestar perigosas e temíveis controvérsias.

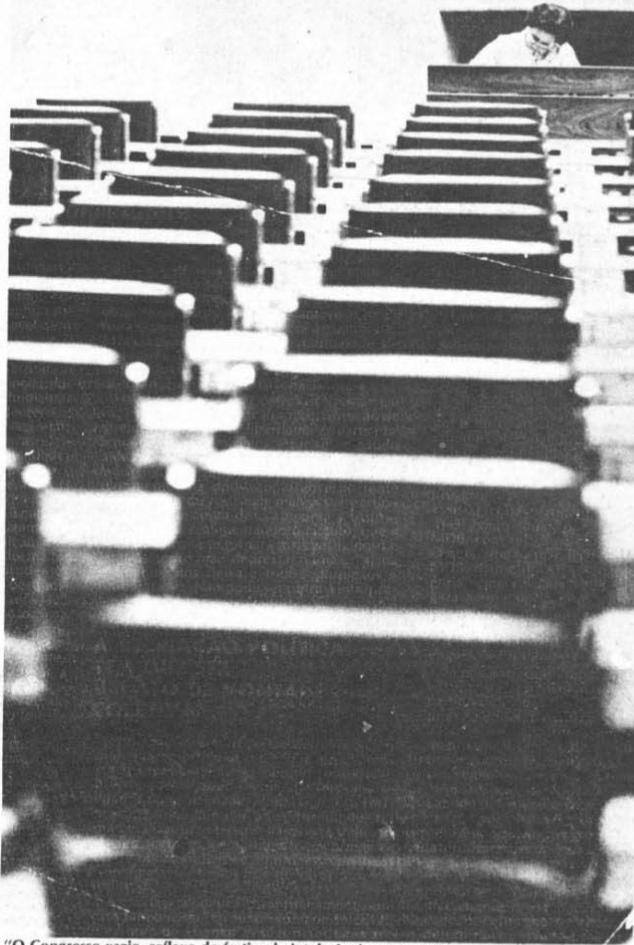
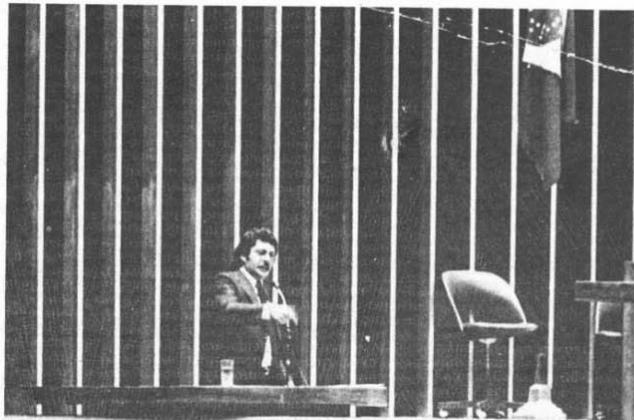
O EXÍLIO DENTRO DA PRÓPRIA PÁTRIA

É uma Nação de mais de cem milhões de habitantes que se tutela, como quem prescreve dietas a enfermos, ou como quem ministra exercícios a mutilados mentais. É um oceano de paixões e sentimentos que se quer drenar, como se fosse um riacho de águas plúvidas. É um vulcão de vontades soberanas que se tenta extinguir com o sopro unipessoal do arbitrio.

Aos que se levantam contra tamanhas desfigurações, cabe-lhes o acote das proscricções odientas. O anátema do exílio dentro da própria pátria. A morte cívica, contemporânea de si mesma.

Ergo a minha voz para uma louvação, como fazia Hermilo Borba Filho, um dos maiores escritores da minha terra, aos homens de bem da região, todo santo mês. É uma louvação de agosto, que rima com desgosto, mas que não rima com resignação. É a louvação a quem, no exercício de um mandato do povo, honrou os seus eleitores, honrando-se a si mesmo. Eu louvo o homem digno, que interpretou os sintomas da crise brasileira, servindo aos outros sem o risco de servir a si próprio. Eu louvo o homem público, que passou pela política sem manchas e sem máculas. Louvo o companheiro, louvo o conselheiro, louvo o amigo de todas as horas. Louvo o homem e louvo o Líder. Louvo o equilíbrio de suas ações, a erudição de sua inteligência, a tolerância de seus gestos, o desejo de encontrar os caminhos da liberdade e da independência nacional. Eu louvo o que disse e o que fez. Louvo o principal e louvo o acessório. Louvo a obra e louvo o pormenor, nos ideais e na cortesia, nos anseios de paz e na delicadeza do cumprimento. No apodo e na verrina em face da violência, no cáldio aperto de mão das matinas radiantes ou à despedida das madrugadas assustadoras. Eu louvo o patriota e louvo o chefe de família. O filho que chora e o bravo que debaterá. O pai que acarície e o comandante de quem jamais se poderá dizer, como no verso de Camões, que não cuidou. Eu louvo o herói e louvo a vítima.

Do alto desta tribuna, patíbulo de teus melhores ideais e do teu acendrado humanismo, eu te louvo, Deputado Alencar Furtado!



"O Congresso vazio, reflexo do festim de intolerância em que vivemos há 13 anos, onde o debate foi banido do vocabulário político".



O escândalo Lutfalla

"Um exemplo de incompetência, favoritismo e esbanjamento de recursos públicos, bem como de cada vez maior irresponsabilidade e impunidade"

PAULO BROSSARD

Em sua edição de 17 de abril, O Estado de S. Paulo revelou à Nação um fato que, por sua gravidade, haveria de ocupar, desde então e até hoje, largo espaço nos jornais e nos debates parlamentares. Tornar-se-ia exemplo de incompetência, favoritismo e esbanjamento de recursos públicos, bem como de cada vez maior irresponsabilidade e impunidade.

O fato pode ser assim resumido: Em março de 1973, o BNDE, concedeu financiamento de 13 milhões de cruzeiros à Fiação e Tecelagem Lutfalla. Sem condições de honrar o compromisso, e para evitar a situação de inadimplência, obteve o reescalonamento da dívida por duas vezes, mas não só foi assim beneficiada com esse duplo reescalonamento, senão também que por ocasião do segundo, em fevereiro de 75, obteve novo financiamento, este de 26 milhões de cruzeiros.

Após esse segundo financiamento, e depois de haver-lhe emprestado 39 milhões, o BNDE concluiu que a empresa era financeiramente inviável, já porque excessivamente endividada, já porque dirigida de forma irresponsável, comprovada essa irresponsabilidade pela ocorrência de irregularidades consideradas graves. E, com base nessa verificação objetiva, negou novo financiamento pretendido pela empresa, que, praticamente, não tinha contabilidade, como veio a ser apurado.

A recusa do Banco, fundada nos estudos procedidos e nas conclusões alcançadas, não foi óbice à afortunada e endividada empresa, que teve meios de chegar à Secretaria do Planejamento, Seplan, e o fez formulando críticas ao Banco que cometera a "indecência" de fechar o seu cofre aos insaciáveis apetites pecuniários da empresa que, à deriva, marchava para o desastre inevitável e irreparável.

Os interessados entenderam-se com o Sr. Elcio Costa Couto, Secretário-Geral da Secretaria do Planejamento, e a conversação culminou com o ordem do Ministro do Planejamento ao BNDE no sentido de evitar a falência ou concordata da empresa, o que importa reconhecer que era falimentar a sua situação, alvo a ser atingido mediante o fornecimento, pela União, que assumiria o risco da operação fornecendo os recursos necessários.

Gracias a essa amável interferência ministerial, a 19 de maio de 75, o Banco fornecia à firma insolvente mais 94 milhões. Mas, como se tal não bastasse, a empresa ainda recebia outro favor, este do Ministro da Fazenda. O gestor das Finanças, entre as atribuições do seu cargo, teve tempo para determinar que o Banco do Brasil, o Banco do Estado de Guanabara e o Banco do Estado de São Paulo, convertessem em capital da empresa, insolvente, 50% dos créditos que tinham junto a ela, o que importava em cerca de mais 40 milhões. Converter 50% dos créditos em ações de uma empresa insolvente significaria perder 50% da dívida.

Passados dois dias, o Presidente do BNDE teve a precaução de dirigir-se ao Ministro Reis Velloso, em ofício, documentando as suas reservas à solução oficial, que contrariava frontalmente a posição do BNDE. Com efeito, a 21 de maio, o Sr. Marcos Vianna enviava ofício ao Ministro Reis Velloso para comunicar que a operação fora concluída pelo BNDE, mas também para aduzir razões contrárias a ela.

Seguindo a argumentação do Presidente do BNDE, o Banco fatalmente negaria colaboração à Lutfalla, "já que as hipóteses mais otimistas de viabilidade da empresa exigiam entrada, sob a forma de capital, de recursos em montante mínimo de Cr\$ 80 milhões", o que nem os acionistas nem outros membros da família (o texto cita Paulo Maluf) se dispunham a empregar.

Finalmente, o Presidente do BNDE, salientou que o propósito do governo, neste caso e em outros semelhantes, é o de salvar a empresa, evitando repercussões negativas no campo social, "poderia ser atingido a menores custos e com maior justiça por via de falência ou concordata, assumindo o maior credor o encargo de manter a indústria em funcionamento e consequente amparo a seus empregados, sem premiar o empresário

cujo comportamento ou incapacidade levem o empreendimento a essa difícil situação".

Isto foi em maio; em agosto de 75, ainda por determinação da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, o BNDE assumiu a direção da empresa e assinou com os acionistas um "Termo de Opção de Compras e Venda de Ações", válido por um ano, nas seguintes condições: o patrimônio líquido, contábil da empresa seria levantado por uma auditoria independente; se apurado um valor positivo, o BNDE pagaria aos acionistas; se negativo, os antigos acionistas pagariam ou renovariam, em nome pessoal, os débitos da empresa.

Na direção da companhia, técnicos do BNDE começaram a verificar que a situação da Fiação era muito pior do que indicavam as primeiras análises.

A 1ª de agosto de 1975, o Sr. Marcos Vianna enviou telex ao Ministro Reis Velloso, dando conta dessas novidades. Afirmando, entre outras coisas: "Os traços negativos do comportamento dos empresários, vêm-se confirmando e, como exemplo, temos a assinatura de contrato em que se alienavam fiduciariamente ao Banco, bens já dados em garantia ao Banco do Brasil. Nosso contador chegou a identificar casos de triplicidade de uso de garantias. Registramos também que a Imobiliária Lutfalla, que se dispôs a receber um crédito de 20 milhões do BNDE, para aplicá-los sob a forma de capital na tecelagem, não apresenta a menor perspectiva de contratar o crédito deferido, pois até agora foi incapaz de apresentar bens com a documentação necessária para a avaliação e contratação".

O MINISTRO VELOSO SABIA DE TUDO

O Presidente do BNDE informou - nesse mesmo telex - que se sucediam as cobranças de títulos em cartório e insistiu com o Ministro do Planejamento de que a melhor solução era deixar a empresa "seguir o caminho normal do recurso ao remédio da concordata e mesmo a falência". E ressaltou: "Se V. Exª não tiver condições, também agora, de aceitar a hipótese de falência ou concordata, consideramos ser o momento de efetivar a transferência de recursos extraorçamentado do BNDE para atendimento das necessidades da Lutfalla, sob o risco direto da União."

O Presidente do BNDE não poderia ser mais claro em suas ponderações, de modo que a responsabilidade do Ministro é intransferível. O Ministro foi claramente informado da situação real da empresa.

A resposta foi verbalmente dada pelo Sr. Elcio Costa Couto, Secretário da Secretaria do Planejamento, mas o Presidente do BNDE não considerou suficiente a ordem verbal e teve a prudência de, a 19 de setembro de 75, novamente dirigir-se ao Ministro dizendo ser indispensável, à direção do Banco, receber a confirmação por telex do fornecimento dos recursos pela União e assunção do risco da operação.

Convém se notar que nesse telex urgentíssimo o Presidente do BNDE informa o Ministro "que a contabilidade da empresa não existia e, diante do volume de irregularidades verificadas, os dados seguros somente estarão disponíveis daqui a alguns meses."

Antes dessa ordem derradeira e decisiva, o diretor do BNDE, Alberto dos Santos Abade, emitiu parecer, datado de 25 de setembro de 75, que vale a pena ficar constando dos Anais pelos muitos elementos informativos que contém. E a 1ª de outubro veio a resposta, confirmando e insistindo:

"Essa confirmação foi dada a telex do Sr. Elcio Costa Couto, ao BNDE, e dizia: 'Face à decisão presidencial, que continua a prevalecer, de que todos os esforços sejam feitos para que a empresa não sofra solução de continuidade em seu funcionamento e não se transforme em mais um problema social, foi o BNDE autorizado a proceder ao apoio financeiro necessário, com coberturas de risco pelo próprio Tesouro'. O telex garante

que o Governo forneceria os Cr\$ 300 milhões".

No dia seguinte, 2 de outubro, o BNDE concedia novo empréstimo à Lutfalla: Cr\$ 110 milhões.

Em dezembro, os funcionários do BNDE, intervenientes na empresa, concluíram um primeiro relatório global, o Sr. Marcos Vianna o encaminhou ao Ministro Reis Velloso. Nele se diz que seriam necessários Cr\$ 370 milhões para o saneamento da empresa, sendo que pelo menos 200 milhões deveriam ser considerados aporte de capital, pois a companhia não teria condições de pagar financiamentos. No seu ofício, de 11 de dezembro de 1975, o Presidente do BNDE lembrou que: "o BNDE já entrou à Lutfalla, por conta e risco do Governo, um total superior a Cr\$ 183 milhões" e que precisaria liberar o restante dos recursos necessários ainda naquele mês de dezembro. E solicitava que a Secretaria providenciasse a devolução ao BNDE dos Cr\$ 183 milhões adiantados "em nome da União" e a entrega dos 117 milhões que completariam os Cr\$ 300 milhões prometidos pelo Governo em 1º de outubro.

PORMENORES À PARTE, UM GRANDE ESCÂNDALO

Em abril de 1976, quando a Seplan, ainda não havia respondido a esse último ofício do Sr. Marcos Vianna, técnicos do BNDE completaram a análise da situação da companhia. Os números levantados deixaram perplexos os funcionários do Banco.

A auditoria, feita pela firma Boucinhas, Coopers e Lybrand Ltda., apurara, em 8 de agosto de 1975, um patrimônio líquido contábil negativo de Cr\$ 276 milhões.

O prejuízo no exercício de 1975 havia sido de Cr\$ 286 milhões para um capital, não integralizado, de Cr\$ 70 milhões.

O balanço de 31 de dezembro de 75 mostrava um endividamento de Cr\$ 503 milhões para um ativo de apenas Cr\$ 279 milhões. Comentando as possíveis soluções para o caso, o relatório indicava que seriam necessários Cr\$ 480 milhões para sanear a companhia. E desclassificava essa hipótese porque com esses mesmos Cr\$ 480 milhões seria possível construir uma fábrica moderna com receita atual de pelo menos Cr\$ 410 milhões.

Os técnicos recomendaram assim uma outra solução: o BNDE exerceria a opção de compra e procederia à liquidação gradativa da empresa.

Na ocasião, abril de 76, o BNDE já havia adiantado, "por conta e risco da União", Cr\$ 240 milhões à empresa.

A proposta foi aceita pela diretoria do Banco, porque representava o menor prejuízo, e assim, em 17 de agosto de 1976, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária da Fiação e Tecelagem Lutfalla, cujo único acionista já era então o BNDE, que decidiu pela liquidação da sociedade.

Até aqui fiz o relato dos acontecimentos. Para fazê-lo, servi-me do noticiário da imprensa e de documentos do BNDE e da Secretaria de Planejamento.

Pormenores à parte, o fato se resume neste: uma empresa insolvente, não obtendo mais recursos bancários pelo fato de estar insolvente e de haver multas e graves irregularidades em sua administração, vem a obter recursos da União para livrar-se da falência; contudo, termina por cessar suas atividades por ser irreparável. Mais fácil e menos oneroso seria montar uma fábrica nova com esses recursos. Tudo como previra o BNDE.

Este, o fato. Sobre ele desejo fazer algumas observações, das muitas que ele enseja. A primeira, decorre da circunstância de um Ministro se sobrepor ao BNDE e a ele se sobrepondo dispor de recursos pertencentes à Nação, num empreendimento mais do que temerário, mas seguramente fatal. *Qua a lei que o autoriza a esse gesto de munificência com o dinheiro que lhe não pertence São tão abundantes os recursos públicos que permitem esses rasgos de generosidade!*

Dir-se-á que, em dadas circunstâncias, e tendo em vista um eminente interesse nacio-



Paulo Brossard e Souza Pinto foi eleito senador pelo MDB gaúcho em 1974. Jurista e fazendeiro, destacou-se no Congresso por discursos vibrantes em defesa da democracia e de crítica ao que tem chamado de desmandos administrativos.

nal ou um efetivo interesse social, certo problema pode ter solução à margem de critérios estritamente bancários. Não contendo que tal possa ocorrer. Mas, evidentemente, essa solução deve ser razoável, ter como pressuposto a utilidade pública assegurada pelo êxito da medida questionada. Se o *Ministro pode malgastar o seu dinheiro, ninguém tem o direito de malbaratar o dinheiro que lhe não pertence, em particular, o dinheiro público, e notadamente sendo escassos os recursos para atender empreendimentos da maior significação. Em outros tempos isto era crime, como tal definido. Crime comum e crime de responsabilidade.*

Mas quando um Ministro pudesse dispor assim de recursos pertencentes à Nação em favor de iniciativas particulares, caberia ter presente a advertência do *Jornal do Brasil*, que é a própria reflexão do bom senso:

"Cumpra ao Governo e aos seus agentes, ao distribuírem dinheiro de contribuintes

como se lhes pertencessem distinguindo entre o bom e o mau empresário. Entre o que tem e o que não tem viabilidade. Agindo indiscriminadamente, o Governo propicia e acumplicia-se ao erro. Erro pelo qual quem paga, invariavelmente, é o Tesouro Nacional, sem que se conheça até hoje a indispensável e reparadora punição."

Sob o pretexto de impedir o desemprego de 1.200 funcionários, que, aliás, não eram 1.200, mas 981, e de evitar problemas no setor têxtil, foram malbaratados milhões de cruzeiros pertencentes à Nação; malbaratados, porque carreados para os cofres furados de uma empresa obsoleta e irrecuperável, que, com todo esse dinheiro, não foi recuperada, uma empresa que não tinha sequer contabilidade regular, nem mesmo o registro das mercadorias compradas; uma empresa que deu ao BNDE em alienação fiduciária bens já dados em garantia ao Banco do Brasil; uma empresa que, com todo o socorro financeiro da União e da intervenção do BNDE em sua administração, terminou por cessar suas atividades, sem qualquer repercussão no setor têxtil, que se pretendia acutelar, e sem impedir o desemprego, que se pretendia evitar; uma empresa em cuja administração foram apuradas irregularidades graves e que, indo à falência, regulariza a ocorrência de crimes falimentares, como se lê no relatório do BNDE de 28 de abril de 1976.

O DINHEIRO PÚBLICO JORROU EM CASCATA

De modo que, sem sequer discutir o cabimento ou a conveniência de soluções à margem de critérios bancários, e sem discutir a legitimidade ou a legalidade do emprego de dinheiro público em benefício de empresa particular, o que se verifica, no caso, é que a empresa protegida nem remotamente justificava a adoção de critérios extra-bancários, nenhum critério superior autorizava o favor, e tanto mais grave é a responsabilidade do Ministro que o concedeu, quando não faltaram, antes, foram reiteradas, as advertências, as ponderações, a resistência e oposição do BNDE que a ordem ministerial foi lavrada e graças a ela aberto o erário para que dele se escassem, em cascata, recursos públicos para a empresa obsoleta e insolvente.

Merece ser posto em relevo que a ordem ministerial foi dada sob a invocação de "decisão presidencial". Pelo exame dos documentos até agora divulgados, essa invocação é falsa.

Comença que é estranho, para não dizer inacreditável, que em assunto dessa natureza, o Presidente da República fosse interter. Nem que o dia do Presidente tivesse 240 horas. Pelo que foi publicado, a mim parece evidente que a invocada "decisão presidencial", foi de caráter geral e no sentido de, por via do crédito, amparar empresas em dificuldades, mas, está implícito, empresas idôneas e viáveis, em que o socorro creditício fosse socialmente útil, e jamais para beneficiar empresas irrecuperáveis, comprometidas por irregularidades graves entregues a administradoras irresponsáveis (e a designação não é minha, é do BNDE).

Saliente-se a primeira nota da Secretaria do Planejamento mais de uma vez se fala em "governo", mas nenhuma vez se fala em "decisão presidencial" tomada no caso. Analisando-a, o *Jornal da Tarde*, em editorial de 22 de abril, com expressões muito claras, acentuou a inveracidade dessa invocação constante do telex que o Secretário-Geral da Secretaria do Planejamento endereçou ao BNDE.

A despeito da réplica severa, a segunda nota da Secretaria do Planejamento é ainda mais sibilina e se limita a dizer que "a intervenção determinada sobre a Lutfalla pelo Governo" era de conhecimento do Presidente da República. "De conhecimento do Presidente" é uma coisa, "decisão presidencial" é coisa muito diferente.

Mas, se faço esta ressalva, que me parece certa, ou esta distinção, que me parece clara, devo acrescentar que na medida em que o Presidente da República tolerar essa operação, praticada por pessoa de sua imediata confiança e que invocou "decisão" sua para fazê-la, torna-se corresponsável pelo ato e, sobrando-lhe poderes para cortar o mal pela raiz, não o fazendo, assume a responsabilidade plena (*).

Ainda mais. Recursos públicos podem ser distribuídos a particulares, sem lei e sem critério legal? Já não questiono se o beneficiário é socialmente merecedor da ajuda ou não, indago se recursos públicos podem ser destinados, ao puro arbítrio da autoridade administrativa, para favorecer empresa particular, por sinal, indônea e insolvente, conforme a advertência do BNDE? (...)

Capitais de terceiros representam 97% sobre o patrimônio, segundo o balanço de 1976, contra 72% no exercício anterior. O capital de giro negativo corresponde a 186% sobre o capital e a 1.161% sobre o patrimônio líquido. O exercício encerrado em 31-12-76, acusa prejuízo 1.151% superior ao prejuízo verificado em 1975. Todo o complexo industrial, inclusive máquinas e equipamentos, está gravado por ônus real, em garantia de empréstimos e avais tomados pela empresa.

Tenho mais dados sobre essa empresa que pretende também um apoio, mas fico nos enunciados. As autoridades, entretanto, ficam cientes de que sei alguma coisa sobre o assunto e que usarei esta tribuna, se necessário, para defender o interesse público, muitas vezes invocado e nem sempre defendido.

FALTA ALGUÉM NESTE PROCESSO

Outro aspecto que me parece de singular importância e gravidade reside na ordem do Ministro da Fazenda, transmitida pelo Banco Central, no sentido de o Banco do Brasil, o Banco do Estado da Guanabara e o Banco do Estado de São Paulo converterem 50% de seus créditos em ações da empresa mimada, mas insolvente, essa conversão significativa, praticamente, em perdoar 50% da dívida.

Está nas atribuições legais do Ministro da Fazenda emitir essa ordem? Em que lei se funda o gestor das finanças nacionais para exarar a estranha provisão? Esses bancos não têm acionistas e esses acionistas não são lesados pela ordem ministerial? Esses bancos estão sujeitos a ordens do Ministro da Fazenda e a ordens desse tipo?

O fato, que me parece da maior gravidade, serve pelo menos para testemunhar o grau de dependência dos bancos ao Governo, para mostrar que os bancos também não gozam de segurança nem no que diz respeito ao que é seu, porque, em verdade, a ordem ministerial importava em dispor de recursos que lhe não pertenciam, mas pertenciam aos bancos e, portanto, aos seus acionistas. O fato serve para revelar, como observou o *Jornal do Brasil*,

"...a extensão do arbítrio das entidades oficiais de crédito?

Devo dizer, porém, e a bem do Banespa, que este estabelecimento não esteve pelos atos e teria se recusado a fazer caridade ao grupo Lutfalla.

Mas o caso Lutfalla ainda não está completo. A empresa não carinhosamente aquinhoadada pelo Ministro do Planejamento não tinha o hábito de pagar tributos e no foro paulista a Fazenda estadual lhe cobrava 85 milhões de ICM. Pois não se sabe por artes de quem, a requerimento da própria Fazenda, os executivos fiscais estão sendo arquivados. (JT, 22-IV-77, pág. 10).

A título de exemplo, lembro que a Cia. Nacional de Tecidos (da qual a Lutfalla se fez comissária, embora seus dirigentes não estivessem em condições de dirigir a sua própria empresa, como assinou o BNDE), companhia que ao requerer concordata contava com número muito superior de empregados e com potencial explorável também superior ao da Lutfalla, nada recebeu em socorro, embora pleiteasse os favores depois concedidos a esta.

Mas quando nenhum valor tivessem as considerações até aqui deduzidas, eu voltaria os olhos para a segunda. Nota da Secretaria do Planejamento para dela extrair estas passagens:

"O BNDE, dentro das instruções recebidas... se dirigiu à CCI para solicitar sua intervenção no caso. É, pois, uma legislação revolucionária que se está procurando utilizar, para levar o assunto até às suas últimas consequências, inclusive mediante queixa-crime".

Segundo as mesmas instruções, o BNDE deveria "apurar as responsabilidades dos acionistas e antigos administradores para os efeitos do citado Decreto-lei nº 2.627/40 e do Ato Complementar nº 42, de 1969. O Ato Complementar nº 42 trata de investigação para fins de possível decretação do confisco de bens obtidos por enriquecimento ilícito. Já se estava, pois, à época, após efetivada a intervenção, cogitando do uso de legislação revolucionária, em face de irregularidades apuradas ou a apurar."

Quem diz isto não é nenhum desafeto do Sr. Lutfalla. Quem diz isto é o Ministro do Planejamento na segunda Nota sobre o caso.

E a Secretaria do Planejamento, vale dizer, é o Ministro do Planejamento, que agora, em defesa, faz a mais rude acusação à empresa favorecida por decisão ministerial. No momento em que invoca o Ato Complementar nº 42, que cuida de investigação para confisco de bens obtidos por enriquecimento ilícito graças a recursos públicos, na espécie canalizados por obra da Secretaria do Planejamento e decisão do Ministro em 1976, a Lutfalla, o próprio Ministro e a mesmíssima disseram o que ninguém ouviu até então. Tudo quanto os jornais disseram até aqui é elogio em relação à saída engendrada pelo Ministro do Planejamento. E imaginando que se livrava do enredo, nele se emaranhou ainda mais.

De outro lado, não deixa de ser uma "boudade". Enquanto o Ministro do Planejamento ameaça de confisco por enriquecimento ilícito, no foro paulista a Fazenda estadual dispõe de executivos fiscais que montam a 85 milhões por ICM não pago... vá alguém entender os refulgos dessa administração. (*) Mas não é só e ainda não é o mais grave. Vale a pena que se deixe sobre a mesa da análise a Nota da SEPLAN. Nela se fala em pelo à "legislação revolucionária", ao "confisco de bens por enriquecimento ilícito", a "queixa-crime".

Mas é imperioso convir que falta alguém nesse implacável, ainda que tardio, acerto de contas, pois não consta que o Sr. Paulo Salim Maluf, nem seu sogro, o Sr. Fuad Lutfalla, nem outras pessoas da família ou da empresa, de gazua em punho, na calada da noite, tenham penetrado nas arcas do Tesouro Nacional e nele tenham colocado um drenho pelo qual escossem os milhões para o regaço da empresa afortunada e insolvente. Ninguém atribuiu isso, seja ao sogro, seja ao genro.

QUEM É O CULPADO? LOBISOMEM? A MULA-SEM-CABEÇA?

Foi o Ministro do Planejamento, que ora fala em confisco por enriquecimento ilícito, em queixa-crime, em legislação revolucionária, foi o Ministro do Planejamento, e não outro, que, desprezando as advertências e resistências do BNDE ordenou a transferência de recursos públicos para a Lutfalla, por conta e risco da União!

Logo, nesse processo está faltando alguém.

De mais a mais, menos condenável é o empresário, ou seu patrono, que pede o favor indevido, que a autoridade que o concede, com recursos que não são seus, porque são públicos, e o faz advertida e readvertida de que a empresa é merecedora do favor. De modo que falta alguém nesse processo de apuração de responsabilidades, que se anuncia implacável; falta alguém: falta exatamente a autoridade que contrariando o BNDE, ordenou o benefício, a autoridade que agora alude à legislação revolucionária, ameaça com queixa-crime e levanta o espantoso do confisco por enriquecimento ilícito com recursos públicos... generosamente liberados por essa mesma autoridade!

Essa autoridade, por tudo responsável, e que, diga-se de passagem, na Nota em exame não se eximiu da responsabilidade, será responsabilizada? Se o beneficiário corre o risco de ver confiscados seus bens "por enriquecimento ilícito", ao que fez o benefício com recursos públicos, não seus, e desse modo ensejou o "enriquecimento ilícito" em razão do qual se daria o "confisco", ao beneficiário não acontece nada?

Vai acontecer alguma coisa ao responsável? Como eu não duvido de nada, pode ser que sim. Mas não duvidando, duvido. Pois se alguma coisa desse acontecer, já deveria ter ocorrido. Agora, segundo a velha regra da impunidade das grandes faltas, regra que vem de longe, agora, dada a publicidade do escândalo e suas proporções só vindo para crer. Porque segundo uma concepção, que eu, pelo menos, afastado do cargo, ficaria para o Governo, quando mal fica o Governo conservando no seu seio aquele que praticou o ato censurável e danoso.

E a velha filosofia que nem o movimento de março, passado o seu ímpeto inicial, foi capaz de eliminar.

Faz mais de sessenta anos que desta tribuna disse Rui Barbosa:

"Uma anomia universal cobre todas essas façanhas, todos esses escândalos, todas essas associações. Quem as praticou? Ninguém as praticou. Quem as casou? Ninguém as casou. Quem por elas responderá? Ninguém por elas responderá. O Brasil é um País de assombrosos, de fantasmas noturnos, de almas de outro mundo. Quem arruinou finanças? Quem bombardeou Estados? Quem conquistou Governos? Quem liquidou constituições? Quem entregou o País ao descrédito e à bancarrota, à miséria e à fome? Quem? O Governo que governou o País? Os mandões que governaram os Governos? Os interesses, as influências, as coibições que governaram os mandões?

Não senhores. Quereis os culpados? Dai caça ao lobisOMEM, à mula-sem-cabeça, às casas mal-assombradas."

ESTELIONATÁRIOS DE ALTO COTURNO

Se aquele tempo uma anomia universal cobria os escândalos, agora a autoria deles é conhecida e confessada, mas não acontece nada. Dai o desânimo que se segue aos grandes movimentos cívicos. Dai a desilusão, a descrença; o cansaço de tantas energias úteis. Dai as oscilações entre o ceticismo e a revolta, a revolta exacerbada e justa mas impotente e que termina por voltar à descrença, ao desânimo, ao ceticismo, certa da inutilidade do esforço. (...)

O Movimento de 64, que se apresentava como implacável adversário da subversão e da corrupção, se concilia com um caso Lutfalla e supõe que lava sua face ameaçando com sanções infernais (!) pessoas que não penetraram às escondidas no cofre do BNDE nem ingressaram no Tesouro Nacional fantasiadas de guarda-mores, mas que embora "estelionatários de alto coturno", para repetir relatório do BNDE, contra e a despeito do parecer do Banco e de sua resistência, obtiveram as boas graças do Ministro do Planejamento, que é o responsável pela ajuda dispensada?

Se isto aconteceu antes de 64, fender-se-ia a terra e desabar o céu! É agora? Agora, uma advertência final. (*) *A Gazeta Mercantil* do dia 3, na primeira página, fala em dificuldades suídas para ajuda que seria dada a uma empresa sediada no Rio Grande do Sul, dificuldades decorrentes das repercussões do caso Lutfalla. A sua situação vem se deteriorando de forma alarmante. Conheço os seus balanços e eles indicam que é de insolvência a situação da empresa. Os índices de liquidez são extremamente fracos. A empresa continua sem condições de fazer frente aos seus compromissos, nem a curto, nem a médio, nem a longo prazo. Tomando mais capital de terceiros, agravará sua precária situação financeira e maiores prejuízos se somarão aos volumosos prejuízos existentes.

SE ISTO ACONTECESSE ANTES DE 64, FENDER-SE-IA A TERRA E DESABARIA O CÉU

Para cada Cr\$ 1,00 de dívidas a curto prazo, até 180 dias, a empresa dispõe de apenas Cr\$ 0,16. A médio prazo e vendendo todos os estoques, conseguiria Cr\$ 0,80 para cada Cr\$ 1,00 de dívidas. A longo prazo e realizado todo o realizável, desconsiderando os imóveis que estão todos hipotecados, obterá apenas Cr\$ 0,47 para cada Cr\$ 1,00 de dívidas.

Capitais de terceiros representam 97% sobre o patrimônio, segundo o balanço de 1976, contra 72% no exercício anterior. O capital de giro negativo corresponde a 186% sobre o capital e a 1.161% sobre o patrimônio líquido. O exercício encerrado em 31-12-76, acusa prejuízo 1.151% superior ao prejuízo verificado em 1975. Todo o complexo industrial, inclusive máquinas e equipamentos, está gravado por ônus real, em garantia de empréstimos e avais tomados pela empresa.

Tendo mais dados sobre essa empresa que pretende também um apoio, mas fico nos enunciados. As autoridades, entretanto, ficam cientes de que sei alguma coisa sobre o assunto e que usarei esta tribuna, se necessário, para defender o interesse público, muitas vezes invocado e nem sempre defendido. (*)

Eu já me dirigia para o Senado quando recebi jornais de São Paulo. Eles trazem uma análise do chefe do conteúdo do BNDE sobre o caso Lutfalla. É terrível. Traz a data de 26 de abril. Anexo ao meu discurso, que termino com esta pergunta: "você vai acontecer? Não vai acontecer nada?"

(*) As ameaças ficaram em ameaças.
(**) De nada valeu a advertência. Passados três meses, tornou-se público que outra empresa insolvente era contemplada com 1 bilhão 850 milhões de cruzeiros.

Um modelo que serve aos poderosos

"A política sócio-econômica é incompatível com os interesses do país"

RUY BRITO

As exposições e os debates entre os ilustres conferencistas que participaram do seminário sobre as causas da inflação brasileira, promovido pela Comissão de Finanças do Senado Federal, puseram mais uma vez em evidência o gravíssimo erro que foi a entrega, pelos chefes militares, do comando de nossa economia a tecnocratas profissionalmente capazes, mas fascinados por concepções elitistas e sem sensibilidade política, os quais por isso mesmo, transformaram este País, sobretudo às classes de renda fixa, em imenso laboratório para a experimentação de fórmulas teóricas, e possíveis que brilhantes, mas divorciadas por inteiro de nossas realidades. Daí o crescimento, mas não o desenvolvimento econômico. Daí a especulação, o desestímulo aos investimentos sociais, a desorganização do mercado de créditos. Daí a concentração da renda e o aumento do consumo conspícuo. Daí os fortes indícios de corrupção. Daí o impasse político e social em que nos encontramos.

Todos os que se dedicam ao exame da economia brasileira nas últimas décadas, sabem que sucessivos governos escolheram o caminho fácil da inflação para promover o desenvolvimento do País, gerando poupanças por meio de emissões sem lastro e por outras práticas igualmente inflacionárias.

Nenhum governo ousou confessar tal prática por ser ela, como o amor de Oscar Wilde, confessado na "balada da prisão de Reading", a política desenvolvimentista que não ousa confessar seu nome. Porque a política inflacionária é injusta ao penalizar as classes vulneráveis da estrutura social. É demagógica, porque não provoca as reações geradas pelo aumento de impostos, passando despercebida pela grande massa - e os governos que assim procedem, são realmente massificantes. São paternalistas. Não convivem pacificamente com o cidadão.

Quando os chefes militares assumiram direta e indiretamente o Poder, onde até hoje permanecem, desde 1964, sob a alegação da incapacidade da sociedade civil, e entregaram a direção dos negócios econômicos aos chamados tecnocratas, o desenvolvimento inflacionário e suas obras foram alvo das mais contundentes condenações: o combate sem tréguas à inflação foi considerado um ponto de honra. "O combate urgente ao violento processo inflacionário que hoje assitia a economia brasileira, tanto por motivos econômicos (pois não há desenvolvimento possível a beira de uma hiperinflação) como por motivos sociais, para eliminar as distorções da instabilidade financeira".

QUEM CAUSA A INFLAÇÃO É O GOVERNO

"Qualquer processo inflacionário crônico e violento, como o que vem minando a economia brasileira, traz em seu bojo longa série de distorções econômicas e sociais. Algumas das mais flagrantes são: a) oscilação dos salários reais, um terrível flagelo imposto pela inflação às classes mais humildes; b) subversão da ordem e da hierarquia salarial; c) desorganização do mercado de crédito; d) distorção dos coeficientes de rentabilidade; e) estímulo aos controles desordenadores dos sistemas de preços; f) distorção do mercado cambial; g) desestímulo aos investimentos sociais; h) impossibilidade de previsão financeira; i) prêmio à especulação" (PAEG - síntese, págs. 10 a 33).

A inflação não foi e não será contida tão cedo, porque a política governamental con-

tinuou sendo inflacionária, como era antes de 1964.

Tivemos a "inflação corretiva" do Governo Castelo Branco, destinada a transferir para o povo os custos da correção dos déficits e das deficiências das empresas públicas. Inflacionárias foram as emissões que custearam a obra faraônica que foi a tentativa de abertura da Transamazônica, hoje abandonada sem que os responsáveis por esse crime sejam responsabilizados pelo gasto dos bilhões de cruzeiros pagos pelo contribuinte. Inflacionária foi e é a instalação de uma indústria de consumo conspícuo, de televisão a cores e de telefone, que coloca o Brasil como um dos poucos países capazes de ter telefones instalados em aviões e automóveis, mas que nos obriga à importação de peças que oneram o balanço de pagamento e contribuem para dificultar a amortização de nossa dívida externa.

Inflacionários, são os empréstimos externos pretensamente destinados a financiar a duplicação de rodovias e certas obras de saneamento. Como tais obras não exigem o pagamento de nenhum centavo em moeda forte, fica o povo, que paga o preço inflacionário desses empréstimos, sem saber se os dólares correspondentes são desviados para a amortização de débitos anteriores - ou seja, se já estamos pagando empréstimos com novos empréstimos - ou se são canalizados para as nossas reservas cambiais.

Inflacionários são os empréstimos feitos pelas filiais das empresas estrangeiras às suas matrizes no exterior.

Inflacionários são as nossas reservas cambiais, como igualmente inflacionário é o total de nossa dívida externa.

Inflacionário foi e é o controle da indústria farmacêutica pelo capital estrangeiro, estrangulando a empresa nacional e obrigando ao consumo de remédios condenados em seus países de origem e a importação de produtos químicos que deveria fabricar no País.

LEIS IMPOSTAS AO POVO

Inflacionário, humilhante e vexatório foi o escândalo do estouro do Mercado de Ações em 1970, orde foi possível constatar que o volume de poupança interna, aplicado com fins especulativos nas bolsas de valores, era superior ao volume de capital de risco estrangeiro investido em nosso País.

Inflacionário é o impressionante aumento do meio circulante a partir de 1964.

Inflacionário tem sido o aumento da carga tributária direta e indireta, aquele discriminando com excessivo rigor a população de renda fixa, que é a que paga o total da tributação indireta.

Inflacionária e para atender ao interesse político da classe patronal foi a imposição do FGTS, recusado pelo Congresso e imposto pelo Poder Executivo, mediante o acréscimo em alguns casos, superior a 3% nos encargos sociais.

Tenho experiência, a partir de 1964, a respeito das divergências com a execução autoritária de nossa política sócio-econômica, que é incompatível com os interesses do País. Tenho experiência, porque, em diversas oportunidades, quando dirigente sindical, apresentei ponto de vista divergente dessa orientação, apontei suas falhas, erros e incorreções e mostrei que a continuação dessa política não era compatível com o interesse nacional. Não me limitei apenas a criticar, mas sugeri alternativas de solução, que permitiam o desenvolvimento do País, e a acumulação de poupanças, evidentemente, impondo sacrifícios a todos os grupos sociais, mas não os impondo, unilateralmente, apenas aqueles que vivem de renda fixa. Mostrei que isso seria possível, quando, em 1967, se discutia o advento da política salarial planificada - prometida pelo Governo para o prazo de três anos mas que vigora até os dias

de hoje, sem mais nenhum compromisso quanto ao prazo de sua vigência.

Em seguida, apresentei como alternativa um completo substitutivo que permitia reajustamentos de salários - para fazer face ao processo inflacionário - iguais para todas as categorias profissionais; que permitia que os assalariados fossem contemplados de acordo com o sistema capitalista de produção, de economia de mercado, que se queria consolidar no País, ganhando também a parcela da produtividade setorial, que no regime capitalista é diferente de setor para setor. Colocamos nas mãos do Governo um instrumento completo, que inclusive permitia o sacrifício dos trabalhadores, também, mas aos quais possibilitava a alternativa, que hoje não existe, de serem beneficiários depois que o processo de desenvolvimento fosse materializado, e ganhassem, posteriormente, como retorno, a parcela de sacrifício que haviam prestado no momento mais difícil, na fase aguda da contenção do processo inflacionário e na fase inicial do processo de acumulação. Essa alternativa não foi aceita. E, posteriormente, quando se discutia aqui, no âmbito do Congresso Nacional, o Projeto de Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, compareci perante uma Comissão Mista, de Deputados Federais e Senadores, para fazer dos aspectos sumamente negativos, do ponto de vista econômico e social, daquela medida que se pretendia impor à Nação. Passei mais de 10 horas depondo ante aquela Comissão e, à noite, quando os trabalhos foram interrompidos para um lanche, eu, representante dos trabalhadores, recebi cumprimentos de dois Deputados Federais e de um Senador do então Bloco Parlamentar Revolucionário, que se declararam satisfeitos com os esclarecimentos que eu estava prestando e me afirmaram, na presença de todos, que, até aquele momento favoráveis ao projeto governamental, iriam votar contra ele por terem a consciência de que tal como estava redigido, não consultava aos superiores interesses da Nação. E fui surpreendido quando, por ocasião da reabertura dos trabalhos da Comissão, aqueles três Parlamentares foram substituídos, pela Liderança do Bloco Parlamentar Revolucionário, por outros, que assistiram ao nosso depoimento e os debates posteriores sem dizer uma só palavra e que, na hora da votação manifestaram-se a favor da aprovação do Projeto governamental, nos termos em que estava proposto.

Assim, posteriormente, a manifestação de afirmação do Poder Legislativo quando o Congresso Nacional recusou a sua chancela ao projeto do Poder Executivo. E vi, ao lado da Nação surpresa - no dia seguinte ao da manifestação do Congresso Nacional - o Projeto de Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ser imposto pelo Presidente Castelo Branco, utilizando-se de um édito revolucionário. E aquele projeto, depois, foi submetido a uma série de deformações que o descaracterizaram e que o transformaram num profundo instrumento contrário aos interesses nacionais, na medida em que se deve entender interesse nacional como ligado ao interesse da maioria, e a maioria é representada pelos trabalhadores deste País.

Fui mais além: em 1967, quando, no Ministério do Trabalho, o atual Ministro Nascimento e Silva propunha a unificação dos Institutos de Previdência Social brasileira, suas causas e seus efeitos mais profundos, contra-indicando a unificação dos Institutos de Previdência e apresentando uma alternativa de solução. Não apenas vi essa alternativa rechaçada, repeli-la, mas também senti a falta de compreensão para as sugestões que estávamos oferecendo.

Posteriormente, com relação ao tratamento que o Governo vinha impondo ao movimento sindical, atendendo a uma orientação da tecnocracia instalada em seu setor financeiro, ponderávamos a respeito dos graves inconvenientes do aumento dessa subordi-

nação, dos riscos do processo corruptor que se estava impondo às entidades sindicais. Também aí não fomos compreendidos e vimos - como muitos companheiros nossos - a nossa iniciativa incompreendida e rechaçada pelo Poder Executivo.

Quando condenávamos a interpretação policial que se dava às reivindicações dos trabalhadores, igualmente não fomos compreendidos.

Ao manter os salários sob um rígido controle de caráter socialista o Governo vê-se impossibilitado, contraditoriamente, de extinguir o notório foco inflacionário do sistema de vendas à prestação, que gera um irreal poder de compras onde os assalariados comprometem, no presente, salários que ainda vão ganhar no futuro.

Contraditória é a proposta de uma política habitacional, pretensamente voltada para as camadas de menor poder aquisitivo, das quais se pretende cobrar juros e correção monetária capitalizada trimestralmente, com salários, reajustados anualmente e a menores taxas.

OS SÉRIOS FALANDO O QUE NÃO É SÉRIO

Contraditória é a política de privatização da assistência médica e hospitalar, contemplando o lucro para atender a faixas populacionais expostas às enfermidades precisamente por se encontrarem marginalizadas social e economicamente.

Inflacionária e contraditória, sob o aspecto social tem sido a política financeira dos sucessivos governos de inspiração castrense a partir de 1964.

Explica-se: esses governos, pelos tecnocratas que nomeou, também escolheram a via inflacionária de desenvolvimento que tanto condenaram, nos governos anteriores.

Um dos conferencistas do simpósio promovido pela Comissão de Finanças, o mais otimista, previu uma taxa futura de inflação aceitável em torno de 20%, o outro, para os próximos 20 ou 25 anos, uma taxa em torno de 30%.

Surpreende e preocupa por isto, a afirmativa governamental, reiteradas vezes feita, nos últimos tempos, de que o crônico processo inflacionário brasileiro, cujas causas não são inteiramente conhecidas, tem resistido a todos os remédios conhecidos.

Surpreende e preocupa vemos pessoas sérias fazendo afirmativas que não são sérias.

Treze anos após 1964, a taxa inflacionária em torno dos 49% desmente a previsão dos que prometem a estabilidade financeira em 1967.

Treze anos depois perdura, sem prazo determinado a política salarial socializada, prometida para 3 anos em 1969.

Treze anos depois, a Nação dividida por ódios, por incompreensões, e pela vaidosa intolerância dos ocupantes ilegítimos do poder, sente-se cada vez mais distante dos compromissos democráticos, do que tornar a vitorioso o movimento ódio-militar de 1964.

Apesar de todas as advertências, de todos os apelos, de todas as demonstrações de que o Projeto - ao proibir que as entidades fechadas, ligadas às empresas do setor público que vivem da contribuição de empregados e empregadores, continuassem a realizar operações financeiras e imobiliárias com seus associados - criava discriminação, não obstante todas essas ponderações, o Governo manteve seu ponto de vista. Daqui para frente, as reservas técnicas daquelas instituições, em vez de terem aplicação de caráter social, para beneficiar seus contribuintes, possivelmente serão canalizadas para investimentos no mercado de capitais, com objetivo exclusivamente econômico-financeiro, para atender às distorções que se verificam naquele mercado, em consequência da execução de uma política econômico-financeira incorreta.

Deputado de primeiro mandato, eleito por São Paulo, o bancário Rui Brito é um dos poucos representantes de trabalhadores no Congresso. Ex-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), da qual foi afastado por pressão do então ministro do Trabalho Jarbas Passarinho.



Os salários abaixo dos preços

"O salário-mínimo reserva 254 cruzeiros para habitação. Nem debaixo da ponte alguém pode alugar uma casa por esse preço"
ALCEU COLLARES

O programa do Movimento Democrático Brasileiro prevê como princípio básico uma política social de valorização da remuneração do trabalho como fonte geradora da riqueza nacional. É evidente que não se pode examinar salários, não se pode examinar aspectos sociais de uma determinada situação sem se penetrar profundamente nas raízes do problema econômico. E é evidentemente isto que o MDB tem feito ao longo de sua existência, uma crítica permanente e constante aos erros que vem sendo praticados em consequência de uma estrutura econômica que leva a uma alta concentração de rendas e de riquezas.

É um tipo de modelo econômico altamente concentrador e elitista. Concentrador e elitista porque? Exatamente porque é através de um regime de exceção, em que a liberdade é limitadíssima para os vários setores que compõem a comunidade brasileira, não é possível às classes trabalhadoras ou aos servidores públicos, ou as demais classes que compõem a comunidade brasileira em plena manifestação a respeito das suas reivindicações, dos seus anseios e dos seus reclamos. É um tipo de modelo econômico voltado exclusivamente para os fatores econômicos, em detrimento dos aspectos sociais.

Há uma preocupação permanente com o Produto Interno Bruto, com as elevadas taxas de poupança com a renda *per capita*, quando o que seria justo é que se estabelecesse um tipo de modelo econômico capaz de assegurar a todos quantos trabalham ou mesmo aos que não trabalham, um padrão mínimo de sobrevivência, um padrão mínimo de consumo. Só desta maneira estar-se-ia assegurando à população brasileira a justiça social.

Não se justificará jamais que, como foi devidamente comprovado, oficialmente comprovado pelo censo de 60 a 70 que, uma minoria de 1% da Nação brasileira tenha participado da ordem de 14,57% da renda nacional, enquanto que 40% dos mais pobres apenas participaram em 10% da renda nacional. E nada indica que esta concentração de renda não continue de forma ainda mais acelerada, uma vez, que, já afirmamos, a preocupação no campo econômico é exclusivamente com a apresentação dos elevados índices do Produto Interno Bruto como se isto representasse melhoria nas condições de vida da população brasileira.

Ora, nós ao examinarmos este aspecto social, indubitavelmente temos que criticar a estrutura do modelo econômico. E o Movimento Democrático Brasileiro vem fazendo isso desde há muito tempo. Inclusive nós constituímos no ano passado uma Comissão Parlamentar de Inquérito para examinar a estrutura salarial do país, isto é, a remuneração do trabalho, uma vez que não se pode atribuir ao trabalho um valor menor que se atribui ao capital. Ambos devem ter tratamento igual para buscar-se o justo equilíbrio, uma vez que não há riqueza, não há produção, não há fortuna, que não seja realizada exatamente pelo trabalho. É a mão forte do trabalhador brasileiro, em todos os rincões desta pátria, que realiza a riqueza, não há produção, não há fortuna, que não seja realizada exatamente pelo trabalho. É a mão forte do trabalhador brasileiro, em todos os rincões desta pátria, que realiza a riqueza deste país. Mas o tratamento que a ele vem sendo dado é realmente injusto.

Injusto porque? Porque no regime de exceção onde as liberdades são profundamente restritas, atingiu-se instrumento de luta dos trabalhadores que é o seu sindicato. Atingiu-se os sindicatos exatamente na sua liberdade e na sua autonomia, de tal forma de que estas entidades passaram a ser apenas entidades recreativas, assistenciais e sociais, perdendo exatamente a essência da sua própria existência que é a de exercer o poder de barganha, de sentar-se junto com o empresário para discutir o valor do seu trabalho.

Aliás aqui há uma contradição enorme com este tipo de modelo econômico montado, amparado e sustentado por um regime de exceção, isto é, fala-se na livre iniciativa, mas não se deixa às entidades sindicais a liberdade para se discutir o valor do seu trabalho. É exatamente por isso que nós estamos desde há muito tempo nesta luta em defesa do estabelecimento de salário justo para os

trabalhadores, de vencimentos justos para os servidores públicos. Porque de nenhuma outra forma pode-se admitir que um país possa crescer enormemente, como acusam as estatísticas oficiais, e a grande população brasileira esteja passando necessidade.

O modelo econômico é transferidor das rendas do trabalho para a acumulação do capital da empresa nacional e da empresa internacional.

Aqui me parece reside fundamentalmente o grande erro deste tipo de estrutura econômica que só pode ser modificado, no momento em que todas as camadas sociais possam livremente manifestar as suas angústias e reivindicar através de todos os direitos que se assegura, dentro do próprio capitalismo, da organização dos trabalhadores para chegar inclusive ao poder de barganha e à declaração de greve, quando não atendidas as suas reivindicações.

HÁ UMA NECESSIDADE IMEDIATA DE PROFUNDAS ALTERAÇÕES NA ESTRUTURA ECONÔMICA

Uma legislação existe na Constituição. Se alguém verificar a Constituição verificará que na parte dos direitos sociais, partir do Artigo 165, a Constituição é belíssima e se terá a impressão de que efetivamente os direitos sociais no Brasil são plenamente assegurados.

Examinemos um dos itens apenas para mostrar que há um profundo erro e que há uma necessidade imediata de profundas alterações na estrutura do modelo econômico, de tal forma que o custo social do crescimento econômico não tenha como resultado a desnutrição, a doença, a enfermidade e a mortalidade infantil.

Mas examinemos um só dos aspectos para verificar que embora a Constituição assegure ao trabalhador brasileiro um salário capaz de permitir que ele e sua família atenda às suas necessidades normais, o que se verifica é que os Governos, todos os Governos, dão um salário para uma só pessoa. E ao invés de considerarem como necessidades normais, todas as necessidades que são naturais na existência de um grupamento humano, o que a legislação considera como necessidades normais? Apenas a alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Como se educação, saúde e recreação fossem na vida do conjunto humano necessidades anormais.

Isto ficou profundamente esclarecido comprovado que lamentavelmente o Governo não cumpre nem a lei que existe assegura-

ndo um salário para o trabalhador adulto. No Decreto 399, de 1938, é fixada uma razão mínima para o trabalhador com calorías, proteínas, cálcio, ferro e fósforo. Se se fizerem levantamentos nos supermercados dos valores ali componentes, o preço deste rancho consome todo o salário mínimo que é concedido ao trabalhador brasileiro.

Mas vamos verificar, decompondo um salário mínimo, para nós constatarmos o que há de injusto em termos de problemas sociais no Brasil, principalmente a partir de 1964, quando houve a introdução desta estrutura do modelo econômico. Verifica-se o que dá o Governo para o trabalhador se alimentar, com o maior salário mínimo: Cr\$ 1 mil 106,40. Desconta o INPS, Cr\$ 88,50. Recebe líquido, Cr\$ 1 mil 017,90. Para alimentação, Cr\$ 508,95; para habitação, Cr\$ 254,40 (pergunta-se: em que parte do Brasil alguém pode alugar uma casa com Cr\$ 254,40. Nem debaixo da ponte há lugar por este preço. Estão aí os projetos do Movimento Democrático Brasileiro", tentando alterar a composição dos critérios da fixação do salário mínimo. E tentando inclusive fazer com que o próprio Congresso aprove uma lei de inquilinato, que vai proporcionar aos inquilinos e aos trabalhadores um justo equilíbrio entre eles e os seus patrões. Mas, lamentavelmente, o MDB é minoria no Congresso Nacional. Todas as proposições estão tramitando, o tramitando morosamente. Até hoje sem a aprovação exatamente por isso. Porque sendo o MDB minoria não tem poder de decisão sobre estas proposições).

Mas continuando verifica-se neste próprio salário o Ministério do Trabalho assegura ao trabalhador para transporte, Cr\$ 61 e 70 centavos. Em que análise, que tipo de pesquisa, o Ministério fez para chegar a conclusão de que alguém pode no Brasil se alimentar com Cr\$ 508, com Cr\$ 264 alugar uma casa e transportar-se durante um mês da casa para o trabalho, e do trabalho para casa, com Cr\$ 61 e 60 centavos. Tudo isso é fictício além de ser inconstitucional é irreal, porque não corresponde às necessidades de consumo de aquisição dos gêneros de primeira necessidade, para o atendimento das necessidades do trabalhador e da sua família. Lamentavelmente estes aspectos todos vem sendo desde há muito tempo focalizados com muita intensidade pela Oposição no Brasil. Mas até hoje não houve qualquer tipo de sensibilização para uma alteração profunda no sistema econômico, na sua estrutura e consequentemente, no sistema de fixação dos salários para os trabalhadores, e daí decorre salários miseráveis e vencimentos irrisórios para os trabalhadores e servidores públicos deste país".



Deputado mais votado do Rio Grande do Sul, eleito com mais de 120 mil votos, Alceu Collares tem origem humilde: filho de um ex-vendedor de bilhetes de loteria, ele já foi quitandeiro, estafeta, baldeador, condutor de malas e telegrafista. Iniciou sua carreira política no PTB, elegendo-se vereador por Porto Alegre em 1964



"É a mão forte do trabalhador que faz a riqueza do país..."



Os estudantes têm razão

"Os estudantes vão às ruas para pedir liberdade e democracia"

AIRTON SOARES

A imprensa registra acontecimentos em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Salvador, em Recife, enfim, em todo o Brasil, relacionados com movimentação dos estudantes, que inicialmente se feriu em São Paulo e, em seguida, se desdobrou e avança por todo o País, numa luta incessante pela defesa das liberdades democráticas, por um regime democrático.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, enquanto o Gen. Ernesto Geisel, no dia 1º de maio, em Belo Horizonte, afirmava que atendia a um convite para festejar o dia do trabalhador, em São Paulo os órgãos de segurança se incumbiam de reprimir a classe trabalhadora, efetuando prisões, procurando intimidar todos aqueles que, operários ou estudantes, têm no 1º de maio um símbolo de lutas e vitórias, conseguidas às vezes até com o próprio sangue do trabalhador.

No Brasil, há duas maneiras de se comemorar o "Dia do Trabalho". A primeira é a do 1º de Maio oficial, com a festiva comemoração do Governo e das lideranças sindicais que se submetem às regras que o regime de exceção lhes impôs; a segunda é a do 1º de Maio do trabalhador sem a participação do Governo, sem festas e com a presença dos que se opõem ao regime de exceção e lutam pelas liberdades democráticas.

As comemorações do 1º de Maio oficial são protegidas pela polícia e pelos órgãos de segurança. O 1º de Maio dos trabalhadores livres é fiscalizado, perseguido e reprimido pela polícia e pelos órgãos de segurança.

Em São Paulo, às vésperas do 1º de Maio, os trabalhadores Celso Giovenetti Brambilla, José Maria de Almeida, Márcia Basseto Paes, Adair Marini e os estudantes Fernando Antônio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri, Fortuna Dwek e Cláudio Júlio Grauína, foram presos pelos órgãos de segurança quando divulgavam impressos exaltando o dia do trabalhador.

A EXPLORAÇÃO DOS TRABALHADORES E A OPRESSÃO POLÍTICA SÃO OS SUSTENTÁCULOS DO ATUAL QUADRO POLÍTICO

O suposto delito se resume na divulgação de ideias por cidadãos que trabalhavam nas fábricas e escolas pela construção de organismos de representação livres que defendessem os interesses dos setores oprimidos e explorados. Manifestavam ainda junto a seus companheiros todo o descontentamento com a situação de exploração e opressão política a que estão submetidos os trabalhadores e demais setores da sociedade brasileira.

A situação de miséria a que estão submetidos os trabalhadores através da política de superexploração do regime, onde os trabalhadores têm seus salários mais e mais arrojados e a opressão política a que estão submetidos os demais setores da sociedade são, sem dúvida, as bases e os sustentáculos para a manutenção do atual quadro político institucional.

Parsifal Barroso (Arena - Ceará, líder interino da Arena). - Agradeço, nobre e ilustre Deputado Airton Soares, a oportunidade que me dá de esclarecer dois pontos, já que V. Exª delineou perfeitamente, ao alcance de toda a Casa, os objetivos do seu discurso de crítica. Deseja V. Exª, em primeiro lugar, ressaltar suposta particularidade que teria ocorrido nas comemorações do 1º de Maio deste ano, porque S. Exª o Sr. Presidente da República, o Sr. Ministro do Trabalho e demais autoridades escolheram a cidade de Belo Horizonte para a celebração da magna data do trabalhador no Brasil e no mundo. Pode V. Exª ficar certo de que enquanto a Capital da República foi o Rio de Janeiro houve obrigação imperativa de come-

morarmos o 1º de Maio naquela cidade. Dou-lhe este testemunho, porque comorei três 1º de Maio como Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e o fiz no Rio de Janeiro. Portanto, com o deslocamento da Capital do País para Brasília, ficou o Governo Federal com livre escolha para celebrar oficialmente essa festa, com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República e do Sr. Ministro do Trabalho. Há de dizer V. Exª que São Paulo seria mais merecedor dessa homenagem de presença. Mas pondere que, se ao tempo em que fui Ministro não celebri nenhum dos 1º de Maio no Estado líder da Nação, o qual V. Exª tão bem representa, foi porque o contexto da política sindical em São Paulo, já agora agravada por essas manifestações estudantis...

AIRTON SOARES - Nobre Deputado, peço a V. Exª que seja breve.

Parsifal Barroso - ... contra-indicavam a preferência que V. Exª ora defende. Por outro lado, permita-me ressaltar, em conclusão, que a política desenvolvida pela Revolução no setor trabalhista, nas áreas sindicais, vem recebendo do trabalhador brasileiro aceitação e aplauso.

AIRTON SOARES - Agradeço-lhe o aparte. Lamento não haja entendido V. Exª. Não reclamei a presença do Presidente da República em São Paulo para as comemorações do 1º de Maio. Gostaria até que o Presidente da República não se envolvesse em tais comemorações, a não ser que fosse um Presidente da República escolhido e eleito pela maioria dos trabalhadores. Mas, nobre Líder da Arena, o que reclamo é a divergência existente no conceito histórico que se pode fazer da análise dos fatos: quando, em Belo Horizonte, líderes sindicais enganados, ludibriados - porque a eles, havia sido prometido um diálogo com o Governo - foram às festivas comemorações das quais participava o Presidente da República, em São Paulo trabalhadores e estudantes eram presos nessa mesma data. Não reclamo e nunca reclamarei a participação, em comemorações do 1º de Maio, daqueles que não têm nenhuma ligação com a classe trabalhadora, ou daqueles que não representam os trabalhadores em nosso País.

Por isso, a polícia prende trabalhadores e estudantes que divergem, procurando intimidar todos aqueles que por qualquer atitude venham a se colocar ao lado de quem, fazendo oposição, possa abalar, por mínimo que seja, as bases em que se sustenta a política do Governo.

Assim, foram presos oito estudantes e operários, por defenderem os interesses dos trabalhadores e lutarem por liberdades democráticas. A polícia do Governo classificou a todos de "subversivos" e fez divulgar nota oficial dizendo haver uma "coordenadoria de organização de subversão" que "visava em última instância a incitar os trabalhadores à luta armada".

Essa absurda estória, os órgãos de segurança precisam inventar para justificar seus atos frente à população, visando a diluir o caráter arbitrário de suas intervenções, preparando terreno para cercar cada vez mais a luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores e pela conquista de direitos políticos para todos os brasileiros.

É a ação dessa polícia que faz com que se desencadeie toda uma reação popular caracterizada pela inicial ação dos estudantes de São Paulo.

Sabedores de que os seus colegas estudantes e os operários foram detidos e conduzidos ao Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança de São Paulo, onde a Divisão de Ordem Social, propriamente dita, está conchada ao confiado Delegado Sérgio Paranhos Fleury, cidadão pronunciado em vários tribunais pelos crimes do Esquadrão da Morte, nada mais justo do que uma mobilização geral, visando a obter apoio da população para a libertação dos presos e garantia de sua integridade física.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como se pode criar uma situação de convulsão social pela simples presença de um homem na chefia de um órgão do Estado de São Paulo, incumbido da ordem social. A presen-

ça do Delegado Fleury à frente desse Departamento é nada mais nada menos do que uma provocação permanente a todos os setores democráticos, a todos os brasileiros que vêem nesse homem um perigo para as instituições, um perigo para o regime. E os tribunais até agora não têm conseguido, graças ao regime de exceção, metê-lo na cadeia, colocá-lo detrás das grades, enfim, retirá-lo do convívio social.

Todavia, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as recentes prisões de estudantes e operários confirmam a política de repressão do Governo contra todos os setores de oposição, lembrando episódios dolorosos, desde a morte do jornalista Wladimir Herzog e do estudante Alexandre Vanucci Leme até a cassação de políticos do MDB, como Lysáneas Maciel e Marcos Klamann.

Em São Paulo, os estudantes vão às ruas para exigir liberdade e democracia, num movimento que se desdobra por todo o Brasil.

Dez mil, dizem alguns jornais; 7 mil, dizem outros, foram às ruas mesmo sabendo das ameaças de repressão policial.

Os estudantes, cujas fileiras foram engrossadas pelos populares, não têm mais medo e divulgam carta aberta à população que se inicia com a frase: "Hoje, consente quem cala"

ATÉ QUANDO O POVO BRASILEIRO TERÁ DE SUPORTAR GOVERNOS DE EXCEÇÃO?

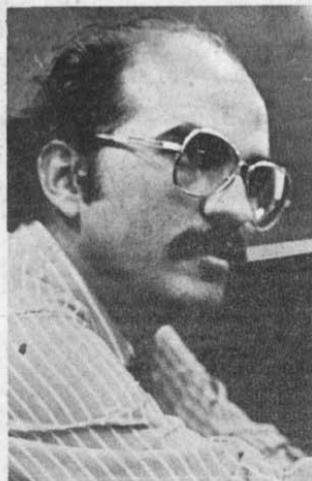
As fileiras foram engrossadas por populares que não têm mais medo, que democraticamente divulgam suas ideias, como acabei de lembrar, a frase típica, a frase padrão é aquela que sensibiliza a consciência de cada um de nós, de que "hoje, quem cala consente". Quem se cala diante das injustiças, diante do arbítrio, diante da miséria, está consentindo, está permitindo; está avalizando essa situação. Por isto, Sr. Presidente, nesta tribuna, o MDB não se calou. Tivemos ainda há pouco a palavra do Líder Alencar Furtado, em discurso memorável. Tivemos uma série de discursos dos Deputados do MDB, denunciando o arbítrio a que fomos submetidos, quando da mais recente alteração da Constituição brasileira, através de um amontoado de reformas esdrúxulas e sem forma, que sequer atendem aos interesses dos próprios membros do partido do Governo, a realidade dos fatos.

Sr. Presidente, este movimento de massas que se inicia com os estudantes é mais um sinal, para o Governo de exceção, de que este estado de coisas não pode continuar; de que o povo exige o restabelecimento do regime democrático; de que o povo clama por liberdade e anistia. Outros setores da sociedade, Sr. Presidente, se manifestaram...

Parsifal Barroso - Permite V. Exª um aparte? **AIRTON SOARES -** ... pelo Estado de Direito: a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, o MDB, os empresários. Enfim, já se manifestaram todos aqueles que dispunham de algum instrumento para se manifestar.

Parsifal Barroso - Permite V. Exª um aparte? **AIRTON SOARES -** Peço ao nobre Líder que aguarde concluir meu pensamento.

Sr. Presidente, no entanto, o regime de exceção insiste em se manter fechado, hermetico, inacessível e contrário à maioria do povo brasileiro. Preocupa-nos, Sr. Presidente, o futuro do País; preocupa-nos o que será desta geração que está sendo submetida a este processo de repressão permanente; preocupa-nos porque o povo já não acredita em notas oficiais de órgãos policiais, que divulgam atividades comuno-terroristas por detrás de toda atividade de oposição no Brasil. São comunistas na Igreja, na imprensa, na universidade, no MDB, entre os profissionais liberais, nos escalões intermediários do Governo; só falta denunciarem a presença de



Advogado que se tornou conhecido por defender causas de presos políticos, Airton Soares, em seu primeiro mandato político, destaca-se na Câmara como um atuante defensor dos direitos humanos e dos estudantes. Eleito por São Paulo, atualmente com 32 anos.

comunistas nas Forças Armadas, para completar a ridícula indústria do anticomunismo que impera entre nós.

As recentes prisões de São Paulo são anunciadas como resultado de atividades subversivas que levavam ao comunismo, ao terrorismo, através de uma inventada e apelidada, pela polícia, "Liga Operária". Criou-se uma "Liga Operária" para o movimento de estudantes e trabalhadores que comemoravam o 1º de Maio. Juntaram-se panfletos e textos mimeografados, como se faz há mais de 13 anos neste País, apresentando à opinião pública uma mentira permanente de que existe um estado permanente de subversão, de subleitação.

Mas, Sr. Presidente, até quando nós, o povo brasileiro, teremos de suportar governos de exceção que se sucedem e as mentiras dos órgãos policiais que os justificam?

Parsifal Barroso - Permite-me V. Ex.?
AIRTON SOARES - Ou será que há setores raciais interessados em se aproveitar das justas manifestações estudantis e populares para reproduzir no País um golpe de Estado estilo Pinochet ou que possa lembrar uma "Operação Jacarta", lá da Indonésia, ou qualquer outro tipo de estado nazi-fascista que se criou neste mundo? Sr. Presidente, onde vamos parar?

Parsifal Barroso - Permite-me V. Ex.?

A LUTA PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS GANHA APOIO, ADESÃO E SOLIDARIEDADE

AIRTON SOARES - É a pergunta que faço aos atuais detentores do poder. A manutenção da situação de miséria e arbitrio é o que não podemos permitir. A posição amadurecida dos estudantes de São Paulo evitou o confronto a que se dispunha o Secretário da Segurança de São Paulo. V. Exas. viram bem, pelos jornais, que o Secretário da Segurança, Coronel Erasmo Dias, provocou os estudantes ostensivamente, colocando a força policial no caminho da manifestação. E o que é uma manifestação estudantil? Quem saiu do País sabe o que é uma manifestação nos Estados Unidos, na França, na Alemanha. É protegida pela polícia, que fiscaliza, que abre ca-

minhos, que permite seja ela realizada, que deixa divulgar pela imprensa, pelo rádio, pela televisão. Nesses países civilizados é assim tratado todo aquele que quer levar ao povo uma palavra de descontentamento. É assim que se faz no mundo civilizado. É o que se faz no Brasil? Utilizam-se bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes, cães amealhados, para ameaçar os participantes. Tais são os ingredientes de como se faz uma "política voltada para os interesses do povo brasileiro".

Esses comportamento dos estudantes brasileiros aproveitou o exemplo de 1968, quando nós - e digo nós porque também éramos estudantes e participávamos de todas as atividades estudantis da época - nos deixamos isolar e acabamos sendo reprimidos no caudal de arbitrios decorrente da promulgação do AI-5. Mas os estudantes de agora avançam na condução da luta pelas liberdades do povo brasileiro. Procuram e conseguem obter apoio dos demais setores da sociedade. Evitam um confronto com a polícia e os órgãos de segurança, que seria desastroso e desproporcional, eis que seria o confronto entre as idéias e a força das baionetas.

É esta posição madura é um exemplo para este Governo, de como se caminha na luta para que se faça, neste País, o restabelecimento do regime democrático. Que fazer além disto? Aonde ir? A desagradou natural de qualquer outro tipo? É este o caminho que querem dar à Oposição brasileira neste País?

Sr. Presidente, a luta pelas liberdades democráticas ganha apoio, ganha adesão, ganha solidariedade. O nobre Líder Alencar Furtado, chegando do Rio de Janeiro, trouxe um comunicado dos estudantes que o procuraram naquela cidade. Este comunicado visa a mostrar - e lhe foi pedido que o demonstrasse nesta Casa - que no Rio de Janeiro se dá total solidariedade ao que se faz em São Paulo. Já li o manifesto. A convocação que se faz, hoje, no Rio de Janeiro, é pela libertação dos trabalhadores e estudantes presos.

Pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados: é este o caminho para a redemocratização do País? Será desta forma que este Governo vai ceder? Ou será que o Governo terá o bom senso de admitir que o País está saturado de arbitrio e de exceção e que necessita de uma política que restabeleça o regime democrático? Será que precisarão de outros instrumentos para mostrar isso e se acorde para a realidade nacional?

Faço estas indagações e exijo resposta. Resposta do Governo, que, lamentavelmente, não encontra, nesta Casa, interlocutores para defendê-lo, porque encontra, neste Parlamento, democratas que não admitem tal estado de exceção permanente; democratas da Maioria, que compõem o partido do Governo, que não acreditam mais nas promessas; que discordam de todos os planos e que se estão acostumando a repudiar o arbitrio e a punir a inconseqüência dos atos administrativos.

Por isso, somamos esforços com os estudantes, advogados, artistas, intelectuais, missionários de Igreja e jornalistas, empresários nacionais e militares democratas, para exigir compreensão daqueles que hoje detêm o poder; para exigir que ouçam a voz do povo, a vontade da maioria, e se curvem diante dessa vontade.

POR QUE PRENDER E DEIXAR INCOMUNICÁVEL UMA PESSOA POR DEZ DIAS?

Posso imaginar o que teria ocorrido, ontem, se um desatino houvesse acontecido, se um policial mais afoito tivesse disparado uma arma contra as dez mil pessoas que estavam em praça pública. O risco em que se colocam esses estudantes e o povo brasileiro, permanentemente, só tem guarida numa legislação excepcional, arbitrária, iníqua: a legislação de segurança.

Por que, por exemplo, prender e deixar incomunicável uma pessoa por dez dias? Expliquem ao mundo por que tem de haver incomunicabilidade de 10 dias para o preso. Para quê? Para se obter do preso o quê? Por que tem ele de ficar confinado sem que a família possa vê-lo, sem que o advogado a ele tenha acesso? Por que isso acontece neste País? E dessa incomunicabilidade têm resultado todas as denúncias das torturas e dos assassinatos cometidos neste País, porque tal incomunicabilidade possibilita dentro da prisão, que aqueles encarregados da fiscalização na prisão - os carcereiros, às vezes travestidos de arbitrários, de nazistas, de fascistas ou - de qualquer outra coisa, menos seres humanos - cometam contra os presos toda sorte de arbitrariedade saque têm deser depois consenti-

das já que o subalterno as comete sob a responsabilidade de seu superior. Ainda recentemente tivemos um caso em São Paulo, com o afastamento de um General, porque havia acontecido um episódio suspeito nas dependências de uma entidade militar.

É aqueles que acreditam que a maioria apóia o Governo fica o nosso desafio, para que devolvam ao povo a liberdade, para que permitam, devolvendo-nos a liberdade, eleições livres para uma Assembléia Constituinte. E, aí, então, aqueles que acreditam que fazem pela maioria vão verificar se a maioria a ser eleita livremente pelo povo elaborará uma Constituição democrática ou fará uma Constituição com o AI-5 e outras medidas de exceção. É o desafio que se faz ao Governo. Para que deixe o povo manifestar-se, para que se convoque, se preciso for, um plebiscito nacional para ver se é Governo legítimo, para que ouça, enfim, a grande maioria do povo. Então, ouvindo a grande maioria do povo, que o Governo permita que esse povo se manifeste.

Outras manifestações populares acontecerão em todo o Brasil. Nós, do MDB, estaremos ao lado do povo, em todas as horas e sob todos os riscos. Já temos demonstrado isso. Vereadores, em Ribeirão Preto, em Campinas, Deputados, em São Paulo e outros representantes do MDB, no Rio de Janeiro, têm comparecido aos atos em que os estudantes têm manifestado seu repúdio e sua luta pela liberdade democrática.

Esperamos, portanto, que o Governo, ao invés de reprimir, garanta as manifestações do povo, como o fazem os governos civilizados. Que proteja os manifestantes, como já disse, ao invés de ameaçá-los com cães, porretes e gás lacrimogêneo. Finalmente, que o Governo faça um balanço da situação que deverá culminar com uma única conclusão: a de que o povo exige um regime de liberdades democráticas onde possa manifestar-se livremente, escolhendo seus governantes e seu destino. Que os exemplos da Grécia, de Portugal e da Espanha possam servir para aqueles que hoje detêm o poder. Concluímos, Sr. Presidente, como os estudantes de São Paulo concluem e os jornais divulgam, ou seja, pedindo o fim das prisões e das perseguições políticas, pedindo a libertação imediata dos presos, pedindo ampla e irrestrita anistia para todas as pessoas banidas, exiladas ou cassadas da sociedade brasileira. Pedimos, finalmente, Sr. Presidente, o restabelecimento de um regime democrático neste País.



"Que o governo se curve diante dessa vontade..."



O acordo nuclear nos coloca inteiramente na dependência alemã

Isso vem de encontro da linha do governo quando permitiu a existência dos contratos de risco
J.G. DE ARAÚJO JORGE

Nunca falei nesta Casa como poeta, mas apenas como político. Permitam-me, porém, para mostrar minha total isenção, apresentar um trabalho de poesia de um livro meu, publicado há quase 10 anos "O Poder da Flor", e que comprova minha posição ao analisar o problema "Conselho ao Primo Rico".

Naturalmente, são os nossos primos ricos americanos do Norte.

Cresceste depressa forte demais,
rico demais,
não tiveste tempo ainda (e será que o terás?) para parar e conversar, para fazer amigos.
Arrombaste fronteiras dissolviste cidades, encampaste povos, e de Corporation em Corporation te apostaste do mundo e já alcançaste a Lua.
Não tiveste tempo ainda para um segundo de pausa, a pausa necessária à verdadeira criação, ao pensamento, ao amor.
Cresceste depressa rico demais, e chamas civilização e uma mistura de "cow-boys", "gangsters", tecnocratas, e fuzileiros navais; não fazes sequer idéia de como serias descaçado do dólar.
Ah, a tua liberdade é uma bela estátua de pedra de archote em punho, pronta para tocar fogo no mundo sempre que o exigirem os teus capitalistas.

Agora, o conselho primo rico; - vai estudar História. Lembra-te da Pérsia, de Dario, da Grécia, de Alexandre, da Roma, de César, simples fichas nos arquivos do tempo onde o sangue e a glória amarelaram. Para um momento, meu velho vamos apear um pouco e conversar:

quero emprestar-te uma alma, quero salvar-te da tua ulcera ou de um destino pior do que o que deste a Hiroshima." (Palmas prolongadas.)

Isso é a definição do posicionamento político de um poeta brasileiro, quase 10 anos atrás.

Baseado nos itens do Programa do meu Partido em relação à política externa, eu os subscrito integralmente: defesa intransigente da auto-determinação e da não intervenção; condenação do emprego de armas nucleares, defesa da soberania nacional através da luta contra qualquer tipo de imperialismo, inclusive, o imperialismo internacional do dinheiro, quer sob a forma de monopólio, trustes e cartéis, quer do neocolonialismo. Vale dizer: das multinacionais.

Com o Programa do meu Partido, com a minha formação ideológica inalterada, permito-me tecer comentários a respeito do problema. Penso que o Brasil não pode deixar de considerar, em certos aspectos, as colocações que vêm sendo feitas pela atual política norte-americana no plano externo.

O mundo está deante: Quando olhamos para o mundo de hoje, lembramo-nos até de uma frase de Goehring ou Goebels na época do nazismo: "Quando ouço falar em cultura, puxo o revólver". E hoje, no *Jornal de Brasília*, um chargista, humorista por sinal muito inteligente, Gugu, apresenta a caricatura do Tio Sam, parafraseando Goebels: "Quando ouço falar em violação de direitos, puxo o revólver". Tio Sam, no caso, ontem. Não sei se o Tio Sam de hoje, do Presidente Carter, estará disposto a puxar o revólver. Confirmo meu ponto de vista pacifista. Critiquei o Acordo Nuclear Brasil-

Alemanha, e volto a condená-lo. Não podemos, nós da Oposição, bater palmas, aplaudir esse acordo, em que pese o fato ter sido enviado ao Congresso, à Câmara.

Mas por aqui passou rapidamente quase em segredo, foi mal debatido. Pelos documentos que tenho em mãos, verifica-se que quando aqui estiveram técnicos e o maior conhecedor da matéria da política nuclear brasileira, o Prof. Hervásio Guimarães de Carvalho, não teve condições para responder às indagações de dois companheiros nossos: o Deputado Israel Dias Novaes, do MDB, e o Deputado José Machado, da ARENA.

O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, que autoriza a construção de oito centrais elétricas à base de energia nuclear, implica investimentos incalculáveis. Pelos cálculos feitos, são mais de 2 bilhões, quase 3 bilhões de dólares. Como vamos pagar isso à Alemanha? Vamos pagar em plutônio. Como todos sabemos, a Alemanha, pelo Tratado do Fim de Guerra e pelo fato de ter assinado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, não dispõe do subproduto do urânio enriquecido acima de 3%, que é o plutônio, elemento básico para a fabricação de armas nucleares.

Quem negará não seja um estratagema do Governo alemão a procura dessa aliança com o Governo brasileiro, transferindo e transplantando para a América Latina as condições de uma política nuclear que não nos interessa e por demasiado onerosa para o povo?

Faz-nos lembrar a situação da Índia, com suas multidões famintas, de pés no chão, que se orgulha hoje de ter fabricado a sua bomba atômica com os sete quilos de urânio enriquecido, dizem, que desaparecidos dos Estados Unidos. Problema deles.

Quando aqui estive o técnico Hervásio Guimarães de Carvalho, Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear apartada por dois companheiros, um da ARENA e outro do MDB como já me referi anteriormente, S. S. se mostrou nervoso, vacilante e reticente.

PARECE QUE O GOVERNO SE ENCONTRA EM GUERRA COM O PRÓPRIO POVO

Infringimos, inclusive, o monopólio para exploração do urânio nesse acordo com a Alemanha, como bem acentuou o Deputado José Machado, e ficamos a descoberto, porque amanhã o processo de enriquecimento do urânio poderá ser feito - como o próprio técnico afirmou - além de 3%.

Assim, o Brasil se transformará numa potência atômica, e poderemos fabricar artefatos atômicos, criando um clima de guerra, na América Latina novico sob muitos aspectos.

Isso num País que ainda não resolveu problema agrário, que anda de pés no chão, que ainda não tem um mercado de consumo interno, que vive de costas para o povo e de mãos estendidas para o americano, para o mesmo americano a quem chegamos a dever, hoje, cerca de 30 bilhões de dólares, pagando juros que chegam a mais de dois bilhões por ano.

O desequilíbrio da nossa balança comercial é outro fato econômico que leva inclusive os empresários a venderem produtos manufaturados, a preço de banana, porque o Brasil não tem condições para disputar o mercado internacional de produtos manufaturados. Adquiri nos Estados Unidos, pela metade do preço, um par de sapatos idêntico a outro que tinha comprado no Brasil. Isso quer dizer que o brasileiro está pagando o sapato que o americano está calçando. E eles ainda reclamam.

O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha nos coloca inteiramente na dependência do parceiro que o assinou conosco. Segundo seus arts. 3º e 4º, os materiais, equipamentos e instalações nucleares, bem como as respectivas informações tecnológicas só poderão ser ex-

portados e reexportados pelo fornecedor (no caso, a Alemanha) para territórios das partes contratantes e para terceiros países não detentores de armas nucleares - até para terceiros países. Aliás, isso vem ao contrário da linha do Governo, quando permitiu a existência dos contratos de risco em outras áreas.

Mas desejaria destacar o problema das despesas e do endividamento do País em razão dos recursos aplicados na energia nuclear, da qual, evidentemente, precisamos. Contudo, se esses recursos forem usados para fins bélicos, poderão ameaçar-nos.

No mesmo aparte ao meu companheiro, Deputado Magnus Guimarães, chamada a atenção para esse aspecto - e o *Jornal do Brasil* referiu-se a ele - salientando que dispêndemos vultuosos recursos com a segurança, exatamente 20% do Orçamento, porcentagem corroborada pelo Governo, quando, rejeitando a ajuda de 50 milhões de dólares, declarou taxativamente que ela representava 2,5% do orçamento militar. "Temos informações" - dizia eu, na oportunidade - "que os Estados Unidos vão conceder ao Brasil 50 milhões de dólares dos 152 destinados à América Latina".

Defendia a aplicação dos recursos para a paz, pois, segundo meu ponto de vista, não me consta que nosso País esteja em guerra.

Tais despesas com a segurança chegam dar a impressão, de que o Governo se encontra em guerra com o próprio povo.

Contra quem afinal de contas, estamos lutando? Por que essa preocupação com um problema que nos vai comprometer e que nos vai, inclusive, enviduar, com recursos fabulosos a serem investidos a descoberto? O Acordo Nuclear Brasil-Alemanha permitirá não apenas o aproveitamento da Energia Nuclear para a paz, mas também para a guerra - o próprio Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear não negou isso - se for necessário, com o enriquecimento do urânio além do percentual necessário, o que permitirá, evidentemente, a fabricação de artefatos bélicos.

Também há quem critique essa posição universal em defesa dos Direitos Humanos, lembrando os interesses econômicos mais legítimos da segurança e a possível infringência da nossa soberania nacional.

Nada disso. Tenho para mim que infringir a soberania nacional é agir como, por exemplo, o Embaixador Lincoln Gordon, em 1964. S. Ex. agora desmente os fatos, mas os documentos foram largamente divulgados nos dias 18, 19 e 20 de dezembro de 1976 pelo *Jornal do Brasil*, em muitas páginas, quando publicou os papéis encontrados no Museu Lyndon Johnson, nos Estados Unidos.

Ficamos sabendo do fato verdadeiramente alarmante de que autoridades militares e civis brasileiras tinham-se comprometido com o Sr. Embaixador, no sentido de que uma força-tarefa americana, composta de um porta-aviões, 6 destroyers, 6 petroleiros e ainda 6 aviões de carga, 8 de abastecimento e um de comunicações, além de caças e um posto de comando aerotransportado deveriam estar à espera de ordens de S. Ex. para o caso de a revolução sofrer um revés, com o risco de uma guerra civil, vir em seu socorro. Seria o Brasil transformado num novo Vietnã.

Estariamos, então, isto sim, ofendendo nossa soberania nacional, ao permitir que soldados e fuzileiros navais norte-americanos aqui desembarcassem para ajudar uma facção brasileira que se encontrava em luta política.

Contra isto é que devemos lutar. Precisamos caracterizar nosso esforço na defesa da soberania e da segurança nacionais, quando estiverem em jogo os Direitos Universais do Homem - e os princípios democráticos; devemos comportar-nos como cidadãos e como patriotas, acima de fronteiras, para que todos nos irmanemos nessa luta pela paz, contra os artefatos bélicos e contra a política que visa a lançar homens contra homens, num mundo cheio de ódios, em que a palavra amor precisa ser restaurada.



Poeta consagrado, J.G. de Araújo Jorge é deputado desde 1971, eleito pelo Estado do Rio. Foi suplente de deputado federal no antigo Distrito Federal em 1946, pelo extinto PR, e em 1959 pelo extinto PSB.

A OPOSIÇÃO NO CONGRESSO

"Este caderno destaca um dos aspectos positivos da atividade parlamentar: o poder de denúncia, o debate dos problemas nacionais, a advertência para erros e acertos em questões que interessam aos cidadãos. Num quadro como o atual, o parlamento tem grandes limitações. Os que não as compreendem, ou se enredam nas palavras vazias, divorciadas da ação, ou desesperam-se por verem na tribuna a única forma de oposição. Mas, são estas limitações que esclarecem outros caminhos, aqueles trilhados por parlamentares que, não descuidando das atividades em Brasília, colocam seus mandatos a serviço da organização popular, somando-se concretamente aos que trabalham por uma sociedade mais livre e justa. (...) Muitos dos discursos que aqui publicamos são resultado direto dessa preocupação. (...) São divulgados com um destaque não obtido nos jornais e segundo uma seleção que se destina a valorizar o trabalho de quem, como disse um deputado, quer ver a Pátria livre."

ULYSSES GUIMARÃES
ALENCAR FURTADO
WALTER SILVA
TARCÍSIO DELGADO
FERNANDO CUNHA
JAISON BARRETO
MARCOS FREIRE
ÁLVARO DIAS
FREITAS NOBRE
LIDOVINO FANTON
JOÃO GILBERTO
ORESTES QUÉRCIA
ODACIR KLEIN

JORGE UEQUED
OSVALDO LIMA
ANTÔNIO PONTES
ANTONIO CARLOS
MARCONDES GADELHA
ROSA FLÔRES
GETÚLIO DIAS
NÓIDE CERQUEIRA
GENERVINO FONSECA
JARBAS VASCONCELOS
JÁDER BARBALHO
PAES DE ANDRADE
WALMOR DE LUCA

FERNANDO COELHO
JERÔNIMO SANTANA
SANTILLI SOBRINHO
JOÃO CUNHA
JOSÉ COSTA
ADHEMAR SANTILLO
FERNANDO LYRA
ANTONIO CARLOS
PAULO BROSSARD
ALCEU COLLARES
RUI BRITO
AIRTON SOARES
J.G. DE ARAÚJO JORGE